

**UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS**

THIAGO RODRIGO DA SILVA

**“PRATAS, ‘LACOSTE’, GRANA E NOVINHAS”:
UM ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA ADOLESCÊNCIA ATRAVÉS
DO ATO INFRACIONAL**

**FRANCA
2015**

THIAGO RODRIGO DA SILVA

**“PRATAS, ‘LACOSTE’, GRANA E NOVINHAS”:
UM ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA ADOLESCÊNCIA ATRAVÉS
DO ATO INFRACIONAL**

Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito para a obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração: Serviço Social: Trabalho e Sociedade.

Orientadora: Prof^a Dr^a Neide Aparecida de Souza Lehfeld

**FRANCA
2015**

Silva, Thiago Rodrigo da.

“Pratas, ‘Lacoste’, Grana e Novinhas”: um estudo sobre a construção social da adolescência através do ato infracional / Thiago Rodrigo da Silva. – Franca : [s.n.], 2015.
257 f.

Dissertação (Mestrado em Serviço Social). Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências Humanas e Sociais.

Orientador: Neide Aparecida de Souza Lehfeld

1. Serviço social com a juventude. 2. Adolescência. 3. Sociedade de consumo. I. Título.

CDD – 362.7

THIAGO RODRIGO DA SILVA

**“PRATAS, ‘LACOSTE’, GRANA E NOVINHAS”:
UM ESTUDO SOBRE A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA ADOLESCÊNCIA ATRAVÉS
DO ATO INFRACIONAL**

**Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Humanas e Sociais,
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, como pré-requisito
para a obtenção do Título de Mestre em Serviço Social. Área de Concentração:
Serviço Social: Trabalho e Sociedade.**

BANCA EXAMINADORA

Presidente: _____
Prof^a. Dr^a. Neide Aparecida de Souza Lehfeld

1º Examinador: _____
Prof^a. Dr^a. Elizabeth Regina Negri Barbosa – UNAERP

2º Examinador: _____
Prof^a. Dr^a. Cirlene Aparecida Hilário Silva Oliveira – FCHS

Franca, 04 de dezembro de 2015.

Dedico este trabalho à memória das minhas avós, Lourdes Ferreira Pavão e Guilhermina Maria da Silva, que há anos partiram desta vida terrena, mas deixaram suas profundas, lindas e doces marcas, além da imensa saudade que se acresce com o tempo.

Dedico também à memória de duas grandes amigas, que, como diz a canção: se foram cedo demais... deixando marcas, lembranças, saudades e a provocação sobre o sentido da nossa vida neste mundo. Mônica e Rachel, foram anos de amizade, de companheirismo, de risadas, de apoio e de muitas conversas. A ausência de vocês é sentida por aqui e espero revê-las no tempo certo. Saudades de vocês!!!

À minha mãe, Vilma, que me agraciou com o dom da vida, que tens comigo uma relação de amor incondicional, amiga e companheira que sempre posso contar. Mulher guerreira, que não mediu esforços para que eu pudesse chegar até aqui. Aproveito este doce momento para me desculpar por andar tão ausente, mas foi necessário para a conclusão deste trabalho.

Ao meu pai, José Luis, trabalhador aposentado, homem determinado, que mesmo diante da precarização do seu trabalho, conseguiu proporcionar condições para que eu pudesse estudar desde a infância até hoje. Sei que nunca fomos os melhores amigos, temos as nossas diferenças, mas agradeço de todo o coração por sempre apoiar as minhas escolhas. Fico feliz que, após 28 anos, começamos finalmente a nos entender melhor. Ter escolhido morar sozinho, além de ter sido uma graça, fez com que os nossos vínculos se estreitassem.

Mãe, Pai, obrigado por tudo, por serem o que são e por me amarem com esta dimensão. O amor é recíproco... amo vocês!!!

Por fim, não menos importante, dedico este trabalho a eles... os “novinhos e novinhas”, sujeitos diretos e indiretos desta pesquisa, que sofrem com a liquidez do tempo e com a barbarização da vida humana. Que o desejo pela transformação, igualdade e justiça adentrem às suas essências e que vocês possam compor conosco os espaços de luta e resistência.

“Um salve” e gratidão pelas vivências compartilhadas.

AGRADECIMENTOS

Em tempos de relações líquidas, de barbárie, de ódio, de intolerância e de violência, amar se tornou sinônimo de luta e resistência. Nestes tempos difíceis não poderia deixar de agradecer e registrar o meu carinho e amor àqueles que resistem às dificuldades do tempo presente e escrevem páginas maravilhosas todos os dias no meu livro da vida.

Em primeiro lugar, mesmo vivendo uma crise com a minha fé, agradeço a Deus por ter chegado até aqui. Sei que esta conquista é fruto do meu trabalho, mas acredito em uma força que transcende a nossa existência, que nos impulsiona, que nos motiva e nos movimenta para caminhos distintos.

Começo com dois agradecimentos muito especiais:

À pessoa que chegou em minha vida e me mudou de todas as formas, Silvinho Paradiso, antes companheiro, hoje um grande amigo. Pessoa iluminada, sensível que recarregou as minhas energias, não permitindo que eu desistisse dos meus sonhos, principalmente deste. Obrigado por ser quem é, por tudo que você representa em minha vida e pelo que você fez por mim. Mesmo mais distantes, o sentimento de amizade e gratidão continuam nutridos e mais fortes.

À Profª Neide Lehfeld, mulher de visão, de sabedoria ímpar, sensível e de grande competência. Mulher que tem uma linda história de luta no Serviço Social brasileiro e que aceitou o desafio de me orientar nesta pesquisa. Agradeço o carinho que tens comigo desde os tempos da graduação, o seu cuidado nas orientações, os livros emprestados, as leituras enviadas por e-mail, as correções, as dicas para aprimorar as reflexões, a atenção e preocupação no momento em que saí de casa. Serei eternamente grato por tudo. Tens a minha admiração e adoração e espero trabalhar com a senhora em outros momentos... quem sabe no doutorado!!!

Aos meus queridos amigos, companheiros de longa ou curta data, razão da minha existência, força motriz do meu cotidiano, Família que, com muito amor escolhi... Rafael Martins, Aline Ravage, Lígia Ayres, Aline Grigolato, Roberta Altrão, Nitielle, Guilherme Moraes, Lívia Cezillo, Marcela Cabrini, Teresa Boaretto (segunda mãe), Glaucia Giraldi, Ju Paiúca, Aline Duarte, Rafaela Uliana, Vivian Mota, Lucas Freitas, Paula Amanda, André Misaka, Aline Fogaça, Ton e Chris, Marcelinho, Júlio César, Ricardo Paziani, Zé Luis, Gabriel Mani, Dani Maso, Dani Delphino, Anderson Godoy, Marcus Vinícius, Joice Bain, Mara Cristina, Diego Menezes, Sabrina, Daniel Cardoso, Helga Braga, Rogério Tercal, Raissa Arantes, Francielly Garcia, Elaine Boreli, Alessandra Figueiredo, Michelle Menossi, Carla Muniz, Sandra Moschiar, Sônia Stoppa, Elisa Rinhel, Terezinha Castro e à família Tofetti, por fazerem dos meus dias os melhores, mais doces e suaves, por todo o carinho, apoio e por serem tão especiais em minha vida. Não poderia deixar de lembrar e citar vocês aqui. Desculpem pelo “chá de sumiço”, mas foi necessário. Amo vocês!

À galera da Banda Marcial Master Washington Luis – Daiana, Josi Freitas, Márcio, Naty Alpino, Carlim, Murilo, Caio, Jack, Berê, Priscila, Flavia, Aline, Joice Casaroti, Francisco, Jaque Tostes, Rezende, Rogério, Naiara e todos os

companheiros que novamente passaram pela minha vida, principalmente neste tempo em que decidimos resgatar um sonho que nos marcara em nossas adolescências. É, a Banda está voltando e estou feliz por poder fazer parte deste momento. Agradeço o carinho e a compreensão quando solicitei o afastamento das minhas funções para dar continuidade a esta pesquisa. Logo estarei de volta... amo vocês!

Queria deixar um agradecimento especial às amigadas especiais que construí ao longo destes dois anos na Unesp Franca – Tati Almeida, Maicow, Joice, Bárbara, Angelina, Bruna, Jaíne, Laís, Gaby, Helena, Miriam, Cláudia, Edna, Jéssica, Laura, Tamiris, Nilton, Taís Pereira e Arlei, pessoas que mais se aproximaram da minha vida e da minha trajetória nesta Universidade. A saudade é grande, mas nos reencontraremos em outros espaços, já que este mundão é muito pequeno. Obrigado por tudo... amo vocês!

Um agradecimento especial à galera do doutorado, que também ingressaram na pós em 2014, Lígia Fernandes (Presentão de Roraima, valeu pelas hospedagens no seu “ap”), à Vanessa, Danila, Rosely, Julieno (principalmente pelas caronas até Franca e Batatais), Aldovano, Eli Amicucci, Mara, Cacildo e Val, por me acolherem de forma tão amável, me fazendo sentir pertencente à turma de vocês. Vocês ganharam morada eterna no meu coração. Amo vocês!

Por fim, registro os meus agradecimentos aos professores da UNESP Franca, que através das disciplinas, das mesas redondas, conversas nos corredores, debates em eventos, puderam somar no meu processo de formação neste Programa de Pós-Graduação. Em especial à Profª Cirlene e ao Prof. Gustavo Pedroso pelas contribuições pertinentes e certas durante o meu Exame de Qualificação e ao Prof. Marcelo Gallo, pela disponibilidade, atenção e carinho ao apreciar o Projeto desta pesquisa e indicar e emprestar referências bibliográficas.

À Márcia Abdou e à Profª Alessandra, da UNAERP, por toda a ajuda concedida no sentido de trazer até mim as importantes mensagens da minha orientadora. Não poderia deixar de referenciá-las aqui.

À Família Comunidade Missionária Divina Misericórdia, que me acolheu como Assistente Social, confiando no meu trabalho. Agradeço pelo respeito, valor e liberdade que vocês sempre me proporcionaram para que eu pudesse trilhar nos caminhos da Universidade. Não poderia deixar de tecer este reconhecimento. É um prazer trabalhar com vocês.

À Família Associação El Shadai, espaço onde atuo voluntariamente, no sentido de contribuir com a realização de um desejo que será relevante na vida de muitas pessoas. Paulinha, Sandra, Sônia, Cristiane e Saltarelli, obrigado por confiar no meu trabalho e pelo grande carinho, respeito e reconhecimento que vocês têm sobre mim. Saibam que é recíproco!

À equipe do CREAS e da Secretaria Municipal de Assistência Social de Batatais, pela autorização em realizar a pesquisa de campo, pela troca de diálogos e ricas experiências que permitiram aprofundar reflexões para este trabalho.

E a CAPES, pelo financiamento dos meus estudos no mestrado.

*Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem
não é sério*

*O jovem no Brasil nunca é levado a sério
Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem
não é sério, não é sério
Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem
não é sério*

*O jovem no Brasil nunca é levado a sério
Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem
não é sério, não é sério*

*Sempre quis falar
Nunca tive chance
Tudo que eu queria
Estava fora do meu alcance*

*Sim, já
Já faz um tempo
Mas eu gosto de lembrar
Cada um, cada um
Cada lugar, um lugar
Eu sei como é difícil*

*Eu sei como é difícil acreditar
Mas essa porra um dia vai mudar
Se não mudar, pra onde vou
Não cansado de tentar de novo
Passa a bola, eu jogo o jogo*

*Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem
não é sério*

*O jovem no Brasil nunca é levado a sério
Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem
não é sério, não é sério
Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem
não é sério*

*O jovem no Brasil nunca é levado a sério
Eu vejo na TV o que eles falam sobre o jovem
não é sério, não é sério*

*A polícia diz que já causei muito distúrbio
O repórter quer saber porque eu me drogo*

*O que é que eu uso
Eu também senti a dor
E disso tudo eu fiz a rima
Agora tô por conta
Pode crer que eu tô no clima
Eu tô no clima.... segue a rima*

*Revolução na sua vida você pode você faz
Quem sabe mesmo é quem sabe mais
Revolução na sua mente você pode você faz
Quem sabe mesmo é quem sabe mais
Revolução na sua mente você pode você faz
Quem sabe mesmo é quem sabe mais
Também sou rimador, também sou da banca
Aperta um do forte que fica tudo a pampa*

*Eu tô no clima! Eu tô no clima! Eu tô no clima
Segue a Rima!*

*Também tô no clima
"O que eu consigo ver é só um terço do
problema*

*É o Sistema que tem que mudar
Não se pode parar de lutar
Senão não muda*

*A Juventude tem que estar a fim
Tem que se unir*

*O abuso do trabalho infantil, a ignorância
Faz diminuir a esperança
Na TV o que eles falam sobre o jovem não é
sério
Deixa ele viver! É o que liga"*

(Charlie Brown Jr e Negra Li, "Não é Sério")

SILVA, Thiago Rodrigo da. **“Pratas, ‘Lacoste’, Grana e Novinhas”**: um estudo sobre a construção social da adolescência através do ato infracional. 2015. 255 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2015.

RESUMO

Esta pesquisa tem como objetivo compreender, a partir da perspectiva crítica marxiana, a construção social da adolescência no contexto capitalista contemporâneo, o mercado de consumo e suas nuances como fatores determinantes na sociabilidade juvenil. Este objetivo surge a partir da hipótese de que, considerando o fenômeno da criminalização da pobreza, relacionado ao processo de associação da cultura de massa às práticas de violências percorridas nas periferias cariocas e paulistanas dos anos de 1990 do século XX até o tempo presente e a atual configuração desta cultura que enaltece o consumo ostensivo como via de status, pertencimento e sociabilidade, o ato infracional, cometido por adolescentes, representa um dos recursos ou o único possível para o estabelecimento de relações sociais nos territórios, com base no consumo de bens materiais, formando o que chamamos de “compra da cidadania”. Para isso, problematizamos as relações sociais de adolescentes, autores de ato infracional por tráfico de drogas, pelo acesso à indústria cultural e ao consumo ostensivo através de estudos bibliográficos, documentais e pesquisa de campo para analisar a hipótese traçada para este estudo. A presente dissertação compreendeu que o consumo tem se tornado sinônimo de cidadania, o qual, a construção de identidades está integrada diretamente ao fetiche da mercadoria. Este fenômeno envolve todas as classes sociais e tem sido alvo de reflexões, críticas, julgamentos e formação de estereótipos quando o mesmo se apresenta na adolescência da classe trabalhadora. Adolescentes, intencionalmente selecionados, que cumprem medida socioeducativa de liberdade assistida no Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), do município de Batatais/SP foram entrevistados e a partir destas, construímos categorias teórico-analíticas para apreciação crítica a partir da perspectiva de totalidade e socialidade, pensadas por Karl Marx e outros autores contemporâneos. A hipótese traçada previamente é confirmada no decurso da pesquisa e apresentada, de forma sistemática nesta dissertação ora concluída.

Palavras-chave: adolescência. ato infracional. relações sociais. indústria cultural. consumo ostensivo.

SILVA, Thiago Rodrigo da. **"Silvers, 'Lacoste', Money and Little Girls"**: A study on the social construction of adolescence through the offense. 2015. 255 p. Dissertation (Masters in Social Work) - Faculty of Humanities and Social Sciences, Paulista State University "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2015.

ABSTRACT

This research aims to understand, from the Marxian critical perspective, the social construction of adolescence in contemporary capitalist context of the consumer market and its nuances as determining factors in juvenile sociability. This objective arises from the assumption that, considering the phenomenon of criminalization of poverty, related to the mass culture of the association process to the practices of elaborated upon violence in Rio and São Paulo suburbs of the 1990s of the twentieth century to the present time and current configuration of this culture that extols the conspicuous consumption as status via, belonging and sociability, the offense committed by teenagers, is one of resources or only possible to establish social relations in the territories, based on the consumption of material goods, forming what we call the "acquisition of citizenship." For this, we question the social relations of adolescents authors of infraction act of drug trafficking, for access to cultural industry and conspicuous consumption through bibliographical, documentary studies and field research to examine the hypothesis drawn for this study. This thesis understood that consumption has become synonymous with citizenship, which, the construction of identities is integrated directly into the commodity fetish. This phenomenon involves all social classes and has been the subject of reflection, criticism, judgments and formation of stereotypes when it appears in adolescence the working class. Teens, intentionally selected that meet socio-educational measure of assisted freedom in Specialized Reference Center for Social Assistance (CREAS), the city of Batatais / SP were interviewed and from the these, we built theoretical and analytical categories for critical appraisal from the perspective of full and sociality, thought by Karl Marx and other contemporary authors. The hypothesis is drawn previously confirmed in the course of research and presented systematically in this now completed dissertation.

Keywords: adolescence. infraction. social relations. cultural industry. ostensible consumption.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização geográfica de Batatais	23
Figura 2 – Marie Bashkirtseff – “verdadeiro gênio” (1858 – 1884).....	51
Figura 3 – Jesse Pomeroy, o “menino demônio” (1859 – 1932).....	51
Figura 4 – Crianças e Adolescentes da burguesia europeia do século XIX.....	53
Figura 5 – Criança da classe trabalhadora – final do século XIX.....	54
Figura 6 – Oliver Twist – Filme de 2005	56
Figura 7 – Oliver Twist – Série de 2007	56
Figura 8 – Cena do filme – “O Garoto”, de Charles Chaplin, EUA, 1921	58
Figura 9 – Imagem célebre do filme “O Garoto”, de Charles Chaplin, Estados Unidos, 1921	58
Figura 10 – Crianças em situação de rua – Rio de Janeiro/Brasil – Século XIX	60
Figura 11 – Orfanato Cristóvão Colombo, século XIX – São Paulo/Brasil	61
Figura 12 – Tripé do Neodesenvolvimentismo no Brasil	76
Figura 13 – Estrutura do Estatuto da Criança e do Adolescente	77
Figura 14 – Fluxo de desenvolvimento da Indústria Cultural.....	85
Figura 15 – Propaganda relacionando o consumo com a sociabilidade, década de 1960, século XX	89
Figura 16 – Mafalda e os valores do capitalismo	105
Figura 17 – Tráfico Internacional de Cocaína	160
Figura 18 – Ostentação	178
Figura 19 – Marcas de destaque no <i>funk</i> ostentação	178
Figura 20 – MCs se ostentando.....	180
Figura 21 – Reificação da mulher pelos funkeiros	180

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Distribuição etária.....	24
Tabela 2 – Vulnerabilidade Social em Batatais/SP	26
Tabela 3 – Recursos Humanos LA/PSC CREAS Amanhecer Batatais/SP	36
Tabela 4 – Adolescência, consumo, ostentação e sociabilidade.....	96
Tabela 5 – Categorias do pauperismo, segundo Marx	127
Tabela 6 – Sobre a prática do ato infracional por tráfico e os rebatimentos na sociedade, segundo os sujeitos entrevistados	134
Tabela 7 – Características sociodemográficas dos jovens de 12 a 17 anos em 2013	135
Tabela 8 – Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos de idade – estudo e trabalho em 2013	136
Tabela 9 – Características sociais dos jovens de 15 a 17 anos que trabalharam em 2013	137
Tabela 10 – Vulnerabilidade Social para o Programa Juventude Viva	139
Tabela 11 – Vulnerabilidade Social para o Programa Juventude Viva (continuação)	140
Tabela 12 – Tipos de Equipamentos utilizados para acessar a internet	199
Tabela 13 – Percepção dos adolescentes em face a sociedade	216

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Pirâmide Etária.....	24
Gráfico 2 – Perfil Infracional dos adolescentes atendidos nas medidas de L.A e PSC em 2012.....	119
Gráfico 3 – Perfil Infracional dos adolescentes atendidos nas medidas de L.A e PSC em 2013	119
Gráfico 4 – Perfil Infracional dos adolescentes atendidos nas medidas de L.A e PSC em 2014	120
Gráfico 5 – Evolução das Classes Econômicas no Brasil	125
Gráfico 6 – Dados sobre o Trabalho Infantil no Brasil (2011 – 2012).....	129
Gráfico 7 – Motivo da atual internação – Brasil – 2012	150
Gráfico 8 – O Tráfico de Drogas pelo Brasil em números absolutos	164
Gráfico 9 – Principais atos infracionais que levaram adolescentes à medida socioeducativa de internação no Estado de São Paulo (2006 – 2013)	166
Gráfico 10 – Evolução das internações por tráfico de drogas na Fundação CASA (2006 – 2013).....	167
Gráfico 11 – Ato infracional – Fundação CASA (2013).....	168
Gráfico 12 – Uso da internet para postagem de mensagem num site	200
Gráfico 13 – Uso da internet para postagem de fotos e/ou vídeos em Redes Sociais	202
Gráfico 14 – Uso da internet para acesso em Redes Sociais.....	203
Gráfico 15 – Uso da internet para compartilhamento de informações pessoais.....	207

LISTA DE SIGLAS

ABADEF	Associação Batataense dos Deficientes Físicos
AC	Análise de Conteúdo
CASA	Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CETIC.br	Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação
CF	Constituição Federal
CGI	Comissão de Gestão Integrada
CNAS	Conselho Nacional de Assistência Social
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CODEPLAN	Companhia de Planejamento do Distrito Federal
CONANDA	Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
CREAS	Centro de Referência Especializado de Assistência Social
DRADS	Diretoria Regional de Assistência e Desenvolvimento Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EJUVE	Estatuto da Juventude
FCBIA	Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência
FCHS	Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
FEBEM	Fundação Estadual do Bem Estar ao Menor
FGV	Fundação Getúlio Vargas
FUNABEM	Fundação Nacional do Bem Estar ao Menor
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDF	Índice de Desenvolvimento da Família
IDHM	Índice de Desenvolvimento Humano dos Municípios
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LA	Liberdade Assistida
LBA	Legião Brasileira de Assistência
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LOAS	Lei Orgânica de Assistência Social
MC	Mestre de Cerimônia

MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MSE	Medidas Socioeducativas
NIC.br	Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR
NOB/SUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
NOB-RH/SUAS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social
ONU	Organização das Nações Unidas
PAEFI	Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PIA	Plano Individual de Atendimento
PIB	Produto Interno Bruto
PL	Projeto de Lei
PM	Polícia Militar
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPGSS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PPP	Plano Político Pedagógico
PRONAICA	Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e Adolescente
PSC	Prestação de Serviços à Comunidade
SAGI	Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação
SAM	Serviço de Assistência ao Menor
SINASE	Sistema Nacional Socioeducativo
SUAS	Sistema Único de Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde
TCLE	Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
TICs	Tecnologias de Informação e Comunicação
TJSP	Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo
UNIFESP	Universidade Federal de São Paulo
UNESP	Universidade Estadual Paulista
VL	Vida Loka

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
CAPÍTULO 1	
CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA E O PERCURSO METODOLÓGICO	22
1.1 Apresentação do universo macro da pesquisa: O Município de Batatais/SP	22
1.2 O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) como <i>locus</i> central do estudo	27
1.3 A trajetória metodológica da pesquisa.....	37
1.4 Percepções e observações sobre o campo de pesquisa	46
CAPÍTULO 2	
A CONSTRUÇÃO SOCIOHISTÓRICA DA ADOLESCÊNCIA NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	49
2.1 Breves apontamentos sobre o processo sociohistórico e protetivo da adolescência	49
2.2 A obstrução da Proteção Integral pelo sistema capitalista	69
2.3 Adolescências, consumo ostensivo e cultura de massa: Contribuições da Escola de Frankfurt	82
2.4 A fragilidade dos laços humanos: adolescências em tempos de amor líquido	105
CAPÍTULO 3	
CONSIDERAÇÕES SOBRE O ATO INFRACIONAL NO BRASIL	117
3.1 Os filhos da classe trabalhadora: a adolescência no contexto de crise estrutural do capital.....	124
3.2 O ato infracional: aspectos legais e sociológicos	141
3.3 O debate ético acerca do ato infracional.....	146
3.4 Sobre o tráfico de drogas e os sujeitos da pesquisa: reflexões ontológicas	156

CAPÍTULO 4

CULTURAS JUVENIS E TERRITÓRIOS DA POBREZA: CLASSES SOCIAIS, PRECONCEITOS E O ROMPIMENTO DE ESTEREÓTIPOS 170

4.1 A música como expressão cotidiana e cultural: enfoque no *funk* brasileiro..... 171

4.2 A onda dos “rolezinhos” (2014) e a consolidação de estereótipos 184

4.3 Territórios da pobreza e a sociabilidade juvenil através das Redes Sociais 191

4.4 Os “limites” da ostentação, o preconceito social e os desafios da cultura na atual conjuntura capitalista 209

CONSIDERAÇÕES FINAIS 222

REFERÊNCIAS..... 229

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista diretiva..... 248

APÊNDICE B – Termo De Consentimento Livre E Esclarecido (TCLE)..... 249

ANEXOS

ANEXO A – Autorização para pesquisa de campo – CREAS/Batatais..... 251

ANEXO B – Parecer do Comitê de Ética e Pesquisa..... 252

ANEXO C – Resposta do CREAS Batatais sobre pedido de autorização..... 254

INTRODUÇÃO

*“A juventude está sozinha
Não há ninguém para ajudar
A explicar por que é que o mundo
É este desastre que aí está”
(Renato Russo)*

Pratas, Lacoste, Grana e Novinhas: um estudo sobre a construção social da adolescência através do ato infracional nasceu em 2012, no formato de projeto de pesquisa para o pleito de vaga no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais (FCHS) da UNESP/Franca. A gestação do projeto se deu no interior da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (CASA) de Batatais, na época, espaço de trabalho do presente autor.

O título foi pensado a partir dos objetos de consumo mais cobiçados pelos adolescentes que cumpriam medida socioeducativa de internação no CASA Batatais no período de exercício profissional do presente autor. Os cordões de prata, a marca Lacoste que atualmente se apresenta em camisas, bermudas, óculos, perfumes e relógios, “grana” como a gíria que representa o capital dinheiro, na sua amplitude mais expressiva e as novinhas, que são as adolescentes configuradas como objetos sexuais e de dominação masculina – todas elas estão presentes nas músicas que chamam a atenção deles. A música enquanto mercadoria da indústria cultural¹, com enfoque no *funk*, coloca a marca, o dinheiro e a mulher reificada em um altar ostensivo, simbolizando os produtos que muitos desejam, mas poucos conseguem ter.

A trajetória profissional na Fundação CASA começou em maio de 2011 a partir da gestão compartilhada entre governo do estado e o terceiro setor. A Associação Batataense dos Deficientes Físicos (ABADEF) realizou a parceria e selecionou os profissionais.

Confesso que, nunca cogitei trabalhar com medidas socioeducativas, por medo e preconceitos. Todavia, sabia que meu contrato de trabalho no emprego anterior era temporário e estava em vias de se encerrar. Assim, veio a coragem, enviei

¹ Sobre a indústria cultural, o funk, a reificação da mulher e a valorização do capital dinheiro, ver capítulos três e quatro.

o currículo, fiz a entrevista e fui selecionado para compor a equipe técnica com outras duas assistentes sociais e três psicólogas.

Aos poucos fui rompendo os preconceitos, apaixonando pela prática profissional em face aos adolescentes. Os atendimentos renderam bons frutos, muitas reflexões, análises conjunturais para compreender a realidade destes adolescentes e de suas famílias, expandindo os conhecimentos. Foi uma fase de grande maturidade profissional – trabalhar de forma interdisciplinar, exigindo novos estudos, novas reflexões, surgindo inquietações. Considero o tempo na Fundação CASA uma fase de crescimento, desconstruções e reconstruções de ideias.

Há tempos, no cotidiano de trabalho era intrigante o valor que os adolescentes que cumpriam medida socioeducativa de internação davam para o consumo de bens materiais, surgindo, assim, a necessidade de compreender o porquê de se ostentar e qual o significado desta para a vida em sociedade dos mesmos.

Em uma determinada tarde, no espaço de convivência destes adolescentes, realizando os meus atendimentos, observei uma movimentação diferenciada. Alguns adolescentes saindo das salas de aulas com as camisetas dos seus uniformes desenhados de caneta. Não eram desenhos comuns, eram símbolos das marcas mais famosas de grifes internacionais, como: *Osklen*, *Lacoste*, *Nike*, *Oakley*, *Dudalina*. Questionei o que significava aquele episódio. Um dos adolescentes me respondeu: “é ostentação, poder”. A partir daí, o desejo de aprofundar as discussões aumentou, considerando o fenômeno posto em relação ao sistema capitalista e suas nuances.

Durante a prática profissional no CASA Batatais, os adolescentes relatavam a necessidade de obter bens materiais, buscar pelo consumo das marcas famosas a atenção de outros jovens, principalmente das adolescentes (novinhas), recursos financeiros para sobrevivência, para auxiliar na subsistência da família, dentre outros motivos. Estes, de maior impacto, por envolver o sentimento de pertença na sociedade e a busca deste através do consumo, provocou a elaboração de uma proposta de pesquisa para aprofundar as reflexões acerca do tema.

Em 2012, surge a primeira versão do projeto, todavia não foi possível o ingresso no Programa de PPGSS da UNESP/Franca. Em 2013, o projeto passou por uma revisão teórica e metodológica, com alterações e ampliações de referenciais bibliográficos. Agradeço ao Silvinho Paradiso, hoje doutor em literatura, pessoa de

sensibilidade ímpar no tocante às expressões da questão social, um grande amigo de cinco anos pelas considerações realizadas em face ao projeto de pesquisa. Desta forma, novamente foi pleiteada uma vaga no processo seletivo da mesma Universidade no ano de 2013. Assim, o projeto ganha nova visibilidade e a vaga é finalmente conquistada.

Durante o ano de 2014, ao cursar as disciplinas, fomos observando a necessidade de aprofundar questões e rever o percurso metodológico da pesquisa. A ampliação da bagagem teórica oferecida pelos professores das disciplinas, o acúmulo somado à sensibilidade da professora Neide Aparecida de Souza Lehfeld (orientadora desta pesquisa) e as valiosas contribuições da Prof^a Dr^a Cirlene Aparecida Hilário Silva Oliveira e do Prof. Dr. Gustavo José de Toledo Pedroso, examinadores no exame geral de qualificação recorrido aos 08 de maio de 2015, permitiram a revisão cuidadosa do projeto, contemplando neste momento, os frutos de um trabalho árduo e de muito fôlego.

Após três anos do seu nascimento, “Pratas, Lacoste, Grana e Novinhas...” finalmente ganha sua versão em dissertação de mestrado. Foram anos sonhando com este momento e meses de intenso trabalho de pesquisa que se apresenta agora, em sua versão final com o objetivo de compreender, a partir de reflexões teóricas e pesquisa de campo a construção social da adolescência e seu percurso através do ato infracional, considerando a lógica do capital, o mercado de consumo e suas nuances como fatores determinantes na sociabilidade de adolescentes e jovens que se encontram em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida.

A presente pesquisa apresenta como tema central as relações sociais de adolescentes autores de ato infracional associadas à indústria cultural, com ênfase na ostentação pelo consumo. Ouvimos em um período de trinta dias, durante o mês de março de 2015, cinco adolescentes que cumpriam medida socioeducativa de liberdade assistida naquele período, com vistas a compreender os motivos que os levaram à prática do ato infracional de tráfico de drogas.

No decorrer do trabalho, várias discussões foram realizadas, respondendo aos três questionamentos que compuseram o problema da pesquisa, sendo eles:

1. Por que a ostentação pela via do consumo é tão importante para os adolescentes das classes pobres? Qual é a relação desta com a construção da cidadania?

2. Quais mudanças sociais, culturais e políticas ocorreram, que impactaram diretamente a configuração da adolescência contemporânea?
3. Quais as condições e possibilidades que os adolescentes (sujeitos da pesquisa) encontram para se sentirem pertencentes e socializados em seus contextos sociais?

Cabe destacar que o objeto de estudo – a prática de ato infracional e o cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida e universo composto pelos adolescentes e jovens em cumprimento de medida, escolhidos intencionalmente para o estudo estão inseridos e em um contexto capitalista mundializado em sua fase de maior crise estrutural, atingindo o sistema financeiro e as relações humanas, ontologicamente estabelecidas, que se encontram cada vez mais líquidas.

Observamos no decorrer do trabalho que a sociedade vem se transformando de acordo com o nível de desenvolvimento da produção da vida material pelo ser social. “As determinadas fases de desenvolvimento da produção, do comércio e do consumo correspondem a determinadas formas de constituição social, determinada organização da família, das ordens ou das classes; numa palavra, uma determinada sociedade civil.” (MARX apud PAULO NETTO, 2012a, p. 170).

Neste contexto de desenvolvimento, Paulo Netto (2012b) afirma que as transformações sociais advindas do capitalismo e a acentuação das expressões da questão social redimensionaram a categoria adolescência e juventude, que passam a sofrer em intensidades singulares estas expressões, curvando-se ao domínio do capital na sociedade de consumidores.

Associamos a cultura de massa guiada pela indústria cultural, que transformou a arte, antes criação e humanização da matéria pelo homem (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 2011) em mercadoria, que possa ser comercializada para fins de lucratividade daqueles que detém os meios de produção. A partir do entendimento da arte e da cultura como mercadoria e a busca constante por apropriação destas pelos adolescentes de todas as classes sociais, cada qual com as suas condições ou estratégias para acesso, este trabalho relaciona a categoria adolescência, o tráfico de drogas, a concepção de classes sociais, a mercantilização da arte e da cultura e a sociedade do consumo à prática do ato infracional como via ilegal para a inserção, permanência, visibilidade e status dos adolescentes no contexto capitalista

contemporâneo. Esta fora a hipótese construída na fase do projeto de pesquisa e que foi problematizada, refletida e respondida ao longo dos capítulos que se seguem após esta introdução.

Estruturalmente, a presente pesquisa apresenta quatro capítulos para a apresentação das ideias ora consolidadas. O primeiro capítulo contextualiza a pesquisa e descreve a sua trajetória metodológica. Apresenta-se no primeiro tópico informações sobre o município de Batatais – universo macro da pesquisa. No segundo tópico, fizemos referência ao Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Batatais, *lócus* deste estudo. O terceiro tópico contempla o percurso metodológico estabelecido para a condução da pesquisa e no quarto tópico, tecemos algumas considerações percorridas durante a realização da pesquisa de campo que consideramos importante registrar.

O segundo capítulo aborda a construção social da adolescência no atual contexto capitalista. O primeiro tópico aborda o processo sociohistórico e protetivo da adolescência no capitalismo. O segundo tópico apresenta considerações sobre a doutrina da proteção integral preconizada pelo Estatuto da Criança e do Adolescente e a obstrução deste pelo capitalismo contemporâneo. O terceiro tópico associa as reflexões já construídas à indústria cultural e consumo ostensivo a partir das contribuições da Escola de Frankfurt. No quarto tópico, discutimos a fragilidade dos laços humanos, tempos de amor líquido e o impacto destes na adolescência através das contribuições do sociólogo polonês Zygmunt Bauman.

O terceiro capítulo faz considerações acerca do ato infracional no cenário brasileiro. Para estas considerações, o primeiro tópico relaciona a categoria adolescência e a classe trabalhadora no contexto de crise estrutural do capital. O segundo tópico, discorre sobre os aspectos legais e sociológicos do ato infracional. No terceiro tópico, fazemos uma reflexão ética sobre o debate voltado ao ato infracional. O quarto e último tópico deste capítulo discute o tráfico de drogas a partir da perspectiva ontológica do trabalho como categoria fundante do ser social.

O quarto e último capítulo tecem reflexões sobre a adolescência da classe trabalhadora e sua relação com a cultura, objetivando contribuir com a ruptura de estereótipos e estigmas. Para isso, no primeiro tópico realizamos um enfoque no *funk* ostentação para reflexões sobre a influência da música de periferia na construção de identidades e sociabilidades dos adolescentes. O segundo tópico retrata o fenômeno dos rolezinhos percorridos entre o final de 2013 e primeiro semestre de 2014,

destacando este evento a ampliação de estereótipos voltados aos adolescentes dos estratos de maior pobreza e segregação. O terceiro tópico destaca o estabelecimento da sociabilidade dos adolescentes nos territórios de pobreza e nas redes sociais, apontando a influência da Tecnologia da Informação e Comunicação nas relações entre eles. O quarto tópico, encerrando o capítulo e a presente pesquisa, tece reflexões sobre a ostentação, seus limites e entraves com enfoque no preconceito historicamente estabelecido na sociedade capitalista.

Assim, apresentamos a estrutura desta pesquisa de dissertação de mestrado e convidamos agora os leitores a mergulharem nas reflexões ora construídas para elaborarem as suas próprias considerações. Boa leitura!

CAPÍTULO 1

CONTEXTUALIZANDO A PESQUISA E O PERCURSO METODOLÓGICO

“Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo” (Paulo Freire).

A presente pesquisa começa o seu trajeto metodológico pelas reflexões acerca do ato infracional e da sua relação com a cultura juvenil a partir da contextualização do campo pesquisa, apresentando o município escolhido, o equipamento público, *lócus* central do estudo proposto e algumas considerações sobre a metodologia selecionada, como também algumas considerações acerca do processo de realização da pesquisa de campo e contato com os profissionais das medidas em meio aberto de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), ambas inseridas no Sistema de Proteção Social Especial de Média Complexidade do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

1.1 Apresentação do universo macro da pesquisa: O Município de Batatais/SP

Batatais é um município localizado ao norte do estado de São Paulo, mesorregião de Ribeirão Preto, ocupando uma área de 849,53 km². Possui um total de 56.476 habitantes, segundo dados do censo demográfico 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A estimativa populacional² para 2014 foi de 60.128 habitantes.

² Dados oficiais publicados pelo IBGE no Diário Oficial da União em 28 de agosto de 2014, (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2014).

Figura 1 – Localização geográfica de Batatais



Fonte: Dados cartográficos de Batatais (GOOGLE MAPS, 2015).

Sua população é relativamente jovem predominando as faixas etárias variadas entre 15 a 24 anos. Porém, o Censo Demográfico do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) do ano de 2010 nos revela que Batatais também está envelhecendo, sendo que 13,8% dos munícipes já são idosos. O índice de envelhecimento a partir de 2019 chegará aos 9,67 anos.

De acordo com dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), quanto à longevidade, a esperança de vida ao nascer aumentou 6,5 anos nas últimas duas décadas, passando de 69,0 anos em 1991 para 74,8 anos em 2000, e para 75,4 anos em 2010. Em 2010, a esperança de vida ao nascer média para o estado é de 75,7 anos e, para o país, de 73,9 anos (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2013).

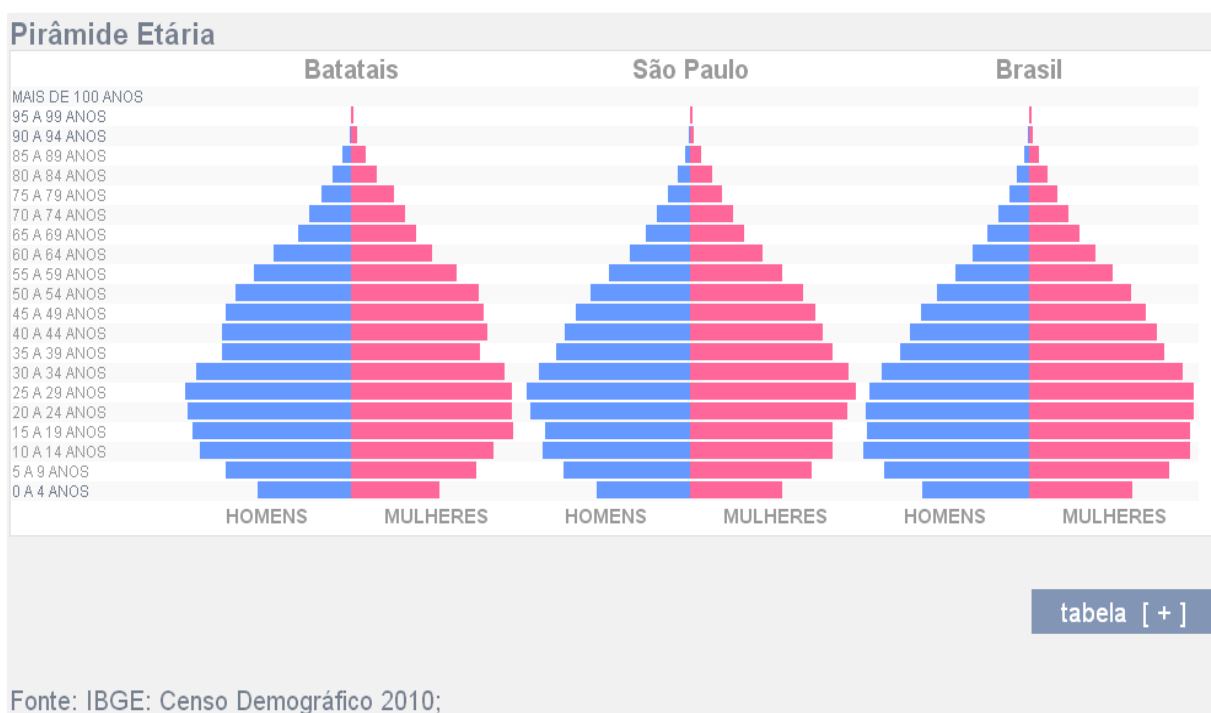
Segundo dados do DataSOCIAL, aplicativo da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2015), a distribuição etária do município de Batatais, em comparação aos dados do Estado de São Paulo e Brasil a partir do último Censo Demográfico (2010) apresenta a seguinte realidade:

Tabela 1 – Distribuição etária

Faixa etária	Batatais	Estado de SP	Brasil
00 a 04 anos	3.360	2.675.372	13.796.159
05 a 09 anos	3.713	2.860.633	14.969.375
10 a 14 anos	4.345	3.324.913	17.166.761
15 a 19 anos	4.758	3.303.908	16.990.870
20 a 29 anos	9.664	7.427.476	34.349.603
30 a 39 anos	8.407	6.740.569	29.633.093
40 a 49 anos	7.791	5.733.797	24.842.718
50 a 59 anos	6.628	4.424.095	18.416.621
60 ou mais anos	7.810	4.771.436	20.590.599

Fonte: DataSOCIAL (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2015).

Observa-se que predomina em maior quantidade o número de jovens com idade entre 20 a 29 anos. A população com idade acima dos 29 se mostra em maior intensidade que a quantidade de crianças e adolescentes. É importante visualizar o montante populacional por faixa etária e perceber o grande contingente de jovens e a redução no índice de crianças e adolescentes. Os dados do MDS podem ser complementados a partir da pirâmide etária apresentada a seguir.

Gráfico 1 – Pirâmide Etária

Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010.

É possível verificar que a população jovem se encontra em processo de formação educacional e profissional, ingressando em espaços de trabalho com pouca experiência ou também sendo excluída destes espaços por falta de oportunidades. Quanto aos idosos, é importante que as políticas públicas pensem em ações voltadas aos idosos, considerando que a perspectiva futura é que o Brasil seja uma nação com grande número de idosos já que as taxas de natalidade e fecundidade estão reduzindo.

A economia municipal é caracterizada em maior intensidade pela expressão do setor de serviços (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010), economia agropecuária e industrial. Apresenta grande fluxo de migrantes nordestinos, paranaenses e mineiros devido às atividades econômicas ali desenvolvidas, provocando assim um inchaço populacional.

Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2013), Batatais evoluiu nos últimos 20 anos, quanto ao Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), apresentando 0,519 em 1991 e 0,761 em 2010, situando-se entre os municípios de IDHM Alto.

Batatais ocupa a 350ª posição, desde 2010, em relação aos 5.565 municípios do Brasil, sendo que 349 (6,27%) municípios estão em situação melhor e 5.216 (93,73%) municípios estão em situação igual ou pior. Em relação aos 645 outros municípios de São Paulo, Batatais ocupa a 160ª posição, sendo que 159 (24,65%) municípios estão em situação melhor e 486 (75,35%) municípios estão em situação pior ou igual (PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2013).

Vale ressaltar que parte destes migrantes é caracterizada pelo movimento migratório pendular e trabalho sazonal. Estes migrantes instalam-se em Batatais em períodos de safra e retornam para suas terras no final da mesma. Outros, por sua vez permanecem na cidade, nivelando assim os índices de pobreza do município e, consequentemente, os problemas sociais.

Batatais também se caracteriza pela predominância urbana, ou seja, 88,45% dos munícipes residem na cidade e os demais 11,55% na zona rural. Apresenta um clima tropical ameno, com inverno seco, com chuvas principalmente nos períodos de novembro a março.

Fica entre os municípios de Franca (49 km) e Ribeirão Preto (42 km) e fica a 355 km de distância da capital estadual e a 750 km da capital federal, sendo seus principais acessos rodoviários, as rodovias: Altino Arantes, Cândido Portinari e Anhanguera.

Quanto aos dados sociais do município, Batatais apresenta o Índice de Desenvolvimento da Família (IDF) igual a 0,61, sendo que este valor varia de zero a um e avalia os seguintes aspectos familiares: composição familiar, acesso ao conhecimento, acesso ao trabalho, disponibilidade de recursos, desenvolvimento infantil e condições habitacionais, além da renda per capita (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2015).

Segundo informações do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), com dados atualizados até o mês de junho/2015, Batatais apresenta uma estimativa de 1851 famílias pobres e 3222 famílias de baixa renda. Quanto à extrema pobreza, o município possui 850 pessoas que vivem com renda igual ou inferior à R\$ 70,00, isto é, 9% do salário mínimo vigente.

Tabela 2 – Vulnerabilidade Social em Batatais/SP

Vulnerabilidade Social - Batatais - SP

Crianças e Jovens	1991	2000	2010
Mortalidade infantil	25,70	15,00	13,00
% de crianças de 4 a 5 anos fora da escola	-	48,25	20,12
% de crianças de 6 a 14 anos fora da escola	17,03	2,56	2,33
% de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam nem trabalham e são vulneráveis à pobreza	-	6,80	6,78
% de mulheres de 10 a 14 anos que tiveram filhos	0,00	0,00	0,00
% de mulheres de 15 a 17 anos que tiveram filhos	7,47	4,46	5,44
Taxa de atividade - 10 a 14 anos (%)	-	13,62	4,78
Família			
% de mães chefes de família sem fundamental completo e com filhos menores de 15 anos	8,11	9,27	11,83
% de pessoas em domicílios vulneráveis à pobreza e dependentes de idosos	2,20	1,50	0,55
% de crianças extremamente pobres	5,17	2,67	1,78
Trabalho e Renda			
% de vulneráveis à pobreza	34,13	23,73	13,78
% de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	-	39,60	29,53
Condição de Moradia			
% de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados	0,00	0,12	0,00

Fonte: PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO, 2013.

Atualmente, 1658 famílias são beneficiárias do Programa Bolsa Família (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2015) e 456 famílias são beneficiárias do Programa Renda Cidadã e 344 jovens (dos 15 aos 24 anos) são beneficiários do Programa Ação Jovem (Programas de Transferência de

Renda do Governo do Estado), além de uma média de 550 famílias atendidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social e pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS Vila Santa Lúcia e Jardim Santa Luiza) através da Segurança de Acolhida (diga-se Plantão Social).

1.2 O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) como *lócus* central do estudo

A implantação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2004) na perspectiva do SUAS, implicou um aumento significativo dos investimentos em políticas de proteção, assistência e desenvolvimento social – que se traduzem em programas e ações de transferência de renda, segurança alimentar e nutricional, assistência social e inclusão produtiva, significando uma expansão substantiva da cobertura de serviços e da rede socioassistencial.

A estruturação do Sistema de Proteção Social no âmbito do SUAS se configura por níveis de complexidade – da básica à especial de média e alta complexidade. Ofertam serviços, programas, projetos e benefícios que são regulados pelo governo federal e executados pelos estados e municípios. Segundo Yazbek (2011), a proteção social visa proteger indivíduos que se encontram em situações de vulnerabilidade e risco, de forma humana e digna.

[...] constituem sistemas de proteção social as formas – às vezes mais, às vezes menos institucionalizadas – que as sociedades constituem para proteger parte ou o conjunto de seus membros. Tais sistemas decorrem de certas vicissitudes da vida natural ou social, tais como a velhice, a doença, o infortúnio e as privações. (GIOVANNI, 1980 apud YAZBEK, 2011, p. 1).

A proteção social especial de média complexidade visa atender situações de fragilidade de vínculos afetivos, violação de direitos a partir de atendimentos especializados. Incluem-se, nessa classificação, os seguintes serviços:

- Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias Indivíduos (PAEFI);
- Serviço Especializado em Abordagem Social;

- Serviço de proteção social a adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC);
- Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias;
- Serviço Especializado para Pessoas em Situação de Rua.

No tocante ao atendimento à infância e adolescência, foco desta pesquisa, verificou-se que os níveis de complexidade do SUAS contemplam o referido público. O maior desafio posto para a Assistência social, sem dúvida é reconhecer as crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, inseridos em um território sociocultural e econômico demarcado pela presença da criminalidade e violência que afastam este público do cotidiano sociofamiliar e criar estratégias eficazes que resgatem a criança e o adolescente dos riscos e as reinsiram em suas famílias e/ou em espaços de maior desenvolvimento e crescimento.

No âmbito da proteção social de média complexidade, que se situa o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), que compreende em unidade pública, estatal, de prestação de serviços especializados e continuados a indivíduos e famílias com direitos violados, vínculos afetivos fragilizados e/ou rompidos, tendo como objetivo: articular, coordenar e operar a referência e contra-referência com a rede de serviços socioassistenciais e demais políticas públicas; ofertar orientação e apoio especializado e continuados a indivíduos e famílias com direitos violados (abuso e exploração sexual; violência doméstica; crianças e adolescentes sob medida de proteção; adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, entre outras); focar suas ações na família, na perspectiva de potencializar sua capacidade de proteção e socialização de seus membros.

O CREAS atua no campo da violação de direitos e fragilidade ou ameaça de ruptura dos vínculos. Compreende atenções e orientações direcionadas para a promoção de direitos, a preservação e o fortalecimento de vínculos familiares, comunitários e sociais e para o fortalecimento da função protetiva das famílias diante do conjunto de condições que as vulnerabilizam e/ou as submetem a situações de risco pessoal e social. Deve garantir atendimento imediato e providências necessárias para a inclusão da família e seus membros em serviços socioassistenciais e/ou em

programas de transferência de renda, de forma a qualificar a intervenção e restaurar o direito.

Segundo o Conselho Nacional de Assistência Social (CNAS), constitui público alvo do PAEFI: famílias e indivíduos que vivenciam violações de direitos por ocorrência de (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2013, p. 25).

- violência física, psicológica e negligência;
- violência sexual: abuso e/ou exploração sexual;
- afastamento do convívio familiar devido à aplicação de medida socioeducativa ou medida de proteção;
- tráfico de pessoas;
- situação de rua e mendicância;
- abandono;
- vivência de trabalho infantil;
- discriminação em decorrência da orientação sexual e/ou raça/etnia;
- outras formas de violação de direitos decorrentes de discriminações/submissões a situações que provocam danos e agravos a sua condição de vida e os impedem de usufruir autonomia e bem estar;
- descumprimento de condicionalidades do Programa Bolsa Família (PBF) e do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) em decorrência de violação de direitos.

Por se tratar de um atendimento de média complexidade, a equipe de referência deverá estar preparada para lidar com as diversas formas de violência para realizar os encaminhamentos necessários à efetivação de uma proteção social que garanta qualidade de vida, segurança e evoluções quanto aos aspectos psicossociais que são fragilizados pelas práticas de violência.

Não apenas o CREAS, mas o município como um todo deve possuir equipamentos estratégicos para atender as demandas do CREAS, principalmente os casos em que a família ou parte dela, necessite de acolhimento provisório para se distanciar do território e da pessoa que as vitimizaram³. Não basta o atendimento e o

³ Para efeito de provocação, o caminho que se faz diante de casos de violência é o da institucionalização. Ao invés do agressor ser afastado do convívio familiar, quem acabam se

trabalho social do CREAS, o município tem que possuir recursos para atender às emergências que venham a surgir.

Antes de abordarmos os aspectos legais e normativos das medidas socioeducativas⁴ se faz necessário tecermos breves apontamentos acerca da concepção de medida socioeducativa. Entende-se que as medidas, por objetivarem responsabilizar e reeducar os adolescentes, autores de ato infracional, possuem uma dimensão socioeducativa na sua perspectiva de trabalho, estabelecendo relações pedagógicas que:

[...] concretizam-se sob a forma de ação material e ideológica, nos espaços cotidianos de vida e de trabalho de segmentos das classes subalternas [...], interferindo na reprodução física e subjetiva desses segmentos [...]. (ABREU, 2011, p. 17).

Concebe-se nas medidas socioeducativas propostas de ações pedagógicas que devem mediar as relações dos adolescentes em seus territórios, considerando as oportunidades e obstáculos existentes na contemporaneidade, não se esquecendo de que estas relações e mediações possuem como base dominadora – o sistema capitalista. A educação, neste sentido, tem como princípio norteador o desenvolvimento dos adolescentes, o afastamento destes das esferas delitivas com maior autoconsciência sobre os seus papéis na sociedade. “A educação é um instrumento de poder, principalmente em uma sociedade dividida em classes sociais antagônicas, como no modelo societário capitalista.” (PAIÚCA, 2014, p. 69).

A pesquisa de Paiúca (2014) reporta-se ao trabalho socioeducativo nas prisões. A autora destaca a importância e o compromisso ético dos trabalhadores envolvidos neste espaço sócio-ocupacional em não culpabilizar exclusivamente os sujeitos que cumprem pena pelos atos cometidos, devendo considerar e refletir sobre o contexto sociohistórico ao qual estão inseridas as prisões e o ser social.

Reportamos a reflexão da autora para este trabalho, considerando o caráter de responsabilização que configura a dimensão educativa das medidas, sejam elas em meio aberto ou fechado. Os trabalhadores das medidas socioeducativas também

distanciando judicialmente do contexto familiar e comunitário são as crianças e adolescentes. Não é objetivo deste trabalho tecer maiores reflexões, mas consideramos importante registrar a informação, considerando a descrição do atendimento ofertado pelo SUAS.

⁴ O Estatuto da Criança e do Adolescente preconiza a execução de seis medidas socioeducativas, sendo elas: Advertência, Obrigação de Reparar o Dano, Liberdade Assistida, Prestação de Serviços à Comunidade, Semiliberdade e Internação (BRASIL, 1990a).

devem buscar conhecimentos teóricos e refletir ética e politicamente no sentido de compreender as relações antagônicas construídas entre adolescentes, classes sociais, cotidianos, fenômenos sociais – todos estes inseridos em um contexto mediado pelo capitalismo global.

As medidas socioeducativas não devem ser espaços de culpabilização dos sujeitos e sim um espaço educativo que vise a transformação dos sujeitos e o distanciamento destes das práticas delitivas. Obviamente que as medidas socioeducativas não conquistarão sozinhas o objetivo central que é o encerramento da participação do adolescente na esfera delitiva a partir da reeducação.

A articulação na Rede de Políticas Públicas se faz importante e esta Rede deveria possuir condições concretas e qualificadas para o desenvolvimento e a transformação destes sujeitos. O que observamos no atual contexto do capitalismo em crise é a deterioração desta Rede e sua fragilidade em proporcionar condições de empoderamento e autonomia dos sujeitos.

Segundo Oliveira e Elias (2005, p. 51) as ações socioeducativas podem contribuir tanto com os interesses da classe trabalhadora como podem fazer jus à ordem capitalista, “servindo como um poderoso instrumento de legitimação da desigualdade social e de aprofundamento das relações de subalternização”.

A ação socioeducativa deve considerar a conjuntura à qual os sujeitos estão inseridos e as relações conflituosas e contraditórias entre as classes sociais no contexto capitalista mundializado contemporâneo para assim, formatar uma proposta de trabalho que vise de fato o desenvolvimento do ser social, configurando a consciência de classe para si e não somente classe em si, como Marx já refletia no século XIX.

As atividades socioeducativas devem levar as camadas populares a desenvolverem coletivamente suas próprias formas de posicionamento diante das relações da vida social e de analisa-las e explica-las. Isso passa por um processo de conscientização, que “[...] supõe a tomada de consciência e se completa na ação transformadora da realidade [...]” (OLIVEIRA; ELIAS, 2005, p. 53).

A dimensão socioeducativa na proposta de reconstrução dos projetos de vida dos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa, considerando a perspectiva gramsciana com respaldo em Marx possibilita a reflexão sobre a elevação dos sujeitos à condição de liberdade plena através da conquista da emancipação

humana. Pensar a educação para a transformação demonstra uma importância singular a ser refletida mesmo diante dos desafiantes percalços que acentuam a alienação e a dominação dos sujeitos.

Gramsci (2002) acreditava no poder da ciência e no progresso do trabalho articuladas à liberdade e à vontade humana. Acreditava ainda na consciência e na liberdade do indivíduo, em sua capacidade de desenvolver o espírito crítico e de organização social para enfrentar o “[...] jugo da servidão e da exclusão social.” (LUIZ, 2013, p. 91). Defendia a criação de um projeto ético-político que fomenta a potencialidade das massas que ficaram relegadas às propostas emancipatórias da modernidade.

O pensador ainda defendia a transformação social pela via cultural e política, pela via do protagonismo consciente, organizado e ativo dos homens, desencadeando processos de rupturas com o atual sistema coercitivo, de dominação que explora, oprime e impede a conquista da liberdade, criando assim uma contra-hegemonia.

Gramsci (2002) considerava a educação como a via mais importante para ascender as classes subalternas à consciência filosófica, ou seja, sair do senso comum, partindo para o bom senso frente a realidade. Assim, as práticas pedagógicas e democráticas devem ser fomentadas para socializar e universalizar o conhecimento, criando, conseqüentemente, uma cultura política madura nas classes e grupos sociais, enfrentando assim os mecanismos de poder e dominação hegemônicos (LUIZ, 2013).

Sabemos que na atual conjuntura ainda não será possível a elevação dos sujeitos à emancipação humana. Aliás, nenhum de nós, sujeitos sociais conseguiremos atingir a glória da liberdade plena, porém, todo movimento de luta, resistência e reflexões acerca deste objetivo que por si é revolucionário, se faz importante pensar no tempo presente em todos os espaços de trabalho, visando deixar um legado para as lutas futuras.

Pensando na concepção de medida socioeducativa aqui exposta, o Serviço de Proteção Social aos adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade têm por finalidade prover atenção socioassistencial e acompanhamento a adolescentes e jovens em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto, determinadas judicialmente. Este Serviço possui relação estreita com o Estatuto da Criança e do

Adolescente⁵ (ECA) e com a Lei Federal nº 12.594/2012 – que institui o Sistema Nacional Socioeducativo (SINASE)⁶.

A legislação, no seu artigo primeiro registra que “esta Lei institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) e regulamenta a execução das medidas destinadas a adolescente que pratique ato infracional.” (BRASIL, 2012). A Lei do SINASE considera todas as medidas previstas no Estatuto da Criança do Adolescente, sendo esta um avanço, pois quando fora criada em 2006, pelo Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) enquanto diretriz, reportava-se apenas para as medidas em meio fechado – semiliberdade e internação.

A atual configuração do SINASE objetiva: I – a responsabilização do adolescente quanto às consequências lesivas do ato infracional, sempre que possível incentivando a sua reparação; II – a integração social do adolescente e a garantia de seus direitos individuais e sociais, por meio do cumprimento de seu plano individual de atendimento; III – a desaprovação da conduta infracional, efetivando as disposições da sentença como parâmetro máximo de privação de liberdade ou restrição de direitos, observados os limites previstos em lei (BRASIL, 2012, Artigo 1º, § 2º).

Observamos uma co-responsabilização entre os sistemas – SUAS e SINASE. Antes da Lei nº 12.594, o SUAS já havia assumido a responsabilidade pelas medidas em meio aberto – LA e PSC a partir da Resolução CNAS nº 109/2009 que dispõe sobre a Tipificação Nacional dos Serviços Socioassistenciais, considerando que não havia dispositivo legal e normativo que contemplasse estas medidas. A partir de 2012, com a referida Lei, estas medidas passam a ser configuradas no Sistema já descrito, todavia, o SUAS não deixou de se responsabilizar pela sua execução.

É impossível pensarmos a implementação do Sinase de forma desconectada do Suas. Existem interfaces estabelecidas pelos princípios norteadores dos sistemas, com propostas efetivas de aproximação da realidade social para um enfrentamento qualitativo, que considere as reais necessidades, advindas do distanciamento das políticas públicas que, historicamente, deixaram suas marcas de exclusão em grande parte da população brasileira. É preciso integrar ações. (SOUZA, 2012, p. 96).

⁵ Prestação de Serviços à Comunidade – Artigo 117 e Liberdade Assistida – Artigo 118 do ECA (BRASIL, 1990a).

⁶ Entende-se por Sinase o conjunto ordenado de princípios, regras e critérios que envolvem a execução de medidas socioeducativas, incluindo-se nele, por adesão, os sistemas estaduais, distrital e municipais, bem como todos os planos, políticas e programas específicos de atendimento a adolescente em conflito com a lei (BRASIL, 2012).

Para Souza (2012) é importante traçar a continuidade do acompanhamento dos adolescentes egressos ou que se encontram em cumprimento de medidas socioeducativas e suas famílias pelo sistema de proteção social do SUAS, principalmente pelos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) que são equipamentos públicos que visam ações de prevenção, desenvolvimento de potencialidades e fortalecimento de vínculos afetivos familiares e comunitários.

Desta forma, as medidas regidas pela Lei nº 12.594/2012 e executadas pelo SUAS, através do CREAS, devem contribuir para o acesso aos direitos e para a resignificação de valores na vida pessoal e social dos adolescentes e jovens. Para a oferta do serviço faz-se necessário a observância da responsabilização face ao ato infracional praticado, cujos direitos e obrigações devem ser assegurados de acordo com as legislações e normativas específicas para o cumprimento da medida.

A medida de PSC deverá se configurar em tarefas gratuitas e de interesse geral, com jornada máxima de oito horas semanais, sem prejuízo da escola ou do trabalho, no caso de adolescentes maiores de 16 anos ou na condição de aprendiz a partir dos 14 anos. A inserção do adolescente em qualquer dessas alternativas deve ser compatível com suas aptidões e favorecedora de seu desenvolvimento pessoal e social.

Considera-se o Serviço como um grande desafio, pois acompanha em meio aberto estes adolescentes, que estão ou em primeira medida ou já cumpriram medidas restritivas de liberdade. Faz parte deste atendimento a elaboração do Plano Individual de Atendimento (PIA) que consiste em sistematizar objetivos, ações e metas para consolidar a reinserção social do adolescente, protagonizando-o no seu meio social com distanciamento total de práticas delitivas.

As estratégias devem, em tese, articular a rede socioassistencial e intersetorial que deve dar atenção especializada aos adolescentes e suas famílias. O retorno do adolescente ao convívio comunitário nem sempre é satisfatório, já que o mesmo volta para o território de origem, cuja dinâmica manteve a mesma dinâmica, com a presença das oportunidades de reincidência no ato infracional, considerando o fetiche da criminalidade como obtenção de poder, status e fácil aquisição de elevadas quantias de dinheiro.

Sabe-se que muitos adolescentes, enquanto cumprem a medida em meio aberto, buscam manter-se distante das práticas infracionais, e quando finalizam o processo, incidem na reincidência do ato ou o cometimento de um novo ato infracional.

Outros não conseguem manter distância das infrações mesmo em cumprimento de medida, ou por estarem em dívida com os líderes dos denominados “corres⁷” ou por não conseguirem oportunidades legalmente estabelecidas.

Souza (2012) destaca que há uma fantasiosa ideia de que a reclusão ou a limitação da liberdade dos adolescentes através das medidas socioeducativas vão frear as práticas de ato infracional. Para o autor, a interpretação que se faz sobre as medidas socioeducativas são espaços possíveis de “[...] reabilitação e de transformação destes jovens em cidadãos honestos e dignos.” (SOUZA, 2012, p. 52).

Essa interpretação desconsidera a realidade à qual esses adolescentes são submetidos, com suas possibilidades e também com suas grandes limitações, historicamente construídas, uma vez que as formas sociais de exclusão estão fundamentalmente ligadas aos interesses de classes e, de forma velada, a contenção camufla a opção de apartar essas pessoas da sociedade. (SOUZA, 2012, p. 52).

O preconceito e as condições de vida dos adolescentes são preponderantes na reincidência ou em novos atos infracionais, já que o mercado de trabalho exclui adolescentes, jovens e adultos egressos de medidas que restringem a liberdade. Sobre esta realidade, abordaremos com maior propriedade nos capítulos subsequentes.

O desafio posto é uma política de segurança pública associada aos serviços socioassistenciais que empoderem os adolescentes e suas famílias e ao mesmo tempo, combata e elimine pontos de criminalidade enraizados nos territórios de pobreza. Enquanto as práticas delitivas estiverem presentes nos territórios e as oportunidades não forem de fato garantidas, a reincidência permanecerá presente e se elevando.

Neste tocante, o CREAS Amanhecer, localizado em Batatais, foi inaugurado em agosto de 2008, e atualmente localiza-se em região próximo ao centro da cidade, ainda de difícil acesso para parcela da população. O imóvel apresenta estrutura física compatível com a atual demanda do equipamento. Por se tratar de

⁷ “Corre” é uma expressão presente nas classes pobres, com maior presença nos diálogos juvenis. Corre inicialmente era associada à luta cotidiana por melhores condições de vida através do trabalho e estudo, vindo a modificar-se pelas práticas delitivas para a conquista de objetivos (Elaborado pelo autor a partir do exercício profissional com adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação).

uma equipe grande, serão focadas aqui, as descrições específicas das Medidas Socioeducativas (MSEs).

Segundo informações de uma das orientadoras de medida, até o ano de 2007, as medidas em meio aberto eram executadas em espaço isolado, situado no território da antiga Fundação Estadual do Bem Estar ao Menor (FEBEM) de Batatais. A partir desta data, com a municipalização das medidas em meio aberto, a Fundação José Lazzarini, organização não governamental que atua há 13 anos com crianças e adolescentes através de projetos de profissionalização, educação e cidadania através da proteção social básica do SUAS e também pela política de educação, aceitou firmar convênio com a Prefeitura de Batatais para executar as referidas medidas.

Em 2007, inaugura-se então o Projeto Comeceemos, organizado pela Fundação José Lazzarini através de convênio com o poder público municipal. As MSEs foram executadas pela referida Instituição até o ano de 2013, quando o serviço passa a ser localizado no âmbito do CREAS. A parceria público-privada para este serviço ainda permanece, pois a Prefeitura firma convênio com a ABADEF (Associação Batataense dos Deficientes Físicos) para a execução das MSE.

Mediante esta parceria, parte dos recursos humanos são contratados e parcela são concursados, conforme tabela a seguir:

Tabela 3 – Recursos Humanos – LA/PSC – CREAS Amanhecer – Batatais/SP

Cargo	Carga Horária	Formação	Tipo de Vínculo
01 Coordenador	30 horas	Serviço Social	Concursado
01 Auxiliar Administrativo	40 horas	Em formação	Contratado
01 Assistente Social	30 horas	Serviço Social	Concursado
01 Psicólogo	30 horas	Psicologia	Contratado
01 Orientador de Medida	30 horas	Terapia Ocupacional	Contratado
01 Orientador de Medida	40 horas	Psicologia	Contratado
01 Orientador de Medida	40 horas	Serviço Social	Contratado
01 Aux. De limpeza	40 horas	Fund. Incompleto	Contratado

Fonte: PREFEITURA DE BATATAIS, 2014.

Conquistas recentes do CREAS Amanhecer permitiram ampliar o horário de atendimento para o período noturno, considerando famílias e indivíduos que trabalham e que só podem frequentar os atendimento após o horário comercial de trabalho. Desta forma, duas vezes na semana, o CREAS atende, duas vezes na semana, das 07h30 às 20h30 e no restante da semana, das 07h30 às 17h00. Há uma organização nos recursos humanos para cumprir os horários noturnos.

Enquanto equipamento público, o CREAS Amanhecer destaca como avanços: a ampliação da equipe mínima, a acessibilidade para pessoas com deficiência, os recursos materiais de melhor qualidade, a estrutura física que comporte os recursos humanos atuais, a composição de assistente social e psicólogo como equipe de referência⁸ nas medidas socioeducativas e o já destacado atendimento em horário noturno. Destacam a importância da inserção do advogado no Serviço, conforme orientação da Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS (NOB-RH/SUAS). Porém ainda há entraves no poder executivo local que não compreendem a importância do referido profissional no CREAS.

Considera-se, por fim, a abertura da equipe do CREAS para a realização desta pesquisa, como um ponto relevante, pois se observa o compromisso ético-político da equipe, considerando ainda a dimensão investigativa do Serviço Social e a importância do equipamento e do seu trabalho na construção do conhecimento científico e sua publicização.

1.3 A trajetória metodológica da pesquisa

A busca pelo conhecimento da realidade e sua compreensão consistem em uma inquietação do ser humano desde os primórdios da sua existência. As experiências de vida ao longo dos anos, as reações diante de situações de variadas naturezas, as alegrias, as tristezas, a obtenção de prazer e frustração motivam o homem a compreender as razões pelas quais uma situação tenha decorrido de certa forma e o por que as reações foram desencadeadas de diferentes formas em cada pessoa.

⁸ Anteriormente não existia equipe técnica de referência que auxiliasse no atendimento e acompanhamento dos adolescentes em cumprimento de medida de LA ou PSC e suas famílias.

Para Barros e Lehfeld (2007, p. 36), o conhecimento é a “[...] manifestação da consciência em conhecer”, isto é, ultrapassar a vivência prática, construindo a sua explicação e interpretação. A inquietação e a sede do saber geralmente estão vinculadas às curiosidades humanas por determinadas questões.

A ciência, ao longo dos séculos, busca explicações sobre vários aspectos da vida humana, do mundo que o circunda, a natureza, os animais e aspectos além deste planeta. O que antigamente era chamada de “coisa de gênio” (ANDRADE, 2002), hoje é possível afirmar que o desejo de construir explicações sobre as realidades deve estar embasado em um conhecimento técnico e científico inicial.

A pesquisa, neste sentido, com toda sua metodologia e técnicas para execução, interpretação e avaliação exige do homem um conhecimento prévio de estratégias para buscar e alcançar as informações que ele deseja. Para isso, existe a metodologia da pesquisa que:

[...] consiste em estudar e avaliar os vários métodos disponíveis, identificando suas limitações ou não no que diz respeito às implicações de suas utilizações. A metodologia quando aplicada examina e avalia os métodos e as técnicas de pesquisa, bem como a geração ou verificação de novos métodos que conduzam a captação e ao processamento de informações com vistas à resolução de problemas de investigação. (BARROS; LEHFELD, 2007, p. 1-2).

Para os autores, a metodologia é uma “metaciência”, pois ela apresenta os caminhos para a construção da ciência, como também desenvolve estudos sobre a mesma, possuindo assim, uma relação epistemológica.

Para Minayo (2008, p. 14) entende-se por metodologia “[...] o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade.” Esta engloba os métodos que serão utilizados na construção do conhecimento, as técnicas ou instrumentais de operacionalização que nortearão os caminhos do conhecimento e também engloba a criatividade do pesquisador, no sentido de atribuir à pesquisa seu toque pessoal, oriunda de uma experiência adquirida.

Metodologia e pesquisa estão em plena sintonia, pois a primeira organiza os caminhos para a produção da segunda, possuindo a responsabilidade de sistematizar todas as informações elencadas, dados colhidos e ideias que fluem formatando um corpo coeso entre “dado vivido” e sua explicação científica.

Considerando a premissa apresentada, o método escolhido para esta pesquisa, consiste no materialismo histórico-dialético, fundado por Karl Marx, no

século XIX. Segundo Severino (2007), este método corresponde a uma tendência filosófica que inter-relaciona o sujeito do objeto, cujas relações estão baseadas na produção da vida material ao longo da história.

O homem, para Marx (1985a) e para Marx e Engels (2010a) corresponde àquele que possui consciência e capacidade para transformar a história de acordo com as suas ações em face da natureza. O homem não é subordinado na/pela história e sim, sujeito transformador. A transformação do homem biológico em ser social, para Marx (2013) acontece a partir da sua relação com a natureza através dos processos de trabalho que regulará a sua sociabilidade na sociedade.

A dialética materialista de Marx não isola os fatos para serem analisados, mas sim, são observados através da sua complexidade histórica, política, cultural, econômica, objetiva, subjetiva, social e individual. É considerado o contexto em sua totalidade. Assim, o conhecimento adquirido desta análise complexa:

Não pode ser entendido isoladamente em relação à prática política dos homens, ou seja, nunca é questão apenas de saber, mas também de poder. Daí, priorizarem a práxis humana, a ação histórica e social, guiada por uma intencionalidade que lhe dá um sentido, uma finalidade intimamente relacionada com a transformação das condições de existência da sociedade humana (SEVERINO, 2007, p. 116).

Para Tonet (2013, p. 66):

A emergência da sociedade burguesa, com o dinamismo que lhe é próprio e que provém da lógica material de acumulação do capital, imprime ao processo sócio-histórico um impulso profundamente dinâmico, com ênfase na capacidade humana tanto de compreender quanto de transformar o mundo dos homens.

O autor relata que é apenas no século XIX que a sociedade burguesa e a sociabilidade humana atingem o nível pleno de maturidade.

A sociedade burguesa, pela sua natureza, permite e obstrui a compreensão científica e aprofundada da realidade social. Abrem-se, assim, dois caminhos para a compreensão dessa realidade. De um lado, elaboração de um conhecimento que contribua para a reprodução desta forma de sociabilidade. De outro lado, uma teoria que possibilite uma compreensão que articule a crítica radical com a transformação também radical da sociedade (TONET, 2013).

Diante do exposto, de modo a compreender a realidade posta, o presente projeto propõe desenvolver uma pesquisa que visa analisar a realidade histórica concreta dos adolescentes, sujeitos da análise, respeitando e conhecendo as condições que os levaram à prática do ato infracional e à consequente aplicação de medida socioeducativa. Considerou-se também a análise da categoria trabalho, como elemento fundante que rege as relações humanas em um contexto de contradições, se aproximando da práxis humana.

Dessa forma, a presente proposta de pesquisa apresenta três momentos que indicam o seu desenvolvimento: pesquisa bibliográfica, pesquisa de campo e análise de dados realizada através da abordagem metodológica quanti-qualitativa, as quais foram construídas categorias teórico-analíticas a partir da pesquisa aplicada com os adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa⁹, sendo sua interpretação realizada através da Análise de Conteúdo.

A pesquisa bibliográfica consiste em explicar um problema a partir de estudos já realizados sobre o tema ou parte dele e também em fundamentar as ideias de um autor através de obras como livros, dissertações, teses, artigos impressos ou virtuais.

“A documentação bibliográfica destina-se ao registro dos dados de forma e conteúdo de um documento escrito: livro, artigo, capítulo, resenha, etc. Ela constitui uma espécie de certidão de identidade desse documento.” (SEVERINO, 2007, p. 70).

Para a realização desta pesquisa, o levantamento e análise de literatura construíram reflexões sobre as condições de sociabilidade de adolescentes, autores de ato infracional, oriundos da classe que vive ou não do trabalho, que constroem suas relações a partir da apropriação da cultura da ostentação, firmada pelas marcas de grifes, obtenção de capital dinheiro, conquista de poder e status, pela música de periferia, configuradas sob a lógica capitalista do consumo.

O segundo momento da pesquisa compreendeu na pesquisa de campo, “[...] que consiste na observação dos fatos tal como ocorrem espontaneamente.”

⁹ A proposta de pesquisa propôs dois momentos em campo: análise documental *in loco* na Fundação CASA de Batatais e momento com adolescentes que se encontram em cumprimento de medida de liberdade assistida, serviço executado atualmente pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) em Batatais/SP. Porém, devido às dificuldades de conseguir autorização da Fundação CASA para a análise documental, focamos os dados apresentados por eles no Plano Decenal das Medidas Socioeducativas realizada pela Comissão de Gestão Integrada, a qual teve a participação do presente autor. O Plano foi realizado entre os meses de janeiro a abril de 2015.

(RUIZ, 2009, p. 50), se aproximando empiricamente à realidade dos sujeitos pesquisados (MINAYO, 2008).

O objeto de estudo compreende a prática de ato infracional e o cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida na sociedade capitalista. O universo da pesquisa versa nos adolescentes e jovens que estão em cumprimento de medida de liberdade assistida. O *lôcus* do estudo foi o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), sendo este, serviço de proteção social especial de média complexidade, tipificado no Sistema Único de Assistência Social (SUAS), localizado no município de Batatais/SP. Sua função é executar o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado a Famílias e Indivíduos (PAEFI), abordagem social, proteção especial para pessoas com deficiência, idosos, crianças e adolescentes e suas famílias e também para pessoas em situação de rua. Compõem também os serviços do CREAS, a execução das medidas socioeducativas de Liberdade Assistida (LA) e Prestação de Serviços à Comunidade (PSC), preconizadas no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), nos artigos 117, para PSC e 118 para LA. Para esta pesquisa, delimitou-se como espaço de estudo, o atendimento dos adolescentes em cumprimento de medida de liberdade assistida.

Conforme já destacado, a primeira escolha foi o Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (CASA) de Batatais e, posteriormente, através de contato com trabalhadores do CREAS, expondo a proposta de pesquisa e o campo a ser desenvolvido, foi sugerido por um dos trabalhadores, que a pesquisa fosse realizada no próprio CREAS, considerando que os adolescentes, por estarem em cumprimento de medida em meio aberto, prosseguem nas relações sociais cotidianas, em seus contextos, sob a cultura de massa e a ostentação pela via do consumo.

Desta forma, considerou-se pertinente realizar a apreensão dos dados no CREAS, haja vista que os adolescentes continuam localizados em seus territórios de sociabilidades, sob acompanhamento sociojurídico. A facilidade de diálogo e abertura da equipe do CREAS também foi ponto estratégico para a mudança do *lôcus* da pesquisa.

A possibilidade de dialogar com o CASA Batatais foi descartada ao logo do processo de execução da pesquisa de campo, considerando o tempo estimado para a realização da pesquisa. A autorização deveria ser enviada a São Paulo, na sede da Fundação CASA, porém, haveria a demora em obter resposta.

Informa-se que realizamos autorização à Coordenação do CREAS, à Gestão Municipal da Assistência Social para realização da pesquisa de campo, sendo estas rapidamente deferidas, facilitando assim, a realização das entrevistas e apreensão de dados quantitativos.

Além da autorização, os adolescentes que aceitaram participar da pesquisa assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) autorizando a divulgação de suas falas sem a exposição de suas identidades. É importante destacar que os adolescentes entrevistados não serão identificados em hipótese alguma, respeitando o sigilo, a preservação da imagem e o segredo de justiça conforme preconiza o ECA.

Para a apreensão e análise das informações obtidas no campo de pesquisa, foram utilizadas como técnicas de pesquisa, ou seja, como procedimentos operacionais, definidos a partir da necessidade epistemológica que apresenta o referido estudo (RUIZ, 2009), a aplicação de entrevistas, que compreende na apropriação de informações através da interação entre pesquisador e sujeito pesquisado (SEVERINO, 2007), sendo que esta técnica “[...] permite o relacionamento estreito entre entrevistado e entrevistador.” (BARROS; LEHFELD, 2007, p. 108).

No decorrer da realização das entrevistas, confirmou-se a suposição de que os adolescentes teriam ricas informações¹⁰ para compartilhar. Assim, a organização do roteiro flexível de entrevistas possibilitou mudanças de acordo com as falas dos sujeitos, respeito aos entrevistados, ética e valorização das suas falas foram importantes para atingir os resultados deste trabalho.

Para isto, de um universo de 76 adolescentes e jovens lotados no atendimento de LA/PSC do CREAS/Batatais, foi selecionada intencionalmente uma amostra de 15 adolescentes e jovens com idades variáveis de 12 a 21 anos em cumprimento de medida socioeducativa de Liberdade Assistida por tráfico de entorpecentes. Todavia, devido à redução do contingente de adolescentes no período de realização da pesquisa, não se conseguiu atingir o total de quinze entrevistas. A realidade do atendimento no período possibilitou apreender dados de cinco sujeitos¹¹.

O diálogo buscou construir reflexões e adquirir conhecimentos frente à realidade social que cercam estes adolescentes e jovens, suas vivências sociais e

¹⁰ Conferir os discursos realizados pelos adolescentes e as categorias empíricas construídas ao longo dos três capítulos que seguem este trabalho.

¹¹ Maiores detalhes sobre a questão, ver tópico 1.4.

infracionais, respeitando suas individualidades. Sobre o recorte do número de adolescentes em cumprimento de liberdade assistida, utilizou-se como critérios o total de adolescentes, atualmente, inseridos na medida de liberdade assistida no âmbito do CREAS, o índice de descumprimento da medida socioeducativa, o número de adolescentes em real cumprimento da medida e a origem dos mesmos, visando variar a quantidade em relação aos territórios (bairros) de sociabilidade. Enquanto recorte temporal é importante salientar que a medida é cumprida, no mínimo, por 06 meses, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente. Desta forma, segundo o cronograma deste projeto, a pesquisa seria iniciada em janeiro de 2015, todavia, a análise do mesmo e o referendo pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da UNESP/Franca foram consolidados aos 28 de janeiro de 2015. Assim, o cronograma foi revisto e a pesquisa iniciou-se oficialmente aos 04 de março de 2015, concluída aos 30 de setembro de 2015.

A pesquisa permitiu explorar com propriedade e riqueza a realidade da “Vida Loka¹²”, citada sempre pelos adolescentes e jovens, e refletir a socialização neste contexto onde existem peculiaridades nas ideologias e formas de enxergar a realidade. Para o sucesso das entrevistas, utilizou-se como técnica a entrevista não diretiva (ou semiestruturada), que propõe o uso do discurso livre (SEVERINO, 2007) no qual é desenhado um roteiro de questões de complexidade substantivas que é aplicado de forma a manter os pesquisados em pleno diálogo, sendo que o pesquisador intervém nos momentos em que há necessidade. A intenção foi a de absorver o máximo possível de informações para contemplar os objetivos propostos.

A coleta de dados realizada através da entrevista exigiu um rigor metodológico no seu processo hermenêutico. Dessa forma, considerando a apreensão dos dados a partir da comunicação oral dos adolescentes, foi necessário sistematizá-los através do levantamento de categorias empíricas, tendo como base a Análise de Conteúdo (AC). Segundo Bauer (2007), a AC é uma variável dependente, uma coisa que deve ser explicada. Só faz-se AC através de análise textual, na qual se busca informações explícitas e implícitas para compreensão da realidade em estudo. “O texto é um meio de expressão.” (BAUER, 2007, p. 192).

Conceituando AC através de Bauer (2007, p. 190), verifica-se que “[...] é um método de análise de texto desenvolvido dentro das Ciências Sociais empíricas.”

¹² Ver conceito no capítulo 2, tópico 2.3.

Bardin (2008, p. 11) fala que corresponde a “um conjunto de instrumentos e metodologias cada vez mais subteis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”. Bardin (2008, p. 33) revela que a AC é um “[...] conjunto de técnicas de análise das comunicações.” Ainda define que:

Não se trata de um instrumento, mas de um leque de apetrechos; ou, com maior rigor, será um único instrumento, mas marcado por uma grande disparidade de formas e adaptável a um campo de aplicação muito vasto: as comunicações. (BARDIN, 2008, p. 33).

Esta técnica objetivou superar a incerteza, através das informações contidas nas comunicações obtidas e também enriquecer a leitura, pois trouxe elementos para a confirmação da hipótese ora apresentada, como também subsidiou a construção de novas reflexões. Suas funções são: heurística – maior propensão à descobertas e administrar a prova – a comunicação revelou novas questões ou afirmações que foram sistematicamente analisadas para confirmar a hipótese (BARDIN, 2008).

A AC é realizada entre textos oriundos de entrevistas semiestruturadas, documentos, textos científicos, inquéritos, dentre outros. Compreender uma entrevista requer um aparato teórico-metodológico para aprofundar resultados que estão explícitos e principalmente implícitos em um texto. Neste trabalho atentou-se à entrevista aberta com pessoas de um grupo específico.

Independentemente da forma como se realiza uma entrevista, estas “[...] devem ser registradas e integralmente transcritas (incluindo hesitações, risos, silêncios, bem como estímulos do entrevistador).” (BARDIN, 2008, p. 89). Em uma entrevista, o entrevistador encontra singularidades em cada pessoa que está respondendo às suas indagações. Todavia, no processo hermenêutico, é necessário fazer a junção de dados através da codificação e categorização das informações. É importante que durante o codificar e o categorizar, a unicidade da pessoa não seja perdida para não transformar a concepção da mesma durante o ato de responder. Assim fez-se!

Em relação à codificação e categorização das informações, Bauer (2007) define o primeiro como um “[...] modo sistemático de comparação. É um conjunto de questões (códigos) com o qual o codificador trata os materiais, e do qual o codificador

consegue respostas dentro de um conjunto predefinido de alternativas.” (BAUER, 2007, p. 199). A segunda definição trata da codificação de dados como uma construção de referenciais que implicam a “[...] natureza das categorias, os tipos de variáveis de códigos, os princípios organizadores do referencial de codificação, o processo de codificação e o treinamento para codificação.” (BAUER, 2007, p. 200). Ele explica a construção de categorias através do exemplo do código notícias. Intrínsecos às notícias, podem ser categorizados: últimas notícias, entrevistas, reportagens, comentário, revista, dentre outros.

Durante o levantamento de dados em uma entrevista são formadas, segundo Bardin (2008), as categorias empíricas, que são repetições nas frequências de respostas sobre determinado assunto. Esse levantamento só é possível, pois mediante a entrevista fez-se uma “[...] imersão no mundo subjetivo do outro.” (BARDIN, 2008, p. 92).

O passo-a-passo da AC consiste na: organização da análise, na codificação das informações, na categorização dos dados e na inferência do autor sobre as categorias através de reflexão crítica mediante uso de suportes teóricos. Na interpretação dos conteúdos do texto, Minayo (2008) aponta pela formação de núcleos dos sentidos, que são concepções das pessoas em relação às indagações.

Após elencar os núcleos dos sentidos, o próximo passo corresponde à interpretação dos mesmos. Esta possui três fases que são: leitura e identificação de temas, reconhecer ideias implícitas e explícitas nas respostas e relacionar teorias com os resultados das interpretações, elaborando assim a redação (MINAYO, 2008).

Além do diálogo com os adolescentes e jovens do CREAS, solicitamos autorização para apreender dados quantitativos sobre as medidas em meio aberto – Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade, visando desenvolver a mesma análise que será proposta na Fundação CASA de Batatais. Para este percurso, fizemos uso do Plano Decenal das Medidas Socioeducativas de LA e PSC.

Os dados quantitativos permitiram traçar um perfil destes adolescentes: quem são, origem, etnia, composição e renda familiar, acesso à rede de atendimento, quantidade de atos infracionais cometidos e quais são estes atos, faixa etária, escolaridade, já foi ou estava inserido no mundo do trabalho, perfil de trabalho que este público encontra, dentre outras informações.

A realização das entrevistas em conjunto com a análise de dados do CREAS define a abordagem quanti-qualitativa que esta pesquisa se propôs a realizar.

Quando do término da realização da pesquisa de campo e levantamento dos principais recursos bibliográficos, as informações foram compiladas e transformadas em informações a partir dos quatro capítulos deste trabalho contribuindo com o desenvolvimento científico, aprofundando as discussões acerca da adolescência contemporânea e suas relações mediadas pela ordem societária capitalista.

1.4 Percepções e observações sobre o campo de pesquisa

Registra-se a abertura, a contribuição e um grande agradecimento à toda a equipe das medidas socioeducativas em meio aberto de Batatais, nas pessoas das orientadoras de medidas – Alexandra Morotti, Isabela Guimarães e Anna Carolina Rosa, a Auxiliar Administrativo, Ana Flávia Tomasini, aos técnicos de referência das medidas – o Assistente Social Thiago Denadai, o Psicólogo Everton Bazilio e à Coordenadora do CREAS Amanhecer, a Assistente Social Renata Darini.

Toda a equipe compreendeu a importância da pesquisa e auxiliaram em tudo que foi necessário para a concretização da etapa da pesquisa de campo.

A primeira pesquisa foi agendada para o dia 04 de março de 2015. Quando chegou o dia da mesma, o adolescente, primeiramente passou pelo atendimento com a orientadora de referência e posteriormente foi realizada a abordagem com a finalidade de convidá-lo para a entrevista. O intuito era o de não interferir no atendimento semanal dos adolescentes com os orientadores de medidas.

O adolescente recusou conceder a entrevista e esta decisão, já na primeira tentativa, causou uma frustração. O que foi pontuado pela orientadora de medida é que o adolescente em questão possui dificuldades para verbalizar suas questões, que há dificuldades de realizar os atendimentos devido à resistência de diálogo pelo mesmo. Notou-se que o adolescente utilizava roupas de marca, se ostentando com vestimentas de grife.

Considerando a recusa da entrevista, este pesquisador em conjunto com a equipe das medidas traçaram uma nova estratégia para conseguir maior adesão dos adolescentes na pesquisa. Perguntada sobre a possibilidade de aproveitar o espaço do atendimento e a presença do orientador de referência no momento da entrevista, a aceitabilidade da equipe foi positiva.

Considerou-se importante esta presença, pois o orientador possui vínculo com os adolescentes e o presente pesquisador não. Quando surgiu a ideia desta pesquisa, o convívio diário com os adolescentes na Fundação CASA de Batatais a partir da prática profissional deste pesquisador facilitaria a realização das entrevistas, devido ao vínculo mais estreito com os mesmos. Todavia, após a saída do profissional pesquisador do Centro, era certo que os desafios seriam maiores, ponderando-se a não vinculação com os adolescentes.

Com a nova estratégia traçada, tentou-se uma segunda abordagem aos 05 de março de 2014, obtendo-se maior sucesso. Foi explanada aos adolescentes a partir desta segunda tentativa, a proposta da pesquisa, a contribuição do diálogo para os atendimentos e a importância da presença do orientador da medida, como também todos os procedimentos éticos e científicos e o registro da entrevista no TCLE foram realizados para deixar os adolescentes cientes da proposta e da sua importância.

Sobre os adolescentes e jovens entrevistados, suas idades compreendem dos 13 aos 18 anos. Destes, 40%, mesmo cumprindo medida socioeducativa, não estão frequentando a escola; 60% estão cursando o ensino fundamental. A configuração familiar dos entrevistados consistem em famílias monoparentais femininas, nucleares e ampliadas com faixa de renda de zero a dois salários mínimos. Todos estavam cumprindo a medida de liberdade assistida pela primeira vez. Dois relataram ter se envolvidos em outras infrações que não geraram processos judiciais.

Sobre as entrevistas, observou-se que alguns adolescentes apresentaram muitas dificuldades de compartilhar vivências através do diálogo. Muitos se intimidaram com a presença do pesquisador, falaram pouco, todavia, este pouco se mostrou relevante para a análise dos dados. Outros adolescentes já mostraram maior abertura, dialogaram sem temores, expondo pontos importantes para reflexão e análise.

Durante as visitas no CREAS para a realização das entrevistas, houve uma troca de informações entre pesquisador e equipe sobre a atual situação das medidas socioeducativas, os tipos de infração em que motiva o judiciário a aplicar a medida e também a adesão e evasão dos adolescentes das medidas.

Segundo informações dos profissionais, houve uma queda significativa no número de atendimentos, considerando as evasões, as conclusões de algumas medidas e a não aplicação de novas. Batatais passou no final de fevereiro e começo

de março de 2015 pela substituição do juiz da vara da infância e juventude, interferindo assim no andamento e decisão dos processos.

Este processo decorreu por meses e a nova juíza de direito que assumiu a Vara da Infância e Juventude apresenta uma postura de manter as medidas em meio fechado por maior tempo. Esta informação foi possível através de reunião oficial com os trabalhadores das medidas em meio aberto e fechado para a elaboração do já referido Plano Decenal.

Quando o Projeto de Pesquisa foi elaborado, as medidas atendiam 76 adolescentes, sendo 38 por tráfico de drogas. Quando a pesquisa de campo deu o seu *start*, haviam apenas 24 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e este montante foi se reduzindo. A pesquisa foi concluída no começo de abril, com possibilidade de retomada caso novos processos por tráfico de drogas chegasse até o CREAS.

Em visita ao CREAS durante os meses de maio e junho, verificamos que não houve alterações na realidade das medidas em meio aberta. Desta forma, considerando a qualidade das cinco entrevistas realizadas, os dados quantitativos apreendidos e os recursos bibliográficos, documentais e audiovisuais selecionados, decidimos por encerrar a etapa *in loco* e iniciou-se o processo de transcrição, categorização e discussão dos dados entre os meses de julho a setembro de 2015.

CAPÍTULO 2

A CONSTRUÇÃO SOCIOHISTÓRICA DA ADOLESCÊNCIA NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

“A desvalorização do mundo humano aumenta em proporção direta com a valorização do mundo das coisas” (Karl Marx).

Este capítulo discute o processo de construção da adolescência ao longo da história. Para compreender a história da adolescência foi importante resgatar a formação social da infância, sendo esta categoria presente a mais tempo na história do ser social. O cenário de desenvolvimento capitalista a partir da produção da vida material e os rebatimentos na sociabilidade de crianças e adolescentes ao longo do tempo também foram considerados visando reforçar o entendimento de que toda a constituição do ser social se configura a partir das relações humanas e sua atividade na produção da riqueza.

Começamos o capítulo apresentando a história social e protetiva da adolescência, iniciando pela concepção europeia, perpassando pelo Brasil. Após estas considerações, partimos para as reflexões sobre os rebatimentos do capital na garantia da proteção integral aos adolescentes brasileiros no tempo presente. Seguimos o capítulo refletindo sobre a relação dos adolescentes na atual sociedade do consumo sob o domínio da indústria cultural e do consumo ostensivo como mecanismos de consolidação de pertencimento e visibilidade social.

Encerramos o capítulo, provocando os leitores a se indagarem sobre o tempo presente que se apresenta na sua forma mais diluída, dissolvendo as relações humanas, provocado o amor líquido que fragiliza e descarta as pessoas, sendo esta realidade, fruto da perversidade do capitalismo contemporâneo.

2.1 Breves apontamentos sobre o processo sociohistórico e protetivo da adolescência

A história que envolve crianças e adolescentes se apresenta como uma trama repleta de segredos e revelações, verdades e inverdades, pois até poucos anos, apenas tínhamos conhecimento acerca desta história a partir da voz dos adultos, do

que eles pensavam, entendiam, interpretavam e consideravam a respeito da temática. Crianças e adolescentes no decorrer da história da humanidade pertenciam às categorias inferiores da vida humana, sem direito a pensar e falar, ou seja, podemos afirmar que “[...] as crianças ocuparam um lugar secundário no pensamento sociológico. Esses indivíduos, quando muito, foram considerados atores coadjuvantes, para não dizer apenas figurantes, nas análises das tramas sociais.” (CUNHA, 2013, p. 84). O pensamento era livre enquanto não expressado, portanto, este público passou boa parte da história sendo interpretados das mais contraditórias formas que os adultos poderiam desenvolver até então.

Bourdieu (1983) afirma que pensar as idades para distinguir a infância da adolescência e esta da juventude e da velhice, é compreender que estas distinções compreendem em construções sociais historicamente estabelecidas, em que, dependendo de cada momento histórico ou cultura, haverá diferenças entre a idade social e a idade biológica. Neste tópico, nos concentraremos em descrever e analisar o percurso da adolescência pela história.

Ariès (1978) afirma que a fase de maior atenção pelos adultos era a de início da infância, período em que a criança era totalmente dependente do adulto para todas as ações cotidianas. Esta era a fase de serem paparicadas. Após determinada idade, quando a criança já possuía o mínimo de condições físicas para auxiliar nos afazeres domésticos e também no mundo do trabalho, a fase mudava para a precoce adultização, levando-a a sérios riscos de desenvolvimento.

A criança, já em condições mínimas de independência, somava-se à família para a “[...] prática comum de um ofício a ajuda mútua quotidiana num mundo em que um homem, e mais ainda uma mulher isolados não podiam sobreviver, e ainda, nos casos de crise, a proteção da honra e das vidas.” (ARIÈS, 1978, p. 4).

O início das discussões acerca a fase intermediária entre infância e vida adulta decorreu nas últimas décadas do século XIX, quando a Europa conheceu dois casos, totalmente antagônicos: o “verdadeiro gênio” e o “menino demônio” (SAVAGE, 2009).

Figura 2 – Marie Bashkirtseff – “verdadeiro gênio” (1858 – 1884)



Fonte: MITO, [20--?].

Marie Bashkirtseff (1858 – 1884) – jovem, de família adotiva envolvida em vários problemas morais para a época, com sérios problemas de saúde que a condenara a uma breve passagem pela vida terrena, sonhadora, possuía o seu diário como seu refúgio, onde registrava os fatos do seu cotidiano, encenado no rápido desenvolvimento do capitalismo da Europa do século XIX. Ficou conhecida pela brilhante forma de registrar a sua vida, romantizando toda a sua história, envolta de sonhos, amores, angústias e a morte precoce cada dia mais próxima (SAVAGE, 2009).

Figura 3 – Jesse Pomeroy, o “menino demônio” (1859 – 1932)



Fonte: VAL, 2014.

Jesse Pomeroy (1859 – 1932) – jovem, pobre, assassino em série, que desenvolveu sua juventude nos assassinatos de pessoas e permanência na prisão, sendo considerado um grande perigo para a sociedade capitalista europeia do século XIX. A repercussão dos seus atos levou a sociedade da época a discutir a pena de morte para crianças, porém, mesmo com a condenação à morte concluída, Pomeroy morreu de causas naturais aos 72 anos (SAVAGE, 2009).

Compreende-se um paradoxo na compreensão dos limites da infância, da fase intermediária e idade adulta, pois, dependendo da situação, crianças eram tratadas como crianças, e, em outros casos, como e crimes, por exemplo, eram abordadas como pessoas adultas. É similar aos debates atuais sobre a adolescência. Assim, “[...] temos um universo da adolescência, no sentido verdadeiro, isto é, da irresponsabilidade provisória: estes jovens estão numa espécie de *no man's land social*¹³, são adultos para algumas coisas, são crianças para outras, jogam nos dois campos.” (BOURDIEU, 1983, p. 114).

Através da leitura da obra de Savage (2009), é possível compreender como se dava a atenção às crianças e adolescentes. Independente do pertencimento de classe social, crianças e adolescentes não possuíam o reconhecimento de cidadãos, a categoria adolescência não era reconhecida até os episódios concretizados pelos jovens Bashkirtseff e Pomeroy, que levaram a sociedade a pensar a fase intermediária entre infância e vida adulta até então mal compreendida. A distinção de classe se discorria a partir do objetivo de cada geração e sua função social na sociedade enquanto tais e após adentrarem à vida adulta.

Marie Bashkirtseff e Jesse Pomeroy tiveram em comum mais do que a sua época. A seu próprio modo, eles forçaram as suas respectivas sociedades a reconhecerem que os rituais existentes entre infância e idade adulta estavam obsoletos. A fase física da puberdade, em geral, começando por volta dos 12 ou 13 anos e terminando aos 18 ou 19, permanecia constante. Entretanto, o “verdadeiro gênio” e o “menino demônio” mostraram que não era mais adequado pensar que a idade adulta vinha imediatamente após a infância: eles foram os precursores de um novo estado intermediário que ainda não tinha um nome. (SAVAGE, 2009, p. 29).

Considera-se um avanço para o pensamento sociológico da época, porém, segundo Savage (2009), grupos tradicionalistas, conhecidos como nacionalistas,

¹³ Terra do homem social.

daquela época emperravam os avanços, sempre propagando a conotação de selvagens às crianças, defendendo a inserção destes em Instituições para a formação pré-militar das mesmas. Na contramão da tradição nacional militar, grupos envolvidos na arte, conhecidos como decadentes, dadas as suas condições de vida, “imorais” para aquela época, defendiam a romantização da juventude, como uma fase de amor, de exploração do mundo, de autoconhecimento.

A visão mais libertária se chocava com a visão tradicional de moldar o jovem às necessidades econômico-sociais da época. A Europa vivia uma fase de intenso desenvolvimento industrial, conflitos políticos e a iniciada e duradoura corrida armamentista.

A partir destas considerações, infere-se que o cenário social, cultural, político e econômico de cada época influem diretamente no desenvolvimento do ser social, sendo que configura sua dinâmica cotidiana de acordo com os imperativos impactos de um sistema maior, neste caso, o sistema capitalista e suas contraditórias e destrutivas facetas.

Considerando a conjuntura capitalista, crianças e adolescentes da burguesia europeia dedicavam o seu tempo à educação erudita. Aos homens cabia a escolarização, à aprendizagem da continuidade no meio de exploração e acumulação capitalista; às mulheres, a formação cultural e matrimonial para um bom casamento.

Figura 4 – Crianças e Adolescentes da burguesia europeia do século XVI



Fonte: DALL'IGNA, 2012.

Desta forma, a infância e adolescência compreendiam em um estágio preparatório para os desafios futuros de homens e mulheres da burguesia. Aprendia-

se além de toda a bagagem educacional e social para manterem-se aceitos na alta sociedade da época, a explorar e dominar a classe trabalhadora através do trabalho precarizado, mantendo viva a subordinação entre classes e excluindo e criminalizando aqueles que se recusavam ao trabalho ou não possuíam condições físicas e de saúde mínimas para tal.

Figura 5 – Criança da classe trabalhadora – final do século XIX



Fonte: BRABO, 2006.

Às crianças e adolescentes do proletariado cabiam auxiliar suas famílias no trabalho, na busca pela sobrevivência, na amenização ínfima da miséria, isso quando possuíam famílias, pois os índices de abandono na época eram alarmantes. Cabiam aos orfanatos o dever de oferecer assistência aos expostos ou enjeitados, como eram denominadas as crianças e adolescentes abandonadas pelas famílias naquele período histórico.

Conforme já mencionado, as crianças, após superarem a fase da dependência dos pais, passavam a auxiliá-los no trabalho. Cunha (2013) à luz do pensamento marxiano, afirma que a exploração do trabalho feminino e infantil no século XIX compreendia em estratégias do empresariado para baratear os custos dos meios de produção. O trabalhador além de vender a sua força de trabalho, vendia também a força de trabalho da sua família.

Esse movimento fez com que o operário, que até o momento vendia apenas sua própria força de trabalho, passasse a vender sua esposa e seus filhos, tornando-se, assim, um “mercador de escravos”, e o empresário capitalista, um escravagista. Entre as principais consequências dessa revolução estão: a decomposição da vida familiar, as altas taxas de mortalidade entre os filhos pequenos da

classe operária e o “empobrecimento intelectual dos homens.” (MARX apud CUNHA, 2013, p. 85).

A exploração do trabalho infantil, além de inserir precocemente crianças no mundo do trabalho, favorecia o não desenvolvimento intelectual que poderia elevar a consciência de classe destes sujeitos para a busca de melhores condições de vida e de trabalho ao longo do seu desenvolvimento. As condições às quais estas crianças e adolescentes estavam sempre sujeitas já demonstrava o surgimento do processo de criminalização da infância e juventude que viviam na pobreza, pois a estes restava viver sob as migalhas, fadados à sua própria miséria, sem direito de questionar os fenômenos que os mantinham nestas condições.

As longas jornadas de trabalho (de 10 a 15 horas por dia) em locais insalubres e a intensificação do trabalho geravam a degeneração da população operária da Inglaterra da metade do século XIX, degeneração essa não apenas física como intelectual e moral, visto que a instrução escolar dessas crianças era substituída pelo trabalho fabril e, antes mesmo de chegarem à maturidade, elas se transformavam em “simples máquinas produtoras de mais-valia.” (CUNHA, 2013, p. 86).

Invisíveis e enfeitados pela sociedade, alvo de reflexão para a arte literária e cinematográfica, as crianças pobres de uma época marcada pela ascensão do capitalismo, pelo preconceito de classe social, pela criminalização da criança e do adolescente órfãos, institucionalizados, em situação de rua, aliciados para o crime, pertencentes aos estratos sociais mais miseráveis de uma sociedade desigual passaram a ser retratados em livros e filmes, como o pequeno Oliver Twist, criança órfã, inglesa, do século XIX, protagonista criado por Charles Dickens¹⁴ em 1837 em

¹⁴ Charles Dickens (1812-1870) foi um escritor inglês, autor dos romances “David Copperfield”, “Oliver Twist”, “Christmas Carol”, entre outras, foi o mais popular e humano dos romancistas ingleses. Mestre do suspense, do humor satírico e do horror, retrata a Londres de sua época. Foi recebido pela Rainha Vitória como um grande representante das letras inglesas. Em muitos de seus romances, Charles Dickens critica as condições econômicas e sociais da época: o contraste entre o ambiente dos empregadores e seus subordinados, as condições deploráveis do trabalho das crianças, a vida miserável dos pobres e a crueldade da prisão por dívidas, testemunhando os aspectos mais sombrios da revolução industrial. Dominava a arte de contar, ora faz rir, ora comove o leitor. Sua maior qualidade é a criação de tipos, que descobre nos indivíduos os mais comuns traços característicos, que aproveitados ao máximo, chegam a desvirtuar seu sentido aparente. Charles Dickens faleceu, em consequência de um acidente vascular cerebral, em Higham, Inglaterra, no dia 09 de junho de 1870. Seu corpo foi sepultado na Abadia de Westminster. Encontra-se escrito em sua lápide: “Apoiante dos pobres, dos que sofrem e dos oprimidos, com sua morte, um dos maiores escritores da Inglaterra desapareceria para o mundo” (CHARLES..., 2015).

um dos livros mais conhecidos e lidos até o tempo presente, transformado ao longo das décadas em filmes, documentários e séries.

Figura 6 – Oliver Twist – Filme de 2005¹⁵



Fonte: SONY PICTURES, 2014.

Figura 7 – Oliver Twist – Série de 2007¹⁶



Eu gostaria que algum filósofo bem-alimentado, cuja comida e bebida se tornassem fel dentro dele, cujo sangue fosse gelo e cujo coração fosse de ferro, observasse Oliver Twist agarrando aquela deliciosa comida que o cão tinha desprezado. Gostaria que tal filósofo presenciasse a assustadora avidez com que Oliver despedaçava os bocados com toda a ferocidade da fome. Há uma única coisa de que eu gostaria mais: ver o filósofo tragar a mesma espécie de comida, com o mesmo apetite. (DICKENS, 2012, grifo nosso).

Twist vivenciara as mais variadas facetas da violência, desde sua estada no Orfanato devido à morte de sua mãe ao nascer, onde vivera maus-tratos, passava fome, trabalhava arduamente, até a vivência de rua e as tentativas de aliciá-lo ao crime. Dickens denunciava uma sociedade que mal interpretava e tecia julgamentos descabidos a uma infância miserável, invisível, criminalizada. Era o capitalismo acentuando o número de vítimas através da acumulação de riqueza acompanhada da exploração, da violência e da miséria.

Sua obra, passados 178 anos, continua contemporânea e nos provoca a pensar como compreendemos a dimensão social da infância e adolescência no atual contexto capitalista e em sua atual e mais severa crise estrutural, diluindo direitos e proteção social, deixando-as à própria sorte.

Durante este período, Marx já tecia críticas em relação à exploração do trabalho infantil, a obstrução do desenvolvimento intelectual que o trabalho provocava

¹⁵ Filme de drama, lançado no Brasil em 2005 dirigido por Roman Polanski. O roteiro escrito por Ronald Harwood é baseado na novela de 1837 de mesmo título, produzida por Charles Dickens.

¹⁶ Série adaptada pela BBC Londres para exibição na televisão e distribuída em DVD para vários países.

nas crianças da classe proletária. Em sua obra – “Crítica do Programa de Gotha”, baseado em cartas escritas durante a década de 1870, publicada em livro em 1891, poucos anos após a sua morte, Marx (2012) registra que as reivindicações do Partido Operário Socialista da Alemanha e outras manifestações, destacavam enquanto reivindicações ao Estado: “[...] a abolição de todas as leis que limitam a expressão da opinião; [...] Instrução popular universal e igual sob incumbência do Estado. Escolarização universal obrigatória. Instrução gratuita em todos os estabelecimentos de ensino.” (MARX, 2012, p. 90).

Enquanto reivindicações para a sociedade, dentre outras a “[...] proibição do trabalho infantil e de todo trabalho feminino nocivo à saúde e à moralidade.” (MARX, 2012, p. 91). Defesas como as referentes à educação universal, pública, gratuita e de qualidade, como o combate ao trabalho infantil e igualdade de gêneros no mundo do trabalho discorrem até o presente momento, pois ainda vivemos, com outras roupagens, a realidade que a história social da infância e da adolescência nos apresenta, que Charles Dickens denuncia ainda nas primeiras décadas do século XIX e que Chaplin¹⁷, em diversos filmes, com destaque ao seu primeiro longa-metragem Filme – “O Garoto”, de 1921, sobre o abandono e maus-tratos em face de crianças e a submissão destas e de adolescentes a mais profunda miséria, desigualdade e criminalização postas pelo capitalismo em suas fases de desenvolvimento e crises históricas.

“O Garoto” retrata a história de uma criança, abandonada pela mãe, pobre e sem marido em uma época em que dar à luz a um filho sem pai era considerado uma prática imoral e irresponsável, manchando a reputação das mulheres, sendo esta uma concepção machista e conservadora que ainda apresenta os respingos no tempo presente.

¹⁷ Charles Chaplin (1889-1977) foi ator, cineasta, dançarino, diretor e produtor inglês. Também conhecido por "Carlitos". Foi o mais famoso artista cinematográfico da era do cinema mudo. Ficou notabilizado por suas mímicas e comédias do gênero pastelão. O personagem que mais marcou sua carreira foi "O Vagabundo" (*The Tramp*), um andarilho pobretão com as maneiras refinadas e a dignidade de um cavalheiro, vestido com um casaco esgarçado, calças e sapatos desgastados e mais largos que o seu número, um chapéu coco, uma bengala e seu marcante bigode. Suas obras teciam críticas às condições de vida das pessoas no início do século XX, devido aos impactos da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918), percursos desiguais do capitalismo, disputas de poder, período entre guerras e como a sociedade se reportava às pessoas que viviam em condições de miséria, baixo salário ou mesmo desemprego. O preconceito da burguesia contra os pobres também era retratado em seus filmes. Charles Spencer Chaplin morre em Vevey, na Suíça, no dia 25 de dezembro de 1977 (CHARLES..., 2013).

A criança é encontrada pelo “Vagabundo¹⁸”, um homem, de emprego precário, pobre e sozinho que mal conseguia subsistir e que agora assume a responsabilidade pelo garoto. A trama retrata a conduta animal dos homens ao se reportar às crianças, principalmente as pobres, como aos adultos em situação de miséria. O cenário e figurino, o *script* que sistematiza uma realidade que não tem nada de ficção muda sua roupagem na contemporaneidade, pois, em pleno decorrer do século XXI, observamos a acentuação da selvageria que consome a humanidade das pessoas.

Figura 8 – Cena do filme – “O Garoto” de Charles Chaplin, Estados Unidos, 1921



Fonte: RESENDE, 2011.

Figura 9 – Imagem célebre do filme “O Garoto”, de Charles Chaplin, EUA, 1921



O caminho da vida pode ser o da liberdade e da beleza, porém nos extraviamos. A cobiça envenenou a alma dos homens... levantou no mundo as muralhas do ódio... e tem-nos feito marchar a passo de ganso para a miséria e morticínios. Criamos a época da velocidade, mas nos sentimos enclausurados dentro dela. A máquina, que produz abundância, tem-nos deixado em penúria. Nossos conhecimentos fizeram-nos céticos; nossa inteligência, empedernidos e cruéis. Pensamos em demasia e sentimos bem pouco. Mais do que de máquinas, precisamos de humanidade. Mais do que de inteligência, precisamos de afeição e doçura. Sem essas virtudes, a vida será de violência e tudo será perdido. (Charles Chaplin, “O Grande Ditador”, EUA: United Artists, 1940, longa-metragem). (CHAPLIN, 2012a).

Em 1940, Chaplin registrava uma de suas mais célebres frases. Esta no faz refletir como a cobiça, o ódio, a tecnologia, o poder e o dinheiro transformaram a vida humana, corromperam as relações sociais, tornando o ser social selvagem, agressivo e individualista. A selvageria e a barbárie tem sido destrutivas para todas as gerações,

¹⁸ Identidade dada ao personagem no filme.

principalmente para crianças e adolescentes que estão sendo privadas de crescer em uma sociedade humana, digna, justa e pacífica. Morrem cotidianamente nas guerras religiosas, conflitos de poder, sofrem com o distanciamento dos pais ou responsáveis que se dedicam mais ao mundo do trabalho, são abandonadas ou destituídas de suas famílias por múltiplos motivos, vivem na miséria, são julgadas e enquadradas de acordo com as condições de vida em que vivem estereotipadas de acordo com a raça/etnia que nasceram e da cultura que se apropriaram. Enfim, o capitalismo, na sua faceta mais selvagem e destrutiva provoca o terror frente a este público que é cada vez mais desafiado a se desenvolver e superar os obstáculos postos pelo imperativo segregador do capital.

Dickens e Chaplin se foram, cada um no seu tempo histórico, mas as suas reflexões, seus legados permaneceram com o intuito de nos provocar cotidianamente a pensar a forma como estamos conduzindo este mundo e como estamos protegendo as crianças e adolescentes em meio à atual conjuntura capitalista.

Desta forma, como a presente pesquisa envolve a arte literária, musical e cinematográfica nas reflexões ora propostas, considerou-se importante realizar este traçado histórico para que, neste momento, pudéssemos refletir brevemente sobre o percurso histórico da adolescência no Brasil, que foi influenciada pela cultura e costumes europeus em todo o período de colonização, império e república, como também apontar alguns aspectos sobre a proteção à este público através dos direitos sociais.

Conforme mencionado no início deste tópico, historicamente, a criança e o adolescente não possuíam voz, pouco se falavam deles, eram personagens secundários na história da humanidade. No Brasil não foi diferente, elas “[...] não eram percebidas, nem ouvidas. Nem falavam, nem delas se falava.” (LEITE, 2009, p. 21).

Somente no século XIX que a infância e a adolescência, ainda misturadas a partir da perspectiva da menoridade que refletia o público infanto-juvenil pertencentes aos estratos de pobreza, passou a ter maior atenção da literatura e das pesquisas, compreendendo que era a partir da infância que se deveria formar o indivíduo para atender à ordem social e econômica vigente.

Infância – valioso patrimônio da nação – numa perspectiva de atores que deveriam ser moldados à luz da ordem societária vigente para a constante manutenção desta ao longo do tempo. Crianças que, quando se tornarem adultas,

pessoas “de bem”, contribuiriam para o processo civilizatório brasileiro (RIZZINI, 2011).

Para isso, as crianças deveriam passar pela educação moralizadora, porém, nem todas possuíam as mesmas oportunidades ou as estratégias de formação escolar consideravam o pertencimento de classe social, sendo que a educação dos ricos possuía um objetivo voltado ao progresso e ao domínio, e a educação dos pobres limitava-se a cuidar da manutenção da pobreza e à submissão em face aos ricos. Crianças e adolescentes extremamente pobres, em situação de rua, abandonados e alguns adentrando à criminalidade eram reduzidos a menores, sendo alvo das ações higienistas e corretivas do Estado.

Figura 10 – Crianças em situação de rua – Rio de Janeiro/Brasil – Século XIX



Fonte: MORGADO, 2012.

A correção se dava para aqueles envolvidos na delinquência e a higienização para aqueles cuja suas famílias não conseguiram somar condições de “criação”. As famílias de jovens acolhidos eram analisadas sob o viés da desestruturação, disfunção e incapacidade em gerir seus papéis, proporcionar qualidade de vida e garantir direitos aos seus jovens. A culpabilização pelas condições de miséria e dificuldades ou mesmo pelo fracasso em exercer o papel social de família

aos jovens sempre foi atribuída às famílias, desta forma, a importância de Instituições para reencaminhar os menores desviados à uma nova vida (SILVA; LEHFELD, 2015b). Compreendia-se que, através do Estado e/ou da Filantropia religiosa, era possível recuperar as crianças enjeitadas ou retiradas da família, recolocando-os a serviço da civilização do país.

Figura 11 – Orfanato Cristóvão Colombo, século XIX – São Paulo/Brasil



Fonte: SAGRADO REDE DE EDUCAÇÃO, 2015.

As ações filantrópicas ou estatais se desenvolviam nos orfanatos, os quais, um grande número de crianças e adolescentes (menores) eram instalados para a reeducação e recuperação moral e social.

Através de uma concepção higienista e saneadora da sociedade, buscar-se-á atuar sobre os focos da doença e da desordem, portanto sobre o universo da pobreza, moralizando-o. a degradação das “classes inferiores” é interpretada como um problema de ordem moral e social. (RIZZINI, 2011, p. 24).

Havia toda uma construção moral acerca do desenvolvimento das classes sociais através do trabalho. Como afirma Rizzini (2011), sem trabalho, surgem os vícios, como o da vagabundagem, da mendicância e da delinquência. Registra-se que as referidas expressões foram utilizadas para contextualizar uma reflexão histórica, considerando que atualmente não é possível reproduzir como adequada estas concepções.

O trabalho como ato adquirido, moralmente importante e que dignifica o homem. O distanciamento do mesmo pelas pessoas pobres pela prática do ócio era considerado um vício ruim, atribuindo aos mesmos à condição de “vida vagabunda” (RIZZINI, 2011).

Famílias pobres moralmente estabelecidas eram aquelas que conseguiam, através do precário trabalho, sobreviverem e manter os laços fortalecidos. Porém, qualquer alteração neste quadro, que viesse a desestruturar¹⁹ aquele núcleo familiar, pensava-se que a sociedade enfrentaria problemas. Desta forma, sobre as famílias pobres,

[...] acreditava-se que pertencessem a uma classe biológica e socialmente mais vulnerável aos vícios e às doenças; era, pois, necessário manter a vigilância para evitar que esses focos epidêmicos à saúde e à moralidade se irradiassem, dada a insalubridade de seu ambiente e a promiscuidade de suas moradias, amontoadas umas às outras. (RIZZINI, 2011, p. 60).

A pobreza era condicionada à incapacidade dos sujeitos de conquistarem maior autonomia. A incapacidade se formava devido às péssimas condições de vida que a miséria propiciava às crianças, adolescentes e famílias. Moradia indigna, desnutrição, condições de higiene precárias, baixa escolaridade. Desta forma, a pobreza era tratada como questão de saúde sanitária que interferia no desenvolvimento da moral na sociedade.

Obviamente que a mentalidade da culpabilização, da desestruturação, disfunção, da naturalização da pobreza e da sua criminalização, como Siqueira (2013) nos provoca a refletir, persiste em existir, sobrevive à passagem dos séculos com expressividade e ainda convêm como base de argumentos para se pensar a desigualdade social brasileira.

Luana Siqueira (2013), em seu livro “Pobreza e Serviço Social: Diferentes concepções e compromissos políticos” aborda reflexões sobre o entendimento da categoria pobreza a partir das diferentes linhas de pensamento filosófico. A autora destaca que dentre alguns equívocos, era pensar a pobreza enquanto natural, devido à incapacidade dos sujeitos ou pelas altas taxas de natalidade ou ainda, enquanto opção (preguiça, vagabundagem), disfunção ou desajuste – a ordem societária

¹⁹ Terminologia utilizada intencionalmente para contextualizar o momento histórico abordado neste texto.

estável e o sujeito que se desvia dela necessitando de atenção ou, por fim, a pobreza como mero resultado da desqualificação advinda da falta de escolarização.

Desta forma, pensando ontologicamente, há o desafio de compreender a pobreza a partir do processo histórico da produção da vida material que configura a acumulação capitalista e a concomitante divisão entre classes e níveis de riqueza e pobreza. Esta existe porque o capital, por meio do trabalho, hierarquiza as relações humanas e de trabalho, sendo um grupo detentor dos meios de produção e outro grupo, produtor de riqueza, que se mantém alienado pelas condições às quais se encontra, se estranha ao não usufruir daquilo que foi produzido, perfaz um pífio salário e se inferioriza cada vez pela lógica de manutenção da ordem capitalista atual.

Dadas estas condições, a adolescência, enquanto construção cultural e histórica apresenta dificuldades para viver com intensidade esta que é uma importante fase do desenvolvimento humano.

Quando se vive na pobreza, os desejos se transformam em angústias, estas, naturais para a fase se ampliam, os sabores se tornam dissabores, os sonhos, alguns não se concretizam, vêm as frustrações com maior impacto. Nas palavras de Carvajal (2001), a adolescência se torna amputada.

Em ambientes altamente repressivos, primitivos, ou nos quais predomina totalmente (sobre qualquer outra meta) a luta pela subsistência e a conservação do indivíduo, o adolescente se vê impedido, coibido, *amputado*, privado de manifestar de forma direta seus conflitos essencialmente adolescentes. (CARVAJAL, 2001, p. 29, grifo do autor).

A adolescência, que deveria ser a fase de pleno amadurecimento, construção da independência e a constante busca pela realização dos sonhos, se torna uma etapa amarga, sofrida, de constantes fracassos e poucas perspectivas. Fazem-se necessários pensar em estratégias no âmbito da proteção integral, atual doutrina preconizada no Estatuto da Criança e do Adolescente, objetivando garantir com qualidade o pleno desenvolvimento da adolescência, enfrentando cotidianamente os impactos do capitalismo nas dimensões: emocional, social, cultural, econômica, educacional e salutar.

É compreendermos a juventude para além de aspectos objetivos. A subjetividade do ser adolescente e suas expressões psicossociais têm muito a dizer sobre eles. Estes dizeres poderão contribuir com a efetividade da proteção integral conquistada historicamente à duras e árduas lutas pela sociedade civil.

Sobre o citado processo de lutas pela classe trabalhadora para a conquista dos direitos sociais, consideramos pertinente traçar uma concisa reflexão acerca das políticas públicas para a juventude, considerando a importância de se pensar em um trabalho social com bases pedagógicas emancipatórias. Antes disso, contextualizaremos brevemente a categoria pobreza, sendo esta, indissociável das demais reflexões, pensando na perspectiva de totalidade.

Maria Carmelita Yazbek trata a pobreza, as condições de moradia e os sujeitos que a vivem na subalternidade. Ela aprofunda seus estudos a partir da concepção gramsciana, demonstrando que a pobreza vai além das condições de moradia, rentabilidade e emprego. A pobreza e suas características convertem-se em “experiências da desqualificação” (YAZBEK, 2009, p. 73), de crenças, hábitos, comportamentos, formas de expressão. São manifestações negativas de uma classe que é visualizada com preconceito, onde ser pobre é ser mal educado, primitivo, deselegante.

Siqueira (2013) aponta que a pobreza compreende como um aspecto estrutural, tendo em vista a sua forma de desenvolvimento. Partindo de uma reflexão marxiana, a pobreza se instituiu em um ciclo de desenvolvimento capitalista, onde o trabalhador assalariado produz riquezas que não serão apropriadas por ele e sim acumuladas pela classe dominante.

Concomitante a esta realidade, o Estado tem assumido papel de mediador no processo de financeirização e acumulação capitalista, favorecendo uma minoria seleta da população que se beneficia com esta lógica e vem se descomprometendo em face de suas funções com a classe trabalhadora. É estabelecido, neste cenário, um paradoxo entre papel do Estado e suas atuais funções, impactando severamente a dinâmica da vida cotidiana dos jovens pobres.

Os governos, privados de grande parte de seu poder pelos bancos, empresas multinacionais e outras forças supranacionais, são incapazes de prestar atenção seriamente às verdadeiras causas da miséria das pessoas, e estas reagem, como se poderia esperar, perdendo a confiança na capacidade e na vontade dos governos de resolver seus problemas. Buscando desesperadamente por salvação, as pessoas não olham para cima, mas para os lados. E aqueles de nós que são jovens o fazem mais do que os mais velhos; nunca em suas curtas existências tiveram a chance de esperar ajuda lá do alto – muito menos de ver essa expectativa concretizada. (BAUMAN, 2013a, p. 78).

A Constituição Federal (CF) responsabiliza o Estado e Sociedade Civil na garantia dos direitos para a juventude, colocando este público como prioridade absoluta na formulação e execução de políticas para o desenvolvimento juvenil.

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, **ao lazer**, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 2013, grifo nosso).

Neste sentido, busca-se garantir aos jovens espaços para sua sociabilidade, construção e expressão de identidade pessoal e grupal, conhecimento de si e do grupo que convive, com senso crítico da realidade, estimulando-os à participação política no seu território e além deste, claro com muitos obstáculos a superar, como por exemplo, provocar o mundo adulto a conhecer e reconhecer os adolescentes como sujeitos em condição peculiar desenvolvimento, apresentar aos representantes políticos suas condições e necessidades, desmistificar ideologias que os discriminam em face de outras camadas sociais.

Na contramão do teórico dever da proteção compartilhada entre Estado e Sociedade Civil Organizada, infere-se que estas tem se tornado fragilizadas devido à corrupção de dirigentes e profissionais que corrói as suas bases (ZIEGLER, 2013), dificultando assim, a efetividade da garantia dos direitos dos cidadãos, provocando-os, em baixa escala, à mobilizações e manifestações sociais e políticas.

Almeida (2011) aponta para o remodelamento da postura juvenil na contemporaneidade. A autora discorda dos apontamentos que definem o atual jovem como apático na participação sociopolítica, pessoas sem sonhos, que vivem um estado de alienação do mundo. Todavia, concorda-se com a autora quando são mencionadas as novas formas de expressão social, cultural e política destes jovens através da música, dos grafites, dança e até mesmo do consumo. Cada atividade possui uma representação na vida dos mesmos, com seus níveis de importância.

O Estatuto da Juventude (EJUVE), promulgado pela presidenta em agosto de 2013, define a juventude como as pessoas entre faixa etária de 15 a 29 anos, define os princípios e diretrizes para as políticas para a juventude e traz a importância da potencialização das políticas públicas da juventude, responsabilizando os setores públicos e privados nas ações frente os jovens.

Art. 3º Os agentes públicos ou privados envolvidos com políticas públicas de juventude devem observar as seguintes diretrizes: V - garantir meios e equipamentos públicos que promovam o acesso à produção cultural, à prática esportiva, à mobilidade territorial e à fruição do tempo livre. (BRASIL, 2013).

Está registrado no EJUVE, o direito garantido de acesso à cultura e lazer, oportunizando também, a participação política dos jovens na formulação e implantação das políticas públicas, como também preconiza o estímulo ao exercício da criatividade. O aspecto teórico-legal valoriza a participação juvenil neste processo, registra a importância de ouvir os jovens e suas necessidades, para que as políticas públicas venham de encontro com as suas reais demandas, todavia, ainda observa-se que as propostas governamentais ainda vão à contramão dos desejos e a anseios juvenis. “Art. 4º O jovem tem direito à participação social e política e na formulação, execução e avaliação das políticas públicas de juventude.” (BRASIL, 2013).

Silva (2013) afirma a necessidade das políticas públicas conhecer com propriedade as reais demandas das classes subalternas e propor ações de acordo com o *feedback* apresentado pela população.

O pleno conhecimento dos castigos que a pobreza e a desigualdade social causam nas famílias e seus indivíduos, em especial na juventude e também o respeito às formas de agir frente às classes pobres são importantes para que as políticas sociais atendam com compromisso e efetividade as demandas surgidas nos espaços de privação de direitos. (SILVA, 2013, p. 17).

O autor ainda menciona a importância do atendimento digno e respeitoso que representantes políticos e técnicos devem possuir frente à população no momento em que se instalam nos territórios para estudos, discussões, proposições e execução de ações. Estas devem ser voltadas ao protagonismo juvenil para a construção de um território humano e igualitário. Considerar os aspectos culturais, políticos, econômicos, educacionais, étnico-raciais, religiosos, territoriais e de gênero também devem fazer parte desta construção conjunta de políticas públicas para a juventude, legitimando a população na garantia dos seus direitos, com consciência de classe e criticidade em face da realidade, visando, claro, fortalecer a luta pela emancipação humana.

As políticas públicas para a juventude, por fim, devem compreender a atual visão estereotipada da sociedade frente aos jovens subalternos, considerando a

queda de uma máscara ideológica, consolidando a criminalização pobreza e dos jovens.

É fundamental que estas políticas reconstruam o pensamento social frente à classe trabalhadora, resignificando os seus jovens como pessoas em desenvolvimento, com histórias de vida complexas, sujeitos de direitos, compreendendo que a dimensão social desta juventude transcende os aspectos de sua dinâmica cotidiana e decisões aparentes para um plano mais complexo caracterizado pelas condições históricas, geracionais, psicossociais, econômicas, educacionais, políticas e culturais que estão diretamente associadas às transformações societárias impostas pelo sistema capitalista, instalando uma crise social nas relações humanas e descomprometendo o Estado de suas funções enquanto organismo protetor e garantidor de direitos fundamentais, sociais e humanos.

A dinâmica social favorecida pelo sistema capitalista contemporâneo tem fragmentado os direitos dos cidadãos pobres, desqualificando e criminalizando-os. A desigualdade social, hoje, ainda mostra que as ações governamentais não tem sido suficientes, como se tem divulgado. Conforme verbaliza Bauman (2013c), o acesso e aumento da renda não são fatores exclusivos para nivelar a igualdade social, pois os valores de renda, formas de obtenção, produção e acumulação de riqueza, distribuição de renda nada equitativa favorecem a manutenção e a ampliação das desigualdades.

Neste contexto, a juventude da classe trabalhadora sofre violências sociais e psicológicas quando buscam visibilidade e pertencimento sem subsídios adequados. Sob a análise de Singer (2011), os jovens da contemporaneidade, mais empáticos às questões de desigualdades de oportunidades, possuem uma visão de solidariedade e igualdade de oportunidades entre as pessoas. Para o autor, são os maiores anseios dos jovens, a possibilidade de conseguirem se criar e viver/sobreviver em um espaço mais digno, com respeito entre as pessoas, sem qualquer distinção.

O cenário atual é o inverso deste desejo, pois se observa que membros da classe dominante vêm criminalizando a juventude subalterna e todas as suas manifestações sociais, políticas e culturais. É notável a visão segregacionista e discriminatória frente à classe trabalhadora, contradizendo na totalidade o preconizado no *caput* do Artigo 6º, da Constituição Federal, que diz que “Todo ser

humano tem o direito de ser, em todos os lugares, reconhecido como pessoa perante a lei.” (BRASIL, 2013).

Alguns jovens desejam contribuir com as mudanças da sociedade moderna, visando qualificar as relações sociais, desde que, possuam condições favoráveis para isso, outros, já frustrados pela situação em que vivem e pelos conflitos sociais que enfrentam nos seus cotidianos, limitam-se cada vez suas relações sociais, descartando pessoas e afetos.

A juventude deseja ajudar a mudar o mundo e pensa em fazê-lo menos mediante a militância política do que pela ação direta. Mas a maior parte dela, antes de poder contribuir para a mudança, tem de ser ajudada [...] Os jovens irão à luta por um Brasil melhor desde que obtenham as bases materiais mínimas de sobrevivência. (SINGER, 2011, p. 35).

Além destas bases mínimas de sobrevivência para reerguer a juventude da classe trabalhadora para a luta, é importante pensar no atual modelo educacional que contribui para a manutenção da ordem societária capitalista, fortalecendo o poder da minoria e alienando a maioria. Para Mészáros (2008), a educação tem papel importante no processo de transformação dos sujeitos, porém ela deve estar totalmente dissociada da lógica capitalista, para que haja o desenvolvimento da consciência crítica e da plena liberdade de todos os sujeitos.

Portanto, o papel da educação é soberano, tanto para a elaboração de estratégias apropriadas e adequadas para mudar as condições objetivas de reprodução, como para a automudança consciente dos indivíduos chamados a concretizar a criação de uma ordem social metabólica radicalmente diferente. É isso que se quer dizer com a concebida “sociedade de produtores livremente associados”. Portanto, não é surpreendente que na concepção marxista a *“a efetiva transcendência da autoalienação do trabalho”* seja caracterizada como uma tarefa inevitavelmente educacional. (MÉSZÁROS, 2008, p. 65, grifo do autor).

O sistema capitalista, na sua atual configuração, estabelece através dos sujeitos moldados à sua figura e semelhança, estratégias de manutenção da sua ordem através da dominação, da alienação e da exploração. Desta forma, segundo Mészáros (2008), não há perspectivas de mudanças se mantivermos a lógica capitalista, pois esta é irreformável, incorrigível e incontestável. Apenas com a ruptura desta lógica e construção de um fundamento revolucionário é que será possível

irromper significativas mudanças com vistas à plena liberdade e à emancipação humana.

O que infelizmente ainda vemos é um processo inverso e violento. A criminalização do jovem por ser pobre e de periferia, sua expressão cultural e suas formas de entretenimento estarrecem uma parcela da população, que identifica este jovem como perigo social e caso de polícia, prejudicando assim, o debate acerca dos direitos, das políticas públicas e da igualdade social no País. Esta concepção tem séculos de história e ainda, mesmo diante de lutas e resistências, insiste em se manter firme e assombrar as ações voltadas para a sua aniquilação.

Pensa-se, por fim, que, em sua história étnica/racial e sociocultural, o Brasil vive uma contradição social que é plural e diversificada, porém que tem sido preconceituosa por valores e morais historicamente estabelecidos. Vive-se um período de crise social no qual se fortalece a concepção de que dignidade e condição da pessoa como ser humano possuem como critério de pertencimento social a cor de pele e nível de classe social.

2.2 A obstrução da Proteção Integral pelo sistema capitalista

Historicamente, crianças e adolescentes não possuíam a merecida atenção, nem pelo Estado, nem pelo ordenamento jurídico. A adultização precoce das crianças era condição natural até o século XIX. A adolescência enquanto fase de amadurecimento, deixando a infância e se preparando para a fase adulta, data do século XIX. Em 1845, já existia uma breve diferenciação filosófica sobre ser criança e ser adolescente: criança é dependente de coisas, uma característica real, dada suas fragilidades pela idade e estatura física; ser adolescente é ser dependente de ideias, considerando os questionamentos e a revolução social e emocional que esta fase propicia às pessoas (MARX; ENGELS, 2007).

A história da infância e juventude nos mostra o tratamento desumano e indigno pelo qual este público passou. As primeiras legislações brasileiras que regulamentam a infância e juventude datam do início do século XX, todavia, com vistas na irregularidade, punição e culpabilização pelas condições de vida destes.

A preocupação em dignificar as crianças e adolescentes, considerando-as sujeitos de direitos, em fase peculiar de desenvolvimento surgiu apenas em 1990

quando o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) foi criado visando dar legitimidade aos pressupostos legais da Carta Magna de 1988. Entretanto, 25 anos depois, o que ainda se observa são: a dificuldade de ruptura da mentalidade da irregularidade do código de menores e a resistência em compreender as complexidades sociais, culturais e econômicas que crianças, adolescentes e suas famílias estão sujeitas. O contexto de acumulação capitalista e favorecimento da ordem burguesa pelo Estado e o descaso deste frente às classes subalternas acentua as desigualdades e dificulta a efetivação de qualidade do Estatuto e das políticas sociais.

Estamos diante de um cenário político-social pautado pela acumulação do capital de várias formas, inclusive de ações de inserção de adolescentes maiores de 16 anos no mundo do trabalho; de uma realidade em que a transferência de renda e a formalização do salário mínimo é mecanismo para ampliar o acesso das classes pobres ao mercado de consumo, nivelando assim, a produção da riqueza e o desenvolvimento do capital dinheiro e do capital financeiro.

Na contramão da hegemonia capitalista, existem movimentos de participação e controle social que são frágeis e instáveis, mas, em processos de fortalecimento que preconizam a garantia da proteção integral e a defesa dos direitos das crianças e adolescentes. Este movimento de lutas, resistências e negociações favorecem a discussão sobre a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente no contexto neodesenvolvimentista que nivela as desigualdades sociais e acentua a barbárie posta pelo capitalismo selvagem.

A Constituição Federal (CF) de 1988 trouxe novas condições à problemática da criança e do adolescente, mesmo que tardiamente, ao anunciar a obrigatoriedade do Estado e da sociedade civil, em garantir proteção a esta parcela da população. Em 1990, os artigos 227 e 228 da Constituição são regulamentados pela Lei nº 8.069 – o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). A Lei foi regulamentada aos 13 de julho de 1990 e passou a vigorar, oficialmente, aos 14 de outubro do mesmo ano. O artigo 227 da CF é o norteador dos preceitos contidos nos artigos 86 a 89 do ECA.

O ECA representa uma verdadeira revolução no quesito instrumentos jurídicos, reconhecendo a criança e o adolescente como cidadãos, sujeitos de direitos, em fase peculiar de desenvolvimento, com prioridade absoluta no acesso às políticas sociais. O reconhecimento está diretamente associado à proteção integral que rompe,

em tese, com a situação irregular que há anos conduzia a política de atendimento às crianças e adolescentes no Brasil.

O novo Estatuto, constituído de 267 artigos, materializou a proposta trazida pela Constituinte de dar atenção diferenciada e privilegiada à população infanto-juvenil, contemplando de forma ampla os diferentes aspectos do atendimento à criança e ao adolescente e garantindo em lei, os princípios levantados pela Convenção de Direitos das Crianças das Organizações das Nações Unidas. Dentre os novos princípios trazidos pelo ECA, desatacam-se:

- Inclusão de todas as crianças e jovens como sujeitos de um novo direito;
- Abolição da categoria ideológica e estigmatizante – “menor”;
- A municipalização do atendimento dos direitos de assistência social e proteção especial;
- Priorização obrigatória da questão em todos os níveis da sociedade;
- Mecanismos de participação da sociedade civil na elaboração, acompanhamento, controle das políticas de atendimento em todos os níveis;
- Criação dos Conselhos da Criança e do Adolescente nas esferas federativas (municipal, estadual e federal);
- Criação dos Conselhos Tutelares.

Desta forma, a proteção integral, passa a garantir, legalmente, o atendimento de todas as necessidades – oportunidades, facilidades, liberdade e dignidade – às crianças e adolescentes para desenvolver plenamente sua personalidade, considerando sua formação biopsicossocial, afetiva e intelectual.

O processo de amadurecimento que a criança e o adolescente vivencia, definido pelo Estatuto como o físico, o mental, o moral, o espiritual e o social acarreta mudanças constantes de comportamento, decorrentes das transformações biológicas, das circunstâncias e das condições em que vivem, como também da necessidade natural de conhecer, aventurar, descobrir, superar-se e agregar-se, sendo necessária a garantia de proteção a essa parcela da população. A garantia de prioridade compreende:

- a) Primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;

- b) Precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- c) Preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- d) Destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

O ECA (BRASIL, 1990a) garante a responsabilização a todos que violarem ou ameaçarem os direitos da criança e do adolescente, além de prever aplicação medidas de proteção toda vez que ocorrer a violação dos direitos garantidos, conforme art. 98, em função da:

- Ação ou omissão da sociedade ou do Estado;
- Falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável;
- Em razão de sua conduta.

Entre as consequências, para as políticas públicas, trazidas pelo ECA, podemos destacar: a criação do (Fundação Centro Brasileiro para a Infância e Adolescência (FCBIA) para substituir a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM) e logo em seguida a sua extinção, devido à estadualização das medidas socioeducativas. Em 1991, foi instituído o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) como instância maior de controle social da política de atendimento à criança e ao adolescente no País. Em 1993, foi criado o Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e Adolescente (PRONAICA), pela Lei nº 8.642/1993 (BRASIL, 1993a) e, posteriormente, regulamentado pelo Decreto n. 1.056/1994 (BRASIL, 1994). O PRONAICA visou articular e integrar ações de apoio à criança e ao adolescente.

No início do ano de 1995, ocorre a extinção da FCBIA, do Ministério do Bem-estar Social e da Integração Regional e da Legião Brasileira de Assistência (LBA). O Conselho da Comunidade Solidária foi implantado em substituição da FCBIA para a coordenação de ações no campo social a partir de iniciativas locais.

O Estatuto veio a proporcionar às crianças e adolescentes brasileiros o reconhecimento de cidadãos, considerando-se que este público já representava parcela demográfica significativa da população. Com este reconhecimento, o ECA apresenta como estratégias para efetivação de direitos e proteção integral:

- Substituir a tendência assistencialista por propostas de caráter socioeducativo;

- Superar as práticas subjetivas no atendimento à criança e ao adolescente em situação de vulnerabilidade e conferir-lhe a condição de sujeito de direitos;
- Priorizar a manutenção da criança e do adolescente na família e na comunidade, buscando garantir seus direitos básicos e prevenir seu abandono;
- Assegurar à criança e ao adolescente o pleno desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condição de liberdade e dignidade.

O ECA possibilitou a regulamentação do princípio da descentralização e municipalização político-administrativa, assinalado pela Constituição Federal, no planejamento e execução das políticas sociais, implicando novos parâmetros de relação entre Estado e Sociedade Civil. A mudança na nova gestão da política da criança e do adolescente, passou a exigir um reordenamento institucional na relação entre a União, Estados e Municípios, ao possibilitar a eliminação da prática das políticas de corte vertical, centralizado e deslocado do contexto das realidades locais. Esse reordenamento favoreceu a participação da sociedade civil organizada, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis, mediante contribuição dos conselhos paritários nos níveis municipais, estaduais e federais.

Esse estatuto trouxe para o cenário das políticas de atenção à criança e ao adolescente uma série de programas, visando atender às diferentes demandas e problemáticas de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. Destacam-se no sistema de atendimento, dois núcleos, em torno dos quais se estruturaram tais programas. O primeiro, designado núcleo de proteção, tem definida a sua representação pelos Conselhos Tutelares, para onde convergem as demandas da comunidade referentes aos direitos da criança e do adolescente. Já os programas do segundo núcleo, desenvolvem as ações denominadas medidas socioeducativas, entre as quais podemos destacar a advertência, a obrigação de reparar danos, a prestação de serviços à comunidade, a liberdade assistida e o regime de semiliberdade e internação. Estas medidas são destinadas a adolescentes, autores de ato infracional.

As medidas de proteção devem ser aplicadas, pelas autoridades competentes, sempre que os direitos reconhecidos pelo ECA forem ameaçados ou violados, seja por ação e omissão da sociedade ou do Estado; por falta, omissão ou

abuso dos pais ou responsáveis; em razão de sua conduta (BRASIL, 1990a). As principais medidas de proteção privilegiam a manutenção da criança na família, na tentativa de garantir seus direitos sociais básicos e prevenir o abandono.

Sobre as medidas socioeducativas, o Estatuto traz em seu texto os tipos de medidas existentes e seus níveis, associando-as ao nível de gravidade do ato infracional cometido. A legislação garante ao adolescente, autor de ato infracional, o direito à representação por advogado/defensor público, de permanecer em cela separada dos adultos enquanto aguarda decisão judicial a um atendimento socioeducativo que vise sua ressocialização e mudança de projeto de vida, dentre outros. Recentemente, o SINASE foi oficializado enquanto legislação nacional, através da Lei nº 12.594/2012, permitindo, em tese, implementar, reordenar e qualificar a política nacional, estadual e municipal de atendimento socioeducativo.

Há de ressaltar-se aqui, que a sociedade organizada fez conquistas políticas importantes sobre a questão da violência, tais como: ampliação do Poder Público Municipal, aumento de atribuições do Ministério Público, promulgação do ECA, a criação dos Conselhos Tutelares, com prerrogativas para assegurar o cumprimento do ECA, a criação dos Conselhos Municipais dos Direitos das Crianças e dos Adolescentes (instância do Poder Executivo que elabora as políticas públicas voltadas para questões afetas a crianças e adolescentes, entre outros). No entanto, a atual conjuntura capitalista bem obstruindo as conquistas e bloqueando maiores avanços na proteção integral de crianças e adolescentes, com destaque aos adolescentes autores de ato infracional, objeto central deste estudo.

São inquestionáveis os avanços obtidos na política de atendimento à criança e ao adolescente desde a constituição do Estatuto da Criança e do Adolescente. Podemos afirmar que o País está bem servido de legislações, diretrizes e normas para garantia e defesa dos direitos deste público. Porém, devem-se reconhecer que todo este processo de implementação da doutrina da proteção integral sob a aplicabilidade do Estatuto ainda é muito recente.

Para recapitular, o Estatuto surgiu em um período muito sensível na história social, política, cultural e econômica do Brasil, considerando que em 1990, havia se passado apenas 02 anos desde a promulgação da Constituição Federal na era de redemocratização do Estado Brasileiro. Nesta época chegava-se ao fim da Guerra Fria e todo o contexto mundial, já articulado pelas relações da globalização, também sofrera alterações significativas.

O Estado Brasileiro, após as primeiras eleições diretas, começa a implementar uma estrutura compreendida pelo neoliberalismo, seguindo a onda das nações ocidentais, lideradas pelos Estados Unidos. Este período se caracteriza pela consolidação hegemônica da mundialização do capital e a configuração do capitalismo financeiro. Neste cenário, as políticas sociais passam a ser reguladas pelo Estado de forma bastante mínima, buscando assim, o apoio das organizações da sociedade civil.

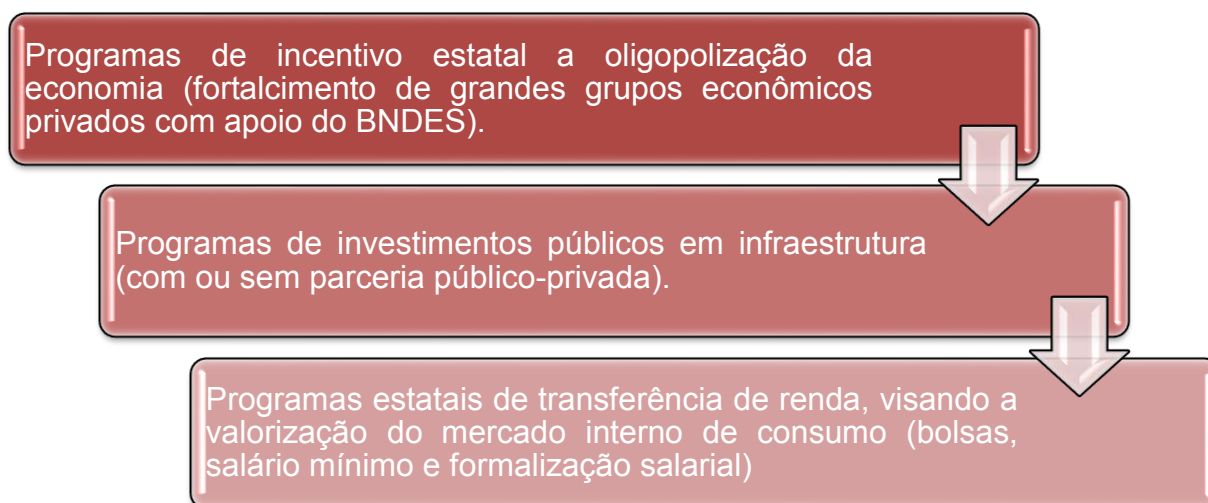
A minimização do Estado na execução das políticas sociais, de início já configura problemas para a efetivação de qualidade dos direitos recém-instituídos para as crianças e adolescentes. A mentalidade dos profissionais vinculados a esta política, a precária estrutura, condições de trabalho e financiamento ao atendimento, somam-se negativamente aos obstáculos postos pelo capitalismo financeiro mundializado para a real efetividade da política de atendimento às crianças e aos adolescentes.

Estas questões vêm perdurando até o tempo presente. Segundo Alves (2014), a ascensão do Partido dos Trabalhadores na presidência da república a partir de 2003, traz uma nova roupagem para o desenvolvimento do capitalismo e sua consequente precarização do trabalho e das condições de sobrevivência das classes subalternas²⁰. O autor está falando do neodesenvolvimentismo, uma nova caracterização do social-desenvolvimentismo aplicado em outras nações e também no Brasil em décadas anteriores.

A visão neodesenvolvimentista é de um Estado mais participativo no crescimento da economia e no desenvolvimento social. Busca-se equilibrar ações de crescimento com desenvolvimento. O Estado é parceiro do mercado, financiando grupos empresariais de maior força no país, investindo em infraestrutura e criando mecanismos para transferir renda às classes pobres, ampliação ínfima do salário mínimo e formalização dos contratos de trabalho. Assim, Alves (2014) apresenta em sua obra, o tripé do neodesenvolvimentismo, que se apresenta da seguinte forma:

²⁰ Aproprio aqui das reflexões de Yazbek (2009) que resgata a expressão subalternidade de Gramsci, para identificar as famílias e indivíduos que vivem em condições de desigualdade, miséria, exploração, se colocando em uma posição de subalternidade frente o Estado e, principalmente, frente o capitalismo.

Figura 12 – Tripé do Neodesenvolvimentismo no Brasil



Fonte: ALVES, 2014, adaptado por Thiago Rodrigo da Silva (2015).

Este modelo não passa de uma falácia, que continua favorecendo a classe dominante e concomitantemente, os interesses do capital. Este falso discurso de “superdesenvolvimento social²¹” afeta diretamente o frágil tecido social em que a população subalterna (re)produz suas relações sociais e de trabalho, comprometendo o importante papel das políticas sociais públicas como ações de garantia de direitos fundamentais, sociais e civis, institucionalizando-as a favor da hegemonia capitalista.

Pode-se questionar: qual a relação da transição neoliberal para a neodesenvolvimentista com a aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente? A resposta é simples, porém, exige um aprofundamento crítico-reflexivo intenso. Aplicar o Estatuto e fazê-lo valer enquanto instrumento jurídico legítimo é pensar as formas de garantir esta premissa em um contexto neodesenvolvimentista que muito contribui para os avanços do capitalismo e pouco considera as classes subalternas.

Reparem que o tripé apresentado por Alves (2014) deixa claro que as intervenções realizadas frente à população pobre concentra-se no repasse de renda, seja através do salário mínimo, ou por programas sociais de transferência de renda. Somente a condição de renda vai garantir às famílias e indivíduos as condições necessárias para conquista de autonomia e maior qualidade de vida? Sem dúvida, a resposta é negativa.

As ações do Estado desmerecem a qualidade das políticas sociais nos territórios de pobreza. Percebe-se um constante enxugamento dos gastos sociais para

²¹ Terminologia construída por Thiago Rodrigo da Silva.

ampliar os investimentos que favorecem a hegemonia oligárquica do capital (PAULO NETTO, 2013). As políticas se mostram cada vez mais precarizadas e sucateadas, e a população pobre, com desqualificado respaldo, são vitimizadas e culpabilizadas pelas condições as quais vivem atualmente.

Dessa forma, considerando a farsa neodesenvolvimentista e os percursos das políticas sociais, com destaque nas políticas de atendimento às crianças e adolescentes, apresentam-se algumas considerações acerca da aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente, com vistas a instiga-los a refletir sobre a temática desafiadora ora proposta.

Começamos abordando a estrutura do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei nº 8.069/1990. Este instrumento jurídico foi pensado, conforme já abordado anteriormente, de forma a contemplar uma nova proposta de pensar as crianças e adolescentes não mais como sujeitos irregulares, e sim, como sujeitos de direitos, que necessitam de proteção integral. Assim, o objeto do ECA são crianças, aqueles com idade entre 0 a 12 anos incompletos e adolescentes, aqueles com idade entre 12 anos completos e 18 anos incompletos.

O Estatuto foi dividido em duas partes, sendo que o primeiro livro contempla as características gerais e o segundo livro, as especiais, conforme ilustração a seguir:

Figura 13 – Estrutura do Estatuto da Criança e do Adolescente



Fonte: Elaborado por Thiago Rodrigo da Silva (2015).

O primeiro livro contempla a parte geral e apresenta os direitos e deveres relacionados ao cotidiano das crianças e adolescentes, isto é, todas as formas de proteção que estes devem possuir em relação à vida, família e sociabilidade. Estão

contidos neste livro o direito de prioridade absoluta na “[...] efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária.” (BRASIL, 1990a).

Constam também os direitos fundamentais, à convivência familiar e comunitária, poder familiar, família natural, reconhecimento de filho, perda do poder familiar por maus tratos, abandono, descumprimento dos cuidados, sustento e educação e cometimento de crime doloso contra o filho, família substituta, adoção e autorização para viajar.

O segundo livro, que trata da parte especial do Estatuto aborda os direitos de crianças e adolescentes que se encontram em situações de maior risco e vulnerabilidade, necessitando assim, de ações específicas que as protejam na sua totalidade. São as medidas de proteção às crianças e adolescentes que por omissão da sociedade e/ou do Estado, por falta, omissão ou abuso dos pais e/ou responsáveis ou ainda, por razão da própria conduta necessitam serem protegidas em atendimentos específicos de maior complexidade como o Serviço de Acolhimento Institucional, dentre outros.

Constituem também este segundo livro a aplicação de medidas socioeducativas por cometimento de ato infracional, medidas aplicáveis aos pais ou responsáveis, infração administrativa e crimes contra a integridade e dignidade deste público.

A estrutura teórica, técnica e legal do Estatuto está bem definida, contemplando todos os procedimentos importantes para a garantia da defesa da proteção integral, entretanto, quando posta em prática, vários obstáculos surgem, interferindo na sua aplicabilidade.

O documento responsabiliza Estado, família e sociedade para a garantia dos direitos e cumprimento dos deveres das crianças e adolescentes. Contudo, percebe-se que o Estado, enquanto mantém sua posição de mediador dos interesses do capital, como já dizia Marx (2013) no século XIX, não será possível investir com qualidade nas políticas sociais existentes que são espaços de implementação e efetivação dos direitos e deveres preconizados no Estatuto.

A família, principalmente aquelas que vivem em condições de miséria, com direitos violados ou fragilizados, se não possuírem efetivo respaldo do Estado (responsável constitucional pela proteção à família) permanecerão vítimas das

desigualdades geradas pela hegemonia do capital e culpabilizadas pela sociedade elitista e manipulada pelo capitalismo alienante.

Falando em políticas sociais, é possível afirmar que há no Brasil leis, diretrizes e normas suficientes que visam garantir a proteção integral de crianças e adolescentes nas variadas ações, como educação, saúde, assistência social, sociojurídico, âmbito familiar e comunitário. Para efeito de contextualizar, após 1990 surgiram algumas legislações, visando regulamentar artigos específicos da Carta Magna de 1988, complementando e reforçando a importância de proteger na sua totalidade e de diversas formas o público-alvo deste estudo.

De acordo com Silva e Costa (2014), a partir do ECA até o tempo presente, surgiram uma série de normativas que embasam as novas perspectivas e metodologias de atendimento à criança e ao adolescente, visando a integral proteção e o distanciamento e rompimento de estigmas e estereótipos advindos pelas legislações antigas. Destaca-se que a Constituição Federal já apresentava seus pressupostos de defesa de direitos às crianças e aos adolescentes.

Podemos citar a Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) instituída pela Lei nº 8.069 de 1993 (BRASIL, 1993b). Em 2004, a gênese do Sistema Único da Assistência Social (SUAS) com a Resolução CNAS nº 145 (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2004), que aprova a Política Nacional de Assistência Social (PNAS). Em 2006 publica-se o Plano Nacional de Promoção à Convivência Familiar e Comunitária (PNCFC) através de Resolução Conjunta CNAS/CONANDA e a Resolução CNAS nº 269 – Norma Operacional Básica de Recursos Humanos (NOB-RH/SUAS) (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2007). Em 2009, vem a aprovação da Resolução Conjunta CNAS/CONANDA nº 01 (CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 2009), que dispõe sobre as Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes, da Resolução CNAS nº 109/2009 (MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME, 2009), que tipifica os Serviços Socioassistenciais no âmbito do SUAS e das Diretrizes de Cuidados Alternativos à Criança aprovada pelo Conselho dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU). A implantação do Plano Brasil sem Miséria pelo Decreto nº 7.492/2011, que visa a extinção da extrema pobreza e o acesso de famílias e indivíduos nas políticas públicas.

Esta trajetória legal da política de assistência social a conduz em uma perspectiva de ruptura com a visão e ação assistencialista e de ajustamento dos sujeitos à realidade, reconhecendo-a no âmbito dos direitos sociais, contribuindo ainda com o fim dos estereótipos e estigmas que permeiam as crianças e adolescentes. É um processo de luta que segue em meio às dificuldades que a órbita do capital configura no tempo presente.

Complementando as ações de Assistência Social, em 2006, o CONANDA lança o Sistema Nacional Socioeducativo (SINASE), que, através das suas diretrizes traz novos parâmetros para a execução das medidas socioeducativas de semiliberdade e internação. Estas diretrizes foram consolidadas enquanto legislação através da Lei Federal nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012, que expande os parâmetros para medidas em meio aberto.

Na política de educação, é possível apresentar enquanto legislação principal, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), pela Lei Federal nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996), alterada pela Lei nº 12.601/2009. A LDB regulamenta a educação infantil e básica – fundamental e médio para crianças e adolescentes em todo o território nacional. Porém, é sabido que a educação no país tem sido uma das maiores vítimas do capitalismo, pois, por mais que se apresenta como prioridade nas agendas de governo, ainda é tratada com descaso e descompromisso.

Quanto à política de saúde, temos a Lei nº 8.080/1990 (BRASIL, 1990b), que cria e regulamenta o Sistema Único de Saúde, preconizando a importância da saúde integral de crianças e adolescentes, inseridas na comunidade, em Instituições de Acolhimento ou em cumprimento de medidas socioeducativas. Suplementando o SUS, a Lei nº 10.216/2001 (BRASIL, 2001), vem dispor sobre a proteção e os direitos das pessoas com transtornos mentais, remodelando a rede de atenção à saúde mental.

A saúde pública brasileira também vivencia um momento de precariedade, pois os recursos não são aplicados como deveriam ou ainda, estes, não chegam até o seu objetivo, seja pelo sucateamento da política de saúde, ou pelas práticas de corrupção que assombram o Brasil há décadas.

Enquanto mobilização do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA), uma das normativas mais importantes de garantia e defesa dos direitos de crianças e adolescentes, está presente na Resolução nº 113/2006

(CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 2006), que dispõe sobre o fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos (SGD).

O SGD constitui-se na articulação e integração das instâncias públicas governamentais e da sociedade civil, na aplicação de instrumentos normativos e no funcionamento dos mecanismos de promoção, defesa e controle para a efetivação dos direitos humanos da criança e do adolescente, nos níveis Federal, Estadual, Distrital e Municipal (CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, 2006).

Observa-se que o Brasil apresenta um arcabouço extenso de legislações de defesa e garantia de direitos, todavia, é possível destacar que as políticas sociais como mecanismos de efetivação qualitativa, como já mencionadas, descumprem na sua prática, o princípio da universalidade, pois, atendem sob o viés da focalização e da seletividade, descobrindo parcela das crianças e dos adolescentes que necessitam de atendimento. Considera-se toda a base legal e normativa apresentada, instituídas ao longo das últimas décadas suplementares ao ECA, pois cada uma, representando uma política pública específica, vem materializar as estratégias de proteção integral às crianças e aos adolescentes na atual conjuntura social, econômica, política e cultural brasileira.

Dessa forma, um recurso que profissionais que atuam nesta política e famílias de crianças e adolescentes cujos direitos estão fragilizados ou rompidos, compreende o da judicialização dos direitos. Não bastam as leis vigentes reconhecerem direitos nas mais diversas políticas sociais, faz-se necessário que os processos judiciais instaurados no Ministério Público, sob o apoio das Defensorias Públicas sejam aplicados para a efetivação dos direitos que já deveriam ser garantidos, respeitando o texto legal e legítimo, atualmente, posto na sociedade. As políticas de educação e saúde são as que mais vêm sofrendo intervenções do poder judiciário por não garantirem os direitos preconizados em suas legislações. Os pedidos que mais se tem conhecimento consistem em vagas em escolas de educação infantil, fundamental e médio, medicamentos de alto custo e vagas para atendimento clínico especializado, como psicoterapia, psiquiatria, médicos especialistas e outros.

O processo de judicialização dos direitos das crianças e adolescentes compreende em um apelo que as famílias e trabalhadores envolvidos na política de atendimento a este público têm recorrido de modo a efetivar os direitos já garantidos em lei. Os processos demandam longo prazo, pois se sabe da morosidade do poder

judiciário, todavia, muitos direitos são conquistados por este viés. Contudo, enquanto não são garantidos estes direitos historicamente conquistados, famílias sofrem com a situação de fragilidade e riscos decorrentes da não cobertura das políticas sociais, acentuando assim a violação de direitos, a vitimização e a desigualdade social.

É importante considerar que este cenário de desigualdades, de interesses particulares, de lutas e de descompromisso do Estado com as classes pobres consistem em um produto da história social pautada pela revolução burguesa dos meios de produção da riqueza e o surgimento das classes sociais com o fim do feudalismo.

As classes segmentadas e desiguais, levaram os operários aos movimentos pela conquista de direitos. Todavia, mesmo com as suas conquistas, os direitos ainda não são efetivados da forma que está prescrita nas legislações atuais. As belas leis com a péssima aplicação também é fruto de um processo histórico que intensifica os mais desfavorecidos.

Estes 25 anos de Estatuto da Criança e do Adolescente e todo o movimento formatado e ativo que existe desde então, seja através dos Conselhos e/ou outras instâncias militantes, devem enfrentar o que Mészáros (2008) chama de negação do tempo histórico pelo capitalismo, pois, se a considerarmos como uma mera interpretação aparente da realidade, não será possível compreender o cotidiano desta população que sofre com a perda de consciência histórica e o seu consequente julgamento pelas classes mais abastadas, mantendo-as subordinadas à miséria e ao capital selvagem.

2.3 Adolescências, consumo ostensivo e cultura de massa²²: Contribuições da Escola de Frankfurt

Pensar as adolescências no tempo presente nos faz pensar os caminhos que as mesmas constroem os seus aspectos culturais, sendo estes os que vão configurar suas identidades através das simbologias, linguagens, características,

²² A cultura de massa é uma cultura de consumo inteiramente mergulhada na vertigem do presente e misto de evasão com integração. Privilegia o lazer e a diversão, a despeito de preocupações com a educação e a elevação do espírito; rege-se pelo código da modernidade, e é, na prática, uma cultura efêmera, porque não se propõe a deixar vestígios no futuro. Logo é uma cultura perecível, descartável (LIPOVETSKY apud SALES, 2007, p. 124).

objetos e expressões da arte, todas estas socialmente construídas a partir dos percursos do capitalismo contemporâneo. Este tópico provoca reflexões sobre a vinculação das adolescências à cultura de massa e a relação desta com o consumo de bens materiais que permitem as práticas de ostentação nos espaços de sociabilidade. Reportaremos às contribuições teóricas clássicas e atuais que versam sobre o tema, somando as contribuições empíricas dos sujeitos entrevistados por este autor.

Se considerarmos a cultura como o produto estético das relações objetivas e subjetivas entre as pessoas, em diversos territórios, com suas particularidades e singularidades, linguagens, hábitos, gostos, costumes, tradições, todas construídas a partir do processo sócio-histórico e ontológico, se faz importante incorporar as reflexões na tradição crítica marxista para a compreensão.

A expressão cultural é uma forma de transmitir o que sentimos e como vemos a realidade em que vivemos (FILIPOUSKI; NUNES, 2012). Burke (2008) se refere à cultura como a expressão de uma sociedade que se desenvolve mediante os caminhos da economia e o impacto sobre as vidas das pessoas, considerando as classes sociais e suas condições de sociabilidade e sobrevivência.

Scherer (2013) destaca em seu estudo algumas concepções de cultura. Aqui nos apropriamos da definição de Chauí, na qual a cultura é o campo simbólico e material das atividades humanas; e de Gramsci, ao definir cultura como uma dimensão política, que configura um poder, por permitir a criação de processos hegemônicos, “[...] nos quais é possível manipular o poder político dos indivíduos, e construir formas de dominação e alienação.” (SCHERER, 2013, p. 67).

Primeiramente, vamos nos ater à primeira concepção apresentada por Chauí, segundo Scherer (2013). A cultura representa a identidade, as linguagens simbólicas e objetivas que configuram as características, angustias, anseios e os sentimentos de um determinado grupo.

Arte e cultura são espaços especiais para a expressão da identidade pessoal e coletiva, construída nos percursos familiares e escolares. As formas de sociabilidade que elas promovem decorrem de experiências, valores e escolhas de atividades culturais com potencial mobilizador de jovens para a auto-organização, a formação de grupos, a participação social e o empreendedorismo. (FILIPOUSKI; NUNES, 2012, p. 53).

A cultura é a única faceta da vida e da condição humana em que o conhecimento da realidade e o interesse humano pelo autoaperfeiçoamento e pela realização se fundem em um só. “É, na verdade, o único conhecimento audacioso o bastante para oferecer ao mundo o seu significado, em vez de acreditar (ou fingir acreditar), com ingenuidade, que o significado está ali, pronto e completo, à espera de ser descoberto e aprendido.” (BAUMAN, 2012, p. 300-301).

Criar expressões culturais se tornou no tempo presente uma forma de trabalho abstrato, intelectualizado, que reproduz através da música, do cinema, da pintura, das fotografias, das esculturas... retratos do nosso cotidiano, são expressões artísticas das relações de (re)produção da vida material e suas consequências às quais as pessoas estão inseridas todos os dias. Para Adorno (2009), a arte, pela via da indústria cultural, deve se aproximar ao máximo e melhor possível da realidade, de modo a agradar o seu público, para assim, gerar e acumular riqueza.

Todo o processo de construção da formação cultural das pessoas perpassa pelo trabalho no seu sentido ontológico e abstrato, pois se inicia a partir da atividade humana e da sua relação com a natureza que vai do processo de alienação e submissão ao capital através do mercado. Daí é possível afirmar que a cultura também se reconfigura a partir do sistema capitalista contemporâneo, na condição fetichista de mercadoria, com possibilidades de venda e lucro.

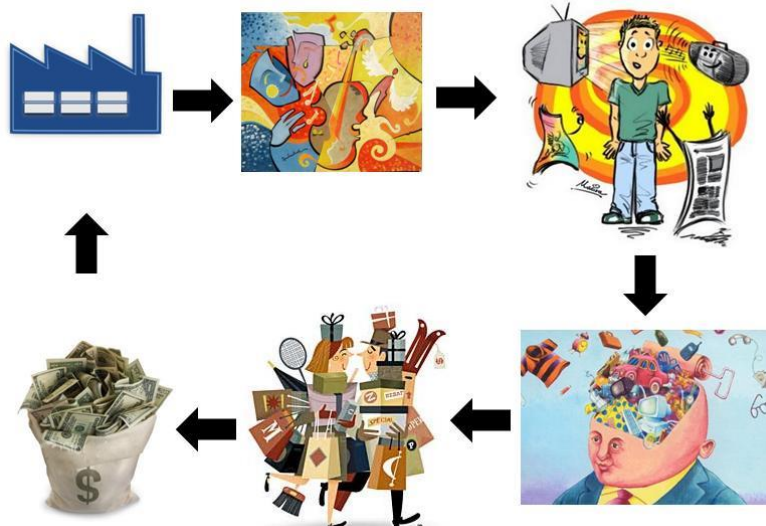
Interpretando a reflexão de Adorno (2009), a cultura na sua essência criativa que reproduz as angustias, as sensações, as abstrações humanas, que produz o olhar crítico da realidade através da arte, foi apropriado pela indústria cultural, que, fazendo uso de todos os recursos e técnicas daquela, a transformou em mera mercadoria, vendível e lucrável.

Transformada em mercadoria, a expressão cultural pela via artística resignificou as identidades e os símbolos de grupos sociais, influenciados pelo pertencimento de classe. Filipouski e Nunes (2012) afirmam que a cultura é apropriada de forma desigual e se caracteriza de acordo com cada classe social.

Para Adorno e Horkheimer (1985), a cultura, enquanto mercadoria, se formata no âmbito da indústria cultural, vinculada ao capitalismo para satisfazer os interesses deste. Para isso, a produção da arte exige mentes criativas e flexíveis, enquanto a própria indústria é inflexível e implacável com aqueles que não se adaptam às suas regras de qualidade. Sua ideologia é o negócio.

A indústria cultural, o mais inflexível de todos os estilos, revela-se, justamente, como a meta do liberalismo, ao qual se censura a falta de estilo. Aí ainda é possível fazer fortuna, desde que o sujeito não seja demasiado inflexível e mostre-se aberto ao diálogo e apto à conversação. Quem resiste só pode sobreviver integrando-se (ADORNO; HORKHEIMER, 1985).

Figura 14 – Fluxo de desenvolvimento da Indústria Cultural



Fonte: TECENDO IDEIAS, 2013.

Cada classe social se apropria da cultura de acordo com o poder aquisitivo que possui. Adorno e Horkheimer (1985), ao falarem sobre a Indústria Cultural, afirmaram que o capitalismo ao mercantilizar a cultura, criou também níveis hierárquicos de cultura, sendo que cada pessoa usufruirá desta de acordo com sua posição social e condições socioeconômicas.

O fornecimento ao público de uma hierarquia de qualidades serve apenas para uma quantificação ainda mais completa. Cada qual deve se comportar, como que espontaneamente, em conformidade com seu *level*, previamente caracterizado por certos sinais, e escolher a categoria dos produtos de massa fabricada para seu tipo. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 102).

Esta cultura hierarquizada se mostra como um espaço de ruptura para os adolescentes das classes mais pobres, pois, a partir do momento em que estes ousam inserir aspectos culturais elitistas no contexto de pobreza, como a ostentação das grifes pelas músicas de periferia, há a ruptura desta hierarquia e os problemas relacionados ao preconceito de classe começam a se intensificar.

Esta dinâmica de rupturas e preconceitos está posta porque a cultura enquanto mercadoria e suas técnicas de configuração e difusão manipulam as pessoas a consumirem, conotando a ideia de felicidade e status. “É que o ambiente em que a técnica adquire tanto poder sobre a sociedade encarna o próprio poder dos economicamente mais fortes sobre a mesma sociedade.” (ADORNO, 2009, p. 6).

A supervalorização do produto que consumimos descaracteriza a força de trabalho que as pessoas dispuseram para transformar recursos naturais naquilo que está posto à venda, pois não se reflete sobre as condições com as quais o produto foi produzido. O importante é o prazer que o mesmo vai proporcionar ao consumidor, satisfazendo necessidades que antes não existiam. Assim, surge a mercadoria, enquanto fetiche.

A mercadoria, *criada pelos homens*, aparece como algo que lhes é alheio e os domina; a *criatura* (mercadoria) revela um poder que passa a subordinar o *criador* (homens). No mercado, [...] as relações sociais, *relações entre os homens*, aparecem como *relações entre coisas*. (PAULO NETTO; BRAZ, 2011, p. 102, grifo do autor).

Desta forma, as pessoas consumidoras, já mercadorizadas pelo capital possuem exclusivamente a tarefa de:

[...] encher esses cestos, ignorando os efeitos anti-humanos desse processo. O tão propalado “indivíduo” dessa relação é o “homem-mercadoria”, que é um escravo de seu consumo, e das complicadas instituições que lhe permitem ser um homem-mercadoria passivo. (MÉSZÁROS, 2006, p. 186-187).

A mercadoria é o resultado do processo de produção realizado pelo homem para satisfazer as necessidades humanas. Quando o produto se torna mercadoria para comercialização, ele se transforma em algo enigmático, que reluz sobre os olhos, ganhando uma conotação que transcende a sua atual característica e real serventia. Para Marx, a mercadoria aparenta ter vida própria, não há a percepção sobre quem foram os produtores dela e sob quais condições a mesma foi criada. “Mas tão logo aparece como mercadoria, ela se transforma numa coisa sensível-suprassensível.” (MARX, 2013, p. 146).

“O caráter fetichista da mercadoria e seu segredo’ [...] designa uma ilusão ligada à forma fenomenal do valor [...] na troca, ‘uma relação social determinada dos homens toma a forma fantasmagórica de uma relação entre coisas’.” (LÖWY, DUMÉNIL; RENAULT, 2015, p. 62).

Praticar a adoração e a veneração pela mercadoria é um resultado expressivo do capital sobre a vida das pessoas, pois estas, fascinadas pelos produtos que podem proporcionar a materialização dos desejos, propiciando prazeres, se prendem cada vez mais nas teias perversas do sistema que visa acumular riqueza, mesmo que para isso seja necessário dominar o ser social pelo consumo.

O mercado, cada vez mais, cria produtos que chamam a atenção da grande plateia. Tais mercadorias, normalmente, não têm como intuito principal satisfazer as necessidades humanas, mas sim, satisfazer as necessidades do capital, ou seja, produzir mais-valia²³ (SCHERER, 2013, p. 64). A produção da mais-valia através da propagação do consumo como fonte de felicidade, poder e status compreende em algumas das várias tramas perversas do capital, diluindo a força de trabalho que produziu a mercadoria e expropriando o ser social da sua condição de sujeito histórico.

O capital, ao subordinar toda a sociedade, impõe-se em sua lógica quantitativa enquanto riqueza abstrata, que busca incessante crescimento, aprofunda as desigualdades de toda natureza e torna, paradoxalmente invisíveis as mediações que viabilizam esse processo e, conseqüentemente, o trabalho vivo que cria a riqueza e os sujeitos que o realizam. Conduz à banalização do humano, resultante de sua indiferença frente à esfera das necessidades das grandes maiorias e dos direitos a ela atinentes. (IAMAMOTO, 2011, p. 99-100).

Na sociedade de consumidores, ninguém pode se tornar sujeito sem primeiro virar mercadoria, e ninguém pode manter segura sua subjetividade sem reanimar, ressuscitar e recarregar de maneira perpétua as capacidades esperadas e exigidas de uma mercadoria vendável (BAUMAN, 2008, p. 20).

Este processo de mercadorização da vida humana impacta com agressividade as adolescências, enquanto sujeitos singulares que buscam incessantemente se socializarem nos contextos coletivos e, ao mesmo tempo, construir as suas identidades e expressarem seus sentimentos e sensações, sendo estas, partes importantes da construção social desta categoria.

Para os adolescentes, os desejos e aspirações são anseios por um sentido de pertencimento a um grupo ou aglomeração e o desejo de se distinguir das massas, de possuir um senso de individualidade e ao mesmo tempo, originalidade (BAUMAN, 2013b).

²³ Mais valia é a diferença entre o valor produzido pelo trabalho e o salário pago ao trabalhador, o que constitui a base de exploração no sistema capitalista (SCHERER, 2013, p. 64).

A fase que marca a adolescência traz em seu processo de construção a necessidade de socialização, os primeiros sofrimentos e decepções frente a situações decorrentes no cotidiano e as formas que estes adolescentes lidarão com estas situações.

É característico o usufruto de espaços de sociabilidade, competições no grupo de amigos, acesso e facilidade de manuseio de recursos tecnológicos, primeiras vivências sexuais e mais recentemente, a importância e a necessidade iminente em consumir para obtenção de uma felicidade, que na reflexão de Lipovetsky (2007), é paradoxal, pois, estes adolescentes buscam, no consumo, suprir necessidades e angustias que a desigualdade social e a realidade de pobreza e/ou miséria reproduzem na subjetividade do ser, trazendo aquela felicidade externa (social) que não transcende à infelicidade interna (emocional).

A sociedade de hiperconsumo funciona como uma sociedade de desorganização psicológica que se reveste de numerosos processos de “relançamento” ou de redinamização subjetiva e a questão da felicidade “volta à superfície”, “[...] tornando-se um segmento comercial, um objeto de *marketing* que o hiperconsumidor quer prontamente à sua disposição, sem esforço, imediatamente e por todos os meios (LIPOVETSKY, 2007, p. 11, grifo nosso).

Carl Jung, em uma obra em que ele e outros autores discutem o homem e seus símbolos, retrata a influência da publicidade no meio social. A imagem, datada de 1960, diz “*be sociable – have a Pepsi*”²⁴ (JUNG, 2008). Isso demonstra a interferência direta entre fatores externos no consciente das pessoas. Ainda sobre as influências:

²⁴ Seja sociável, tenha uma Pepsi.

Figura 15 – Propaganda relacionando o consumo com a sociabilidade, década de 1960, século XX



Fonte: MESSYNESSY CHIC, 2012.

Na nossa vida consciente estamos expostos a todos os tipos de influência. As pessoas nos estimulam ou nos deprimem, ocorrências na vida profissional ou social desviam a nossa atenção. Todas essas influências podem levar-nos a caminhos opostos à nossa individualidade; e quer percebamos ou não o seu efeito, nossa consciência é perturbada e exposta, quase sem defesas, a esses incidentes. Isso ocorre em especial com pessoas de atitude mental extrovertida, que dão a importância a objetos exteriores, ou com as que abrigam sentimentos de inferioridade e de dúvida envolvendo o mais íntimo de sua personalidade. (JUNG, 2008, p. 56).

As implicações no consumo do mundo moderno refletem a análise de Jung, pois o ato de adquirir bens e serviços pode estimular ou deprimir as pessoas, afetando assim o emocional destas, principalmente quando falamos em consumo pela classe trabalhadora, com maior impacto na adolescência. O consumo, para Adorno e Horkheimer (1985) atrai e prende a atenção de forma manipuladora e irresistível a todos aqueles que vivem do trabalho, que produzem riqueza e contribuem para o avanço do desigual processo de acumulação capitalista.

Os consumidores são os trabalhadores e os empregados, os lavradores e os pequenos burgueses. A produção capitalista os mantém tão bem presos em corpo e alma que eles sucumbem sem resistência ao que lhes é oferecido. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 110).

Quando se fala em acesso a bens e serviços, nem todos os adolescentes possuem as mesmas oportunidades, pois com a pobreza, a segregação e desigualdade social, as condições de vida, a precariedade dos espaços urbanos mais pauperizados, a dignidade, os direitos estabelecidos em Lei, os serviços e bens oferecidos pelo mercado se tornam distantes e desiguais a este público.

Observa-se que as limitações a uma maior qualidade de vida associadas ao poder de compra acarretado pela condição de pobreza, levam os adolescentes às primeiras frustrações psicossociais. A vivência em uma sociedade globalizada, consumista e capitalista, dificulta as relações humanas e o acesso de toda a população aos mesmos direitos.

Esta dificuldade se resulta na individualização dos sujeitos. Segundo a lógica da sociedade de consumidores no capitalismo, o consumo é unicamente capaz de suprir as necessidades objetivas e subjetivas das pessoas. É aquele que traz a boa nova – a felicidade, o prazer, o desejo ou, nas palavras de Marx “[...] no consumo, os produtos se tornam objetos de prazer, de apropriação individual.” (apud MÉSZÁROS, 2006, p. 187).

É o capital na sua forma mais pretensiosa, com amor próprio, que age através do mercado para satisfazer as pessoas nesta trama alienadora e agressiva com sentido de obter mais acúmulo de riqueza. O Capital possui amor próprio, se torna uma forma sem conteúdo – caráter alienado, pois desconsidera aqueles que o geraram através dos meios de produção (IAMAMOTO, 2011).

Marx critica a propriedade privada porque nos tornou “[...] tão cretinos e unilaterais que um objeto só é **nosso** se o temos, portanto, quando existe para nós como capital ou é por nós imediatamente possuído, comido, bebido, trazido em nosso corpo, habitado por nós, etc., enfim, **usado**.” (MÉSZÁROS, 2006, p. 186, grifo do autor).

Diante das exposições, é possível destacar a categoria consumo por dois vieses que se entrelaçam e que se completam: O primeiro ponto é a lógica da produção capitalista que envolve o consumo. A mercadoria vem para suprir necessidades, contudo, não são necessidades reais, para uma vida com qualidade. A estratégia do mercado de consumo é criar necessidades e nos convencer que aquele produto é importante e fará diferença em nossas vidas. Criam-se ideais para representar a vida cotidiana nos objetos produzidos pela atividade humana. Segundo

Mészáros (2006, p. 108), não só as necessidades criam os ideais; os ideais também criam necessidades.

Para haver consumo é necessário que haja produção e para que as mercadorias produzidas possam ser vendidas e gerar lucro é importante que o consumo se concretize. “A necessidade de consumo é, ao mesmo tempo, também uma necessidade de produção e, inversamente, a necessidade de produção é simultaneamente também uma necessidade de consumo.” (MÉSZÁROS, 2006, p. 187).

O segundo ponto é a lógica da identidade e da relação do consumo com a construção social dos sujeitos. Para os adolescentes, por exemplo, considerando o direcionamento deste estudo, os bens materiais através da sua representação, seja pelo que ele é, pela marca, pelo enaltecimento que ele conquista pelos sujeitos, condicionam os adolescentes a vincularem as suas características e sociabilidades através da mercadoria.

Os diferentes usos que os sujeitos sociais fazem dos objetos, revelam dimensões de suas práticas culturais, de seus processos de escolha, indícios de suas identidades (MACHADO, 2011, p. 43). Para as “juventudes”, os bens materiais e simbólicos consumidos nos espaços coletivos, de certa forma, se tornam mecanismos de “identificação” e “diferença” (ALMEIDA NETO, 2013, p. 84).

A mercadoria conquista o poder de regular a construção singular e social de cada sujeito que, transformado em mercadoria, se desenvolve e vive o cotidiano em função às regras do mercado e da economia.

Os encontros dos potenciais consumidores com os potenciais objetos de consumo tendem a se tornar as principais unidades na rede peculiar de interações humanas conhecida, de maneira abreviada, como “sociedade de consumidores”. Ou melhor, o ambiente existencial que se tornou conhecido como “sociedade de consumidores” se distingue pela reconstrução das relações humanas a partir do padrão, e à semelhança, das relações entre consumidores e os objetos de consumo. (BAUMAN, 2008, p. 19).

A relação entre consumidor e objeto, mediada pelas regras do mercado e do capital, configuram diferentes formas de relações sociais, sejam as relações líquidas, reforçadas pelo individualismo, sejam pelas necessidades de se obter visibilidade social para se sentir pertencidos nos espaços de sociabilidades. Estas regras são perversas, pois geram segregações daqueles que não possuem poder de

compra, ou seja, dos sujeitos que não possuem valor para o capital, irrompendo assim, a violência e a acentuação de práticas delitivas que favorecerão ilegalmente o poder de compra e o pertencimento na sociedade de consumidores. Por este viés, é importante reportar a relação das práticas delitivas aos adolescentes que recorrem a elas para obter meios rápidos e rentáveis de se ostentarem na sociedade do consumo para formatarem as suas identidades e sociabilidades.

A associação entre prática do ato infracional e desenvolvimento social do adolescente configura-se a partir da relação destas com as expressões da questão social. Justificando esta assertiva, considera-se além da pobreza, a violência, o preconceito de classe e a manipulação do capital sobre os mais pobres como algumas das múltiplas expressões atualmente postas. Primeiramente, estes adolescentes, possuem suas culturas formatadas pela globalização, todavia, as expressam em um espaço bastante restrito e marginalizado – as comunidades pobres (ROSA, 2013).

Segundo o autor, estes adolescentes não ousam avançar em suas sociabilidades em outros espaços, sejam pelos riscos de embates entre grupos rivais ou perda de identidade. Para Wacquant (2001), esta marginalização compreende-se no “exílio social” dos menos favorecidos. Resta para estes adolescentes, a prática do consumo, para não serem totalmente dispensáveis da lógica social global (BAUMAN, 2013b). Desta forma, sobre a questão social, Iamamoto (2008, p. 27) a define:

[...] como o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz em comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade [...].

Segundo Beretta (2010), a questão social surge em meio ao processo de industrialização, crescente exploração da classe trabalhadora, financeirização do capital, ocasionando o aumento da pobreza, concentração de renda e mobilizações frente às condições dignas e humanas de trabalho, sendo estas imagens de uma reflexão crítica e dialética, propostas por Karl Marx.

As aceleradas transformações sociais no tempo presente, com a modernização da tecnologia, seu custo para acesso e em concomitante, a acentuada desigualdade no acesso destes recursos interferem diretamente nas condições sociais dos adolescentes das classes pobres, sendo que, parcela destes, adentram à criminalidade para garantir meios fáceis e vantajosos (financeiramente) de acesso aos

recursos mais modernos que favorecerão a pertença social, o status e a ostentação durante as relações sociais.

Desenvolvimento tecnológico, consumismo, supervalorização dos jovens, precarização do trabalho, volatilidade, globalização, marcas registradas da contemporaneidade, evidenciam situações como o uso de drogas, a revolta, a marginalização e a violência. Estas expressões tornam-se mais agudas ou se expressam com maior radicalidade nessa fase. “Os adolescentes e os jovens são extremamente afetados no mundo globalizado, seja por sofrerem violências, seja por violentarem outrem. Apesar de viverem uma história em que são violentados, são as violências produzidas por eles que ganham visibilidade na sociedade. [...]” (SILVA apud PAIVA, J. N. A., 2008, p. 34).

O reflexo que a questão social traz na classe trabalhadora está compreendido na formação da violência e criminalidade, daí a relação intrínseca entre ato infracional e desenvolvimento social do adolescente.

Evidentemente a questão social surge, em sua forma mais aguda, quando ocorre o desenvolvimento de violências estruturais, institucionais e cotidiana, pela apropriação desigual do produto social que afeta a todos os sujeitos, pela negação dos direitos, pelas péssimas condições de vida, pelo desemprego, pela falta de proteção social, pelo analfabetismo, pela violência e pelo desemprego, entre outros, que atingem especialmente os adolescentes e jovens, pobres e negros. (SILVA apud PAIVA, J. N. A., 2008, p. 62).

Considerando a formação social do adolescente e sua fase peculiar de desenvolvimento nas comunidades pobres e a crescente prática alternativa de busca por superação de limites, socialização, autoafirmação nos grupos e se apresentarem à sociedade como sujeitos que detém um poder simbólico, afirma-se que as ideologias da criminalidade são apropriadas com rigor pelos adolescentes, que veem neste contexto, a oportunidade de ascensão e visibilidade.

Termo comum presente no vocabulário de adolescentes de todas as classes sociais, presentes na cultura musical juvenil, mas que é preponderante na cultura de comunidade pobre, o conceito de “vida louca/ vida loca/ vida loka”²⁵ vem para representar adolescentes, jovens e adultos que não tiveram os mesmos direitos que os demais e que não apresentam dificuldades de desenvolvimento.

²⁵ Na linguagem cifrada, usualmente por jovens e adultos nas redes sociais, muitas palavras e expressões são codificadas para dar uma nova roupagem às relações sociais estabelecidas em uma cultura midiática, sob o uso de tecnologias.

O VL, é aquela pessoa que faz um corre todo dia pra trazer pão e leite pra casa, é aquele que se preocupa com sua família, que não se arrepende do que faz, que vive sempre enfrentando as dificuldades e superando os obstáculos, é a pessoa que não quer ser um marionete do sistema e não se rende a esse mundo capitalista, é aquele que se preocupa com os irmão e com sua quebrada, e que sempre vai em busca da felicidade e vive intensamente cada dia como se fosse o último. (SANTOS, K., 2009).

Aparentemente, o conceito de “vida louca/ vida loca/ vida loka” permite observar que os “corres” feitos pelos sujeitos vulneráveis e excluídos pelo sistema seguem caminhos de luta constante, com determinação, visando o desenvolvimento pessoal, familiar, pautando-se sempre pela crítica aos sistemas político e econômico dos quais são segregados.

Todavia, considerando os índices de criminalidade, apologias difundidas através da arte e cultura, filosofias criadas por facções criminosas, a “vida louca/ vida loca/ vida loka” acaba ganhando outro formato, crítico, violento, coercitivo e pejorativo. Esta realidade está em relação direta à prática do ato infracional, pois, observou-se através da prática profissional, a afinidade entre “vida louca/ vida loca/ vida loka” e ato cometido, apresentada por adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa no período de prática profissional do autor e, posteriormente na apreensão de dados pelos sujeitos entrevistados.

Diante do exposto, é possível afirmar que a realidade contemporânea é o reflexo de uma história de lutas sociais e crescentes desigualdades que, hoje, considerando o crescimento populacional, o enriquecimento de poucos e a miserabilidade de muitos, a modernização dos recursos tecnológicos, aumento do desemprego, corrupção política traz a prática criminosa e a consequente “facilidade” de acesso aos direitos, bens e serviços como forma de desenvolvimento de pessoas em situação de pobreza, impactando principalmente os adolescentes que buscam reconhecimento e status em seus espaços de sociabilidade. E esta busca é constante e tem como base o ato de consumir.

O consumo ou hiperconsumo (LIPOVETSKY, 2007) no sistema capitalista é exacerbado. Atualmente, além do consumo para a manutenção das necessidades básicas, as pessoas tendem a gastar para satisfazerem a si mesmas, preencher algum vazio existente, superar momentos de infelicidade e angústia para elevarem sua autoestima, para suprirem a ausência de alguma pessoa ou situação que não obteve sucesso. Gastam também para se mostrarem pertencentes à grupos com

características semelhantes às suas ou para se inserir naquele espaço onde o que prevalece é o poder do consumo.

“A sociedade de hiperconsumo coincide com um estado da economia marcado pela centralidade do consumidor.” (LIPOVETSKY, 2007, p. 13), passando de uma necessidade básica para uma ansiedade que gera angustia e desespero às pessoas. Para o autor, as práticas de consumo passaram a exprimir uma nova relação com as coisas, com os outros e consigo mesmo. O consumo do indivíduo “para si” suplantou o consumo “para o outro”, seguindo o irresistível movimento de individualização das expectativas, dos gostos e dos comportamentos (LIPOVETSKY, 2007, p. 36).

Com os adolescentes não é diferente. Considerando estudos e notícias relacionadas ao consumo na fase da adolescência percebe-se que estes, cada vez mais, buscam prazeres gastando e obtendo mercadorias que em algumas situações servem para o desejo do ego e para a conquista de popularidade no grupo social os quais pertencem.

Para Arminda Aberastury outra característica do mundo dos adolescentes é o imediatismo, pois acaba sendo estimulado pelo consumismo exacerbado, que incentiva e deve haver um acúmulo de bens materiais e culturais no menor prazo possível. Esta ideia acaba criando nos adolescentes uma sensação de ansiedade e frustração, o que gera um processo de exclusão social da maioria dos jovens. A exigência de uma mudança de postura, com a imposição de assumir repentinamente uma posição responsável para assumir um trabalho, tornando-se responsável por si mesmo é fato gerador dos conflitos e tensões atribuídos a esta fase de desenvolvimento. Arminda Aberastury expõe que o momento mais difícil da vida do homem é a adolescência, pois necessita de liberdade adequada, mas sempre com a segurança das normas ajudando-o adaptar-se as mudanças sem gerar conflitos graves com seu ambiente e a sociedade. (SILVEIRA, 2009, p. 6).

Sobre a adolescência na sociedade de consumidores, a sua relação com a mercadoria e a influência desta com a construção social via ostentação, a pesquisa realizada com os adolescentes em cumprimento de liberdade assistida em Batatais/SP nos revela algumas inquietações, apresentadas nas reflexões que se seguem.

Tabela 4 – Categorias Empíricas: Adolescência, consumo, ostentação e sociabilidade

Questões Norteadoras	Categoria 1	Categoria 2	Categoria 3
Sobre a ostentação: motivos, no que influencia nas relações sociais, sua importância, se o entrevistado se ostenta e de que forma.	Ostentar-se é ganhar visibilidade, ser reconhecido na sociedade.	Algumas pessoas se ostentam, aparentam ser algo que não são, outras pessoas usam as marcas apenas porque gostam.	Ostentar-se proporciona ganhos: dinheiro, grifes, mulheres. É viver como os MCs ²⁶ , as músicas retratam isso.
Relação do consumo com a visibilidade social.	Consumir eleva o pertencimento na sociedade. As pessoas te veem, te reconhecem como alguém.	O consumo atrai pessoas por interesses. Alguns constroem amizades com você pelo que você tem.	Algumas pessoas consomem para demonstrarem possuir um poder aquisitivo que inexistente na vida delas.
Como o adolescente/jovem percebe a cultura da ostentação pela sociedade.	Há uma diferença grande entre a ostentação por ricos e pobres. Para os últimos a visão é preconceituosa.	Preconceito de classe - inferiorização das pessoas pobres e o não merecimento de ascensão econômica.	Associação da pobreza e ostentação à criminalidade.

Fonte: Elaborado por Thiago Rodrigo da Silva (2015).

A primeira indagação nos revela que os sujeitos entrevistados veem a ostentação como um percurso a ser seguido para obter visibilidade e reconhecimento, viver uma posição social na qual não se pertence com as vantagens materiais, afetivas e sexuais. Os adolescentes consumidores se encontram na condição de mercadorias, são objetos de domínio do mercado que produzem mais-valia para o capital se desenvolver cada vez mais.

A falácia da felicidade associada ao consumo, instiga os adolescentes que estão em fase de desenvolvimento e vivem as primeiras experiências sociais mais

²⁶ MC – Mestre de Cerimônia, que se pronuncia "eme ci". Um MC pode ser um **artista** que atua a nível **musical** ou pode ser o **apresentador** de um determinado **evento** que não está necessariamente ligado a uma manifestação musical. Em relação à categoria empírica, MC está associado ao artista atuante no meio musical.

intensas a consumirem produtos que eles consideram importantes para o autorreconhecimento na sociedade, percebendo assim, como sujeitos inseridos e reconhecidos pelas outras pessoas. É o desejo e a busca pela fama, pela autoafirmação enquanto sujeitos objetos do capital, que buscam o *glamour* e a admiração da mesma forma que os objetos de consumo que são postos em prateleiras e vidraças para exposição e possibilidades de compra.

“Ser famoso” não significa nada mais (mas também nada menos!) do que aparecer nas primeiras páginas de milhares de revistas e em milhões de telas, ser visto, notado, comentado e, portanto, presumivelmente *desejado* por muitos – assim como sapatos, saias ou acessórios exibidos nas revistas luxuosas e nas telas de TV, e por isso vistos, notados, comentados, desejados [...] Na era da informação, a invisibilidade é equivalente à morte. (BAUMAN, 2008, p. 21).

Além de sonhar com a fama, outro sonho, o de não mais se dissolver e permanecer dissolvido na massa cinzenta, sem face e insípida das mercadorias, de se tornar uma mercadoria notável, notada e cobiçada, uma mercadoria comentada, que se destaca da massa de mercadorias, impossível de ser ignorada, ridicularizada e rejeitada. “Numa sociedade de consumidores, tornar-se uma mercadoria desejável e desejada é a matéria de que são feitos os sonhos e os contos de fadas.” (BAUMAN, 2008, p. 22).

O desafio das pessoas, principalmente dos adolescentes na atual sociedade do consumo é manter-se no topo da popularidade, permanecer antenados às novidades que o mercado traz para os consumidores, observar e atentar-se sobre os benefícios emocionais e sociais que o produto em lançamento proporcionará e as consequências possíveis caso estes não consigam acompanhar a nova tendência do mercado.

Guiada pelo impulso de ser diferente, de escapar da multidão e da rotina competitiva, a busca em massa da última moda (do próprio momento) logo faz com que as atuais marcas de distinção se tornem comuns, vulgares e triviais [...] A regra de ficar de olho naquilo “que já saiu de moda” deve ser observada tão conscienciosamente quanto à obrigação de permanecer no topo do que é (neste momento) novo e atual. (BAUMAN, 2013b, p. 25).

Neste prisma, os sujeitos da pesquisa, deixaram nítida a importância que eles dão para a ostentação via consumo, pois, a lógica de sociabilidade, mediada pelo

mercado e economia é que vai dizer se o indivíduo será reconhecido como mais um membro da sociedade de consumidores ou não.

O valor que o mercado atribui ao sujeito mercadoria, ditará a aceitabilidade e as possibilidades de estreitar relações ou não, contribuindo para a fragilidade das relações humanas. Em alguns casos, o afeto não é construído pelo vínculo e afinidade nas relações, mas sim, pelo poder aquisitivo que o sujeito possui e os interesses contidos neste poder. É a compra do afeto. Se o sujeito deixa de se ostentar, o afeto acaba e o vínculo se rompe. É a era da descartabilidade dos sujeitos.

Além das categorias, registramos também os principais discursos^{27 28} que reforçam a ideia aqui defendida, sendo eles:

Só sei que eu gosto de usar, porque dá presença, a gente posta foto no face. [...] Eu sei que tem preconceito, tem gente que não aceita a gente se ostentar, mas nem ligo (A1).

O que devia chamar a atenção era a humildade, eu acho que quem se ostenta muito não é humilde. As vezes a ostentação chama a atenção das novinha, mas é mais por interesse mesmo, não porque está a fim, elas acha que os mano tem dinheiro, sendo que não tem. Alguns se ostenta também para pagar de rico (A2).

Várias pessoas sente a necessidade de chamar a atenção porque querem aparecer, quer que as pessoas vejam ela, quer aparecer de qualquer forma, por isso que em muitas vezes elas se ostenta e faz o que faz. É que o dinheiro muda muito as pessoas, o dinheiro afasta as amizades, o dinheiro torna as pessoas gananciosas, isso tem muito no mundo (A4).

Tem gente que gosta mais, tem gente que é seu amigo só por causa das roupas que você usa, pelo dinheiro que você tem. Quando você usa roupa de marca, da hora, todo mundo fica te olhando, né [...] é legal se vestir assim, se ver admirado e tal, mas tenho vergonha. Eu uso a marca mais pra mim, mano, porque eu gosto (A5).

Os discursos dos sujeitos da pesquisa retratam e confirmam as informações até aqui expostas. A ostentação via consumo é o mecanismo que configura as identidades dos adolescentes no tempo presente. A representação do sujeito está condicionada na marca que é usada e no montante de dinheiro disponível para diversão.

²⁷ Os entrevistados foram referenciados por letras e números para resguardar as suas identidades, garantindo o sigilo ético da pesquisa científica e o segredo de justiça por envolver adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa.

²⁸ Dos cinco sujeitos entrevistados, apenas o A3 não soube responder à indagação.

A transformação dos sujeitos em mercadoria pelo capitalismo reconstrói as suas identidades, que não são mais configuradas pelas características biopsicossociais e sim, pelos seus poderes de compras, pelas marcas utilizadas e pelos produtos consumidos no cotidiano. A regra é estar na moda a qualquer custo, sob quaisquer circunstâncias.

“Ser uma pessoa na moda” torna-se razão de cobiça para homens e mulheres, revelando um sobreinvestimento dos assuntos relacionados com o parecer, na expectativa da aprovação da estética do Outro, da reciprocidade do olhar e do gozo visual, no momento mesmo em que a moda se afirma como objeto sublime: sociológica, midiática e literariamente. (SALES, 2007, p. 125).

A moda suscita, portanto, desejos de originalidade e de conformismo, vontade de ser igual e diferente ao mesmo tempo: de estar na moda. O consumo, na maior parte das vezes, é febril e não racional, de acordo com a lógica supérflua, frívola e descartável do capitalismo (SALES, 2007). Está ligado a várias dimensões psicológicas e imagens: “[...] *consumimos, através dos objetos e das marcas, dinamismo, elegância, poder, mudança de ares, virilidade, feminilidade, idade, refinamento, segurança, naturalidade – outras tantas imagens que influem nas nossas escolhas.*” (LIPOVETSKY apud SALES, 2007, p. 133-134, grifo do autor).

Fica nítido o poder que a mercadoria possui sobre as pessoas, considerando todas as estratégias perversamente criadas para controla-las através da diversão alienada na atual sociedade do consumo. Claro que a mercadoria, no seu sentido fantasmagórico e “autodesenvolvido” cunhados pela desumanização da produção da vida material pelo ser social não se configura neste sentido sozinha. A influência midiática é a aliada que, por meio da potência criativa em levar felicidade, perspectivas, expectativas e prazer ao público consumidor através das propagandas, consolida a força dominadora do capital, manipulando as pessoas (sujeitos-mercadorias) a desenvolverem falsas necessidades para o consumo sem precedentes.

O processo social de mercantilização do sujeito e de suas relações sociais é, na maioria das vezes, desencadeado pela mídia, que representa um aparelho ideológico de grande poder na produção de necessidades dentro da sociedade do consumo. (SCHERER, 2013, p. 64).

As linguagens da publicidade e da propaganda podem ser entendidas como espaços de construção de narrativas culturais diversas. A partir deste cenário, é possível a compreensão de que o mundo da representação publicitária evoca valores, ideias, visões de mundo que “são boas para pensar”. Sobre a cultura e sociedade, a perspectiva que se abre aqui é o entendimento da cultura do consumo como forma de manifestação cultural. Os mesmos bens podem evocar sentidos diversos, dependendo dos usos sociais que se fazem deles (MACHADO, 2011, p. 44).

A publicidade afeta diretamente as relações sociais dos adolescentes, pois, estes, inseridos na sociedade de consumidores, buscam suprir as mesmas necessidades que as outras gerações via consumo. Nesta esfera, há uma imagem construída da condição juvenil como etapa áurea da vida, idade na qual se pode desfrutar do tempo livre, do lazer, do vigor, dos esportes, da sexualidade e da criatividade artística (CATANI; GILIOLI, 2008, p. 20).

Todavia, na classe que vive do trabalho e/ou que se encontram sem trabalho, a propaganda chega até aos olhos da população, vislumbrando os grupos de adolescentes, que vendo as informações e os prazeres que determinados produtos oferecem, desejam obter aquilo a qualquer custo. Porém, vislumbrar, querer e poder adquirir aquilo que a propaganda apresentou, consistem em etapas diferentes. Adolescentes com alto poder aquisitivo vislumbram e logo conquistam aquilo que lhes interessaram, adolescentes pauperizados ficam apenas no vislumbre e desejo.

Catani e Gilioli (2008, p. 20) confirmam tal assertiva, quando revelam que “[...] a força da indústria cultural contribui de forma decisiva para uma série de exclusões e diferenciações entre as múltiplas condições juvenis [...], os jovens pobres têm possibilidades sensivelmente reduzidas – às vezes inexistentes.”

As práticas de consumo também são estimuladas através da mídia. A influência realizada através de seriados de TV, filmes, novelas, propagandas durante os comerciais, constroem ilusões e desejos frente estes adolescentes, que oriundos e pertencentes aos estratos de pobreza passam a maior parte do desejo apenas na ilusão.

A televisão fascina uma materialidade que se desenvolve a partir da cultura que ela representa e transmite para as pessoas. Num sentido genuíno, a televisão é a cultura hoje, caprichosa, sem moderação e absorvida por uma devoção quase religiosa ao consumo (CASHMORE apud PRUDÊNCIO, 2009, p. 11). Além da fala de

Prudêncio (2009), as categorias empíricas estabelecidas a partir dos discursos dos sujeitos retrata a influência dos recursos midiáticos na busca pelo consumo e ostentação.

A terceira categoria da primeira questão aponta que o consumo e a ostentação significa proporcionar condições aos sujeitos viverem da mesma forma que os MCs, como retratados nas letras de suas músicas. Observam-se, nesta realidade as contradições sociais postas pelo capital, pois, os MCs se ostentam a partir dos seus faturamentos proporcionados pela indústria cultural – shows, venda de suas letras e músicas, lançamento de marcas de roupas ou perfumes, aparecimentos em programas de TV, propagandas, dentre outras opções.

Os adolescentes da classe que vive ou não do trabalho não possuem os mesmos recursos financeiros, não estão vinculados ao cenário de luxo, ostentação e fama oferecidos pela indústria cultural e mesmo assim, querem viver similar ou igualmente aos seus ídolos, porém os recursos são limitados, as opções restritas, desejando assim, buscar as mesmas oportunidades via ilegalidade – tráfico de drogas, roubo simples, qualificados, dentre outros atos infracionais rapidamente rentáveis.

Desta forma, os adolescentes que a qualquer custo buscam conquistar aquilo que a publicidade e a TV lhes mostraram, buscam no ato infracional, a forma mais fácil e interessante para a conquista de bens e serviços para elevarem as suas popularidades no grupo social ao qual são pertencentes, provocando a sociedade a tecer vários preconceitos de classe associados ao consumo.

O consumo por adolescentes dos estratos pauperizados é discriminado por outras pessoas. Há a preconceituosa ideia de que o consumo deveria ser limitado para os pobres, que estes, deveriam se limitar a possuir o mínimo para a sobrevivência.

As categorias da terceira indagação sinalizam o preconceito sofrido pela classe trabalhadora e para aqueles que não trabalham, mas buscam alternativas para a manutenção na sociedade de consumidores. Para recapitular, as categorias construídas a partir do questionamento do entrevistador sobre a percepção dos adolescentes em relação ao que a sociedade afirma sobre o consumo entre o público entrevistado, são:

- Há uma diferença grande entre a ostentação por ricos e pobres.
- Para os últimos a visão é preconceituosa;

- Preconceito de classe - inferiorização das pessoas pobres e o não merecimento de ascensão econômica;
- Associação da pobreza e ostentação à criminalidade.

Para os sujeitos entrevistados, quando a ostentação é realizada por pessoas das classes médias e altas, a visão que a sociedade estabelece é de uma “atitude normal”, pois se entende que estas pessoas, por pertencerem aos estratos mais abastados, possuem condições para consumir tudo aquilo que é desejado. Diferente das pessoas das classes baixas que, para qualquer prática de consumo que supere a condição econômica (muitas vezes mal interpretada pela sociedade que julga) é considerada como atitude suspeita, como possível envolvimento em práticas ilegais.

Os discursos dos sujeitos inferem que a sociedade criminaliza a pobreza quando estes buscam espaços que outros patamares econômicos permitem. Observa-se a conotação de que a pobreza deve ser restrita no seu espaço e sobreviver com aquilo que lhe é oferecido e ponto. A inferiorização dos sujeitos pelas condições socioeconômicas traz o sabor de demérito, não admitindo a classe trabalhadora ter possuído poder de compra e acesso a bens antes restritamente elitizados. Devido à ascensão da classe trabalhadora no consumo, vimos acentuando o preconceito de classe e a criminalização da pobreza.

Diante do exposto, observamos que o mercado de consumo aliena os sujeitos de forma que não há reflexão crítica ou maior compreensão daquilo que estão consumindo – sua origem, quem produziu, em quais condições de trabalho, quanto ganharam os detentores da força de trabalho, quanto lucraram as empresas, por que o determinado produto existe, qual é a real necessidade que ele vai sanar, dentre outras reflexões.

No tempo presente, o capital corrompeu a arte e a cultura, transformando-as em espaços de diversão alienadas, de entretenimento sem reflexão crítica, programação sem conteúdo que exercite a consciência dos sujeitos. A arte e a cultura deveriam significar a materialização estética do desenvolvimento do ser social através do trabalho no seu sentido ontológico. O que verificamos é a desumanização do ser social e a mercantilização da arte como espaço de acúmulo de riqueza.

Para Lukács (1966, p. 34, tradução nossa), a arte compreende em uma construção sociohistórica e ontológica, que tem como base “as formas puras de reflexo da vida real” constituídas a partir da relação do ser social entre si e com a

natureza, no processo de (re)produção da vida material. A arte também consiste no fruto do trabalho ontologicamente exercido pelo ser social, sendo esta a sua forma abstrata e subjetiva de representação dos fenômenos configurados no cotidiano. Neste bojo, “[...] a arte é um produto da evolução social do homem que se faz homem através do seu trabalho.” (LUKÁCS, 1966, p. 24, tradução nossa).

Todavia, este trabalho é estranhado pelos produtores e desumanizado quando o produto final se transforma em mercadoria vendível e lucrável. A ausência de consciência crítica permite à arte e à cultura, mediadas pelos interesses do capital, manterem a massa da sociedade de consumidores alienada e submetida ao poder da propaganda que acorrenta e venda os olhos dos sujeitos para a realidade dos meios de produção no capitalismo. É a violência causada pela indústria cultural em face ao ser social.

O problema, como Marx o vê, consiste no fato de que o homem, devido à alienação, *não* se apropria de “[...] sua essência omnilateral como um *homem total*”, mas limita a sua atenção à esfera da mera *utilidade*. Isso acarreta um extremo empobrecimento dos sentidos humanos (MÉSZÁROS, 2006, p. 183, grifo do autor). Se “[...] a essência **humana** da natureza está, em primeiro lugar, para o homem **social**”, a *privatização* inerente ao desenvolvimento capitalista deve significar que a natureza perde seu caráter *humanizado*, torna-se alheia ao homem (MÉSZÁROS, 2006, p. 183-184, grifo do autor).

A indústria cultural permanece a indústria da diversão. Seu controle sobre os consumidores é mediado pela diversão, e não é por um mero decreto que este acaba por se destruir, mas pela hostilidade inerente ao princípio da diversão por tudo aquilo que seja mais do que ela própria. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 112).

A cultura, como a retratação dos sentidos mais abstratos e subjetivos do ser social se transforma em mecanismo de domínio e alienação pelo capitalismo, representado pelo mercado de consumo, como um meio de manter os olhos da massa vendados para a realidade. Enquanto a sociedade se diverte sem exercitar o pensamento reflexivo, o capital continua inflando as suas cifras, pouco se importando com a condição humana dos sujeitos em meio às contradições e perversidades da atual ordem societária.

A indústria cultural permanece a indústria da diversão. Seu controle sobre os consumidores é mediado pela diversão, e não é por um mero decreto que este acaba por se destruir, mas pela hostilidade inerente ao princípio da diversão por tudo aquilo que seja mais do que ela própria [...] O espectador não deve ter necessidade de nenhum pensamento próprio, o produto prescreve toda reação: não por sua estrutura temática – que desmorona na medida em que exige o pensamento – mas através de sinais. Toda ligação lógica que pressupunha um esforço intelectual é escrupulosamente evitada. (ADORNO; HORKHEIMER, 1985, p. 112-113).

A violência da indústria cultural consistiria, assim, na atrofia da imaginação e da espontaneidade do consumidor cultural, colaborando para a “barbárie estilizada”, sob o cenário de uma *sociedade irracional*, apesar de toda racionalização (SALES, 2007, p. 198, grifo da autora). Esta irracionalidade demonstra que os sujeitos consomem, compulsivamente, sem fazer uso da reflexão para compreender de fato quem se beneficiará pelo produto criado para satisfazer as necessidades. No tempo presente, a necessidade personificada na mercadoria não vai corresponder os anseios dos sujeitos e sim, da ordem capitalista que visa a produção da mais-valia e o acúmulo da riqueza.

Não há como sentir necessidade por um produto que não existe. A perspectiva crítica defende a produção material para satisfazer as reais necessidades humanas, estas que oferecerão qualidade de vida. O que acontece, ao contrário é a criação, pelo mercado de falsas necessidades humanas. O consumo ganha poder próprio e nos subordina a ponto de nos convencer a adquirir algo que, na realidade, não precisamos. A propaganda nos mostra que, para sermos felizes, livres, diferentes, populares, precisamos adquirir aquele produto.

Assim, configura-se o fetiche da mercadoria no tempo presente e a reificação do mundo natural e humano. Somos objetos do mercado e este nos controla pelos produtos. É a lógica perversa da acumulação capitalista que explora e absorve os recursos (poucos ou vastos) financeiros que as pessoas dispõem para a vida em sociedade; elevam-se o poder de compra e também os endividamentos, mantendo-se a dominação do capitalismo em face ao ser social com a falsa ideia da felicidade que é absorvida como verdade absoluta pelos sujeitos-mercadorias, sendo assim, de uma forma nefasta, o capital nos faz acreditar piamente que “[...] o caminho da felicidade passa pelas compras” (BAUMAN, 2015, p. 61).

2.4 A fragilidade dos laços humanos: adolescências em tempos de amor líquido

Figura 16 – Mafalda e os valores do capitalismo



Fonte: PRADO, [200?].

O tempo presente é constituído por uma trama social na qual a filosofia de vida se resume no “cada um por si” e nem sempre Deus para todos. Vivemos em tempos líquidos, onde a insegurança domina a vida em sociedade e afasta cada vez mais as pessoas umas das outras. A empatia pelo próximo está enxuta, quase nula e tende-se a não manifestar interesse em nos dar ao trabalho de nos preocupar pelas questões que atingem negativamente aqueles que não conhecemos ou mesmo aqueles que conhecemos.

A personagem Mafalda, cuja imagem e frase destacamos no início deste tópico, nos inquieta com a ideia de que amamos mais os objetos que consumimos que os nossos semelhantes. Desejar e amar objetos de consumo, além de reforçar o fetiche da mercadoria, inverte os valores dos sentimentos que deveríamos expressar por todas as pessoas, sejam elas desconhecidas ou não.

A vida em sociedade se dilui, e esta dissolução atinge de várias formas cada sujeito inserido no atual contexto capitalista globalizado. Bauman (2007) retrata na sua obra “Tempos Líquidos” que a globalização exerce um papel negativo e destrutivo nas relações humanas. A abertura para a globalização expandiu não só as relações políticas e econômicas, mas também as relações humanas, sociais e culturais.

Devido ao fato destas relações não se estabelecerem de forma igualitária e justa, os conflitos através da violência perpassam estas relações objetivando ilustrar e concretizar as revoltas por não existir igualdade e justiça nas relações globais. Diante do exposto, compreendemos a globalização como perversa e injusta em sua

natureza. “A perversa ‘abertura’ das sociedades imposta pela globalização negativa é por si só a causa principal da injustiça e, desse modo, indiretamente, do conflito e da violência.” (BAUMAN, 2007, p. 14).

Os sujeitos que são impedidos de satisfazer essas necessidades fabricadas pela indústria cultural, podem expressar o sofrimento que decorre desta insatisfação, em gestos de violência. Logo, a violência, em muitos casos, pode ser considerada expressão trágica de necessidades não atendidas (SCHERER, 2013, p. 29).

Desta forma, a globalização vem destruindo tudo que não é conveniente para a manutenção da dominação burguesa e para a acumulação capitalista, como por exemplo, as relações humanas. Bauman (2007) vai nos dizer que o tempo presente é o tempo das relações frágeis. O medo perpassa por toda a dinâmica da sociedade que se reflete nos aspectos locais e globais que configuram o mundo contemporâneo, afrouxando ou rompendo os laços humanitários entre pessoas e/ou comunidades, nivelando a individualização e a falácia de que a mesma reforça uma autoproteção e maior segurança de cada sujeito.

Diante desta perspectiva, a solução para superar ou amenizar os medos de se viver nas cidades violentas é o investimento no consumo – de bens materiais para aliviar os momentos de solidão e de segurança para proteção. Bauman (2007, p. 18) chama o mercado da segurança de “capital do medo”, considerando que o mercado acumula grande parte do seu capital através do medo e da insegurança das pessoas.

Para se vender segurança é necessário investir no medo, propagar a insegurança a qualquer custo. Desta forma, o mercado, juntamente com a mídia e a política, ou seja, os atores aliados ao grande capital investem na acentuação e na reconfiguração do cenário de violência e barbárie já instaladas na sociedade global. Não estamos querendo dizer que a violência é mera fantasia do capitalismo, ao contrário, é sabido que os índices de violência estão se elevando, porém, os aliados do capital manipulam as formas de determinar os “únicos culpados”, ou melhor, os vilões da sociedade contemporânea para venderem a segurança para indivíduos que vivem em função do medo em suas rotinas diárias.

Atribuir a uma classe ou grupo de pessoas a condição de vilões da sociedade contemporânea, além de ser uma expressão da barbárie, esquiva o sistema capitalista e suas interfaces das suas (ir)responsabilidades devastadoras,

culpabiliza esta mesma classe ou grupo como se estes fossem desajustados e/ou rebeldes que contrariam o mesmo.

Bauman (2004) afirma que esta ideia de desajuste ou rebeldia configura a desqualificação da humanidade, ou seja, é a perda da subjetividade humana e a sua transformação em objetos – pessoas como problemas de segurança que devem ser descartadas imediatamente. Para o sociólogo, a atual ordem societária que ele mesmo chama de desordem, seleciona aqueles que não possuem importância para o capitalismo e os descartam pelas vias da segregação ou do extermínio.

[...] todo modelo de ordem é seletivo, e exige que se cortem, aparem, segreguem, separe ou extirpem as partes da matéria-prima humana que sejam inadequadas para a nova ordem, incapazes ou desprezadas para o preenchimento de qualquer de seus nichos. Na outra ponta do processo de construção da ordem, essas partes emergem como “lixo”, distintas do produto pretendido, considerado útil. (BAUMAN, 2004, p. 148).

“Pilhas de lixo humano crescem ao longo das linhas defeituosas da desordem mundial, e se multiplicam os primeiros sinais de uma tendência à autocombustão, assim como os sintomas de uma explosão iminente.” (BAUMAN, 2004, p. 149). É inegável que a miséria e a segregação vêm crescendo em todo o planeta, e observamos ações desumanas de atenção à população segregada com vistas a higienizar um planeta que se encontra cheio – superlotado de pessoas. Os soberanos do capital, que nada mais são do que bonecos de ventríloquos do próprio sistema, sentem-se no poder absoluto de determinar a “[...] vida que não vale a pena ser vivida.” (BAUMAN, 2004, p. 158), financiando as guerras e outras ações de extermínio por todo o globo.

Diante deste contexto, nos reportamos aos impactos da liquidez das relações humanas nas adolescências que se configuram na atual (des)ordem societária capitalista. Conforme já apontado na seção 2.1 deste capítulo, a adolescência sempre possuiu papel secundário no processo sociohistórico da produção da vida material do ser social.

Além da inferiorização de crianças e adolescentes no âmbito histórico-social e jurídico no Brasil, havia o rebaixamento daqueles que se encontravam “irregulares” diante a dinâmica societária estabelecida. Eram os chamados “menores”. A categoria menor veio reduzir a condição humana de crianças e adolescentes que

se encontravam abandonadas, em situação de rua, em práticas delitivas, consideradas perigosas, enfim, em condição de subalternidade.

“Duas eram as categorias de menores: os *abandonados* (incluindo os vadios, mendigos e libertinos [...]) e os *delinquentes*, independentemente da idade que tinham desde que fosse inferior a 18 anos.” (LIBERATI, 2012, p. 66, grifo do autor). Para Sales (2007) as crianças e adolescentes das parcelas mais pauperizadas e insubmissas eram e são as mais discriminadas, por serem as que vivem nas ruas como “menores”, “delinquentes”, “marginais”, “infratores”, e a de suas famílias, taxadas como em “situação irregular”.

A concepção de “jovem perigo” é acentuada quando se refere à juventude em situação de vulnerabilidade social, isto é, sem condições de acesso aos bens de consumo, vivendo em áreas periféricas, com altos índices de violência. Nesta perspectiva, a juventude de classe média e alta se constitui, normalmente, no “novo nicho de mercado”, representando socialmente o “artigo da moda”, enquanto, muitas vezes, a imagem da juventude de baixa renda é associada à delinquência, ao “problema” (SCHERER, 2013, p. 30).

O que evoluiu com o tempo foi a atribuição dada pelo ordenamento jurídico e em concomitante a maior atenção pela pesquisa científica em face das crianças e adolescentes como sujeitos de direitos, cidadãos que necessitam de proteção social. A perspectiva “menorista” ainda persiste no tempo presente, mas é possível estabelecer novas reflexões que visem o combate e a extinção da mesma.

Fazendo alusão às reflexões de Scherer (2013), é possível inferir que a adolescência corresponde a uma construção social permeada das múltiplas formas com as quais os adultos a concebe. Concepções nas quais “[...] se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, múltiplas referências, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo, entre outros fatores.” (SCHERER, 2013, p. 26). Assim, a adolescência:

[...] pode ser definida como uma categoria social, uma vez que tal definição [...], mais do que uma faixa etária, e não um grupo coeso, sendo esta uma concepção, representação ou criação fabricada pelos grupos sociais ou pelos próprios indivíduos para significar comportamentos e atitudes a ela atribuídos. (SCHERER, 2013, p. 26).

É possível falar em adolescências, pois, a pluralidade social, econômica, política, cultural, étnica/racial, religiosa e sexual – inseridas e dinamizadas pela lógica

capitalista e pelas expressões da questão social cria e recria as suas características, produzindo múltiplos olhares e formas de manifestações cotidianas. É importante considerar e “[...] ver a(s) juventude(s) de maneira heterogênea, reconhecendo as suas particularidades.” (SCHERER, 2013, p. 26).

O que observamos no tempo presente é o constante rebaixamento das adolescências, filhas da classe que (sobre)vive²⁹ do trabalho e daqueles que (sobre)vivem sem trabalho à condição de menores, alvos da repressão do Estado por se situarem nos estratos mais pobres da sociedade capitalista.

Nesta sociedade líquida e frágil, ser criança e adolescente pobre é ser menor – e ser este último, é estar na mira da criminalização da pobreza. Infere-se que o atual percurso das relações humanas influenciadas pelo “capital do medo” segue as rotas do ódio e da intolerância, envolvendo em movimentos (sem prévia reflexão crítica) pró-repressão, violência, encarceramento, aniquilação e demais formas de desqualificação e descarte dos indesejáveis, dessocializados e perigosos.

O severo controle penal e exterminador dos pobres marginalizados são ainda dominantes, expressões do clamor punitivo que grassa na sociedade brasileira por maior repressão mais prisões e penas mais rigorosas (SALES, 2007, p. 65). Para Bauman (2007) é possível não sentir-se culpado por se associar em mobilizações pró-barbárie, pois estas discorrem por todo o globo com o intuito de eliminar o perigo, mesmo que isto custe a extinção de uma parte da população, sendo esta a dos mais pobres.

É possível que se possa curar a consciência culpada cuja causa é o destino da parcela condenada da humanidade. Para obter esse efeito, basta permitir que o processo de biosegragação prossiga, invocando e fixando identidades maculadas por guerras, violência, êxodos, doenças, miséria e desigualdade – um processo que já está em pleno curso. Os portadores do estigma serão mantidos definitivamente à distância em razão de sua humanidade inferior, o que representa sua desumanização tanto física quanto moral. (LE HOUEROU apud BAUMAN, 2007, p. 47).

²⁹ Pensa-se que a sobrevivência é a expressão que mais condiz com a realidade de famílias e indivíduos oriundas da classe trabalhadora e do exército industrial de reserva. Viver, na sua plena expressão, é aproveitar o que há de melhor, possuindo condições materiais e financeiras para isso. Sobreviver corresponde às limitações que fragilizam e desestabilizam a vida em sociedade e comprometem a qualidade da mesma.

Não há dúvidas que o “capital do medo” criou as suas raízes na sociedade global e consegue manter o domínio sobre boa parte dos seres humanos que, subordinados ao ideário da insegurança, perdem o senso de humanidade, tornam-se objetos do consumo, mercadorias do sistema que são facilmente manipuláveis para viabilizar a acumulação capitalista e agem de modo a violentar a vida de pessoas que sofrem com as contradições do capital.

Bauman (2013c) retrata a ausência da ética no tocante a pensar as relações humanas e possíveis formas de resolver o problema da segurança, este que é a base sólida da liquidez do tempo e das sociabilidades. Não há, por parte da população insegura, condições ou intenções de pensar a reintegração daqueles que, supostamente, oferecem perigo para a sociedade. O medo acentuado apenas permite que sejam consideradas as maneiras de eliminação dos sujeitos perigosos, sejam eles quem for – crianças, adolescentes, jovens, adultos ou velhos. É o descarte acima de qualquer característica ou questão.

O que coloca segurança e ética em oposição do ponto de vista de princípios (uma oposição difícil de superar e conciliar) é o contraste entre segmentação e comunhão: o impulso de separar e excluir o que é endêmico à primeira versus a tendência inclusiva, unificadora, constitutiva da segunda. A segurança gera um interesse em apontar riscos e selecioná-los para fins de eliminação, e por isso ela escolhe fontes potenciais de perigo como alvos de uma ação de extermínio “preventiva”, empreendida de maneira unilateral. Os alvos dessa ação são, segundo o mesmo padrão, excluídos do universo das obrigações morais. (BAUMAN, 2013c, p. 77).

Neste sentido, os adolescentes que vivem em condições de pobreza e/ou miséria, independente de estarem ou não inseridos em práticas infracionais, mas, somente por pertencerem a estratos sociais mais desfavorecidos, se configuram como invisíveis, sendo esta construída pelas classes sociais mais abastadas a partir dos rótulos, estereótipos e estigmas, instituídos ao longo da história, com sólidas raízes no tempo presente.

A juventude pobre e vulnerabilizada é constantemente invisibilizada, sendo que esta invisibilidade não se manifesta no que esconde, mas sim no modo cruel com que revela imagens distorcidas de uma projeção que não observa toda a complexidade do fenômeno a que se refere. (SCHERER, 2013, p. 31).

Scherer (2013) verbaliza que as adolescências das classes média e alta são compreendidas a partir de uma perspectiva de mercado, como sujeitos que são valorizados a partir do poder de compra, pela vivacidade, jovialidade e pela beleza – todas construídas a partir da lógica de acumulação capitalista que mercadoriza e reifica as adolescências. Fica nítida que as relações humanas no tempo presente não são conduzidas pela cidadania e dignidade da pessoa humana, mas sim pelos processos econômicos. As adolescências que não possuem poder de compra, que não custam o suficiente para terem a “merecida” atenção do mercado, são jogadas para escanteio, marginalizando-os segundo a perspectiva capitalista que mercadoriza e reifica a vida humana.

Paradoxalmente, ao mesmo tempo em que se voltam os olhares para as juventudes, como fonte de lucro do mercado, constrói-se uma visão social das juventudes como um “perigo para a sociedade”; reforça-se a visão das juventudes como um problema que precisa ser tratado. Essa concepção está associada às juventudes enquanto “[...] sujeitos que questionam as estruturas sociais por meio de seus comportamentos, tidos como ‘rebeldes’, vistos a partir de um paradigma adultocêntrico [...]” (SCHERER, 2013, p. 29).

A categoria adolescência – da classe subalterna, ao se tornar invisível na sua atual configuração, abre espaço para a menoridade, inferiorizando e humilhando aqueles que já vivem uma história de segregação, exploração, julgamentos, discriminação e preconceitos. Pensar as adolescências pela via da menoridade é somar negativamente ao nivelamento da liquidez das relações humanas, já que a preocupação (pela sociedade insegura) por estes jovens que sofrem as mais variadas consequências mediante as expressões da questão social se dissolve ou se transforma em revoltas e pedidos por ações repressivas e/ou violentas.

A repressão e os pedidos de violência como vêm acontecendo no Brasil, consistem na ampliação da intolerância e do ódio por aqueles que não seguem os padrões morais estabelecidos. É evidente que alguns princípios morais, hoje, ainda postos, não condizem mais com a atual realidade. Entretanto, vivemos em um Brasil conservador que sente no cotidiano os fervores de movimentos progressistas a favor da liberdade plena dos sujeitos e de ações humanitárias com justiça social de fato.

Segundo Barroco (2014, p. 470), para garantir a legitimidade da propriedade privada e a identidade do individualismo possessivo, são reproduzidas

determinadas máximas que funcionam como normas de convivência, visando à regulação do comportamento dos indivíduos em sua convivência social.

Dentre elas, destaca-se a máxima que afirma que “a sua liberdade termina quando começa a do outro”. Ocultando a realidade ao invocar a proteção da liberdade de todos, ou seja, do “bem comum”, difunde a falsa ideia de que a delimitação do espaço de liberdade de cada um equivale a uma atitude de respeito mútuo. (BARROCO, 2014, p. 470).

Obviamente, a classe dominante não seria conivente com movimentos como estes e jamais aceitaria defesas frente aos atores da classe trabalhadora que, por suas razões, desrespeitam regras e normas. Esta defesa não é para justificar qualquer ação ilegal, mas para clamar por proteção e estratégias de reeducação e reintegração social.

Na intolerância, também ocorre uma relação social em que um dos sujeitos (ou um grupo, uma classe social etc.) é diferente ou faz algo diferente, e isso nos atinge. Porém nossa reação é oposta à da tolerância; aqui, diante das diferenças, assumimos atitudes destrutivas, fanáticas, racistas, reacionárias. A diferença é negada; mais do que isso, buscamos destruí-la, excluir a identidade do outro por meio da afirmação da nossa, tomada como a única válida. (BARROCO, 2014, p. 472).

Enquanto na tolerância a diferença é reconhecida e respeitada, embora não seja compartilhada, na intolerância a identidade do outro é rechaçada, justamente, por ser diferente.

Enquanto a tolerância exige um horizonte de liberdade, uma reciprocidade objetivadora de relações de comum liberdade e igualdade, a intolerância objetiva uma relação assimétrica em que somente um é livre e quer impor a sua identidade ao outro. (BARROCO, 2014, p. 472).

Ainda sobre a identidade, que possui vários vieses, e estes formatam conflitos visando impor aquela ideia concebida como verdadeira, única e correta, Bauman (2005, p. 82-83) afirma que:

[...] é uma ideia inescapavelmente ambígua, uma faca de dois gumes. Pode ser um grito de guerra de indivíduos ou das comunidades que desejam ser por estes imaginadas. Num momento o gume da identidade é utilizado contra as “pressões coletivas” por indivíduos que se ressentem da conformidade e se apegam a suas próprias crenças (que “o grupo” execraria como preconceitos) e a seus próprios modos de vida (que “o grupo” condenaria como exemplos de “desvio” ou

“estupidez”, mas, em todo caso de anormalidade, necessitando ser curados ou punidos). Em outro momento é o grupo que volta o gume contra um grupo maior, acusando-o de querer devorá-lo ou destruí-lo, de ter a intenção viciosa e ignóbil de apagar a diferença de um grupo menor, forçá-lo ou induzi-lo a se render ao seu próprio “ego coletivo”, perder prestígio, dissolver-se... Em ambos os casos, porém, a “identidade” parece um grito de guerra usado numa luta *defensiva*: um indivíduo contra o ataque de um grupo, um grupo menor e mais fraco (e por isso ameaçado) contra uma totalidade maior e dotado de mais recursos (e por isso ameaçadora).

Os tempos líquidos dissolvem os sentimentos e o amor entre os semelhantes tão propagados ao longo da história. Está difícil exercitar a capacidade de tolerância e pensar com mais humanidade. As pessoas estão mais individualizadas, com sede de vingança, sem qualquer remorso quando a repressão e a violência do atual Estado militarizado e repressivo age por meio de suas armas de fogo. A liberdade de fato não existe, porque está limitada à ordem capitalista e possui critérios para exercê-la.

A atual concepção de liberdade, segundo Barroco (2014), conota a falácia do respeito ao próximo, sendo esta, na verdade, maquiada pela moral conservadora. A autora afirma que a noção de liberdade, a defendida pelos movimentos progressistas, não se separa da sociabilidade. Se há restrições no tocante a liberdade de alguma pessoa ou grupo, então a totalidade do ser social não é livre.

“Pressupõe-se que indivíduos sejam livres em relação uns com os outros; não podemos ser livres enquanto os outros não o são. Isso supõe o enfrentamento dos conflitos, das contradições, a aceitação consciente dos demais como seres iguais e diferentes.” (BARROCO, 2014, p. 479). Daí o desafio na luta e resistência a favor da emancipação humana.

No interior dos processos de luta travados em nosso cotidiano, há um desafio que se tornou questão de ordem: os vínculos afetivos e o seu fortalecimento em meio aos grupos sociais os quais nos socializamos. No mundo líquido, o amor, os sentimentos que estabelecemos pelas pessoas estão se perdendo a ponto do risco de se dissolver. Bauman (2004) retrata o amor líquido como resultante da individualização dos sujeitos mediante a insegurança de se conviver com vínculos estreitos com os outros.

Para o sociólogo, enquanto aspectos subjetivos na nossa existência, há o desejo de amar e ser correspondido, porém, diante do atual cenário de barbárie, as pessoas optam por limitar as suas relações de modo que facilite a ruptura e o descarte

caso estas deixem de ser coniventes com os nossos interesses. “Um desejo que todos nós compartilhamos e sentimos de maneira especialmente forte e apaixonada é o desejo de amar e ser amado.” (BAUMAN, 2015, p. 201).

Entretanto, referenciando Bauman (2015), entregar-se para este amor pelas outras pessoas se mostra cada vez mais difícil, pois estreitar relações com as pessoas leva tempo, não há como agilizá-lo, gera-se medo e insegurança, desta forma, as pessoas buscam formas mais rápidas, “seguras” e fáceis de se relacionar, sendo, neste caso, com os objetos através do consumo.

Como nosso mercado descobre e responde ao que o consumidor mais quer, nossa tecnologia tornou-se extremamente competente em criar produtos que correspondam à nossa fantasia ideal de relacionamento erótico, aquele no qual o objeto amado nada pede e tudo dá, de forma instantânea; faz com que nos sintamos poderosos; não dá terríveis ataques quando é substituído por um objeto ainda mais estimulante, enquanto ele é jogado numa gaveta (FRANZEN apud BAUMAN, 2015, p. 57).

Para Bauman (2015), o amor pelos próximos, conforme reza a cartilha que historicamente aprende-se ao longo dos anos, demanda muito trabalho, dedicação, cuidado, paciência e tolerância. Contudo, conforme as reflexões já expostas neste item, a capacidade para o árduo compromisso de se envolver em relações sociais e buscar maneiras de mantê-las sempre fortalecidas está se perdendo.

Amar significa abrir-se ao destino, a mais sublime de todas as condições humanas, em que o medo se funde ao regozijo num amálgama irreversível. Abrir-se ao destino significa, em última instância, admitir a liberdade do ser: aquela liberdade que se incorpora no Outro, o companheiro no amor. “A satisfação no amor individual não pode ser atingida... sem a humildade, a coragem, a fé a disciplina verdadeiras”, afirma Erich Fromm – apenas para acrescentar adiante, com tristeza, que em “uma cultura na qual são raras essas qualidades, atingir a capacidade de amar será sempre, necessariamente, uma rara conquista.” (BAUMAN, 2004, p. 21).

Sem humildade e coragem não há amor. Essas duas qualidades são exigidas, em escalas enormes e contínuas, quando se ingressa numa terra inexplorada e não mapeada. E é a esse território que o amor conduz ao se instalar entre dois ou mais seres humanos (BAUMAN, 2004, p. 22). Diante do medo de explorar os caminhos das relações por meio dos sentimentos, o amor também se tornou mercadoria, pois hoje é possível estabelecer um vínculo e rompê-lo sem dores, a qualquer momento. É a banalização da expressão humana e sentimental

do amor. Hoje se ama a tudo, a todos e, de repente deixamos de exercê-lo facilmente.

Quando há movimentos de resistência em face às atuais formatações das relações humanas, embasadas por regras morais conservadoras, há um rebatimento por parte destes que consideram suas morais como regras de vida através da truculência, da intolerância e do distanciamento. A liberdade dos sujeitos e o respeito e tolerância à diversidade humana não se efetivou de fato. Ela está posta em um processo de luta constante em uma arena minada pelos preconceitos, estereótipos, afrouxando as relações nesta sociedade líquida.

Os adolescentes, autores de ato infracional, por exemplo, público-alvo desta pesquisa sentem em suas peles, as dores da segregação, do “desamor” que é cultivado todos os dias. Durante a pesquisa de campo, os sujeitos da pesquisa proferiram o mesmo discurso quando indagados sobre a percepção da sociedade em relação a eles. Os relatos confirmam as reflexões de Bauman, pois os sujeitos destacaram que muitas pessoas mal se aproximam deles, não estabelecem diálogos, criam estereótipos, mantendo distanciamento, acentuando a ideia de invisibilidade e de menoridade.

No atual mundo líquido, segundo a crítica de Bauman (2004), não faz sentido alimentar sentimentos por alguém ao qual não se conhece. Como confiar em uma pessoa, estreitar vínculos e permitir a abertura para os sentimentos, para o amor, sendo que não se sabe se haverá reciprocidade ou ainda se haverá algum tipo de dano futuro nessa relação. O amor na sociedade líquida é conquistado via meritocracia – ama-se aqueles que são merecedores e este merecimento é mensurado através de vários critérios.

Se eu amo alguém, ela ou ele deve ter merecido de alguma forma [...] mas, se ele é um estranho para mim e se não pode me atrair por qualquer valor próprio ou significação que possa ter adquirido para a minha vida emocional, será difícil amá-lo. (BAUMAN, 2004, p. 97).

Esta provocação que o sociólogo nos coloca pode ser associada à segregação que a sociedade estabelece em face aos adolescentes que estamos estudando. Não há razão em constituir relações com aqueles considerados perigos para a sociedade. É impossível ter qualquer empatia por “menores – delinquentes, bandidos, infratores”, pois se fazem mal para a sociedade, merecem o descarte, o encarceramento e até a mesmo a extinção.

O rebaixamento dos adolescentes em “menores” diante do contexto capitalista é condição suficiente para manter a distância frente aos mesmos. Diante dos riscos, melhor evitar se socializar com eles. “O compromisso com outra pessoa ou com outras pessoas, em particular o compromisso incondicional, [...] parece cada vez mais uma armadilha que se deve evitar a todo custo.” (BAUMAN, 2004, p. 111).

Perante as incertezas, o medo, a insegurança, a busca por comodidade no ato de se relacionar com as pessoas, o mercado consumidor, um forte aliado do capitalismo global cria as suas estratégias para trazer felicidade e alegria para as pessoas. Está difícil ser feliz ao lado das pessoas, então que os bens materiais supram esta necessidade humana. A tecnologia também favorece este processo de mercadorização da vida humana e das relações, já que a partir dela é possível com maior facilidade relacionar-se limitadamente com as pessoas. Caso haja conflito de interesses e/ou de personalidades, apenas um clique pode cessar estes relacionamentos.

Assim, a (des)ordem capitalista do tempo presente, a acumulação sem precedentes e a qualquer custo, formataram vários mecanismos de segregação e extinção das pessoas, consolidando a ideia de tempo e amor líquidos, nas quais, um clique, puxar o gatilho ou propagar o isolamento pelos muros dos condomínios ou pelos territórios marginalizados se tornaram meios de fragilizar as relações humanas, afrouxando ou rompendo os vínculos necessários para uma vida harmônica e plenamente livre na sociedade, permitindo inferir que a liberdade e o amor entre humanos não serão possíveis enquanto o capitalismo for a ordem societária vigente.

CAPÍTULO 3

CONSIDERAÇÕES SOBRE O ATO INFRACIONAL NO BRASIL

*“Essa Tribo é atrasada demais
Eles querem acabar com a violência
Mas a paz é contra a lei
E a lei é contra paz!”
(Gabriel, o Pensador).*

Este capítulo discute a temática do ato infracional no Brasil, perpassando pelas reflexões acerca da adolescência no atual contexto de crise estrutural do capitalismo, se direcionando para os aspectos legais e sociológicos sobre o ato infracional, abordando reflexões éticas acerca da questão, finalizando com as considerações sobre a centralidade do trabalho associando-a a prática do ato infracional de tráfico de drogas, intencionalmente selecionando para esta pesquisa. Começaremos apresentando reflexões a partir de dados do campo de pesquisa.

Através de contato com trabalhadores do Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), verificou-se a importância e a oportunidade de rever a proposta do campo pesquisa. Foi sugerido por um dos trabalhadores, a realização da pesquisa no âmbito do mencionado equipamento, considerando que os adolescentes, por estarem em cumprimento de medida em meio aberto, prosseguem suas relações sociais cotidianas, em seus contextos, sob a cultura de massa e a ostentação pela via do consumo.

Desta forma, realizou-se a apreensão de dados³⁰ quantitativos no CREAS³¹ de Batatais para revisão da trajetória metodológica da pesquisa, obtendo as seguintes informações: 46 adolescentes em Liberdade Assistida (LA), 36 em medida cumulativa³² de LA e PSC³³, totalizando 76 adolescentes. Destes, 38 cumprem

³⁰ Dados cedidos pela Equipe Técnica do Serviço de Proteção Social Especial à Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de liberdade assistida e prestação de serviços à comunidade, executados no CREAS de Batatais.

³¹ Maiores detalhes sobre o Equipamento, ver Capítulo 1.

³² O Estatuto da Criança e do Adolescente não preconiza a aplicação de duas medidas socioeducativas simultaneamente, pois, se o adolescente comete um ato infracional, deve responder com uma única medida. Caso o mesmo, no decorrer do cumprimento, cometa outro ato infracional, o novo processo deve ser acrescido na medida já em andamento, ou, o juiz responsável deverá substituir a medida. Em Batatais, existe a acumulação e a progressão de medida socioeducativa, sendo estas duas formas, ilegítimas.

³³ Prestação de Serviço à Comunidade – Artigo 117 do Estatuto da Criança e do Adolescente.

medida por tráfico de entorpecentes³⁴ (50%), 12 estão em descumprimento³⁵ da medida socioeducativa e 03 adolescentes tiveram suas medidas em meio aberta substituídas pela privativa de liberdade. E, 61 adolescentes³⁶ em real cumprimento da medida.

Compilando os dados em 2015, os dados demonstram que no ano de 2012, 77% dos adolescentes estavam em Liberdade Assistida e 23% estavam em cumprimento de Prestação de Serviços à Comunidade. Já em 2013, 60% estavam em Liberdade Assistida, 27% estava em Prestação Serviço à Comunidade, 9% em Internação e 4% em Semiliberdade. Em 2014 eram 67% dos adolescentes em Liberdade Assistida e 33% Prestação de Serviço à Comunidade. Em relação à medida de liberdade assistida, observa-se que entre 2012 e 2013 houve uma redução no contingente de adolescentes no cumprimento da referida medida, com posterior aumento de 2013 para 2014. Quanto à medida de prestação de serviços à comunidade, o índice de adolescentes sofreu aumento em dois anos.

Quanto ao cometimento de ato infracional, a realidade batataense, entre os anos de 2012, 2013 e 2014, segundo o estudo da Comissão de Gestão Integrada³⁷ (2015) nos mostra o seguinte quadro:

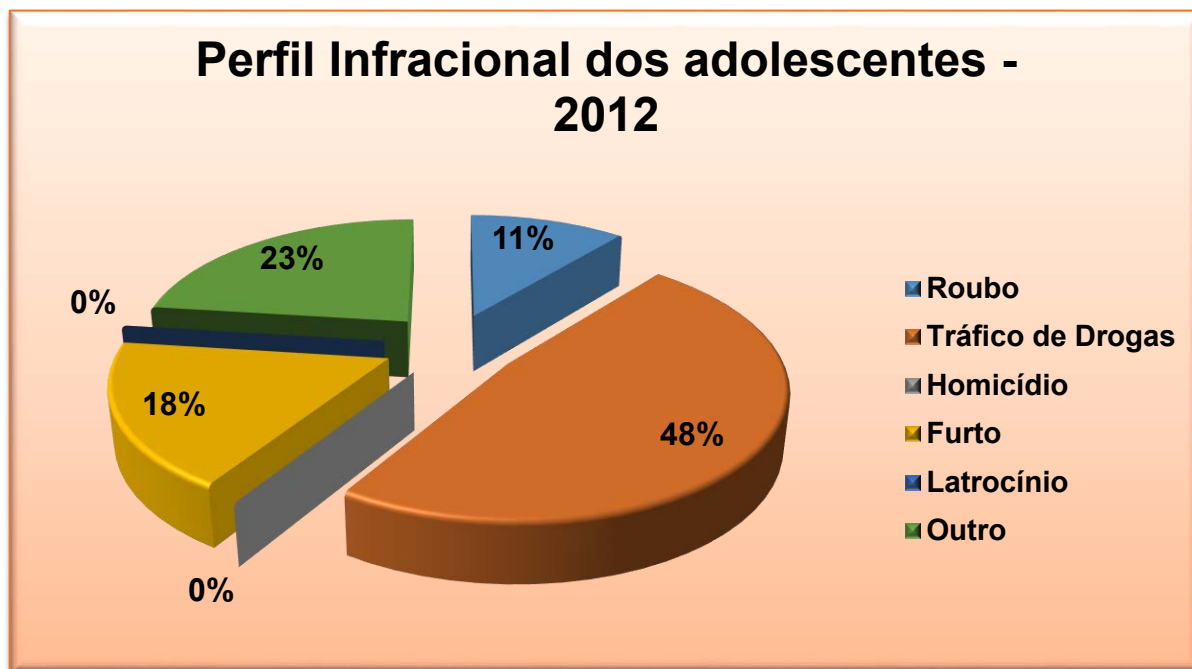
³⁴ Frisou-se o tráfico de entorpecentes, por ser foco central de análise proposta por esta pesquisa.

³⁵ Alguns adolescentes não conseguem cumprir a medida até a sua extinção, determinada pelo juiz responsável em acompanhar e julgar o processo. Desta forma, considerando o total de adolescentes inseridos na medida de liberdade assistida, subtraindo o número de evasões e a real demanda que se encontra efetivamente cumprindo a medida, escolheu-se um número, que consideramos suficiente para representar o total de adolescentes com medida de liberdade assistida determinada em Batatais/SP.

³⁶ Dados atualizados compilados em 2015 para a elaboração do Plano Decenal das Medidas em Meio Aberto, cujo autor desta pesquisa foi participe no processo de construção do documento.

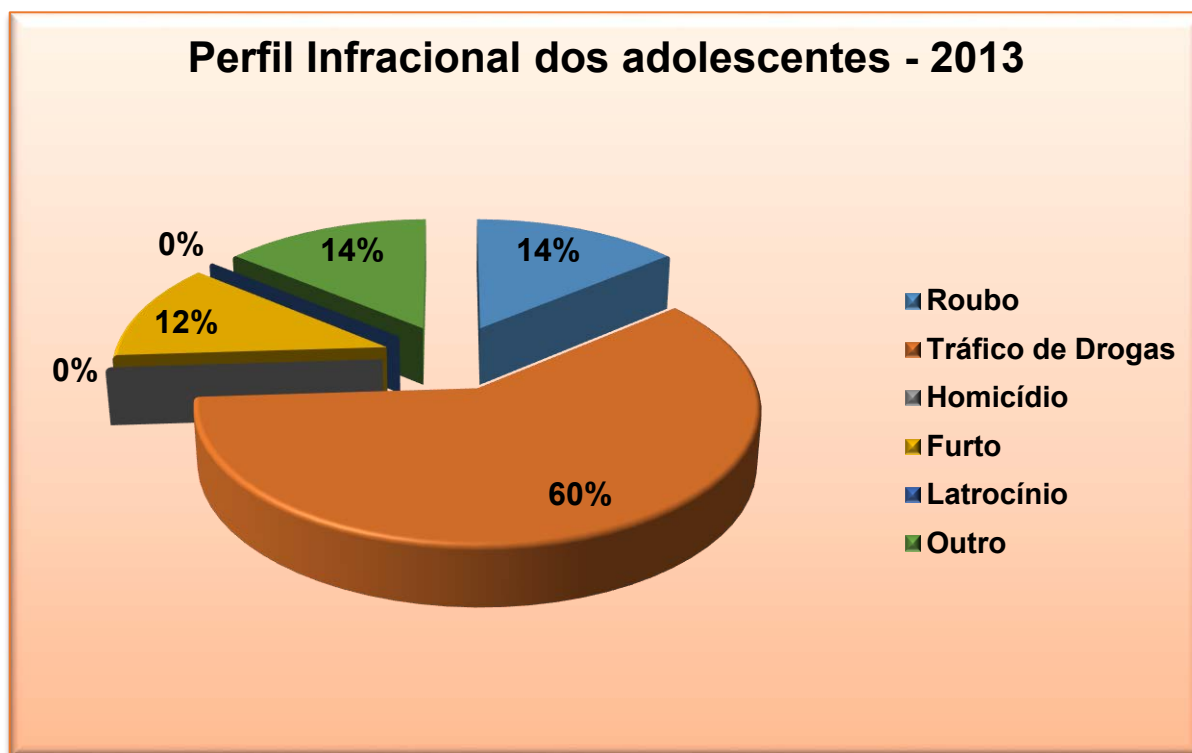
³⁷ Comissão composta por membros da rede de políticas públicas do município de Batatais para a elaboração do Plano Decenal das Medidas de LA e PSC. O Plano foi elaborado entre os meses de janeiro a abril de 2015 e contou com a participação de Thiago Rodrigo da Silva.

Gráfico 2 – Perfil Infracional dos adolescentes atendidos nas medidas de L.A e PSC em 2012



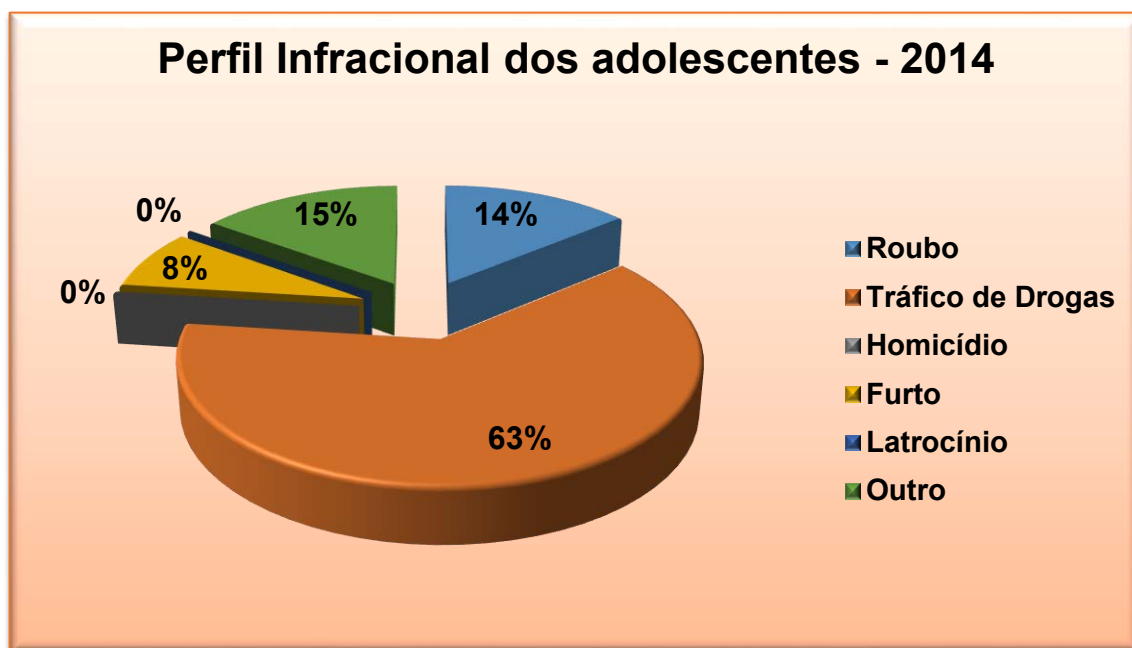
Fonte: Comissão de Gestão Integrada (CGI), 2015.

Gráfico 3 – Perfil Infracional dos adolescentes atendidos nas medidas de L.A e PSC em 2013



Fonte: Comissão de Gestão Integrada (CGI), 2015.

Gráfico 4 – Perfil Infracional dos adolescentes atendidos nas medidas de L.A e PSC em 2014



Fonte: Comissão de Gestão Integrada (CGI), 2015.

Os dados obtidos através do CREAS, mediante elaboração do Plano Decenal das Medidas de Liberdade Assistida e Prestação de Serviços à Comunidade (COMISSÃO DE GESTÃO INTEGRADA, 2015) mostram que entre 2012 a 2014 houve um aumento de 31,25% de adolescentes envolvidos no tráfico de drogas, que cumpriram ou estão cumprindo medida socioeducativa de LA e PSC. Destes adolescentes, a sua maioria compreendem em adolescentes com idade entre 15 a 17 anos, do gênero masculino, brancos e pardos, cuja escolaridade se concentra no ensino fundamental incompleto. De todos os adolescentes matriculados no período de cumprimento da medida, apenas 2/3 estão frequentando a escola. Desta forma, mesmo com a obrigatoriedade de matrícula e frequência escolar durante o cumprimento da medida, considerando ainda a legalidade nesta obrigatoriedade, ao menos para o ensino fundamental, ainda existem adolescentes que se encontram evadidos da escola, mesmo em acompanhamento judicial e socioeducativo.

O aumento da presença de adolescentes no tráfico e o distanciamento destes de ações de desenvolvimento, como o escolar, nos faz pensar a inversão de valores e de atrativos que estas realidades se apresentam. Quanto ao tráfico, uma atividade ilegal e perigosa tem despertado mais o desejo de jovens a recorrer a ela que a busca destes pelos espaços escolares ou por empregos legais.

A escola e o trabalho não correspondem aos anseios dos adolescentes, dadas às condições determinadas na atual conjuntura capitalista. A lógica capitalista mercantiliza a vida humana, subordinando esta ao dinheiro e ao consumo. É possível que o sistema capitalista é “[...] um sistema de controle reprodutivo social fetichista e alienante que subordina absolutamente tudo ao imperativo da acumulação de capital.” (MÉSZÁROS, 2007, p. 41).

Nas palavras de Marx (2010b, p. 79):

A partir da própria economia nacional, com suas próprias palavras, constatamos que o trabalhador baixa à condição de mercadoria e à de mais miserável mercadoria, que a miséria do trabalhador põe-se em relação inversa à potência (*Macht*) e à grandeza (*Grösse*) da sua produção, que o resultado necessário da concorrência é a acumulação de capital em poucas mãos, portanto a mais tremenda restauração do monopólio [...].

Mészáros (2007, p. 42) ainda complementa que:

Um dos aspectos mais degradantes da ordem social do capital é que reduz os seres humanos à condição reificada, a fim de adequá-los aos estreitos limites da *contabilidade do tempo* do sistema: o único gênero de contabilidade – extremamente desumanizadora – compatível com a ordem social do capital.

Por mais rentável e ostensivo que seja, o tráfico compreende numa atividade tão desumana e miserável quanto o trabalho legalmente constituído, pois além da exploração de crianças e adolescentes por circunstâncias já analisadas anteriormente neste capítulo, o tempo de vida nesta atividade é bastante curto, considerando a violência estabelecida pela segurança pública ou pela própria violência no interior do tráfico, como disputas de poder e território para expansão dos negócios ou mesmo as traições que as pessoas cometem umas com as outras, levando aos assassinatos.

Mesmo com o nível de periculosidade que o tráfico oferece esta ainda mantém em alto nível os seus atrativos em face aos jovens, pois, a escola não oferece espaço para ascensão econômica e o mundo do trabalho explora cada vez mais os seus trabalhadores, obstruindo as condições de maior desenvolvimento.

O dilema do jovem “tráficoante” é: por um lado, assumir a “vida bandida” como estilo de vida que implica estar exposto a situações limites de vida e morte, de privação de liberdade e de tortura; da exclusão de ser e, na sociedade contemporânea, tornar-se a principal “vida matável”;

e, por outro lado, trabalhar no tráfico permite a integração a um sistema global de símbolos, redes e circuitos urbanos, estilos e formas de identificação que conferem *status* entre jovens e na comunidade local (TRASSI; MALVASI, 2010, p. 77-78).

Importante também deixar nítido, principalmente para não ampliar os estereótipos acerca da inserção de adolescentes no tráfico, é notável a vivência de adolescentes de várias classes sociais nesta atividade, mesmo aqueles pertencentes às classes abastadas. O dinheiro não é o único foco destes adolescentes, o status e que esta atividade proporciona, o respeito que alguns adquirem diante dos seus contextos ou círculos de sociabilidade também são objetivos a serem alcançados pelos mesmos.

Jovens de todas as classes sociais adotam o consumo e o tráfico de drogas como parte de um estilo de vida que proporciona trânsito em direção à rua, formas de encontro com a diversidade e circuitos de sociabilidade (TRASSI; MALVASI, 2010, p. 74).

O tráfico, por sua vez, mesmo inserido na lógica de acumulação capitalista, “remunera” qualitativamente bem os seus “trabalhadores”, construindo em face aos adolescentes o pertencimento dos mesmos nesta atividade como trabalhadores. O ponto fraco que se analisa no âmbito do tráfico de drogas é que a pessoa se torna prisioneira desta atividade, com poucas ou nulas chances de se desvincular dela.

[...] o trabalho no tráfico é visto como um emprego – com vantagens e desvantagens. A vantagem é o “nível salarial”, o fato de que – nos dias normais – o trabalho “é maneiro”, há aventura [...] a desvantagem é ficar prisioneiro do tráfico de drogas, de onde sair significa ameaça permanente de morte que faz com que aquela feita a terceiros não seja vista como algo condenável. (CALHEIROS; SOARES, 2007, p. 131-132).

Calheiros e Soares (2007) abordam o estabelecimento por adolescentes (sujeitos da pesquisa das autoras) de uma “dupla jornada de trabalho”: os adolescentes inseridos no mercado formal e informal de trabalho de forma a manter as aparências na sociedade, movimentando-se para que esta não desconfie do seu pertencimento no tráfico de drogas, enaltecendo-os como sujeitos trabalhadores, neste caso, trabalhadores em um aspecto moral legítimo.

Recorrer ao tráfico para estabelecer o pertencimento em grupos sociais e maior poder aquisitivo reforça as constantes reflexões críticas que a pesquisa social vem construindo acerca dos percursos das relações humanas e dos direitos sociais

no sistema capitalista. Observa-se que o pertencimento social e a cidadania destes adolescentes se constroem pela via do capital, do consumo, do material e não pelos caminhos dos direitos sociais. Afirma-se que a lógica atual é a da cidadania comprada, a qualquer preço, pela forma mais conveniente, mesmo quês esta seja pela via da ilegalidade. Há quem julga e culpabiliza os adolescentes pela entrada no tráfico, alegando que outros jovens, que vivem nas mesmas condições não recorreram à criminalidade para melhorarem suas condições de vida. Ora, é impossível comparar as pessoas nestes aspectos, pois a situação de pobreza, a falta de oportunidades e a crise estrutural do capital impacta diferentemente cada vida humana.

Não podemos generalizar as reações humanas em face às adversidades que nos cercam, pois cada um, em sua individualidade, história de vida, desejos, anseios e angustias, dentre outros aspectos reage diferentemente em face aos riscos postos cotidianamente em nossos contextos.

A ideia de liberdade de escolha deve ser cuidadosamente analisada, pois a liberdade atualmente possível está condicionada às regras devastadoras do capitalismo global. Dessa forma, pensar o tráfico de drogas e a “escolha” dos adolescentes por fazerem parte dele é provocar a pensar se realmente a inserção foi uma escolha ou a única via possível em dado momento histórico da vida destes adolescentes que, sem outros meios de desenvolvimento qualitativo, recorreram ao tráfico para sanar os seus problemas, claro que estes apenas aumentam, sabendo que a vida no tráfico é agressiva e destrutiva.

[...] as drogas são produtos de relações sociais historicamente demarcadas e respondem, como “valor de uso”, a determinados desejos, deleites e necessidades próprios de cada época. Em segundo lugar, as drogas são mercadorias e como tais devem ser tratadas porque estão inseridas no processo de acumulação na sociedade capitalista e respondem à necessidade intrínseca, própria das mercadorias, de gerar valor na esfera da produção e sua consequente realização na esfera da circulação. (MARTINS, 2013, p. 344).

Não se pretende aqui retirar a responsabilidade dos indivíduos por suas escolhas, mas é certo que os indivíduos fazem escolhas em condições determinadas. Em um contexto alienante, como é o modo de produção capitalista, aos indivíduos é dificultado viver suas vidas com liberdade e, frequentemente, vivem formas desumanizadoras que os desvinculam de uma realidade social em que sejam capazes de realizar-se plenamente (MARTINS, 2013, p. 334).

Diante deste contexto, as políticas sociais, que deveriam oferecer condições de desvincular estes adolescentes da esfera delitiva através da garantia dos direitos sociais, proporcionando melhores condições de vida, não conseguem superar as expectativas daqueles que recorrem a elas por motivos já explícitos, provocando assim o Estado a apelar para o encarceramento dos “adolescentes infratores, criminosos, bandidos, delinquentes”, como se a criminalidade compusesse a genética ou corresse pelas vias sanguíneas destes jovens.

No Brasil contemporâneo, os adolescentes pegos em atos infracionais são *estranhos* que devem ser colocados em ordem. A categoria do *estranho*, segundo Bauman, se refere aos que não se encaixam no mapa cognitivo, moral e estético do mundo, deixando confusa a linha de fronteira que deve ser vista com clareza pelas pessoas que estão dentro da ordem. Na sociedade dos consumidores, os pobres são os estranhos. E a política voltada para os estranhos é o encarceramento! (TRASSI; MALVASI, 2010, p. 70, grifo do autor).

Ainda há a dificuldade de compreender que a criminalidade corresponde a uma construção social, histórica e materialmente estabelecida em todo o mundo, que se desenvolve em cada país, região, estado ou município de formas muito singulares. “Existem muitos jovens ‘invisíveis’ nas grandes cidades brasileiras. Eles sofrem com a imagem deturpada que se faz deles como sendo *estranhos*.” (TRASSI; MALVASI, 2010, p. 71, grifo do autor). “[...] o preconceito provoca invisibilidade na medida em que projeta na pessoa um estigma que a anula, a esmaga e a substituí por uma imagem caricata.” (SOARES, 2004 apud TRASSI; MALVASI, 2010, p. 71).

3.1 Os filhos da classe trabalhadora: a adolescência no contexto de crise estrutural do capital

De acordo com a teoria de Marx, a sociedade de classes é o produto de uma sequência determinada de mudanças históricas (GIDDENS, 1978, p. 28).

Marx e Engels (2010a) afirmam que a sociedade burguesa surgiu da crise instaurada da sociedade feudal, em decorrência das relações entre senhor feudal e servo em um contexto de economia agrária, cuja fonte de riqueza estava na terra, já não correspondiam à nova realidade que se apresentava. Para os filósofos, esta nova sociedade manteve as relações de opressão ao mais miseráveis, não abolindo os antagonismos de classes. “Não fez mais do que estabelecer novas classes, novas

condições de opressão, novas formas de luta em lugar das que existiram no passado.” (MARX; ENGELS, 2010a, p. 40).

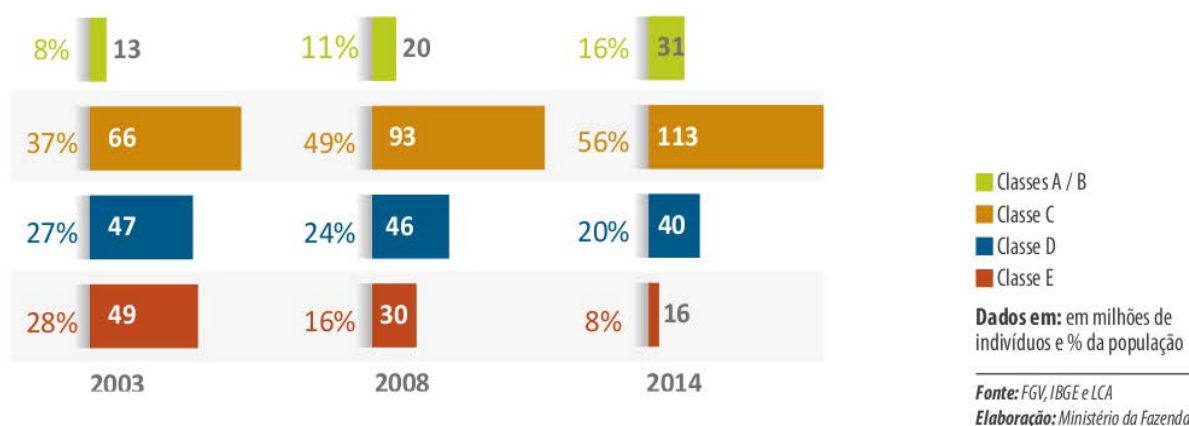
Estas novas classes se contextualizaram em um momento de abertura para o comércio entre nações, denominada de mercantilismo, transitando assim para a fase do capitalismo, sendo que a moeda (capital) passou a ser alvo de disputa de apropriação e acumulação.

Neste ínterim também se observa a abertura para outros países através das navegações, exploração de recursos materiais e humanos em outros continentes – África e América. De modo a acelerar o processo de produção para dar maior velocidade à acumulação capitalista, as indústrias, com seus maquinários começaram a aparecer em meados do século XVIII, favorecendo assim, o início da mundialização do capitalismo, com a expansão das relações econômicas e de dominação da classe proletária e escravização de outros povos. Este período pode ser caracterizado como o embrião da globalização – do capital, da economia, das relações sociais globais e da interdependência.

“Classe”, assim, é definida em termos da relação de grupamentos individuais com os meios de produção. Está relacionado diretamente à divisão social do trabalho. Nos últimos anos, o Brasil apresentou uma evolução entre membros das classes sociais entre 2003 – 2008 – 2014, conforme gráfico a seguir.

Gráfico 5 – Evolução das Classes Econômicas no Brasil

Evolução das Classes Econômicas (% da população e milhões de indivíduos)



Fonte: INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA; FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, 2014.

Os dados revelam que houve um decréscimo de membros das classes D e E, nivelando o número de pessoas pertencentes à classe C e uma ascensão desta para as classes A e B. Mesmo com a ascensão econômica da classe trabalhadora, o maior acesso ao consumo e, concomitantemente, o maior endividamento, não a emancipa da condição de classe que produz socialmente a riqueza que é concentrada pelos patrões. A relação de dependência se mantém e se fortalece, pois o consumo favorece a alienação, a dominação e claro, a dominação e estas garantem os índices de desigualdades sociais.

[...] o próprio mecanismo do processo de acumulação aumenta, juntamente com o capital, a massa dos “pobres laboriosos”, isto é, dos assalariados, que convertem sua força de trabalho em crescente força de valorização do capital crescente e, justamente por isso, têm de perpetuar sua relação de dependência para com o seu próprio produto, personificado no capitalista. (MARX, 2013, p. 692).

Para Marx, enquanto existir diferenças de renda e a consequente, desigualdade social, as classes sociais permanecerão vivas, reproduzindo dominação, exploração, alienação e violência, intensificando a barbárie social, o enriquecimento da minoria e o empobrecimento da maioria da população. A diferença de renda e o constante empobrecimento da classe trabalhadora para salvaguardar o aumento da lucratividade, regados pela exploração e segregação dos membros da classe trabalhadora configura o fenômeno do pauperismo que estabelece o que Marx chamou de Lei Geral de Acumulação Capitalista no vigésimo terceiro capítulo d’O Capital (MARX, 2013).

O fenômeno do pauperismo, segundo Paulo Netto (2011) tem sua gênese no período de industrialização da Europa Ocidental do século XVIII, quando se pensou que a modernização e a transformação das relações de produção fossem reduzir e suprimir a pobreza até então instalada.

Todavia, o que se observou naquele momento histórico foi o processo inverso, pois, quanto mais se produzia riqueza, mais se acentuavam os índices de pobreza e desigualdades. A partir deste fenômeno, surgiu então a denominação de questão social, que designou o pauperismo através das relações antagônicas entre o capital e o trabalho.

A pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Tanto mais a sociedade se revelava capaz de progressivamente produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente de seus membros que, além de não terem acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos das condições materiais de vida de que dispunham anteriormente. (PAULO NETTO, 2011, p. 153).

Não bastasse a histórica divisão da sociedade em classes, enaltecendo uns, subordinando e inferiorizando outros, Marx nos chama a atenção a refletir sobre as categorizações do pauperismo que formatam a classe que vive do trabalho e que não dispõe de condições para isso.

As reflexões do século XIX se mantêm contemporâneas, pois as categorias descritas na obra estão vivas até o tempo presente. A tabela a seguir, trata desta questão.

Tabela 5 – Categorias do pauperismo, segundo Marx

Categorização do Pauperismo, segundo Marx (2013, p. 719-720)		
<i>“O sedimento mais baixo da superpopulação relativa habita, por fim, a esfera do pauperismo. Abstraindo vagabundos, delinquentes, prostitutas, em suma, o lumpemproletariado³⁸ propriamente dito, essa camada social é formada por três categorias”.</i>		
1ª Categoria	2ª Categoria	3ª Categoria
Os aptos ao trabalho	Órfãos e crianças indigentes. Estes são candidatos ao exército industrial de reserva e, em épocas de grande prosperidade, como, por exemplo, em 1860, são rápida e maciçamente alistados ao exército ativo de trabalhadores.	Os degradados, maltrapilhos, incapacitados para o trabalho. Trata-se especialmente de indivíduos que sucumbem devido a sua imobilidade, causada pela divisão do trabalho, daqueles que ultrapassam a idade normal de um trabalhador e finalmente as vítimas da indústria, cujo número cresce com a maquinaria perigosa, minas, fábricas químicas etc., isto é, aleijados, doentes, viúvas etc.

Fonte: Elaborado por Thiago Rodrigo da Silva (2015).

³⁸ Camada degradada e desprezível do proletariado.

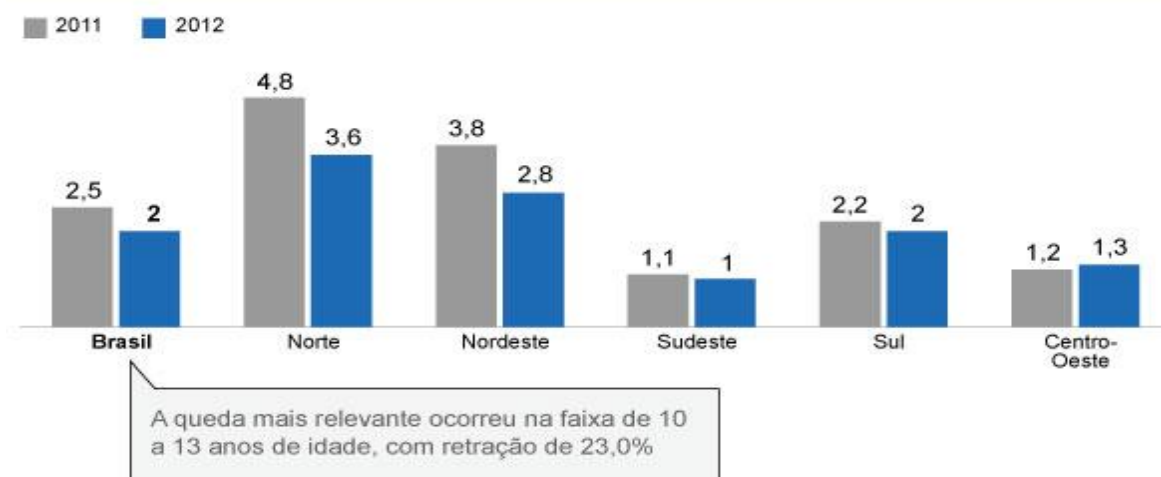
A primeira categoria consiste naqueles que dispõem de condições etárias, físicas e salutaras para vender sua força de trabalho em troca do salário. É a categoria que contribui significativamente para o processo de acumulação capitalista e o enriquecimento daqueles que controlam o trabalho. Estes últimos, por sua vez, para manter a taxa de lucro alta, precariza o trabalho através de baixos salários, reestruturando as funções através de demissões, recontrações com alterações salariais, terceirizações, sucateando os frágeis direitos trabalhistas, acentuando os índices de pobreza que intensificarão as expressões da questão social.

A segunda categoria retrata a inserção de crianças “órfãs e indigentes”, ou seja, em situação de abandono, sem retaguarda familiar nos espaços de trabalho. Atualmente, no Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) permite o trabalho formal com restrições aos adolescentes a partir dos 16 anos. Entre os 14 a 15 anos e 11 meses é permitida atividades na condição de aprendizes. Aos menores de 14 anos, é direito e dever viver a infância e início da adolescência com dignidade.

Mesmo com as leis de proteção à criança e ao adolescente, e sabido que o contingente de crianças exploradas em espaços precários ainda é expressivo, reforçando as ações para redução e extinção do trabalho por crianças e adolescentes em estágio inicial desta fase de desenvolvimento humano.

Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada em 2013 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) revelam que havia 704 mil crianças e adolescentes entre cinco e 13 anos no mercado de trabalho, número que caiu para 554 mil no ano seguinte – uma diferença de 21%.

Gráfico 6 – Dados sobre o Trabalho Infantil no Brasil (2011 – 2012)
Trabalho infantil
 % de crianças ocupadas na faixa de 5 a 13 anos de idade



Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2011-2012

Fonte: PNAD (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2013).

Além de crianças pertencentes a grupos familiares que vivem na pobreza e/ou na extrema pobreza, é possível observar que aqueles que também estão atualmente institucionalizados são submetidos a trabalhos que desmerecem o desenvolvimento de potencialidades, negando ou obstruindo oportunidades de empoderamento. Ainda existe a concepção de que o trabalho dignifica o homem, mesmo que a dignidade se contradiga no campo da desqualificação, mecanização e exploração da mão de obra das gerações mais jovens.

A terceira categoria que Marx estabelece é aquela que já em estágio avançado do envelhecimento humano, aqueles que adoeceram no trabalho, que desenvolveram deficiências e doenças devido ao trabalho ou àqueles que perderam os seus provedores para a mortalidade no mundo do trabalho.

Além das três categorias estabelecidas, Marx ainda aponta a exclusão dos “vagabundos, delinquentes³⁹ e prostitutas”, ou seja, daqueles que não trabalham, sejam os motivos quais forem, daqueles que adentram à criminalidade seja qual for o motivo e daqueles que vivem das práticas sexuais. Para as sociedades de classes, este conjunto representa uma subclasse, pois a condição de não empregado, envolvido na criminalidade ou trabalhador (a) que vive do sexo os desmerecem diante

³⁹ Este subgrupo, o dos “delinquentes” será melhor problematizando no decorrer desta dissertação.

de uma sociedade conservadora hipócrita, segregando-os de grupos já segregados. Estes vivem uma dupla precarização da vida humana, pois estão à margem dos já marginalizados.

Desde as reflexões de Marx até o tempo presente, o que é possível observar é a acentuação das expressões da questão social, pois a desenfreada busca por estratégias de acumulação capitalista tem acentuado mais os conflitos entre classes sociais e a revolta daqueles que historicamente, vivem às margens deste sistema destrutivo. Este histórico processo de acumulação sem precedentes regados à financeirização, exploração, segregação e corrupção favoreceu períodos de crises, sendo a atual, a mais devastadora.

O que está fundamentalmente em causa hoje não é apenas uma crise financeira maciça, mas o potencial de autodestruição da humanidade no atual momento do desenvolvimento histórico, tanto militarmente como por meio da destruição em curso da natureza (MÉSZÁROS, 2011, p. 29).

Vive-se um período de uma séria crise estrutural do capitalismo monopolista, ou seja, de um sistema que visa produzir riqueza através do sistema financeiro, inflando ainda mais o exército de reserva de trabalhadores que estão vivendo sem trabalho.

O capitalismo monopolista recoloca, em patamar mais alto, o sistema totalizante de contradições que confere à ordem burguesa os seus traços basilares de exploração, alienação e transitoriedade histórica, todos eles desvelados pela crítica marxiana (PAULO NETTO, 2011, p. 19).

Nos dizeres de Paulo Netto (2011), a organização monopólica da economia capitalista configura uma série de fenômenos, dentre eles: o aumento dos preços das mercadorias, aumento das taxas de lucro, economia no uso do “trabalho vivo” devido à inserção da tecnologia nos processos de trabalho. Sobre este fenômeno, e é possível afirmar que “[...] o monopólio faz aumentar a taxa de afluência de trabalhadores ao exército industrial de reserva.” (SWEEZY, 1977 apud PAULO NETTO, 2011, p. 21).

O capital monopólico financeiro, permanentemente em crise, busca novos nichos para sua expansão, e, neste sentido, os direitos sociais passam a ser campo de exploração do mercado e tornam-se mercadorias postas à banca de produtos a serem vendidos, não mais para os cidadãos, mas para os consumidores. Os trabalhadores nesse ínterim são golpeados duplamente – pelas transformações no campo

do trabalho, flexibilizado, precarizado, e pela violação de seus direitos trabalhistas e sociais em geral, tendo em vista o escopo que estes adquirem no tempo presente. (MUSTAFA, 2015, p. 91).

Mészáros (2011) nos alerta sobre o atual percurso da crise do capital não mais como uma crise restrita ao sistema financeiro, mas de uma forma muito mais ampla, que atinge o capital financeiro, as estratégias para o combate ao não empobrecimento da elite que põe em cheque a qualidade de vida dos trabalhadores em nome da manutenção do status social elevado e da conservação da riqueza, precarizando assim os meios de produção, as relações humanas ali estabelecidas, como também as condições de trabalho e de vida que vem piorando cada vez mais.

“Agora estamos falando da crise estrutural do sistema capitalista que se estende por toda a parte e viola nossa relação com a natureza, minando as condições fundamentais da sobrevivência humana.” (MÉSZÁROS, 2011, p. 130).

O autor aqui referenciado denomina a atual crise como a crise estrutural do capitalismo global, pois vimos observando a entrada do mundo capitalista em um colapso econômico, político e social, que deflagra destruições, guerras, violências, intolerâncias, nivelando a miséria e as desigualdades, liquidando as relações humanas em todo o globo. Para Mészáros (2011), a atual crise não atinge apenas os trabalhadores mais precarizados, mas também os trabalhadores altamente qualificados.

A necessidade dos oligopólios em conservar a riqueza através de estratégias segregacionistas atinge as vagas de emprego, vagas estas pertencentes a vários níveis de qualificação. A queda dos empregos e o parasitarismo elitista em meio ao capital financeiro têm contribuído para a ampliação do número de desempregos. Atualmente, segundo Mészáros (2011, p. 69) não é apenas a classe trabalhadora não qualificada, os impotentes e os desprivilegiados que vem perdendo espaço no mundo do trabalho, mas também os trabalhadores qualificados estão sofrendo concretamente os reflexos sombrios da crise estrutural do capital, ou seja, a crise aterroriza a “totalidade da força de trabalho da sociedade”.

O capital, quando alcança um ponto de saturação em seu próprio espaço e não consegue simultaneamente encontrar canais para nova expansão, na forma de imperialismo e neocolonialismo, não tem alternativa a não ser deixar que sua própria força de trabalho local sofra as graves consequências da deterioração das taxas de lucro. De fato, as classes trabalhadoras de algumas das mais desenvolvidas

sociedades “pós-industriais” estão experimentando uma amostra da real perniciosidade do capital “liberal”. (MÉSZÁROS, 2011, p. 70).

Obviamente que os efeitos desta crise são dos mais devastadores, principalmente para a população mais explorada e empobrecida. Uma das contradições que chamam a atenção é em relação à eliminação dos trabalhadores pelos empregadores ou a redução dos salários para aumentarem a taxa de lucro das mercadorias produzidas para consumo. Todavia, estes trabalhadores, vitimizados pelo capital, reduzem ou deixam de consumir bens materiais dado o decréscimo das condições econômicas e materiais, acarretando assim, desnivelamento da lucratividade do capital.

É possível compreender que o capital se desprotege ainda mais ao reduzir salários ou eliminar trabalhadores, pois, uma classe social sem salário ou com este sob um montante baixo e precário acarretará outros problemas na economia. Assim, o capital, segundo Mészáros (2011), é inseparável da contradição, pois busca soluções autodestrutivas para sua superação, ocasionando então, na corrosão da sua estrutura e na constante liquidação da humanidade e da natureza.

A crise estrutural do sistema do capital como um todo – a qual estamos experimentando nos dias de hoje em uma escala de época – está destinada a piorar consideravelmente. Vai se tornar à certa altura muito mais profunda, no sentido de invadir os domínios da nossa vida social, econômica e cultural (MÉSZÁROS, 2011, p. 17).

Sobre os impactos da crise estrutural do capital na vida humana, centralizam-se neste momento, as reflexões ora construídas para o contexto da adolescência, principalmente, a adolescência, filha da classe trabalhadora, que sofre severamente com os imperativos do capitalismo que mercadoriza e banaliza a vida humana.

A crise política instalada no Brasil desde o período pós segundo turno eleitoral nos chama a atenção para as revelações que a classe burguesa vem desferindo sobre as classes subalternas. É notável nas manifestações pró-ditadura, pró-intervenção militar, pró-direita conservadora a propagação de ideais que, somados à crise estrutural do capitalismo monopolista, intensificam a segregação das minorias sociais, restringindo-as ideologicamente em seus contextos, com o intuito de “limpar” a cidade de ações e movimentos progressistas favoráveis à liberdade dos sujeitos e à igualdade social.

A adolescência da classe trabalhadora pode ser considerada pertencente à este grupo que sofre com as segregações de uma elite branca, classista, heterossexual e conservadora, cuja moral e bons costumes é perpetuar o preconceito, territorializar as classes sociais, impor barreiras de acesso dos menos favorecidos à espaços hegemonicamente burgueses, criminalizar a pobreza e a raça/etnia negra, dentre outros fenômenos que acentuam a barbárie e a dissolução das relações humanas.

Este trabalho, ora concluído, defende a ideia de que aos índices de criminalidade se elevam com o tempo, porque a crise do capitalismo monopolista global obstruiu constantemente e em níveis mais acentuados as oportunidades de adolescentes e jovens neste contexto desigual, meritocrático e segregador. O impacto mais severo, claro, se dá na adolescência e juventude pobre, que precisa escolher entre a sobrevivência precária e os sonhos de crescimento e desenvolvimento.

As atuais condições impostas pelo sistema geralmente os obrigam a escolher entre sobreviver precariamente, através do trabalho que não propicia condições de transformação, mas sim, a manutenção da pobreza um pouco menos expressiva.

Outros que não admitem a exploração pelo sistema, porém não encontram condições de crescimento via escolarização e trabalho, recorrem à criminalidade para buscar rápida ascensão social, via enriquecimento ilícito para o consumo ostensivo. Desta forma, as estratégias de combate ao crime, sanguinárias por natureza, promovem a higienização das cidades através dos constantes atos de homicídio que observamos via meios de comunicação e informação, diuturnamente.

Dados da pesquisa de campo, obtidos através do discurso dos adolescentes em cumprimento de Liberdade Assistida do município de Batatais/SP por tráfico de drogas revelam que a maior parte dos entrevistados adentrou ao tráfico para superar as dificuldades financeiras que vivenciavam antes da inserção neste ato. A pesquisa foi realizada pelo presente autor no mês de março de 2015.

Tabela 6 – Sobre a prática do ato infracional por tráfico e os rebatimentos na sociedade, segundo os sujeitos entrevistados

Questões Norteadoras	Categoria 1	Categoria 2	Categoria 3
Comentários acerca do cometimento do ato infracional: qual foi, por qual motivo, quantas vezes, quais medidas já cumpriu, por quais motivos; como é cumprir medida em meio aberto em Batatais.	Adesão ao tráfico de drogas por necessidades financeiras.	Adesão ao tráfico de drogas devido à facilidade de obtenção de muito dinheiro.	-
Por que a vida no meio infracional desperta a atenção dos adolescentes/jovens.	Ausência de condições financeiras para consumir o que se tem vontade.	Falta de oportunidades, como a de trabalho nos levam ao tráfico, porque ganha-se muito em pouco tempo	A aventura, adrenalina que o tráfico proporciona. Muitos gostam de viver esse perigo.
Como o adolescente/jovem observa a sociedade em relação ao ato infracional.	A sociedade nos observa com preconceito, com julgamentos.	A sociedade nos vê como bandidos, como um perigo para a sociedade.	-
Se o adolescente/jovem possui sonhos/projeto de vida.	Adentrar ao mercado de trabalho, vida independente.	Não há sonhos ou projeto definido.	Não pensa em futuro, pensa apenas em viver o presente.

Fonte: Elaborado por Thiago Rodrigo da Silva (2015).

Não queremos justificar a prática do ato infracional pelos adolescentes em tela, porém é sabido que a dinâmica contemporânea é movida ao dinheiro e à constante necessidade de impor um status social, mesmo que simbólico para conquistar um mínimo de pertencimento social e claro, maior visibilidade nos contextos de sociabilidades.

Os adolescentes entrevistados deixam nítida a importância do capital-dinheiro nas suas vidas e também refletiram sobre a visão da sociedade em face a eles, relatando que eles são concebidos como perigos para a sociedade, sendo esta que julga agressivamente e os discrimina sem compreender o percurso histórico da configuração das classes sociais no capitalismo e como este sistema esmaga aqueles que não possuem oportunidades e as buscam de qualquer forma, mesmo que seja pela via da ilegalidade, ou seja, contrária aos dispositivos legais.

As dificuldades de superação da condição de pobres ou miseráveis são tamanhas que os entrevistados alegaram não possuir sonhos futuros. Apenas uma adolescente, denominado “A4” apresentou o sonho de concluir os estudos e adentrar ao mercado de trabalho. Para alguns adolescentes, criticamente falando, o sonho maior é produzir riqueza para o outro, crescendo e amadurecendo estagnados na condição de trabalhadores alienados, desqualificados demais para a busca de uma vida de maior autonomia e liberdade. Para outros, viver o presente é o ideal, já que resta a dúvida de, se no próximo dia eles estarão presos ou livres, ou ainda, vivos ou mortos.

Sobre as oportunidades, a Nota Técnica nº 20 do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), organizada por Silva e Oliveira (2015) sobre o ato infracional, aponta alguns dados considerados relevantes para a discussão da adolescência no contexto de crise do capital. A tabela a seguir retrata o perfil da adolescência brasileira contemporânea.

Tabela 7 – Características sociodemográficas dos jovens de 12 a 17 anos em 2013

Características	12 a 14	15 a 17	Total
População de 12 a 17 anos	49,63%	50,37%	100%
Sexo			
Homem	51,54%	50,85%	51,19%
Mulher	48,46%	49,15%	48,81%
Escolaridade			
Sem Instrução	0,64%	0,52%	0,58%
Fundamental incompleto	93,30%	27,00%	59,90%
Fundamental completo	3,47%	22,33%	12,97%
Médio incompleto	0,41%	32,58%	16,61%
Médio completo	0,00%	1,32%	0,67%
Superior incompleto	0,00%	0,10%	0,05%
Raça/Cor			
Branca	40,22%	40,69%	40,45%
Negra	59,22%	58,62%	58,92%
Outra	0,56%	0,70%	0,63%
Área			
Urbano	81,45%	82,85%	82,16%
Rural	18,55%	17,15%	17,84%

Fonte: Silva e Oliveira, 2015, adaptado por Thiago Rodrigo da Silva (2015).

Os adolescentes brasileiros de 12 a 18 anos incompletos totalizavam em 2013 21,1 milhões, o que correspondia a 11% da população brasileira e encontravam-

se distribuídos em todas as regiões do País (SILVA; OLIVEIRA, 2015, p. 7). Dentre os adolescentes entrevistados pelas pesquisadoras, a paridade de gênero ficou próxima de se efetivar e, quanto à raça e etnia, são maioria os que se declararam negros (58,9%).

As pesquisadoras verbalizam o aumento do número de matrículas nas escolas, mas esta informação não garante que os mesmos estejam frequentando assiduamente as aulas, tampouco desenvolvendo-se no processo de ensino-aprendizagem. Possuir matrícula não garante a transformação dos adolescentes pela educação tradicional. O que chama a atenção é o índice de adolescentes de 15 a 17 anos que ainda não completaram o ensino fundamental. Pela faixa etária, estes deveriam estar se inserindo ou concluindo, no mínimo, o ensino médio.

Sobre a permanência na escola e no mercado de trabalho, a tabela a seguir nos revela:

Tabela 8 – Percentual de adolescentes de 15 a 17 anos de idade – estudo e trabalho em 2013

Características selecionadas	Só Estuda	Estuda e Trabalha	Só Trabalha	Nem Estuda, Nem Trabalha
Branços	42,15%	39,48%	37,84%	34,49%
Negros	57,16%	59,80%	61,46%	64,87%
Outros	0,70%	0,71%	0,70%	0,64%
Homem	48,16%	60,75%	70,65%	41,88%
Mulher	51,84%	39,25%	29,35%	58,12%
Vivem em Famílias com renda familiar per capita inferior a 01 Salário Mínimo	67,11%	63,03%	65,68%	83,50%
Vivem em Famílias com renda familiar per capita de 01 a 02 Salários Mínimos	17,92%	24,81%	23,48%	9,14%
Vivem em Famílias com renda familiar per capita superior a 02 Salários Mínimos	9,85%	6,34%	4,90%	3,17%
Sem declaração de rendimento	5,12%	5,83%	5,93%	4,19%
Total (%)	100%	100%	100%	100%
Total (em números absolutos)	7.210.636	1.763.990	584.228	1.083.489

Fonte: Silva e Oliveira, 2015, adaptado por Thiago Rodrigo da Silva (2015).

Sobre a escolaridade, a crise estrutural do capital também interfere na qualidade da educação básica brasileira. O Estado ao se aliar ao monopolismo financeiro, reduz o já escasso orçamento para a educação pública, precarizando ainda mais o sistema educacional do Brasil. Entende-se que a educação, por mais que esteja no lema de governo e nos discursos de todas as campanhas eleitorais, não é prioridade de fato. Um país de baixa escolaridade se mostra mais fácil para manter o domínio alienante e explorador em face à população.

Quanto ao trabalho, adolescentes, mulheres, negros – homens e mulheres ainda se encontram no exército industrial de reserva, com poucas ou nulas perspectivas de empregabilidade. Quando o mercado os absorve, se faz com salários miseráveis, desmotivando ou dificultando a permanência destes no mundo do trabalho, reconfigurando o pauperismo e as categorias que Marx, no século XIX já destacava e que já fora apresentado neste item.

Tabela 9 – Características sociais dos jovens de 15 a 17 anos que trabalharam em 2013

Características selecionadas	15 anos	16 a 17 anos
% de Jovens ocupados que ganham menos de um salário mínimo	85,80%	61,40%
% de Jovens ocupados na informalidade	89,30%	71,20%
% de Jovens ocupados que não concluíram o ensino fundamental	90,10%	69,40%
% de Jovens ocupados que vivem em famílias muito pobres (20% mais pobres)	100,00%	99,00%

Fonte: Silva e Oliveira, 2015, adaptado por Thiago Rodrigo da Silva (2015).

[...] em 2013, dos 10,6 milhões de jovens de 15 a 17 anos, mais de 1,0 milhão não estudavam e nem trabalhavam; 584,2 mil só trabalhavam e não estudavam; e, aproximadamente, 1,8 milhão conciliavam as atividades de estudo e trabalho. Entre os jovens não estudam, não trabalham e não procuraram emprego na semana de referência da pesquisa – observam-se as características típicas de exclusão social do país: a maior parte é da raça negra (64,87%); 58% são mulheres e a imensa maioria (83,5%) é pobre e vive em famílias com renda per capita inferior a um salário mínimo (SILVA; OLIVEIRA, 2015, p. 8-9).

Além dos baixos salários, até mesmo inferior ao salário mínimo vigente, um bom percentual dos adolescentes que trabalharam, no ato da pesquisa, se encontravam na informalidade, sendo 89,30% de adolescentes de 15 anos e 71,20%

de adolescentes com idade entre 16 e 17 anos. Separaram os de 15 anos, considerando que estes deveriam estar na condição de aprendizes, porém, o mercado capitalista os utiliza como mão de obra barata e sucateada, criando a falácia da modernização para atender melhor os seus consumidores.

[...] a miséria necessariamente associada a todos os tipos de desemprego – inclusive aquele produzido no interesse da “modernização” – podia ser capitalisticamente justificada em nome de um brilhante futuro de consumo para todos. Naqueles dias, os milhões de pessoas desafortunadas, patéticas e “desprivilegiadas”, podiam ser facilmente relegadas à periferia da sociedade. Isoladas, como um fenômeno social da “Grande Sociedade” afluyente, elas deveriam responsabilizar exclusivamente a sua própria “inutilidade” (falta de qualificação profissional, “preguiça”, etc.) pelos seus apuros e resignar-se a consumir os restos do farto banquete neocapitalista, magnanimamente servidos sob a forma de “benefícios-desemprego” e cupons para consumo dos excedentes invendáveis de alimentos (MÉSZÁROS, 2011, p. 68).

Mustafa (2015) afirma que a crise do capitalismo golpeia a classe trabalhadora, desfigurando os seus direitos árdua e historicamente conquistados. Quanto aos adolescentes, a realidade é similar, pois a proteção integral em relação ao trabalho, estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, é desmontada pela necessidade de acúmulo de riqueza a qualquer custo, mesmo que este custo seja a desqualificação e a desproteção de adolescentes inseridos no mundo do trabalho. Considera-se que este cenário é primordial para a busca de novos espaços rentáveis para os adolescentes, como na criminalidade, espaço onde a violência e a truculência vem nivelando a cada dia mais.

O discurso dos sujeitos desta pesquisa e a análise dos dados apresentados por Silva e Oliveira (2015) apresentam proximidade estreita com os dados do Sistema de Avaliação e Gestão da Informação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome ([2012]), que apresenta dados sobre a situação protetiva ou desprotetiva (segundo a leitura dos dados) dos jovens de 15 a 29 anos no Brasil. Os dados apresentam perfil socioeconômico, ocupação no mercado de trabalho, jovens negros, índices de óbitos e escolaridade, conforme as tabelas a seguir:

Tabela 10 – Vulnerabilidade Social para o Programa Juventude Viva

UF	População	Renda domiciliar per capita	Renda domiciliar per capita de jovens negros de 15 a 29 anos	Total de óbitos de 15 a 19 anos	Óbitos por mil de jovens de 15 a 29 anos
AC	733.559	500,3	430,2	263	1,2
AL	3.120.494	426,9	311,4	2.150	2,5
AM	3.483.985	510,1	408,8	1.847	1,8
AP	669.526	578,6	487,2	422	2,1
BA	14.016.906	486,2	379	8.146	2,1
CE	8.452.381	454,1	341,8	4.101	1,7
DF	2.570.160	1.680,70	1.051,40	1.106	1,5
ES	3.514.952	800,2	566,8	1.825	1,9
GO	6.003.788	786,2	607,8	3.066	1,9
MA	6.574.789	352,9	288,2	3.798	2
MG	19.597.330	736,8	511,9	7.989	1,5
MS	2.449.024	786,2	573,7	1.199	1,8
MT	3.035.122	736,2	584,9	1.798	2,1
PA	7.581.051	432,8	356,3	4.393	2
PB	3.766.528	469,1	346,4	1.920	1,9
PE	8.796.448	515,7	355,2	4.392	1,8
PI	3.118.360	415,2	339,3	1.337	1,5
PR	10.444.526	872,2	549,3	4.892	1,8
RJ	15.989.929	1.002,30	578,5	6.823	1,7
RN	3.168.027	537,7	391,4	1.399	1,6
RO	1.562.409	649,1	555,6	699	1,5
RR	450.479	581	522,1	213	1,6
RS	10.693.929	942,4	534,5	3.312	1,3
SC	6.248.436	968,5	621,1	2.368	1,4
SE	2.068.017	514,9	414	1.069	1,8
SP	41.262.199	1.043,60	589,3	12.002	1,1
TO	1.383.445	573,8	464,5	770	1,9

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, [2012], adaptado por Thiago Rodrigo da Silva (2015).

**Tabela 11 – Vulnerabilidade Social para o Programa Juventude Viva
(continuação)**

UF	Negros	Jovens negros de 15 a 29 anos	Porcentagem de negros entre jovens de 15 a 29 anos	Jovens negros que não estudam e inativos	Percentual de jovens negros de 15 a 29 anos que não estudam e inativos
AC	547.759	158.157	75,5	36.674	23,2
AL	2.117.017	599.812	69	153.947	25,7
AM	2.712.979	755.127	77,9	170.689	22,6
AP	503.311	151.982	75	32.237	21,2
BA	10.769.100	3.080.493	78,6	599.909	19,5
CE	5.673.499	1.639.561	68,2	394.630	24,1
DF	1.451.548	433.416	59,4	55.650	12,8
ES	2.014.324	567.082	60,1	99.354	17,5
GO	3.414.951	966.777	58,9	155.733	16,1
MA	5.062.751	1.488.704	77,4	387.606	26
MG	10.575.987	2.910.628	56,6	478.304	16,4
MS	1.272.185	336.291	53,7	55.257	16,4
MT	1.870.030	529.115	63,3	94.817	17,9
PA	5.872.793	1.747.916	78,4	414.050	23,7
PB	2.225.167	613.698	60,3	145.923	23,8
PE	5.503.444	1.528.360	64	351.198	23
PI	2.296.712	650.985	74,1	151.579	23,3
PR	3.002.631	809.538	30,1	124.769	15,4
RJ	8.284.956	2.146.106	54,6	388.409	18,1
RN	1.839.881	526.893	59	126.315	24
RO	991.346	288.710	64,5	56.873	19,7
RR	351.995	92.387	78,8	19.150	20,7
RS	1.758.864	465.067	18	71.145	15,3
SC	982.613	282.193	17,1	37.944	13,4
SE	1.467.300	427.348	72,4	86.077	20,1
SP	14.411.962	4.081.655	38,1	639.598	15,7
TO	1.018.008	294.329	75,2	58.447	19,9

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, [2012], adaptado por Thiago Rodrigo da Silva (2015).

São Paulo, Bahia, Minas Gerais e Rio de Janeiro são os estados que mais apresentam índices de jovens mortos pela truculência da segurança pública, que abusa autoridade e do armamento que atribuí poder maior. A militarização da segurança pública atribuiu aos trabalhadores o direito de escolher quem vive e quem morre nos territórios de pobreza. As escolhas de quem morrerão têm recaído na juventude pobre e negra.

Observamos uma guerra sem fim, onde de um lado, existem jovens, também com poder de escolha via uso de arma de fogo, frutos do contrabando, da corrupção instalada no sistema policial e político, o ódio histórico contra os policiais e do outro lado, a segurança pública, falida, precária, mal remunerada, militarizada, ambos agem em face de uns aos outros através do olho por olho, dente por dente, pagando na mesma moeda as perdas de pessoas para a violência enraizada, envolvendo em cada conflito, a vida de inocentes.

Quanto à adolescência e juventude negra e pobre, não importa se você é partícipe do crime ou não. A cor de pele e a condição de classe são motivos suficientes para acusar os mesmos de suspeitos e, para a segurança de “todos”, a arma de fogo dá o seu disparo e elimina todos os dias mais e mais jovens. Para quem é esta segurança é a dúvida que nos indaga e nos inquieta no cotidiano.

3.2 O ato infracional: aspectos legais e sociológicos

Desenvolvimento físico, emocional e sexual, a necessidade de pertencer em grupos, aventuras, superação de limites, construção de identidade, rompimento de regras, questionamentos, contentamento e descontentamento frente à realidade, busca por prazeres apresentados pela mídia, globalização, consumo, status, competições e poder. Parecem termos de fácil compreensão, mas quando relacionados à adolescência, o debate se torna mais intenso e complexo.

São muitas as vertentes que devem ser unificadas para compreender a socialização dos adolescentes nos seus espaços de convivência. Todavia, todas, sem exceção alguma devem ser consideradas com suas devidas importâncias. Antes de adentrarmos à reflexão sobre ato infracional e adolescência na contemporaneidade, faz-se importante resgatar de forma breve a história da legislação de atendimento à criança e adolescente.

Assim, para iniciar as reflexões que tomam conta deste texto, é importante apresentar o conceito de adolescência para relacioná-las a outras reflexões já mencionadas no início deste texto.

A adolescência é identificada pela mudança do corpo, como também de papéis, ideias e de atitudes. É uma época da vida humana determinada por profundas transformações fisiológicas, psicológicas, afetivas, intelectuais e sociais vivenciadas num determinado contexto cultural. Mais do que uma fase, a adolescência é um processo com características próprias, dinâmico, de passagem entre a infância e a idade adulta. (CALLIGARIS, 2000 apud PAIVA, J. N. A., 2008, p. 34).

Segundo Joseane Paiva (2008) a adolescência era, historicamente analisada sob o ponto de vista da rebeldia, da desorganização emocional e social, considerando este público como ‘desajustados’, ‘problemáticos’, ou empiricamente conhecidos por “aborrecentes”. Esta concepção possuía relação com os aspectos legais, que inseria a infância e juventude na doutrina da situação irregular, no antigo e revogado Código de Menores⁴⁰.

Historicamente, a legislação de atendimento (ou tratamento, como se dizia anterior ao ECA) data do início do século quando o Estado lança o primeiro Código de Menores, conhecido como Código de Mello Mattos, de 1927. Neste código jovens com idade inferior aos 18 anos com cometimentos infracionais eram considerados como delinquentes e o atendimento restritivo, quando necessário, era em Instituições Correcionais por um a cinco anos (BRASIL, 1927).

A partir de 1979 os mesmos eram autores de infração penal, irregulares, objetos de direitos. O Código de Menores tratava o conflito instaurado, ou seja, a irregularidade da criança e adolescente, não visando sua prevenção, sendo um instrumento de controle social da infância e adolescência pelo Estado com a ideia de vigilância da criança e do adolescente, como também das Instituições Públicas e Privadas de “tratamento” de “jovens irregulares”. Só a partir de 1990 que veio a concepção de sujeitos e de proteção integral.

No tempo presente, com os avanços nos estudos sobre o desenvolvimento pessoal na fase da adolescência e o amparo legal que dignifica este sujeito em fase peculiar de desenvolvimento (Art. 6º) trazido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) remonta a visão social frente o ser adolescente, atribuindo-os

⁴⁰ Estabelecido pelo Decreto nº. 17943-A de 12 de outubro de 1927, revogado pela Lei nº. 6697 de 10 de outubro de 1979 e revogado pela Lei nº. 8069 de 13 de julho de 1990.

todos os direitos fundamentais (Art. 3º), protegendo-os, ao menos no plano legal de todas as formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade ou opressão (Art. 5º), assegurando direitos individuais e coletivos. (BRASIL, 2014).

Falar em adolescência em um momento como este, marcado pela ruptura de barreiras pela globalização, valorização cada vez maior do capital-dinheiro e dos prazeres e poderes que ele oferece às pessoas, a banalização das relações sociais, criminalização da pobreza, importância cada vez mais acentuada na busca por realização de fetiches pessoais, aquisição de bens materiais (SILVA, 2013) e conquista de poder, que aqui considera-se um poder simbólico⁴¹ é de grande desafio para ruptura de estigmas envoltos nos e pelos adolescentes das classes pobres.

Nestas classes predomina a prática do ato infracional⁴². A infração, em muitos casos é praticada por adolescentes como única forma encontrada para manifestarem seus ideais e conquistarem bens materiais, satisfazendo suas necessidades pessoais e grupais.

O ECA define o ato infracional como crime ou contravenção penal. Volpi (2011) destaca que a partir do Estatuto de 1990, o adolescente autor de ato infracional passa a ser considerado como uma categoria jurídica, atribuindo-o a condição de sujeito de direitos, preconizados na Doutrina da Proteção Integral e que “[...] as medidas socioeducativas constituem-se em condição especial de acesso a todos os direitos sociais, políticos e civis.” (VOLPI, 2011, p. 14). Esta nova visão rompe, ao menos em tese, com a Doutrina da Situação Irregular (Código de Menores de 1979), que enxergava o adolescente ou mesmo a criança na irregularidade quando viviam em situação de pobreza, abandono, cometimento de infração, dentre outras.

Esta busca está atrelada aos aspectos culturais que têm influenciado diretamente a dinâmica juvenil, com maior impacto negativo na juventude subalterna. Bourdieu (1989) chama a atenção para o poder simbólico enquanto instrumento de construção de realidades e dominação. A cultura musical, por exemplo, que traz à tona a ostentação⁴³ como lógica de pertencimento social, status e poder simbólico, é uma referência clara da reflexão desse autor.

⁴¹ Poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem (BOURDIEU, 1989, p. 7-8).

⁴² Segundo o Artigo 103 do ECA, considera-se ato infracional, a conduta descrita como crime ou contravenção penal. Assim, o crime é conceituado como fato típico e antijurídico.

⁴³ Ação ou efeito de ostentar; comportamento de quem exhibe riquezas ou dotes; exibição de ações ou qualidades: ostentação de si próprio, ostentação de suas qualidades; comporta-se como se vivesse

As marcas de grifes, bebidas alcoólicas, carros importados, a mulher como mero objeto sexual transmitem os novos valores que a indústria cultural focada na lucratividade e estabilidade no mercado considera oportuna na atualidade. Esta forma de comunicação influencia os adolescentes a estabelecerem uma busca constante por estes “valores”.

Segundo Bourdieu (1989), esse processo de construção pode ser denominado de formas sociais, pois além de ser socialmente determinada por diversos fatores globais, está restrito a um grupo de pessoas, que, frente a este texto, foca-se a adolescência subalterna.

O distanciamento entre pobreza/ dificuldade de acesso e qualidade de vida/ bens e serviços prazerosos acarretam as primeiras frustrações no público juvenil. A vivência em uma sociedade globalizada, consumista e capitalista dificulta as relações humanas e o acesso de toda a população aos mesmos direitos.

Pratta (2008) reflete sobre a busca pela felicidade e as dificuldades desta busca quando obstáculos barram os desejos, com destaque aos adolescentes que incessantemente querem evoluir, se aventurar, transcender os limites de suas realidades.

A vida em sociedade é indispensável para a obtenção do prazer (obtida na relação com o outro – objeto), mas só é alcançada pela coerção imposta à pulsão, causando desprazer. Ou seja, para sermos felizes, deveríamos ter ausência de sofrimento e a presença de prazer, porém desde que nascemos somos privados da possibilidade de obter prazer ininterrupto e somos obrigados a reconhecer uma certa dependência do outro. As próprias condições de vida em sociedade impedem a plenitude do prazer e trazem sofrimento e infelicidade. (PRATTA, 2008, p. 54).

As reflexões da autora ainda apontam para a relação entre a economia e busca pela felicidade, que no público adolescente é mais difícil de ser aceita e superada através do acesso igualitário aos bens e serviços oferecidos pelo mercado contemporâneo. Dessa forma, os adolescentes em situação de vulnerabilidade social, privados da igualdade social, buscam alternativas para satisfazerem suas necessidades, saciarem seus prazeres, buscarem a felicidade, superando assim a frustração e a infelicidade.

em constante ostentação. Figurado: Riqueza, pompa, fausto, luxo: ostentação de suas riquezas, de seus bens materiais, de suas casas e carros (OSTENTAÇÃO..., 2015).

É possível destacar como um dano à vivência do adolescente na sociedade a sua inserção na criminalidade, o uso de substâncias psicoativas como caminho fácil para o acesso à constante busca por prazeres e satisfações.

“O grau de independência do mundo externo proporcionado por estas substâncias, o encontro de refúgio em um mundo próprio é também que determina seu perigo e a capacidade de causar danos.” (PRATTA, 2008, p. 54).

As relações acerca do ato infracional e o desenvolvimento social do adolescente traz o debate sobre a questão social que norteia este processo de construção social em meio às desigualdades e modernização da sociedade.

Iamamoto (2008, p. 27) define a Questão Social como:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que tem uma raiz em comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade.

Esta definição se embasa no que Marx definiu em 1867 de “lei geral da acumulação capitalista”, isto é, acumulação da riqueza de um lado e a consequente acumulação da miséria do outro lado (MARX, 2013)

Beretta (2010) afirma que a questão social surge em meio ao processo de industrialização, crescente exploração da classe trabalhadora, financeirização do capital, ocasionando o aumento da pobreza, concentração de renda e mobilizações frente às condições dignas e humanas de trabalho, sendo estas imagens de uma reflexão crítica e dialética, propostas por Marx.

Quem mais sofre com a modernização da sociedade e a desigualdade no acesso e aproveitamento dos recursos atualmente existentes são os adolescentes, que sem alternativas positivas, recorrem à criminalidade a fim de conquistarem o que desejam.

O reflexo que a questão social traz nas classes pauperizadas está compreendida pela formação de ideologias que vão na contramão das regras e normas que a sociedade deve seguir, culminando na formação da violência e criminalidade, daí a relação intrínseca entre ato infracional e desenvolvimento social do adolescente.

3.3 O debate ético acerca do ato infracional

O atual cenário de violência instalado na sociedade e o envolvimento de crianças e adolescentes, no cometimento desta, chama a atenção para uma questão importante: o debate acerca do ato infracional. As discussões que a norteia parte do pressuposto de que o adolescente deve ser punido igualmente ao adulto; que o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) fortaleceu a proteção ao jovem “bandido”, levando-o à impunidade e acentuando os índices de criminalidade juvenil. Quando o ato cometido é grave, como homicídio, por exemplo, a discussão se acalora ainda mais.

O que queremos dizer neste início é que, percebe-se um desconhecimento ou pior, a negação do conhecimento crítico e reflexivo acerca do tema que formata uma crise ética quando discute-se adolescência, pobreza, violência e ato infracional. Segmentos midiáticos, com os seus formadores de opinião, comumente tendenciosos, fortalecem este embate ético que perpassa os adolescentes autores de ato infracional e a sociedade, intensificando a violência contra os mesmos.

O que a ética tem a ver com esta questão? Ora, muito simples, toda nossa vida em sociedade em um cotidiano posto em dado momento histórico é regida por regras morais socialmente estabelecidas pela história, cultura, contexto e, portanto, pelas próprias pessoas. Cortella (2012, p. 59-60) diz que “[...] a ‘ética’ existe porque nós, humanos, somos agregados, e porque só conseguimos existir em sociedade.” Em nossa vida cotidiana, vivemos em relações éticas⁴⁴ com as demais pessoas, considerando aí a individualidade e a singularidade de cada um. “A vida cotidiana é a vida do homem inteiro; ou seja, o homem participa na vida cotidiana com todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade.” (HELLER, 1992, p. 32).

Neste contexto, o ato infracional é visto e julgado a partir de um senso moral criado pela sociedade para avaliar a sociabilidade das pessoas (BARROCO, 2010). Jovens, autores de ato infracional são desintegrados da sociedade por terem infringido regras e normas de convivência social. Estes julgamentos, muitas vezes sem embasamento concreto revelam uma sociedade onde as pessoas são individuais na sua concepção humana e ao mesmo tempo genéricas na reprodução social da vida

⁴⁴ Estas relações éticas, segundo Cortella (2012) compreende os variados padrões de comportamento que adotamos cotidianamente, convergindo ou divergindo da legalidade e da moralidade social.

cotidiana. Nesta, o homem incorpora uma série de hábitos e informações que vão nortear seus pensamentos e suas atitudes. É possível concordar com Barroco (2010) quando ela afirma que a sociabilidade humana e suas nuances postas impossibilitam aos homens um aprofundamento reflexivo e crítico da vida cotidiana, constituindo assim, uma visão acrítica e alienada frente o assunto.

É crescente o índice de adolescentes envolvidos em atos infracionais, e segundo dados de pesquisa realizada por Sartório e Rosa (2010), o perfil dos adolescentes centraliza-se nas camadas subalternas onde os impactos e o reflexo socioeconômico da questão social marginalizam e criminalizam a população, mantendo-os distantes dos direitos que versam em lei.

A desigualdade exclui os adolescentes vulnerabilizados do exercício pleno da cidadania e culpá-los pela adesão às práticas infracionais para empoderarem-se frente suas realidades remete à uma injustiça atrelada à ausência de uma análise conjuntural e histórica. Afinal, as expressões da questão social vêm se configurando a partir da produção da vida material que concentra a riqueza, nivelando índices catastróficos de desigualdade social, miséria e alienando a classe trabalhadora dela mesma.

Os atos infracionais podem ser variados, como roubo simples, roubo qualificado, latrocínio e o de maior incidência: tráfico de drogas. A venda de drogas permite aos adolescentes a conquista de um valor financeiro expressivo, sendo este utilizado para a apropriação de mercadorias de alto custo. Esta apropriação eleva o status dos adolescentes, permitindo a eles a conquista do respeito da comunidade, principalmente das adolescentes ou “novinhas”⁴⁵ como atualmente são denominadas através da difusão cultural, seja pela capacidade de lucrarem com o tráfico ou pelo medo que estes passam a representar em seus contextos.

O mundo das drogas relaciona, em primeiro lugar, o consumo com a atividade econômica do tráfico. Logo a seguir, a necessidade de obtenção das drogas para consumo ou para ampliar o acesso a outros bens faz com que os jovens envolvam-se em outras atividades ilícitas, as quais também vão evoluindo em gravidade na medida em que evolui seu envolvimento com a droga. Nessas situações, se correlacionam o uso de drogas, o tráfico, enquanto atividade econômica, o acesso a armas ilegais [...] O mundo do tráfico apresenta-se como uma fonte de renda imediata, que permite um

⁴⁵ As novinhas caracterizam o público feminino, desejado pelo público masculino (manos ou irmãos, segundo a linguagem da adolescência moderna). Um substitutivo da expressão “minas” mais utilizado na década de 1990 e início da primeira década dos anos 2000.

padrão de consumo não acessado através do mundo do trabalho formal ou informal tornando-se, dessa forma, uma possibilidade (Costa, 2005). O tráfico se coloca hoje como a grande possibilidade de visibilidade e também de sobrevivência para adolescentes das periferias. (SARTÓRIO; ROSA, 2010, p. 561).

Fazendo uma comparação da reflexão realizada nos parágrafos anteriores com o sistema capitalista, é possível referenciar Iamamoto (2011), que descreve a coisificação do capital. A busca por lucratividade, a exploração cada vez maior do trabalho e os prejuízos na vida social das pessoas é realidade nas comunidades vulnerabilizadas. A autora, fala do capital fetiche, se reportando à Marx, onde ela cita que:

O capital agora é coisa, mas como coisa capital. O dinheiro tem agora amor no corpo [...] aparece como fonte misteriosa, como coisa autocriadora de juro, *dinheiro q gera dinheiro* [...] *Obscurece as cicatrizes de sua origem, assumindo a forma mais coisificada do capital*, que Marx denomina de *Capital Fetiche*. A relação social está consumada na relação com uma coisa, do dinheiro consigo mesmo. Em vez da transformação real do dinheiro em capital, aqui se mostra apenas *sua forma sem conteúdo*. (IAMAMOTO, 2011, p. 93, grifo da autora).

Aqui faz-se a tentativa de relacionar a coisificação do capital, o dinheiro na “sua forma sem conteúdo” e “amor próprio”, como diz a autora com a prática do tráfico de drogas, principal atividade econômica ilícita que gera milhões de reais para as pessoas envolvidas. A exploração se dá na “contratação” de adolescentes e até mesmo de crianças que se submetem à venda das substâncias para receberem em troca quantias de dinheiro.

Lourenço (2014) destaca os rebatimentos da lei geral da acumulação na vida de crianças e adolescentes que, precocemente adentram ao mundo do trabalho, passando pela exploração. A prática do tráfico de drogas é considerada nesta reflexão, um trabalho duplamente ilegal: primeiro porque corresponde a uma atividade humana que transforma a natureza em bens de consumo nocivos à saúde dos consumidores, produzindo e acumulando riqueza. Ronzani (2014/2015) afirma que o lucro do tráfico de drogas no planeta chega aos R\$ 320 bilhões de dólares ao ano, R\$ 240 milhões só no Brasil; o segundo ponto da ilegalidade se dá no tocante à exploração de crianças e adolescentes para a confecção da droga e a sua comercialização. Crianças não são responsabilizadas judicialmente pelos atos

infracionais e os adolescentes podem ser responsabilizados com medidas breves, diferentemente do sistema prisional.

Estas crianças e adolescentes ficam sob a mira da segurança pública que buscam boa parte, diariamente combater o crime. Estes são detidos, perdem seus direitos à liberdade, à convivência familiar e comunitária, sendo levados para celas especiais em cadeias públicas e a *posteriori* aos Centros de Atendimento especializados na aplicação das medidas socioeducativas restritivas de liberdade.

Assim, é possível afirmar que as desigualdades sociais e a coisificação do capital, além de expandir a criminalidade e a prática do tráfico de drogas, têm ainda a exploração de trabalho ilegal no contexto delitivo, onde as maiores vítimas são crianças e adolescentes que na tentativa de buscar reconhecimento, popularidade e acesso ao consumo, recorrem ao tráfico para o seu desenvolvimento.

A pesquisa de Junqueira e Jacoby (2006) traz um estudo sobre a percepção dos adolescentes autores de ato infracional acerca de seus contextos sociais. A produção das autoras confirma o que foi apresentado até o momento, sobre a influência do sistema econômico frente aos estímulos por práticas delitivas que propicia empoderamento nas comunidades pauperizadas.

O trabalho socioeducativo desenvolvido pelos Centros de Atendimentos especializados em medidas socioeducativas buscam (não necessariamente conseguem) empoderar os adolescentes através da responsabilidade, desenvolvimento escolar e profissional, além de um trabalho socioeducativo que objetive o seguimento de novos caminhos e o distanciamento de qualquer prática delitiva.

O maior debate existente atualmente é a aplicação de medida socioeducativa de internação, considerada a mais severa, pois é totalmente restritiva de liberdade (FREITAS, 2011) para ato infracional equiparado ao tráfico de entorpecentes, sendo considerado ato infracional grave.

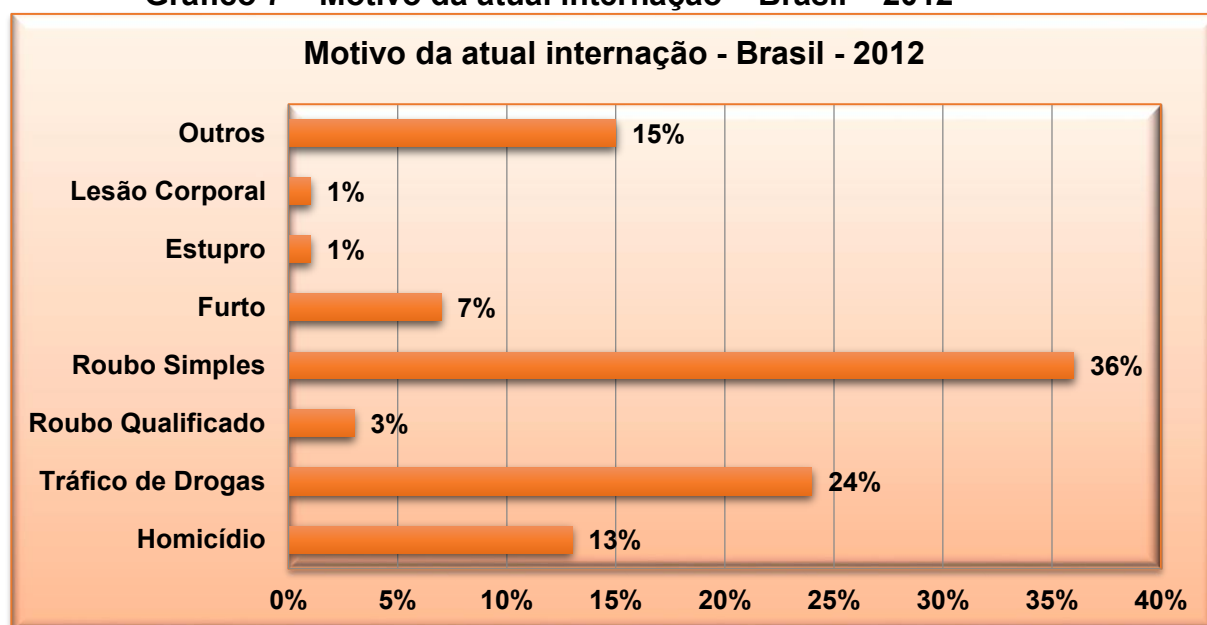
Segundo dados da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA⁴⁶), o índice de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação em 2012 no Estado de São Paulo é de 41,1%,

⁴⁶ Autarquia pública vinculada à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania. Sua função é executar as medidas socioeducativas de internação, internação sanção e semiliberdade e ainda executar o programa de internação provisória, pautando-se pelos Artigos 108, 122 e 122 III do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) (SÃO PAULO; FUNDAÇÃO CASA, 2012).

seguido de roubo qualificado que é de 38,7% e a taxa de reincidência é de 13,5% (SÃO PAULO; FUNDAÇÃO CASA, 2012).

Expandindo para o Brasil, um Relatório desenvolvido pelo Conselho Nacional de Justiça em 2012 revela que a maior incidência de atos infracionais no país pertence à prática de roubo simples (36%) e tráfico de drogas (24%) (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2012), todavia, é importante destacar os atos de homicídio que despertam a ira da sociedade a partir de matérias tendenciosas da atual mídia, que tem exercido o papel ora de criminalização, ora de ridicularização da pobreza.

Gráfico 7 – Motivo da atual internação – Brasil – 2012



Fonte: CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2012, adaptado por Thiago Rodrigo da Silva

O estudo do CNJ apresenta dados coletados a partir de uma amostra de 1898 adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação em Centros pelo Brasil, totalizando 10%. Até 2011, eram quase 20 mil adolescentes em medidas de internação. Informações do Senado Federal apresentados pelo portal “Movimento 18 Razões”, acessado em 20 de junho de 2014 revela que em 2012 houve um aumento significativo para 27 mil adolescentes apenas em medida de internação.

Realidades que a mídia prefere omitir, dando destaque apenas ao lado ainda pouco compreendido e estigmatizado da criminalidade juvenil, compreendem no perfil destes jovens, que consideramos seu pertencimento invisível nas políticas públicas. Segundo o Conselho Nacional de Justiça (2012), 74% dos cometimentos de

ato infracional não resultaram em morte; 91% do adolescentes são alfabetizados⁴⁷, sendo a média etária de interrupção dos estudos, 14 anos; 74,8% faziam uso de entorpecentes, sendo maconha, cocaína e crack as mais presentes, respectivamente; 56,4 estavam na primeira internação e 43,3% reincidiram no ato infracional.

Os dados apresentados condizem com o que Julião (2014) afirma em seus estudos. Segundo o autor, há um mito quando se afirma que a maioria dos crimes graves, como homicídio e latrocínio são cometidos por adolescentes e que a maior taxa de aprisionamento está presente entre os adolescentes.

A questão maior é que, nestes casos, a mídia reforça a notícia, criando um temor e revolta pela sociedade. Esta mesma sociedade não acessa uma leitura crítica da realidade como ela é, considerando com maior propriedade, o apresentado pelo jornalismo nacional ou ainda, acessam a informação, mas se recusam a refletir sobre ela.

Desta forma, temos observado uma série de concepções e julgamentos em face ao debate sobre o ato infracional. Estes apresentam características que acentuam o preconceito a este debate e reforçam uma visão conservadora, moralista que não contribuem com os avanços da construção do conhecimento acerca da temática.

A criança e o adolescente, autores de ato infracional, são observados ao longo da história, sob a ótica da irregularidade. Considerá-los irregulares é o mesmo que defender um modelo societário de exploração do trabalhador, da sua redução à uma mísera mercadoria, da acumulação capitalista, reforçando a divisão do trabalho e das classes sociais (MARX, 2013) e a conquista de espaço via meritocracia. É mais simples analisar desta forma, já que as regras morais da sociedade proíbem as práticas delitivas e, aqueles que a ferem, são os imorais que merecem com rigor uma punição.

Observa-se que é difícil para a sociedade desenvolver pela via da crítica uma opinião e uma análise tão profunda acerca desta discussão, pois envolve revisitar toda uma história conjuntural para compreendermos os atuais fenômenos sociais que abarcam as nossas relações no tempo presente.

A evolução histórica da moral que rege as relações humanas na sociedade ainda apresenta respingos de uma tradição conservadora que defende a punição, o

⁴⁷ Observem bem – o dado diz “alfabetizados”, não necessariamente possuem formação educacional de qualidade.

encarceramento, sem compreender de fato, a função social do sistema que restringe temporariamente a liberdade dos indivíduos.

A sociedade, não de forma geral, reflete a prisão como punição, acreditando que as pessoas que são sentenciadas deveriam aprender com os seus erros e cumprir uma pena que resultará em nenhum avanço, de forma a se arrepender através do sofrimento, da tortura, em péssimas condições de vivência e sobrevivência no âmbito prisional. Já se sabe que esta prerrogativa não passa de balela, pois as condições do atual sistema mais reforçam o crescimento da criminalidade que a redução da mesma.

O mesmo se dá quando crianças e adolescentes cometem infrações. É garantida a responsabilização pelo ato infracional através da aplicação de seis medidas socioeducativas⁴⁸ que variam de acordo com a gravidade do ato cometido. Contudo, para as pessoas conservadoras, defensoras da “moral e dos bons costumes”, a socioeducação protege o “jovem bandido”. Ora, mas a função das medidas e do próprio Estatuto da Criança e do Adolescente que as preconizam, garante a doutrina da proteção integral à todas as crianças e adolescentes, independentemente dos seus atos e/ou da situação em que se encontram.

Para estas pessoas, moralmente, estão cobertas de razão, pois houve uma naturalização na forma de analisar os fenômenos sociais. Desta forma, as regras morais, engessadas pelo tempo, estão corretas. Todavia, ética, crítica e reflexivamente estes posicionamentos já se tornaram antiquados há muito tempo. Difícil é desconstruir esta moral retrógrada e provocar uma reflexão ética que avance o olhar em face à esta temática.

Esta ponderação deixa nítida a diferença entre ética e moral quando pensamos a prática do ato infracional e seu impacto na sociedade contemporânea.

Para Bernardo (2011, p. 1):

A moral incorpora as regras que temos de seguir para vivermos em sociedade, regras estas determinadas pela própria sociedade. Quem segue as regras é uma pessoa moral; quem as desobedece, uma pessoa imoral [...] a ética, por sua vez, é a parte da filosofia que estuda a moral, isto é, que reflete sobre as regras morais. A reflexão ética pode inclusive contestar as regras morais vigentes, entendendo-as, por exemplo, ultrapassadas.

⁴⁸ Advertência, Obrigação de Reparar o Dano, Prestação de Serviços à Comunidade, Liberdade Assistida, Semiliberdade e Internação.

Para Sánchez Vázquez (1984), a moral surge quando o homem avança para além da sua natureza, configurando uma natureza social, de relações coletivas. É a regulação da conduta dos homens entre si e destes com a comunidade onde vivem. O entendimento elaborado por Sánchez Vázquez (1984, p. 37) nos afirma que:

Si por moral entendemos un conjunto de normas y reglas de acción destinadas a regular las relaciones de los individuos en una comunidad social dada, el significado, función y validez de ellas no pueden dejar de variar históricamente en las diferentes sociedades. Así como unas sociedades suceden a otras, así también las morales concretas, efectivas, e suceden e desplazan unas a otras.

Segundo a moral, não se pode roubar, traficar, tampouco matar. Correto! Segundo a moral, quem pratica delitos como estes devem ser reclusos da sociedade, sofrer as consequências, serem presos, “apodrecerem” na cadeia, dentre outras formas de punição severa. Lembramos que o Brasil não garante a prisão perpétua, tampouco a pena de morte. Esta realidade já é uma conquista, pois, os mesmos que defendem a vida, em alguns casos se opõem a ela.

Segundo a ética, roubar, traficar, matar foram escolhas dos indivíduos, sendo estas influenciadas por uma conjuntura historicamente construída que está em constante transformação. Entendemos que a ética não defende estas práticas, e sim, defende uma mudança no olhar e na compreensão destes fenômenos, que jamais poderão ser analisados de forma isolada, pois uma implica e reflete na materialização da outra.

Reportando-nos à Cortella e Barros Filho (2014), compreendemos que a ética tem relação com a liberdade, é direito de escolher como se quer conviver. A convivência pode ser diferente e a sua reflexão muda dia a dia considerando as mudanças sociais.

A ética é a inteligência compartilhada a serviço da convivência, sendo ela, emancipadora. A ética é um exercício de escolha permanente, os valores são complexos, a incerteza paira e a gente angustia. A angústia é a possibilidade plena, é a sensação do nada e esta sensação nos leva a uma movimentação que provoca transformações (CORTELLA; BARROS FILHO, 2014).

“La ética es la teoría o ciencia del comportamiento moral de los hombres en sociedad. O sea, es ciencia de una forma específica de conducta humana.” (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 1984, p. 25).

A ética não cria a moral. A ética não é a responsável pelo estabelecimento de regras e normas em uma determinada comunidade. A ética se encontra com uma experiência histórico-social no território da moral. A ética dá aos problemas morais um tratamento científico, se ocupando da realidade humana (SÁNCHEZ VÁZQUEZ, 1984).

Relacionando a ética e a moral com o ato infracional, podemos afirmar que a crise ética sinalizada no início deste capítulo está centrada na alienação que o cotidiano impõe à sociedade, acorrentando-a ao desconhecimento, a não criticidade ou à negação de compreender e considerar o avanço das pesquisas sobre a temática em questão. Eticamente, a moral tradicional que ainda rege o pensamento de parcela das pessoas precisa ser desconstruída para dar lugar às reflexões críticas e fundamentadas sobre a questão.

Vivemos um campo de discussão contraditório, pois a própria legislação avançou e atualmente verificamos leis, normas e diretrizes que preconizam o atendimento integral, protetivo, socioeducativo e humanizado em face aos adolescentes autores de ato infracional.

Para as crianças também se aplicam estas prerrogativas, com exceção das medidas socioeducativas, pois, para a criança que comete um ato, é comunicado aos pais e/ou responsáveis para a tomada de providências. A contradição está no avanço legal e intelectual do debate em contrapartida do moralismo conservador que ainda defende a punição por ela mesma, sem pensar em estratégias de transformação destes adolescentes para novos projetos de vida distantes da vida delitiva.

Entramos aqui na mesma discussão já aquecida no início deste texto: de que a realidade social é um meio de fácil manipulação e alienação social daqueles que não conseguem compreendê-la na sua totalidade e em profundidade. Neste bojo, inserem-se os movimentos da sociedade brasileira pela redução da maioria penal para 16 anos, que vêm ganhando destaque. O primeiro Projeto de Lei (PL) para esta iniciativa data de 1993, sendo retomado em caráter de urgência pelo Congresso Nacional no ano de 2015. Até a conclusão desta pesquisa, o PL da Redução da Maioridade Penal já fora aprovado pela Câmara dos Deputados, seguindo para apreciação e votação do Senado Federal.

É necessário lembrarmos que o Brasil apresenta um ineficiente sistema prisional que acentua a “delinquência” através dos métodos de intervenção carregados de preconceitos, más condições de permanência, ausência de políticas

de emprego consoantes aos perfis dos presos, superlotações, situações estas, não recentes.

Foucault (2011) já estudava na década de 1960 – 1970 a situação das prisões e dos seus detentos em período em que pouco se falava em Direitos Humanos, digamos a primeira metade do século XIX. A história da violência das prisões retrata as formas em que as pessoas, reclusas da sociedade eram tratadas. Foucault vai revelar que a prisão é uma fábrica de delinquentes e afirma que esta surge a partir dos métodos de tratamento e condições da pessoa no período de reclusão. Destaca que mesmo com os sete princípios da reeducação, correção e punição de presos estabelecidas por volta de 1820, o olhar e a intervenção frente ao preso já pré-elaborava sua condição de delinquente e não de infrator legal.

Essa realidade é bem clara quando falamos dos adolescentes autores de ato infracional, que são julgados pelos seus atos tanto pela lei vigente, quanto pelo sistema moral hoje posto na sociedade e, concomitantemente, são inseridos em políticas de socioeducação que tem reforçado o coletivo de “delinquentes”, não exercendo o real papel de reeducar os jovens e reinseri-los na sociedade. A lei maior que hoje regula a política de atendimento socioeducativo é o SINASE – Lei Federal nº 12.594/2012, que traz novas propostas para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto, semiaberto e fechado.

A Lei e suas diretrizes trazem propostas metodológicas, porém, o desafio maior é a mudança na mentalidade dos trabalhadores deste sistema que olham o adolescente pelo viés da delinquência e do encarceramento, descrendo da sua reeducação e reforçando a doutrina da situação irregular posta pelo Código de Menores de 1979.

São problemas que existem há séculos e que hoje, analisados friamente, ainda perduram com as mesmas características, porém com uma nova roupagem, considerando as transformações territoriais, sociais, econômicas, educacionais, culturais, legais e tecnológicas.

Enfim, defendemos que, reduzir a maioria penal, punir severamente, encarcerar no sistema prisional, aplicar a pena capital, enfim, desumanizar ainda mais o olhar e as ações em face deste público não diminuirá o problema da violência no Brasil. Enquanto o sistema capitalista com todas as suas contradições e expressões imperar nesta sociedade globalizada e mundializada, teremos o árduo desafio de avançar na construção e difusão do conhecimento acerca deste de tantos outros

temas, lutando e resistindo em face da alienação que o cotidiano nos impõe, buscando empoderar a sociedade com informações éticas que possam levá-los a maiores e profundas reflexões e compreensões.

3.4 Sobre o tráfico de drogas e os sujeitos da pesquisa: reflexões ontológicas

As reflexões que serão elaboradas neste item consistem em um autodesafio para o presente autor, pois buscar-se-á relacionar a prática ilícita do tráfico de drogas à categoria trabalho a partir da perspectiva ontológica marxiana, com contribuições de Lukács (2012, 2013) e Lessa (2012). Não aprofundaremos em demasia esta discussão por ora, mas serão apontadas algumas características que a atividade promovida pelo narcotráfico possui em igual relação ao trabalho pensado por Marx no século XIX.

Para Marx (2013) e, reiterado por Lukács (2012, 2013) e Lessa (2012), o trabalho consiste em uma categoria central no processo de humanização do homem. O homem, enquanto ser orgânico, apenas transcende a mera condição biológica através do trabalho, ou seja, da atividade que transforma a natureza em bens de consumo. Assim, o trabalho:

[...] é a atividade humana que transforma a natureza nos bens necessários à reprodução social. Nesse preciso sentido, é a categoria fundante do mundo dos homens. É no trabalho que se efetiva o salto ontológico que retira a existência humana das determinações meramente biológicas. Sendo assim, não pode haver existência social sem trabalho. (LESSA, 2012, p. 25).

Lessa afirma que o trabalho é uma categoria social que existe devido a um composto complexo de fatores, sendo ele mesmo, a fala e a sociabilidade, configurando assim, o conjunto das relações sociais. “Por isso, além dos atos de trabalho, a vida social contém uma enorme variedade de atividades voltadas para atender às necessidades que brotam do desenvolvimento das relações do homem entre si.” (LESSA, 2012, p. 25), transformando a si mesmo.

A transformação da natureza implica a transformação do homem – nas suas relações sociais, na capacidade intelectual, no autorreconhecimento enquanto sujeito, trabalhador e pertencente a uma classe social e também no seu estranhamento por não acessar e usufruir aquilo que foi produzido por ele mesmo.

Lessa (2012), baseando-se na perspectiva marxiana, difere o trabalho segundo a ótica ontológica e o trabalho abstrato. Sobre este último ele afirma que:

Para Marx e Engels há uma clara distinção entre trabalho abstrato e trabalho: o primeiro é uma atividade social assalariada, alienada pelo capital. Corresponde à submissão dos homens ao mercado capitalista, forma social que nos transforma a todos em “coisas” (reificação) e articula nossas vidas pelo fetichismo da mercadoria. (LESSA, 2012, p. 26).

Sobre o trabalho mediante o viés ontológico:

[...] é a atividade de transformação da natureza pela qual o homem constrói, concomitantemente, a si próprio como indivíduo e a totalidade social da qual é partícipe. É a categoria decisiva da autoconstrução humana, da elevação dos homens a níveis cada vez mais desenvolvidos de sociabilidade. Embora a palavra trabalho faça parte das duas categorias, isso não deve velar que há uma enorme distância a separar trabalho de trabalho abstrato. (LESSA, 2012, p. 26).

Neste tocante, compreende-se que o tráfico de drogas tem contribuído nos últimos anos com o processo de acumulação e financeirização do capital mundial. Antes de adentrarmos a esta questão, infere-se que o narcotráfico consiste em uma atividade, ontologicamente e teleologicamente humana, pois a partir da intencionalidade com o estabelecimento de objetivos e metas, o homem utiliza o seu conhecimento historicamente adquirido para transformar recursos naturais em substâncias psicoativas para consumo de outras pessoas.

Desta forma, associamos o tráfico de drogas à categoria trabalho, pois, pela necessidade humana de obter estratégias de sobrevivência e socialização no capitalismo contemporâneo, esta atividade tem se apresentado rentável, mesmo na condição de ilegalidade.

Como formador de valores de uso, como trabalho útil, o trabalho é, desse modo, uma condição de existência do homem independentemente de todas as formas sociais, uma eterna necessidade natural de mediar o metabolismo entre homem e natureza, portanto, a vida humana (MARX apud LUKÁCS, 2012, p. 285-286).

A evolução da produção da droga e a modernização da sua comercialização permite trazer à tona a reflexão do impacto que esta atividade ilícita

tem provocado na transformação do ser social no atual contexto de acumulação capitalista e da banalização da vida e das relações humanas. Assim, o trabalho por meio do tráfico de drogas prova o que Lukács chama de “dupla transformação”:

O trabalho dá lugar a uma dupla transformação. Por um lado, o próprio ser humano que trabalha é transformado pelo trabalho; ele atua sobre a natureza exterior e modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza, desenvolve “as potências que nela se encontram latentes” e sujeita as forças da natureza “a seu próprio domínio”. Por outro lado, os objetos e as forças da natureza são transformados em meios de trabalho, em objetos de trabalho, em matérias-primas, etc. O homem que trabalha “usa as propriedades mecânicas, físicas e químicas das coisas para submeter outras coisas a seu poder, atuando sobre elas de acordo com o seu propósito”. Os objetos naturais, todavia, continuam a ser em si o que eram por natureza, na medida em que suas propriedades, relações, vínculos, etc. existem objetiva e independentemente da consciência do homem; e tão somente através de um conhecimento correto, através do trabalho, é que podem ser postos em movimento, podem ser convertidos em coisas úteis. Essa conversão em coisas úteis, porém, é um processo teleológico. (LUKÁCS, 2012, p. 286).

Sobre a influência do narcotráfico na transformação do ser social, reportamos à Coggiola (1997) cuja reflexão está posta no impacto da selvageria do capital nas condições de vivência, sobrevivência e socialidade das pessoas na sociedade global e nos estratos mais segregados e marginalizados que impera neste sistema desigual e explorador.

O primeiro autor destaca que a economia mundial e as constantes crises do sistema capitalista têm favorecido a expansão do narcotráfico em níveis surpreendentes.

A queda das exportações, os índices de pobreza, desemprego e baixo desenvolvimento de países emergentes, a queda da lucratividade na produção material, a necessidade de sobrevivência de pequenos agricultores de países latino-americanos, a corrupção enraizada nas sociedades, a busca incessante por acúmulo de capital, dentre outros fatores, desencadeiam na inserção de pessoas nas atividades ilícitas que produzem riqueza em grande quantidade, em curto espaço de tempo.

Os próprios adolescentes, sujeitos da presente pesquisa, reafirmam em seus relatos, a lucratividade desta atividade em comparação ao que o trabalho formal e informal legal pagam por suas atividades. Afirmam também que a falta de oportunidades de trabalho associados ou não ao preconceito de classe social,

raça/etnia e por cometimento de ato infracional estimulam negativamente a inserção no tráfico. As nomeações – A1, A2, A3, A4 e A5 identificam os sujeitos entrevistados.

“Aí não tem trabalho, eles não dão trabalho daí a gente vai para o tráfico. Fatura hein, dependendo do tempo que você fica, fatura sim. Eu ficava bastante, ganhava bem e gastava bem” (A1).

“Dinheiro fácil. Se vender bem, você ganha bem, se vender mal, não ganha muito” (A2).

“[...] muitos gostam da vida que têm, muitos não gostam de trabalhar, posso falar que é uma aventura, mas não é bom para ninguém não [...] com o tráfico se ganha muito dinheiro. Tem que saber vender a droga, tem que saber gastar, que nem, o dinheiro do tráfico é um dinheiro que não vale a pena. Do mesmo jeito que você ostenta, é um dinheiro que você gasta e você não vê” (A4).

“E: Ele trabalhava em que?”

A4: Ele trabalhava na E1⁴⁹.

Entrevistador: Você sabe quanto ele ganhava lá por mês?

A4: Uns R\$ 1600,00.

Entrevistador: E quanto ele ganhava no tráfico por mês?

A4: R\$ 3000,00 por semana. Era o lucro dele. Por semana ele fazia com toda a droga uns R\$ 8000,00 ou R\$ 9000,00 por semana. Antes dele começar a vender droga lá, a biqueira não estralava, era tranquila. Na onde que ele começou a vender a droga, ele ficava o dia inteiro, a noite inteira, a todo momento, ele nem dormia direito, ficava a todo momento lá, era na onde que ele ganhava o dinheiro. Daí conforme ele foi ficando toda noite, todo dia, aí a venda dele foi aumentando” (Conversa entre Entrevistador e A4).

“Ah, para ter dinheiro, comprar o que você quiser, não depender dos outros. Se é hein, ganha-se bastante” (A5).

O tráfico de drogas faz parte da economia global, como aponta Vera Teles. Ele opera “[...] como outros tantos circuitos por onde a riqueza social globalizada circula e produz valor, tornando indiscerníveis as diferenças entre emprego e desemprego, entre trabalho e não trabalho”. (TELES apud TRASSI; MALVASI, 2010, p. 75). Segundo Coggiola (1997) “O tráfico de drogas foi sempre um negócio capitalista, por ser organizado como uma empresa, estimulada pelo lucro”, sendo constituída assim como a “narcoeconomia”. Destaca também que o *boom* da produção e comercialização das drogas ocorreu a partir da década de 1970, com maior expressividade na década de 1980.

⁴⁹ Empresa 1 – para não revelar o nome da empresa onde o companheiro de A4 trabalhava antes de se inserir no tráfico.

O tráfico de drogas é, atualmente, uma das atividades econômicas e financeiras mais lucrativas do mundo. De acordo com Coggiola (1997), o narcotráfico supera os lucros do comércio internacional petroleiro e perde apenas para o tráfico de armamentos, ou seja, as atividades ilegais são as que mais têm contribuído para o processo de acumulação e financeirização do capitalismo contemporâneo, acentuando claro, a violência e a barbárie.

Devido à alta lucratividade, vários países, principalmente os mais pobres da América Latina desenvolveram uma extrema dependência do tráfico, que regula coercitivamente a política, a economia, o próprio comércio de drogas, as relações sociais, dentre outros aspectos. Financia campanhas políticas e atividades religiosas e, estes gastos, não interferem nas altas taxas de lucro que a oligarquia do narcotráfico obtém no percurso de suas atividades ilegais.

Para observação, alguns exemplos:

Figura 17 – Tráfico Internacional de Cocaína



Fonte: Coggiola, 1997

A América Latina participa do narcotráfico na qualidade de maior produtora mundial de cocaína, e um de seus países, a Colômbia, detém o controle da maior parte do tráfico internacional (a pequena parte restante é dividida entre a máfia siciliana e a Yakuza japonesa).

A cocaína gera "dependência" não apenas em indivíduos, mas também em grupos econômicos e até mesmo nas economias de alguns países, como por exemplo, nos bancos da Flórida, em algumas ilhas do Caribe ou nos principais países produtores — Peru, Bolívia e Colômbia, para citar apenas os casos de maior destaque. Com relação aos três últimos, os dados são impressionantes. Na Bolívia, os lucros com o narcotráfico chegam a US\$ 1,5 bilhão contra US\$ 2,5 bilhões das exportações legais. Na Colômbia, o narcotráfico gera de US\$ 2 a 4 bilhões, enquanto as exportações oficiais geram US\$ 5,25 bilhões. Nestes países, a corrupção é generalizada. Os narcotraficantes controlam o governo, as forças armadas, o corpo diplomático e até as unidades encarregadas do combate ao tráfico. Não há setor da sociedade que não tenha ligações com os traficantes e até mesmo a Igreja recebe contribuições destes. (COGGIOLA, 1997).

Sua rentabilidade se aproxima dos 3.000%. Os custos de produção somam 0,5% e os de transporte gastos com a distribuição (incluindo subornos) 3% em relação ao preço final de venda. De acordo com dados recentes, o quilo de cocaína custa US\$ 2.000 na Colômbia, US\$ 25.000 nos EUA e US\$ 40.000 na Europa. (COGGIOLA, 1997).

O cenário do narcotráfico em escala mundial somado aos relatos dos sujeitos da pesquisa constrói a ideia do fetiche do tráfico, como se fosse uma atividade de grande valor, enaltecida pela sua rápida e alta rentabilidade, que oferta condições para a ostentação, obtenção de status, poder, respeito, que enriquece e gera “trabalho”, sendo este o trabalho abstrato, pois submete as pessoas ao comércio (conhecidamente como laranjas e aviões, ou seja, aqueles que se expõem ao risco da ilegalidade e se situam no foco da segurança pública militarizada e preconceituosa, exercendo o papel de entregadores das substâncias aos consumidores. Em geral, são os primeiros alvos da segurança, os primeiros a serem presos ou mesmo mortos) e ao consumo (conhecidamente por usuários, aqueles que adquirem o produto, possibilitando o aumento da lucratividade, financiando a continuidade desta atividade e ao mesmo tempo provocando efeitos nocivos à saúde e às relações familiares e sociais).

O tráfico é a personificação nítida da oligarquia capitalista: produz bens de consumo, no caso, as drogas, comercializam para diversas partes do planeta, sem distinção de classes sociais, contribuem para a financeirização do capital pela lavagem de dinheiro realizada pelo sistema bancário, explora pessoas, aliena-os através dos “grandes salários”, vitimiza os seus “trabalhadores”, destroem famílias e sociedades, provocam as guerras urbanas entre segurança pública e traficantes, contribuem para a criminalização da pobreza, enfim, acentua a barbárie e banaliza a

vida humana. Em suma, o tráfico é tão nocivo quanto às legítimas organizações capitalistas. E mais, estabelecem parcerias e relações comerciais com elas.

Sobre a “narcoeconomia”, Coggiola (1997) destaca que em alguns países latino-americanos, a arrecadação financeira por esta atividade representa percentual expressivo do Produto Interno Bruto (PIB) contribuindo substantivamente com a movimentação econômica dos mesmos. Em relação à financeirização do capital via “narcoeconomia”, a corrupção desenfreada que abarca as organizações capitalistas e seus maiores líderes influi na manipulação financeira do montante ilegal que é depositado em contas de diversos bancos, de diversos países para a realização da lavagem de dinheiro e sua maquiagem via títulos ativos, empresas, imóveis, dentre outras formas de camuflagem do dinheiro sujo em lucratividade.

O papel central da "narcoeconomia" no capitalismo contemporâneo se detecta no peso alcançado pela "lavagem do dinheiro" no sistema financeiro. Todos os bancos de envergadura, desde o Boston até o Credit Suisse, participam desta operação. Pelas somas envolvidas, a "lavagem" seria impossível sem a cumplicidade dos banqueiros que intermediam a legalização do dinheiro sujo e a sua conversão em ativos, empresas ou imóveis. Nos últimos anos, os bancos criaram paraísos fiscais nos quais se lava, diariamente e à vista de todos, entre US\$ 160 e 400 milhões. Esta associação entre mafiosos e banqueiros se apoia, em última instância, no sigilo bancário — um princípio intocável para o capitalismo — por ser um pilar da propriedade privada, na confidencialidade dos negócios e na livre disponibilidade do capital (COGGIOLA, 1997).

A “narcoeconomia” enfrenta em sua estrutura questões relacionadas aos programas de combate ao crime. O sistema de segurança pública, mesmo corrompido em parte e sucateado na sua totalidade, elimina em suas operações grupos organizados de produção, distribuição e comercialização das drogas, afetando assim, a acumulação capitalista através das taxas de lucro dos grandes traficantes e também do grande capital, seu aliado. Desta forma, enquanto estratégia para conterem a redução do lucro devido à prisão ou extinção via execução destes grupos, o “narcocapital” agora em sua forma “(i)legítima” é aplicado constantemente pelo sistema financeiro de modo a garantir a expansão do lucro.

Outra estratégia que o narcotráfico utiliza para facilitar a distribuição e a comercialização da droga refere-se ao recrutamento de crianças e adolescentes para este “trabalho”, considerando que o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) considera os mesmos inimputáveis, ou seja, isentos de penalidades devido à fase

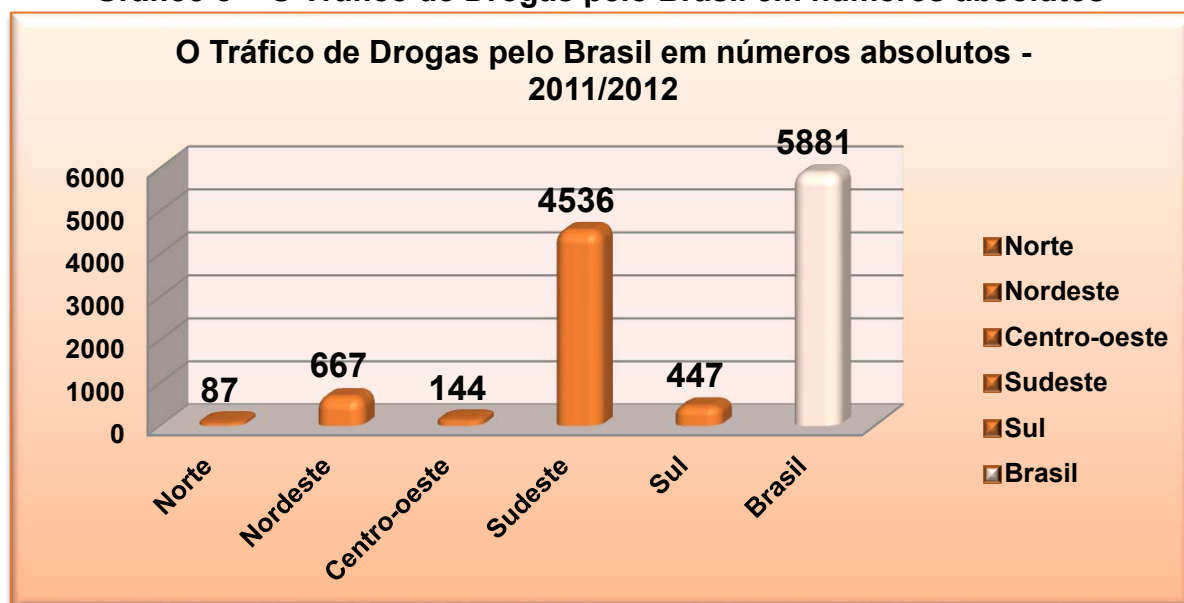
peculiar de desenvolvimento. Por outro lado, responsabiliza-os pelos atos cometidos através das medidas socioeducativas, cujo tempo de cumprimento varia de 06 meses a 03 anos, ou seja, é uma medida breve, se comparada ao sistema prisional cujo tempo de pena pode durar muitos anos.

Devido à condição de inimputáveis, que podem cumprir até 03 anos de medida socioeducativa, o narcotráfico investe em crianças e adolescentes para o trabalho, posicionando-os na divisão social do trabalho no tráfico, pois esta atividade humana é regida através de leis e regras próprias, possuindo os cargos hierárquicos e as sanções caso alguma regra seja descumprida.

Diante desta situação é comum observar o aumento do contingente de crianças e adolescentes em práticas delitivas, buscando realizar o fetiche que o tráfico oferece por meio da ostentação, do status, da rentabilidade e da adrenalina que desperta o interesse destas gerações.

A presente pesquisa delimitou para o tráfico de drogas entre adolescentes e, considerando os sujeitos da pesquisa e o território de abrangência que é o município de Batatais/SP, apresentamos a seguir dados coletados em campo somados às informações oficiais dos âmbitos – estadual e nacional, que servirão para a realização de breves reflexões.

Em âmbito nacional, o gráfico a seguir, nos mostra a situação do tráfico de drogas pelo Brasil. O gráfico foi adaptado pelo autor desta pesquisa e considerou apenas as atividades no tráfico de drogas, distribuídas pelas 05 regiões brasileiras. A especificidade do tráfico de drogas corresponde à delimitação do tema organizado pelo autor no período de planejamento da pesquisa.

Gráfico 8 – O Tráfico de Drogas pelo Brasil em números absolutos

Fonte: (PRESIDÊNCIA da República; SECRETARIA Nacional da Juventude, 2015).

Dados oficiais recentes do Mapa do Encarceramento – Os jovens do Brasil (BRASIL, 2015b), revelam que, entre os anos de 2011 e 2012 (período de realização da apreensão dos dados), o Brasil possuía, 5881 adolescentes envolvidos apenas no tráfico de drogas. Deste quantitativo de adolescentes, 77% dos jovens se localizam na região sudeste, ou seja, a atividade econômica do tráfico se concentra, em números absolutos, nos estados de São Paulo (3712), Minas Gerais (268), Rio de Janeiro (503) e Espírito Santo (53). Observa-se que o estado de São Paulo é território que apresenta o índice mais elevado de cometimentos de ato infracional por tráfico de drogas.

São Paulo é o estado mais populoso do país e um dos mais desenvolvidos, contudo, a sua histórica gestão não tem permitido avançar qualitativamente no seu desenvolvimento social. A atual conjuntura nos permite observar um estado militarizado, corrompido pelos anos de má gestão e fraudes, com políticas sociais precarizadas, com baixo investimento na educação básica, sucateando as universidades estaduais, ampliando os centros de atendimento para cumprimento de medidas socioeducativas e prisionais.

É um estado que investe no encarceramento, que criminaliza a pobreza, a raça/etnia negra, os jovens pertencentes a estas duas categorias anteriormente citadas, que violenta os cidadãos todos os dias através da barbárie, da truculência, do

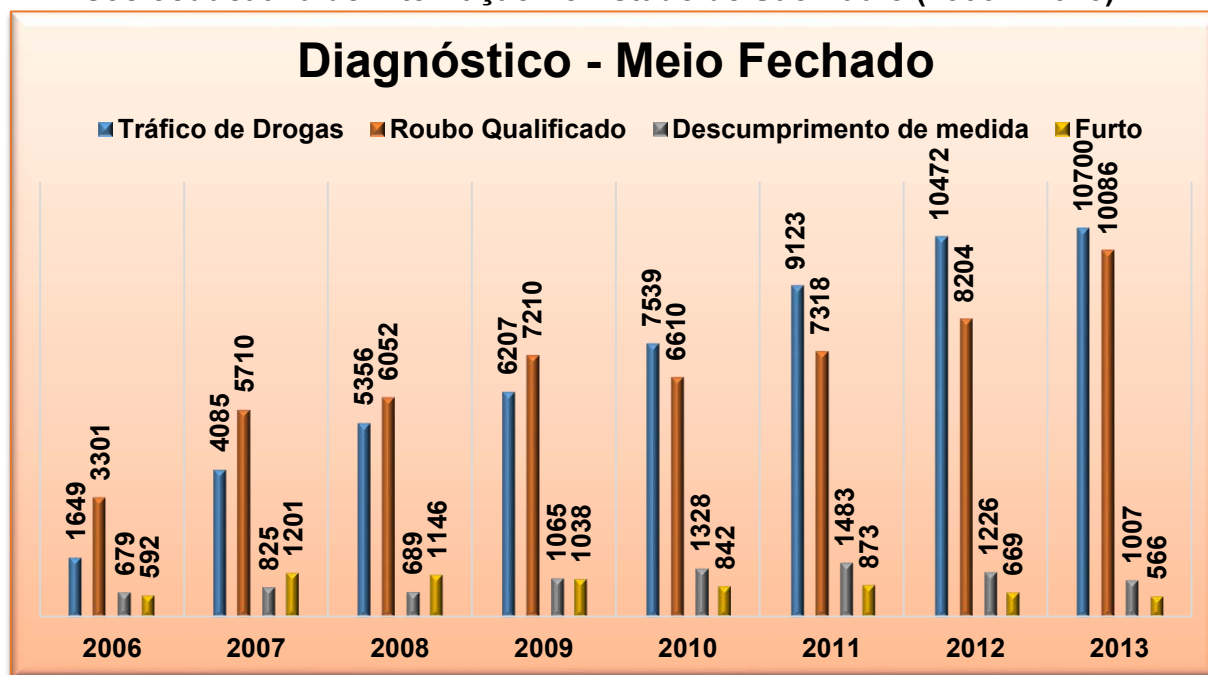
desemprego e da gestão da pobreza e da miséria, defendendo prioritariamente apenas os seus interesses particulares aliados ao grande capital.

Hoje, em muitos lugares do mundo, inclusive no Brasil, ocorre a criminalização dos adolescentes – fundada na representação difusa (mas consistente) da associação da juventude com a violência e em uma ótica vingativa da sociedade em relação a eles, que incide diferentemente dependendo da origem social do adolescente, em que prevalece a imagem do risco e não do desafio. Esta criminalização vem substituir ou ainda coexistir com a tendência à patologização de características próprias do adolescente, muito frequente em relatórios técnicos, particularmente sobre aqueles que vivem condições de vulnerabilidade, em uma tentativa explicativa equivocada de sua conduta. Ainda mais, sempre existiu uma concepção que trata os adolescentes, preferencialmente os pobres, como perigosos ou potencialmente perigosos. Em tempos mais recentes, isto se estendeu também para as crianças. (TRASSI, 2006, p. 218-219).

Segundo dados de 2012 da Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (Fundação CASA⁵⁰), o índice de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de internação atualmente no Estado de São Paulo por tráfico de entorpecentes era de 41,1%, seguido de roubo qualificado que era de 38,7% e a taxa de reincidência era de 13,5%. Em 2014, estes dados avançaram, com aumento nas práticas de ato infracional, contribuindo assim com o nivelamento de adolescentes em medida de internação, conforme gráfico a seguir.

⁵⁰ Autarquia pública vinculada à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania. Sua função é executar as medidas socioeducativas de internação, internação sanção e semiliberdade e ainda executar o programa de internação provisória, pautando-se pelos Artigos 108, 122 e 122 III do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Gráfico 9 – Principais atos infracionais que levaram adolescentes à medida socioeducativa de internação no Estado de São Paulo (2006 – 2013)

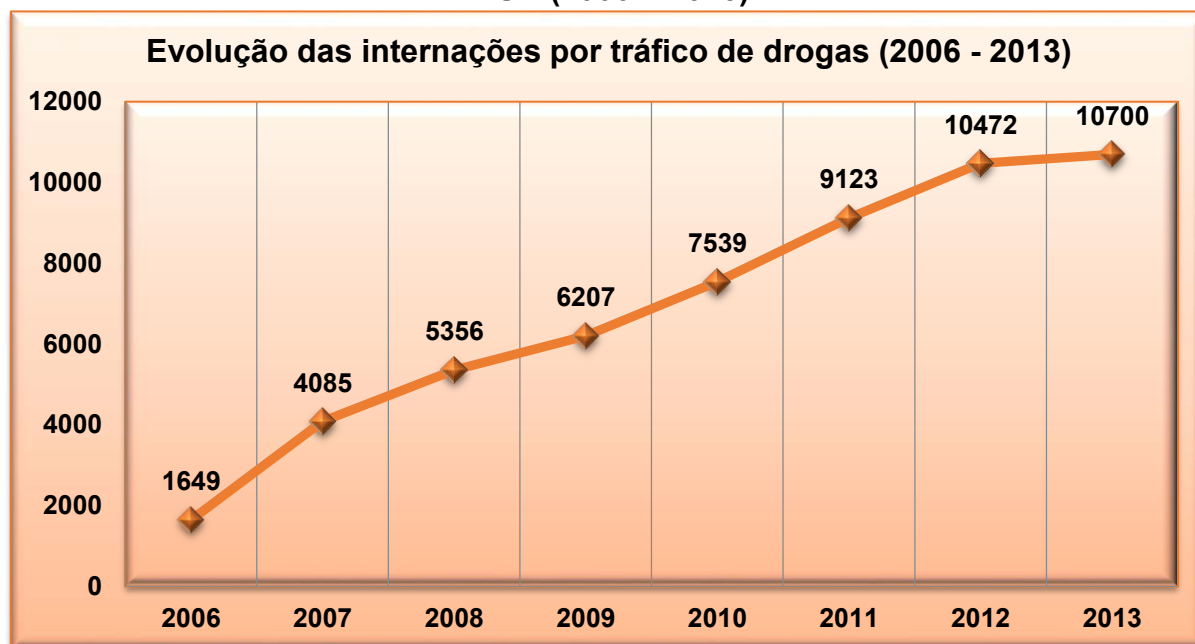


Fonte: SÃO PAULO (2014), adaptado por Thiago Rodrigo da Silva (2015).

Em 2014, o Governo do Estado de São Paulo lança o Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo, o qual nos revela novos dados sobre a análise realizada. Em 07 anos, desde a mudança ocorrida no sistema estadual socioeducativo, quando da mudança de nomenclatura e de metodologia de atendimento da Fundação Estadual do Bem Estar ao Menor (FEBEM⁵¹) para a Fundação CASA, tinha-se, em 2006, um contingente de 1649 adolescentes atendidos no Centro por tráfico de drogas (ato infracional delimitado para esta pesquisa). Em 2013, este quantitativo saltou para 10.700 adolescentes, ou seja, um aumento de 549% em sete anos.

⁵¹ Em 1964, já nos primeiros momentos da ditadura militar, o Governo Federal cria a partir da Lei nº 4513 a Fundação Nacional do Bem Estar ao Menor, que se torna responsável em formular e gerir a política nacional do bem estar ao menor. A partir desta Lei, o Governo Paulista, cria a Secretaria Estadual de Promoção Social e vincula o Serviço Social de Menores (oriundo a partir do Serviço de Assistência ao Menor – SAM, criado pelo governo federal, em funcionamento desde 1941) à esta Secretaria. Este Serviço tinha relação direta com o Juizado de Menores do estado. Em 1973, o Serviço Social de Menores é extinto e é criado pela Lei nº 185 a Fundação Paulista de Promoção Social ao Menor (Pró-Menor), de modo a reconfigurar a gestão do atendimento, nos moldes do Código de Menores posto na época, que ainda era o de 1927, com algumas alterações. Em 1976, de modo a acompanhar a legislação federal, o Pró-Menor passa por mudanças e passa a se chamar Fundação Estadual de Bem Estar ao Menor (FEBEM). Em 1979, o Código Mello Matos é atualizado pelo Código de Menores, que permaneceu vigente até 1990. As atividades da FEBEM-SP foram até 2006, quando a Lei Estadual nº 12.469/2006 altera a política estadual de atendimento, passando-se a chamar Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente (CASA), considerando as novas diretrizes de atendimento às crianças e adolescentes (não mais menores), a partir do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

Gráfico 10 – Evolução das internações por tráfico de drogas na Fundação CASA (2006 – 2013)



Fonte: SÃO PAULO (2014), adaptado por Thiago Rodrigo da Silva (2015).

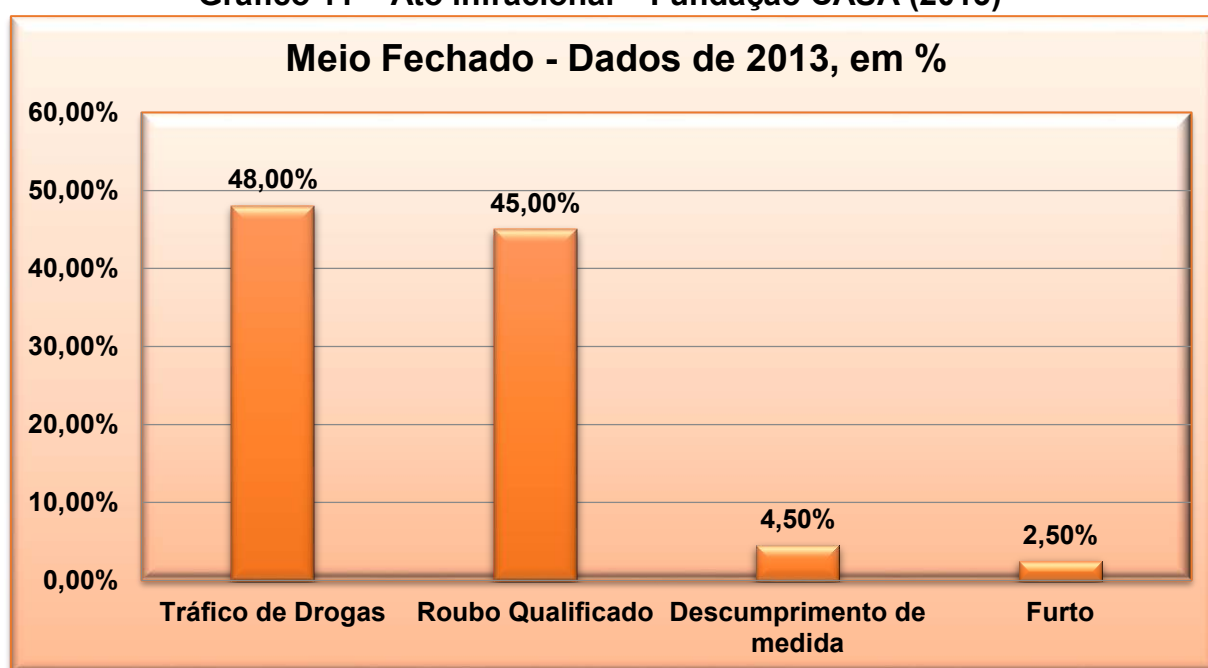
É possível elencar alguns indicadores que favorecem este nivelamento, que aos olhos das ciências sociais e das políticas públicas são preocupantes: desqualificação da educação básica que propicia a evasão dos alunos e a perda destes para a criminalidade, dentro e fora da escola; falta de oportunidades no mercado de trabalho devido ao preconceito existente em face aos adolescentes autores de ato infracional. Quando há oportunidades, estes são inseridos em funções que não oferecem perspectivas de crescimento, o salário é miserável e a defasagem educacional não favorece maiores e melhores opções no mundo do trabalho. Entre um salário miserável e o tráfico, este último, é mais vantajoso, mesmo com todos os riscos envolvidos nele. As ações das políticas públicas não conseguem contemplar com eficácia este público, pois elas dependem além de um maior investimento, de pessoal qualificado para realizar um trabalho despidido de preconceitos.

A financeirização do capital e o consequente sucateamento das políticas sociais, somados ao preconceito social, baixo nível de escolaridade, dependência química (considerando que a maioria dos adolescentes autores de infrações é ou foram usuários de substâncias psicoativas) e à precarização das condições de vivência e sobrevivência submetem estes adolescentes à continuidade no mundo do crime, cometendo os mesmos atos ou ainda, novos e mais graves infrações.

Através da vivência profissional, alguns adolescentes passaram a maior parte da fase de desenvolvimento em cumprimento de medida restritiva de liberdade ou em meio aberto. A primeira é mais gravosa, já que o distancia da família, da comunidade e da sociedade em sua totalidade.

Complementando o gráfico anterior, o próximo revela dados recentes, considerando os adolescentes atendidos (não necessariamente custodiados) pela Fundação CASA, nos programas de internação provisória, república, atendimento inicial ou internação.

Gráfico 11 – Ato infracional – Fundação CASA (2013)



Fonte: SÃO PAULO (2014), adaptado por Thiago Rodrigo da Silva (2015).

A própria Fundação CASA ao elaborar o Plano Estadual de Atendimento Socioeducativo selecionou os quatro atos infracionais de maior incidência para apresentação. Todavia, é sabido que outros atos também estão presentes na realidade institucional dos Centros de Atendimento. Observa-se que o cenário estadual e municipal (universo da pesquisa) se mostra o oposto da realidade nacional. Conforme sinaliza o Mapa do Encarceramento – Jovens do Brasil (2015), o ato infracional – roubo é o que apresenta maior incidência (39%). O Tráfico de drogas é o segundo maior ato cometido no país. Já no estado de São Paulo e no município de Batatais, o tráfico de drogas é o ato mais cometido por adolescentes.

Quanto à escolha do campo de pesquisa, escolheu-se, primeiramente, o Centro de Atendimento de Batatais (CASA⁵² Batatais), por ter sido campo de atuação profissional entre maio/2011 à dezembro/2012. A abertura ao diálogo que os adolescentes permitiam nos atendimentos favoreceu a construção da presente proposta. O Centro de Atendimento de Batatais atende atualmente uma média de 64 adolescentes, sendo que, parcela significativa – 61% (SÃO PAULO; FUNDAÇÃO CASA; CASA BATATAIS, 2012) estavam sob custódia por tráfico de drogas.

O CASA Batatais está em funcionamento há mais de 04 anos, neste período foram adquiridas várias experiências e levantamentos de informações através dos relatos dos adolescentes, provocando o presente autor a novas descobertas. As formas como os adolescentes relatam os motivos que os levaram ao tráfico, as vivências através do trabalho em grupo, letras de músicas que os mesmos gostam, as várias falas sobre bens materiais de marca, cartas escritas para amigos e familiares, incentivaram a elaboração desta pesquisa.

Observou-se em um determinado dia de trabalho, que os adolescentes do CASA Batatais desenharam em suas camisetas marcas de grifes famosas que estão além das condições socioeconômicas que eles e suas famílias vivenciam. Perguntado a um deles o significado daquela situação, foi respondido que era ostentação, poder, respeito.

A partir daí, surgiu a inquietação referente à importância singular que foi dada aos bens materiais e sua relação direta com a sociabilidade juvenil, resultando na presente pesquisa, ora concluída.

⁵² Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – CASA. Vinculado à Fundação Centro de Atendimento Socioeducativo ao Adolescente – Fundação CASA, autarquia pública vinculada à Secretaria de Estado de Justiça e Cidadania. Sua função é executar as medidas socioeducativas de internação, internação sanção e semiliberdade e ainda executar o programa de internação provisória, pautando-se pelos Artigos 108, 122 e 122 III do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

CAPÍTULO 4

CULTURAS JUVENIS E TERRITÓRIOS DA POBREZA: CLASSES SOCIAIS, PRECONCEITOS E O ROMPIMENTO DE ESTEREÓTIPOS

Ser jovem e não ser revolucionário é uma contradição genética (Che Guevara).

Este capítulo encerra a presente dissertação apontando discussões acerca dos aspectos culturais que atraem a atenção dos adolescentes e jovens, destacando o *funk*, seu histórico e o atual direcionamento para a ostentação das mercadorias fetichizadas. Esta reflexão provoca estabelecer compreensões da grande influência que este gênero musical configura nos adolescentes e jovens em seus espaços de sociabilidade.

A partir desta ponderação, apresentaremos questões que marcaram a sociedade brasileira entre o final do ano de 2013 e começo de 2014: o fenômeno dos rolezinhos, que associou a cultura musical, a ostentação e o consumo da mercadoria por adolescentes e jovens da classe trabalhadora nos shoppings centers, gerando polêmicas, desmascarando a cultura da cordialidade e da tolerância. Entende-se que os rolezinhos consolidam o preconceito de classe social e de raça/etnia no País.

Considerando o referido fenômeno à discussão sobre sociabilidade territorial e virtual, expõe-se aspectos sobre o pertencimento da classe trabalhadora nos territórios e a busca recorrente por socialização em espaços virtuais como a redes sociais. Pensar a socialização virtual em substituição ou complemento da socialização real não pode ser dissociado dos impactos perversos da ordem capitalista no cotidiano dos jovens pobres.

Por fim, encerramos o capítulo refletindo as práticas ostensivas e como esta se configura na sociedade capitalista e nas relações fragilizadas entre as classes sociais. Apontamentos questões sobre os percursos do preconceito estabelecido no tempo presente e como este se formata na sociabilidade de adolescentes e jovens, filhos da classe trabalhadora.

4.1 A música como expressão cotidiana e cultural: enfoque no *funk* brasileiro

A música é uma expressão cultural acessada por todas as pessoas no mundo todo, com origem nas primeiras civilizações humanas que permanece viva com sua importância até o momento presente. A partir da linguagem dos jovens, a música dialoga com as expressões da questão social. Arroyo (2007) defende que a música está em direta relação com a vida social e emocional dos jovens.

Em sua forma complexa como ritmo, melodia, letra, simbologias que aparecem em suas entrelinhas, a música tem o poder de interferir na vida social e emocional das pessoas, principalmente dos jovens, que a relaciona às suas vivências cotidianas, sentimentos, histórias e desejos, sentindo na música, suas trilhas sonoras. Arroyo (2007) defende que a música está em direta relação dinâmica com a vida social dos jovens, sendo esta uma forma de expressão de ideias consoantes às do seu público, modificando comportamentos, formando opiniões, exteriorizando sentimentos positivos e negativos e interiorizando novas formas de enxergar a realidade.

Dessa forma a música:

Não é meramente um meio “significativo” ou “comunicativo”. Ela faz muito mais do que exprimir através de meios não verbais. No nível da vida diária, a música tem poder. Ela está implicada em muitas dimensões do agenciamento social, [isto é, está implicada com] sentimento, percepção, cognição e consciência, identidade, energia, incorporação [...]. (DENORA, 2000, p. 16 e 20 apud ARROYO, 2007, p. 10).

A música faz parte da cultura de todas as camadas sociais, sendo ela peculiar para cada ouvido, baseadas num imaginário próprio e ideológico (SHEPHERD; WICKE, 1997). Além de compreender uma forma de entretenimento é também uma expressão cultural e artística em que grupos “inferiorizados” pela alteridade a utiliza como gritos de protesto. Segundo Silva (2013), historicamente as canções expressavam forte resistência frente às sevícias e censura do regime; Geraldo Vandré, com *Pra não dizer que não falei das flores* (1968), *Alegria, Alegria* (1967) e *É proibido proibir* (1968), de Caetano Veloso e *Cálice* (1973), de Chico Buarque, frutos da opressão da Ditadura Militar, exemplificam bem essa relação.

Adorno (2011) nos provoca a pensar na sua obra “Introdução à Sociologia da Música” sobre a relação da música com as relações humanas no cotidiano. A música, tal como ela é composta apresenta elo com a produção da vida material,

retrata de várias formas os problemas sociais, as angustias pessoas, as alegrias e as tristezas, que, mesmo subjetivas, são construídas a partir das relações humanas em um contexto contraditório.

Partindo-se do princípio de que a problemática e a complexidade sociais também se expressam por meio das contradições presentes na relação entre a produção e a recepção musicais, na estrutura da escuta, inclusive, não se deve esperar, pois, nenhum *continuum* ininterrupto desde uma escuta perfeitamente adequada a uma escuta desconexa e sub-rogada. (ADORNO, 2011, p. 57).

Cada pessoa, de acordo com o seu pertencimento de classe, compreenderá de uma forma determinada canção. Assim, a musicalidade mantém sintonia e harmonia com a história de vida daqueles que a compuseram. Um exemplo são as músicas que nasceram das periferias, como o *rap*⁵³, o *funk*⁵⁴, o *hip hop*⁵⁵, que retratam em suas melodias as múltiplas tragédias vividas por várias gerações que vivem as mais diversas expressões da questão social em um cotidiano segregado, violento, miserável, estereotipado e invisível ou distorcidamente visível.

Observa-se em meio às várias interpretações que se dão a estas melodias, preconceitos e discriminações, principalmente por pessoas de classes sociais mais abastadas que não compreendem ou nunca sentiram na pele o fardo de nascerem negros ou pardos, oriundos de favelas ou bairros periféricos, na miséria, na violência e entre tantas outras formas de segregação e sofrimento.

Vamos além, estas constituições também se baseiam nas relações econômicas e materiais que podem tanto limitar como expandir oportunidades de

⁵³ A expressão rap provém da língua inglesa, com o sentido de *Rhythm And Poetry* – traduzindo, Ritmo e Poesia. Este estilo é assim denominado porque mescla um ritmo intenso com rimas poéticas, integrando o cenário cultural conhecido como Hip Hop. Nascido na Jamaica, ele se transformou em produto comercializável entre os norte-americanos. Chegou ao Brasil no final da década de 1980 do século XX (SANTANA, [20--]).

⁵⁴ O funk é um estilo musical que surgiu através da música negra norte-americana no final da década de 1960. Na verdade, o funk se originou a partir da *soul music*, tendo uma batida mais pronunciada e algumas influências do R&B, rock e da música psicodélica. De fato, as características desse estilo musical são: ritmo sincopado, a densa linha de baixo, uma seção de metais forte e rítmica, além de uma percussão (batida) marcante e dançante. Chegou ao Brasil na década de 1970 do século XX (DANTAS, T., [20--]).

⁵⁵ *Hip Hop* é um gênero musical fundado na década de 1970 pelo DJ norte-americano *Afrika Bambaataa* (nome artístico de *Kevin Donovan*). Para criar o *Hip Hop*, Bambaataa uniu sons de vários estilos musicais diferentes, como *Funk*, música eletrônica e o canto falado típico do *Rap*. O *Hip Hop* nasceu em Nova Iorque, nas comunidades negras e latinas, como uma forma de extravasar os sentimentos de uma classe marginalizada que vivia em verdadeiros guetos onde a violência era muito grande. O *Hip Hop* tornou-se mais que um gênero musical; passou a ser toda uma cultura, sob as formas artísticas também da dança, da pintura e da poesia. Chegou ao Brasil na década de 1970 do século XX (SIGNIFICADOS, 2015a).

desenvolvimento e crescimento cultural, seja como protagonista no criar a arte, seja como coadjuvante, sendo aquele que aprecia as criações. “Mesmo as respectivas constituições humanas que predestinam um a ser tocador de cítara e outro a ser um ouvinte de Bach não são de modo algum naturais, mas se baseiam em relações sociais.” (ADORNO, 2011, p. 242).

Desta forma, concordando com o autor, construir uma carreira na música, como se tem observado os jovens da classe trabalhadora ascenderem-se rapidamente, depende também das condições para que esta realidade possa discorrer. Nem todo adolescente que apresenta talento para a música ou outra expressão artística consegue atingir o mesmo sucesso que outros acabam conseguindo. As oportunidades de ascensão não são igualitárias em nenhum espaço, mesmo entre aqueles que vivem as mesmas condições de vida em uma mesma classe social.

O fato de que também as formas da vida musical que se julgam livres do mercado capitalista permanecem a ele ligadas, bem como à estrutura social que o sustenta. A vida musical não é nenhuma vida consagrada à música [...] a participação na vida musical depende essencialmente, até hoje, de condições materiais; não apenas da imediata capacidade financeira do ouvinte potencial, mas do mesmo modo de sua posição na hierarquia social [...] A música realiza-se na vida musical, mas a vida musical contradiz a música. (ADORNO, 2011, p. 241).

A relação da música com a juventude é algo novo, como afirmam Catani e Gilioli (2008). Os autores destacam que após o processo de industrialização e urbanização das cidades, a cultura musical foi se expandindo, se tornando um produto cultural de consumo, concentrando-se primeiro nas camadas ricas das cidades e gradativamente, foi atingindo as camadas pobres, devido também à expansão dos meios de comunicação e o acesso destes pela população.

Em relação aos jovens das periferias, a música tem feito parte de suas culturas, influenciando nas reflexões sobre as mazelas que a pobreza e o sistema político e econômico vigente têm ocasionado em suas vidas e de suas famílias.

O processo de urbanização das cidades permitiu às classes pobres maior proximidade e acesso à cultura musical, transformando-a, por conseguinte. Neste processo, o *funk*, originário da cultura negra norte-americana chega ao Brasil em meados da década de 1970, primeiro na zona sul carioca, transferida *a posteriori* para

os subúrbios. É o início de uma formação sociocultural construída a partir do *funk* que trouxe traços eróticos, políticos, sensuais e militantes, com maior apropriação pelos jovens.

Pelo seu impacto, mesmo tímido, este gênero foi se expandindo e ganhando visibilidade pelas produtoras musicais e pela mídia. Na década de 1980 acontece o *boom* dos bailes *funks* nas periferias cariocas, surgindo em concomitante, os estereótipos que levaram as camadas sociais elevadas ao pânico e ao medo (VIANA, 2010).

A visibilidade da cultura musical de periferia (um tanto inusitada na época) e de seus adeptos oficializa o preconceito social e o processo de criminalização da pobreza, dos jovens e da periferia, principalmente a partir da década de 1990, quando as rivalidades entre os bairros pobres do Rio de Janeiro utilizaram-se dos bailes para disputas de poder local, com práticas de violência, como os arrastões no Arpoador, chacinas na Candelária, Vigário Geral e Morro do Turano (VIANA, 2010).

A partir desta relação entre *funk* e violência com a participação de jovens, o presente trabalho reflete a criminalização da juventude como o híbrido originado desta torpe associação entre cultura de periferia e práticas de violência e a incorporação negativa da primeira nesta última e os atuais reflexos neste cenário capitalista.

Dizia Florestan Fernandes (2008) que o capitalismo não significa apenas uma realidade econômica e sim uma complexidade sociocultural, pois sua manifestação implica na formação de uma sociedade desigual com políticas públicas ineficazes à realidade vigente. Situando esta fala na temática do território, verifica-se que as comunidades vulneráveis pela pobreza como bairros periféricos e favelas sofrem com a miséria, falta de oportunidades, identidades familiares e individuais desconfiguradas e acentuado crescimento da violência.

O capitalismo expande-se mais ou menos avassalador em muitos lugares, recobrando, integrando, destruindo, recriando ou subsumindo. São poucas as formas de vida e trabalho, de se imaginar, que permanecem incólumes diante da atividade 'civilizatória' do mercado, empresa, forças produtivas, capital. (IANNI, 2004, p. 25 apud DUTRA, 2006, p. 179-180).

Sabe-se que, mesmo o Estado apresentando políticas públicas e legislação de defesa ao negro e os movimentos sociais construindo propostas para que a

questão racial tome novos caminhos, é sabido que a violência histórica frente a este público não se cicatriza porque sempre há novas formas de barbárie no trato com a pessoa negra, com destaque naquela que vive na condição de pobreza, desempregada, que mora em uma favela.

Estes conflitos trazem a discussão acerca do poder e sua contextualização social. O poder aqui referenciado abarca o poder enquanto conflito. Este é compreendido pela imposição de vontades de uma pessoa para a outra ou de uma pessoa para um grupo social, ou seja, através das relações humanas em um contexto social e histórico específico a pessoa que consegue impor a própria vontade independente de resistências ou questionamentos, detém o poder sobre os demais. Ou ainda, à luz de Stoppino (1986, p. 955), “[...] o poder, por vezes, é definido como uma relação entre dois sujeitos, dos quais um impõe ao outro a própria vontade e lhe determina o seu comportamento”, acarretando práticas de violência e preconceito.

O poder coercitivo permite considerar que a violência e o preconceito não atingem apenas o afrodescendente, mas também ao branco, que também vive nas mesmas condições de subalternidade e coerção. Uma das formas de gritar em protesto por respeito, dignidade, justiça e igualdade social é através da música e ainda é notável que a expressão musical enraizada nestas comunidades é o *Rap* e o *Hip Hop*. Esta foi a forma cultural que estes jovens encontraram para dizerem ao Estado e à sociedade, como vivem, como são tratados e do que necessitam.

Segundo Catani e Gilioli (2008), a música, pode proporcionar aos jovens a construção de diálogos e expressões sociais de diversas naturezas, como por exemplo, o retrato social da pobreza e da violência nas periferias, conforme destacado neste trabalho. Ilustram ainda uma realidade de miséria, desigualdade, de esquecimento, de violência, preconceitos e desejos. Em contrapartida, estes gêneros musicais significam para os membros da periferia vidas de luxo, com a aquisição de bens materiais e serviços de alto padrão aquisitivo, como roupas de marca, carros modernos, bebidas alcoólicas de alto preço, joias e mulheres (ou novinhas⁵⁶), como podemos observar no atual *funk* ostentação.

⁵⁶ Novinhas, no sentido plural da palavra corresponde às garotas que rodeiam o público masculino. O termo está no plural, pois compreende-se o fetiche masculino de estar rodeado por várias mulheres ao mesmo tempo, simbolizando poder, respeito, admiração e status, significando à mulher uma característica de objeto sexual e de dominação.

Além dos gêneros musicais já apresentados, a cultura da periferia se apropria do *funk*, atualmente conhecido pela sua batida diversificada e pelas letras que representam a realidade das comunidades pobres, o desejo por ostentação e questões relacionadas à criminalidade, como o tráfico e/ou uso de drogas. Estas são conhecidas como o *funk* “proibidão”, por apresentar apologias ao crime.

O *funk* surgiu nos Estados Unidos na década de 1960 e possuía uma conotação totalmente diferente da conhecida atualmente. Inicialmente, o “*funky*” representava o odor exalados das práticas sexuais e era uma gíria dos negros norte-americanos. Após alguns anos, em 1968, esta expressão passou a caracterizar a imagem do movimento do orgulho negro. “Tudo pode ser funky: uma roupa, um bairro da cidade, o jeito de andar e uma forma de tocar música que ficou conhecida como funk.” (VIANNA JÚNIOR, 1987, p. 20).

Ao longo da história, o *funk* passou a ser associado à violência nas periferias cariocas, pois os bailes em que tocavam este gênero musical se tornaram espaços de disputas de poder e popularidade entre gangues rivais. Nos anos 1990, segundo Viana (2010), eram promovidos nas favelas cariocas bailes simultâneos de forma a disputar espaço e consolidar as rivalidades entre grupos que diziam-se dominadores daqueles espaços. A violência, a partir daí, ganhou forte espaço, considerando, as invasões rivais, troca de tiros, chacinas, dentre outros fatos que marcaram de forma pejorativa as comunidades periféricas cariocas.

Observa-se uma forma de conquista de poder local, cujas estratégias de dominação se basearam na promoção dos melhores bailes para conquistar simpatizantes àquele grupo e o uso da violência se deu como mecanismo de coerção e domínio para a busca de uma legitimidade local e afirmação de uma virilidade e demonstração de força de jovens que não aceitam mais os mandos e desmandos de órgãos que se mostram intocáveis e inquestionáveis, muito acima de suas realidades. Contudo, destaca-se que esta legitimidade buscava uma base sólida no contexto do medo e das ameaças.

Arendt (2013, p. 53) já dizia: “Se a essência do poder é a efetividade do comando não há maior poder do que aquele emergente do cano de uma arma e seria difícil dizer ‘em que medida a ordem dada por um policial é diferente daquela dada por um pistoleiro’.”

Quanto à violência, esta “[...] é por natureza instrumental; como todos os meios, ela sempre depende da orientação e da justificação pelo fim que almeja. E

aquilo que necessita de justificação por outra coisa não pode ser a essência de nada.” (ARENDT, 2013, p. 68).

Juntamente com os índices de violência crescendo, a cultura do *funk* também ganhou forte espaço na mídia, se apresentando em programas de TV, suas músicas tocadas nas estações de rádio, principalmente aquelas voltadas ao público mais jovem. Por outro lado, a mídia também passou a dar destaque às violências ocorridas naqueles territórios de pobreza e nos bailes *funk* ali promovidos.

Considerando as reflexões de Vianna Júnior (1987) e, concordando com Viana (2010), a década de 1990 registra o início da consolidação da criminalização da pobreza e da juventude pobre com a mídia publicizando esta negativa construção que vitimiza os jovens que não possuem vinculação com grupos criminosos. A criminalização se dá porque estes mesmos jovens vivem nestes espaços de disputa e poder, estão aculturados à dinâmica da violência e vivem a cultura da periferia, usando as mesmas indumentárias, ouvindo os mesmos gêneros musicais.

“Os funkeiros serviram de bodes expiatórios para os problemas da violência na cidade. Os jovens oriundos dos segmentos sociais menos privilegiados foram estigmatizados como os grandes vilões da sociedade moderna.” (CARMO, 2000, p. 216). Estes estigmas podem ser compreendidos através das músicas que estes jovens compõem para ilustrar, politizar e publicizar uma realidade ainda fortemente discriminada.

A música do gueto, enquanto manifestação política, social, econômica e emocional deve ser compreendida através do acesso ao conhecimento, a partir de estudos e também pelo respeito à diversidade cultural, pois estas expressões correspondem ao reflexo e impacto das relações de produção e reprodução social e as contradições do sistema capitalista que empobreceu historicamente esta população e a instigou a se manifestar de formas, que nem sempre são aceitas pela sociedade.

Diante deste contexto, é interessante deixar as críticas de lado, sabendo que o *funk* é historicamente discriminado (considerando sua gênese e repercussão no Brasil), criticado e repreendido em Instituições educacionais e familiares, para buscar reflexões e compreensões sobre o surgimento e finalidade destas letras musicais na vida dos jovens da periferia.

É importante compreender a musicalidade que faz apologia ao crime e ao uso de drogas, como uma proposta e ação de resistência de jovens, adultos e até

mesmo crianças frente ao sistema político e econômico que nos subordina e controla a vida e as posições de cada classe na sociedade contemporânea.

Além da apologia ao crime, observa-se que o *funk* contemporâneo tem valorizado a mercadoria fetichizada, formatando em face dela um poder sobrenatural, que influencia e embasa as relações sociais de adolescentes e jovens no tempo presente. O *funk* ostentação, conforme já destacado nesta dissertação promove a ilusão de que a mercadoria é o percurso requintado para a obtenção de visibilidade e popularidade, configurando o pertencimento social. As figuras e um trecho de *funk* ostentação a seguir, ilustram a referida afirmação.

Figura 18 – Ostentação



Fonte: OSTENTAÇÃO JÓIAS, 2015.

Figura 19 – Marcas de destaque no *funk* ostentação



Fonte: CAVALCANTI, 2013.

“Quando dá uma hora da manhã é que o bonde se prepara pra Vibe, abotoa sua polo listrada da um nó no cadarço do tênis da Nike, joga o cabelo pra cima ou põe um boné que combina com a roupa. A picadilha pode ser de boy mas não vale esquecer que somos vida loca. As mais top vem do nosso lado ficam surpresa ganha mó moral Se o Paparazzi chega nesse baile amanhã o seu pai vê sua foto no jornal, portando kit de nave do ano, essa é a nossa condição, olha só como que o bonde tá...” (MC Guimê – Tá Patrão, 2012, grifo nosso).

No documentário *“Funk Ostentação”* produzido em 2012 por Renato Barreiros e Konrad Dantas e compartilhado para acesso universal via YouTube, o funkeiro Wellington França, conhecido como MC Boy do Charmes, afirma que antes o funk ostentava o crime, enaltecia a criminalidade e isso estimulava crianças e adolescentes a buscarem a mesma como opção de sobrevivência e melhorar o padrão de vida, ascendendo-se socialmente de forma mais rápida.

Além da apologia ao crime, fazia-se muito, segundo o funkeiro, apologias às drogas, contribuindo para a dissolução das relações familiares e comunitárias pelo uso e abuso de substâncias psicoativas. Cabe destacar que músicas que fazem apologias como as apontadas pelo MC ainda estão muito presentes na cultura de massa.

“O *funk* ostentação é um grito de liberdade. Mostramos nas letras que podemos, com um estilo tão discriminado, conquistar o que queremos. ‘Vim da quebrada e conquistei meu espaço sem atrasar ninguém’ — diz Guime” (PAIXÃO, 2014).

É possível afirmar que, no tempo presente, há um paradoxo entre o funk que enaltece o consumo, a marca de grife, as joias, os carros de luxos, as bebidas caras, que reifica e sexualiza a mulher para o funk que ainda trata a criminalidade, o tráfico de drogas e a violência urbana. Seleccionamos mais um trecho de *funk* ostentação e imagens que ilustram as reflexões.

*Imagina nós de megane, ou de 1.100
Invadindo os baile, não vai ter pra ninguém
Nosso bonde assim que vai
É euro, dólar e nota de 100
Nota de 100, nota de 100
Jamais vou me desfazer, dos parceiros que estão no dia-a-dia
O nosso bonde é esse, sintonia e correria
Só não quero do lado aqueles que são simpatia
São simpatia, tão todo dia, correria
Guerreiro to na luta vo na fé e assim que é
Dinheiro faz dinheiro, dinheiro chama mulher
Dinheiro da um lance, compra carro então já é*

*To de rolé, to de rolééé
 Mais se os manos são do bom, bota o puma disc que hoje tem baile
 To com cordão de ouro e vai no pulso um authblaint
 Cheroso pra caralho, to de armani ou de ferrariiii
 Quando subi no camarote, la vo encontrar os irmão da zona sul
 Na nossa mesa, so absolut e red bull
 To rodiado de mulher, rio de janeiro ta susu, ta susu, ta susu
 Quando eu desce pra outra balada, chego la
 Meu bonde e esse, pode cre
 E o bonde só dos loucos, é os loucos procede
 To desceno a 100 por hora, cheio de mulhé
 To de rolé, to de rolé, só tu vive. (MC Boy do Charmes – Megane, 2011).*

Figura 20 – MCs se ostentando



Fonte: VIOMUNDO, 2013.

Figura 21 – Reificação da mulher pelos funkeiros



Fonte: RIFF, 2013.

Ambas as apologias podem tanto contribuir para a consciência de classe dos jovens da classe subalterna, como podem estimular a busca pela reprodução

concreta, real da realidade imagética, fantasiosa que os cliques apresentam. A ostentação é real na vida dos funkeiros porque a demanda por shows, a venda das músicas, da imagem dos MCs rendem milhões para o mercado musical que explora o funk ostentação.

O lucro obtido possibilita aos músicos viverem luxuosamente, diferentemente do jovem da periferia que se coloca naquela mesma vida, mesmo não possuindo naquele momento, condições materiais para se ascender e se ostentar da mesma forma.

Esta desigualdade, daquele que supera as mazelas da pobreza e passa a viver da riqueza produzida pela indústria cultural para aquele que só admira a ascensão do outro, deseja o mesmo, mas não possui condições sequer de dar um primeiro passo é fruto da agressividade com a qual o sistema capitalista impera sobre as classes subalternas.

Funk ostentação é um resultado do próprio sistema capitalista, que diz o tempo todo (através da TV, das propagandas e tantos outros meios) que o bom é o cara que tem, que usa marca tal, que ‘as meninas gostam é de quem usa Nike’... Tem aspectos mais profundos e subjetivos: o olhar de reprovação de alguns diante de um “fudido” com roupas e calçados modestos; o dilema ser ‘honesto’ e viver com dificuldades financeiras ou entrar no ‘movimento’ para garantir um estilo de vida que o capitalismo diz que ele deve ter; enfim, a expectativa de uma vida melhor. Para alguns, a vida fudida ensinou que isso significa “ter” e não “ser”. Desenvolveremos num próximo texto este ponto. Bora ir refletindo. (RÁDIO DA JUVENTUDE, 2014).

O *funk* ostentação incomoda porque pobre, negro, de favela nunca teve o direito de se ostentar, de consumir bens materiais e se ascender com isso, segundo, claro, a lógica destrutiva e segregacionista do capital. O *funk* constrói em conjunto com a ideia de ostentação a subversão da população subalterna, pois provoca as outras classes sociais com as reproduções de vidas glamorosas como se pertencessem de fato a classe dominante.

A música sertaneja se ostenta, o pagode ostenta, o pop ostenta e por que só o *funk*, ou mesmo o rap ou *hip hop* são atacados com perjúrios, moralismos e julgamentos pré-concebidos? Ora, ninguém imaginava que a população das periferias um dia conquistaria este espaço, mesmo que simbólico, pois nem todos conseguem materializar no cotidiano o que a cultura da ostentação divulga para o público.

A cultura da ostentação através do *funk*:

[...] é cortina de fumaça para criar ruído na discussão, que neste caso em específico só revela uma única coisa; “a senzala sempre teve que ficar do lado de fora” – presenciar um jovem de periferia adentrar a casa grande (camarote) não dá! É este sentimento internalizado que provoca o incômodo, e este, é o ponto delicado, calcanhar de Aquiles que traz à tona, se discutido, toda uma sociedade enterrada em preconceito, em ódio mesmo, e pela defesa de privilégios. Por isso, este enorme incômodo maquiado. (RÁDIO DA JUVENTUDE, 2014).

Por mais que há os prós e os contras na cultura da ostentação, é importante problematizar a questão e desconstruir a representação negativa desta cultura, pois esta tem contribuído ainda mais com a segregação e o preconceito de classe social.

A cultura musical deve ser considerada no teor das políticas sociais dos jovens em seus territórios de sociabilidade, como símbolo de manifestação popular, revolta, resistência ao sistema e à cultura branca elitista, aderência à criminalidade ou mesmo diversão, para assim, iniciar o processo de desconstrução de estigmas e reconstruir o valor da cultura de periferia para seus moradores e para as demais classes sociais.

Fenômeno associado a esta cultura, é a assimilação desta pela elite. Esta tem se apropriado da musicalidade das classes pobres, como é possível observar em festas e sons de carros de luxo que circulam pelas ruas das pequenas, médias e grandes cidades ostentando-se pela sociedade. A música da periferia se despolitiza a partir do momento que se torna mercadoria com o acesso daqueles que não sentem na pele a segregação, o preconceito e a discriminação.

Infer-se que o Brasil assumiu a postura de nação preconceituosa, deixando a máscara da cordialidade cair por terra, fazendo assim transparecer o repúdio pelas classes pobres, principalmente pelos seus jovens, brancos, negros, trabalhadores, desempregados, estudantes, evadidos das escolas, com vida dentro da lei e outros envolvidos em atos infracionais. O acesso da juventude pobre em espaços hegemonicamente brancos e elitistas faz com que este preconceito se concretize mais, pois o respeito às classes pobres e a aceitação em face da diversidade sociocultural, racial e econômica discorria enquanto estes, subalternizados, viviam limitados nos territórios periféricos.

A criminalização do jovem por ser pobre e de periferia, sua expressão cultural e suas formas de entretenimento estarreceram uma parcela da população, que identificou este jovem como perigo social e caso de polícia, prejudicando assim, o debate acerca dos direitos, das políticas públicas e da igualdade social neste país.

Pensa-se, que o Brasil vive uma contradição social, pois, é plural e diversificada em sua história étnica/racial e sociocultural. Porém exerce o preconceito segundo os valores morais estabelecidos ao longo da história. Vive-se um período de crise social, o qual fortalece a concepção de que dignidade e condição da pessoa como ser humano possuem, como critério de pertencimento social, a cor de pele e nível de classe social.

As classes mais abastadas inseridas em um sistema capitalista, com os seus mecanismos conservadores de julgar as pessoas, generalizam os moradores das comunidades pobres como sendo uma totalidade de pessoas que vivem ilegalmente, não aceitando a convivência com estes na sociedade capitalista. Fato recente foi a onda dos rolezinhos que desmascarou a cordialidade e aceitação da pluralidade brasileira, o qual ficou visível que a população branca, com maior poder aquisitivo desejam distância das classes pardas e negras, pobres, viventes em favelas e comunidades de periferia.

Observa-se através das reportagens e postagens divulgadas pelas mídias e pelas redes sociais, um clamor pela pena de morte, alguns “justiceiros⁵⁷” tomando a iniciativa de agir em nome da sociedade, agredindo as pessoas que cometem atos delitivos, críticas severas aos direitos humanos e levantamento da falsa ideia de que estes direitos protegem criminosos e desprotegem as “pessoas de bem”.

A cena contemporânea, baseada em toda esta dinâmica de preconceitos, desigualdades, violências, busca por justiça a qualquer preço e nos remete à ideia de que a banalização da vida e a individualidade que transcendem a vida em coletivo estão cada vez mais enraizadas na sociedade. A preocupação com o próximo está cada vez mais distante e o conformismo frente a todos os acontecimentos é mais corriqueiro.

Há um imenso desafio na questão voltada à mudança de mentalidades, pois a sociedade, tal como a conhecemos está se direcionando para um abismo onde os próprios humanos estão se autodestruindo a partir da visão de mundo e atitudes que aderiram para viverem no tempo presente.

⁵⁷ Denominação construída pelos veículos de comunicação para referenciar civis que agem no sentido de conter atos de violência e criminalidade, sem aporte da segurança pública. São pessoas que não acreditam ou não confiam na capacidade de segurança do policiamento na sociedade. As reportagens apresentadas recentemente apresentam civis amarrando suspeitos em postes, colocando-os e círculos com outros civis para atos de violência, enfim, acentuando a barbarização da vida humana. É evidente que o surgimento de justiceiros reflete a precarização da segurança pública que, militarizada, nivela a barbárie e não reduz os índices de violência pelo País.

4.2 A onda dos “rolezinhos” (2014) e a consolidação de estereótipos

Território paulistano, cujo nome origina do tupi e significa “pedra dura”, fundada em meados do Século XVII, bairro dormitório, espaço da colônia japonesa, alvo de um desenvolvimento industrial considerável, acolhedor de aproximadamente 204 mil habitantes, sede da abertura da Copa do Mundo de 2014, Itaquera ficou conhecida também por ser palco de um fenômeno sociocultural ocorrido nos últimos dias de 2013: os rolezinhos.

O espaço principal foi o Shopping Metrô Itaquera, que recebeu no dia 07/12/2013 cerca de 06 mil jovens, sendo a maioria adolescentes de 14 a 17 anos, que articulados via páginas de eventos e *fanpages*⁵⁸, ambas do *facebook*⁵⁹ promoveram o maior rolê já registrado. O combinado era ouvir *funk* ostentação⁶⁰, cantar, azarar as novinhas, consumir bens duráveis e alimentícios e se retirar.

Todavia, o impacto deste grande rolê foi reconfigurado pelo temor de lojistas, funcionários e consumidores que estavam no shopping no momento do rolezinho. Segundo informações de Ribeiro et al. (2014), o evento foi organizado para ocorrer no estacionamento do Shopping, todavia, com a atitude coercitiva e repreensiva da segurança do estabelecimento, os jovens adentraram ao espaço e iniciou a confusão, onde todo o público que não estava participando do evento considerou aquela aglomeração rápida como ato de arrastão, tumulto e vandalismo, situações estas que, de fato, não ocorreram.

A organização dos rolezinhos se dá da seguinte forma: um (a) jovem cria o evento na página do *facebook* e convida seus amigos (as) e seguidores (as) para aderirem ao mesmo; se o (a) jovem for popular na rede, as chances do evento ser um

⁵⁸ Comunidades virtuais que se caracterizam por apresentar identidade específica, como gosto musical, pessoal, fã clubes e outras atividades diversas. Estas *fanpages* são curtidas e São espaços que visam discutir as opiniões das pessoas sobre o tema central daquela página.

⁵⁹ Facebook é uma rede social lançada em 2004. O Facebook foi fundado por Mark Zuckerberg, Eduardo Saverin, Andrew McCollum, Dustin Moskovitz e Chris Hughes, estudantes da Universidade Harvard. Este termo é composto por face (que significa cara em português) e book (que significa livro), o que indica que a tradução literal de facebook pode ser “livro de caras”. O Facebook é gratuito para os usuários e gera receita proveniente de publicidade, incluindo banners e grupos patrocinados. Os usuários criam perfis que contêm fotos e listas de interesses pessoais, trocando mensagens privadas e públicas entre si e participantes de grupos de amigos. A visualização de dados detalhados dos membros é restrita para membros de uma mesma rede ou amigos confirmados, ou pode ser livre para qualquer um (SIGNIFICADOS, 2015b).

⁶⁰ Vertente paulista da música carioca, este gênero poetiza e exalta a temática do consumo, das marcas de grife, bens de alto custo e a relação destas no cotidiano de jovens das periferias, que se apresentam com pompa e luxo, na busca por status, pertencimento e reconhecimento social.

sucesso serão maiores. Geralmente, outro (a) jovem é convidado para exercer o papel de *promoter*⁶¹, sendo que o critério principal é possuir popularidade no facebook. O local é definido e assim, o evento é realizado. O intuito dos jovens, segundo matéria da revista Época de janeiro de 2014, é tirar fotos com os ídolos⁶², paquerar, cantar, beijar na boca, consumir e claro, se ostentar.

O término do evento se dá na rede social, pois lá, será divulgado o impacto do rolezinho, com a postagem de fotos dos “rolezeiros”⁶³ e seus ídolos, visando ganhar maior popularidade na rede. Nada mais natural entre estes jovens, que, nascidos na geração do consumo e das tecnologias de informação e comunicação, buscam formas alternativas de sociabilidade que são em vários casos dificultados pela situação de pobreza e segregação aos quais estão expostos.

Em entrevista dada à Revista Época, o antropólogo da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), Alexandre Barbosa Pereira afirma que “[...] os jovens têm um anseio muito grande por visibilidade e expressão.” (RIBEIRO et al., 2014, p. 2). Infere-se que as dificuldades da juventude subalterna em obter visibilidade na sociedade capitalista contemporânea contribui na busca por estratégias para conquistarem o pertencimento social que tanto almejam, configurando assim, suas identidades.

É possível destacar que a adolescência é a fase em que os seres humanos começam a construir o conhecimento de si, do mundo em que vivem, das perspectivas futuras, das pessoas que os cercam. Considerando a lógica da ostentação e da popularidade com vistas à visibilidade e expressão social, os jovens aderem à modismos que vão nortear o processo de formatação das suas identidades.

Destacando a reflexão de Bauman (2013), afirma-se que a prática do consumo interfere nas manifestações culturais, sendo que a apropriação de bens materiais auxilia a pessoa a se apresentar no seu grupo de sociabilidade. O consumo infere na formação social da pessoa e dita as regras para o desenvolvimento cultural, exigindo das pessoas, principalmente dos jovens, a variação de identidade para adequarem-se à moda atual.

⁶¹ É a pessoa que promove o evento, faz a sua divulgação.

⁶² Os ídolos dos “rolezeiros” também são jovens que vivem em comunidades das periferias, que ganham popularidade mediante postagens de vídeos caseiros na internet, usam roupas de grifes, possuem estética corporal atraente, se embelezam através das caras e bocas em fotos que são postadas, curtidas e compartilhadas nas redes sociais, enfim, são jovens que criam e ditam moda nos territórios periféricos.

⁶³ Nome atribuído ao grupo de jovens que frequentam os rolezinhos.

A cultura plenamente abrangente dos nossos dias exige que se adquira a aptidão para mudar de identidade (ou pelo menos sua manifestação pública) com tanta frequência, rapidez e eficiência quanto se muda de camisa ou de meias. Por um preço módico, ou nem tanto, o mercado de consumo vai ajudá-lo na aquisição dessas habilidades, em obediência à recomendação da cultura. (BAUMAN, 2013, p. 28).

Assim, como estratégia para seguirem a cultura vigente, os jovens utilizam da ostentação, buscando de todas as formas, meios para pertencerem à sociedade, conquistar a visibilidade esperada, mesmo que estas choquem a sociedade, como ocorreu nos rolezinhos. Nas palavras de Bourdieu (1989), estas estratégias são formas sociais que surgem através de um viés macrossocial, global e atinge significativamente e de diversas modalidades, grupos específicos.

Grande é o impacto do capitalismo na vida dos jovens mais pobres, que o lugar escolhido propositalmente por estes são os shoppings *centers*, conhecidos como os templos do consumo ostensivo. O fator preocupante foi o tipo de acolhida destes templos frente os jovens rolezeiros. A visão gerida foi a de um público que deveria permanecer no seu “habitat natural”, ou seja, nas periferias. A sensação de deslocamento e de segregação não incomodou este público e mesmo com o preconceito, manteve-se firme na dimensão ostensiva e chocante das suas presenças naqueles estabelecimentos.

Diante de um simples rolezinho, a monumental empáfia das caixas-fortes do fetichismo se desfaz como fumaça. As torres inexpugnáveis, os caixotões de concreto armado, vigas de aço e vidro blindado, as fortalezas ultravigiadas que acomodam as grifes mais caras – e as mais bregas também – prometem segurança total aos clientes, mas não têm defesa contra meninos e meninas que, mesmo sem nadar em dinheiro, trafegam de cabeça erguida pelas galerias que existiriam para sentenciar sua exclusão. (BUCCI, 2014, p. 2).

Os rolezinhos seriam um espaço para ostentação, diversão e azaração se não fosse a ação repreensiva da segurança pública, as solicitações de liminares no judiciário visando impedir a realização dos eventos. A mídia televisiva, virtual e impressa noticiou uma série de situações que geraram polêmicas. Houve situações em que a polícia militar agiu com violência, disparando balas de borracha, agressões físicas e a privação destes jovens em exercer o direito ao entretenimento nos estabelecimentos escolhidos.

A colocação de seguranças nas portas dos shoppings solicitando documentação dos consumidores jovens, as liminares solicitadas por alguns empresários de shoppings, o deferimento de algumas liminares por juízes de direito, a criminalização dos rolezinhos através da retirada de comunidades específicas ao evento das redes sociais, a proibição de associar marcas famosas aos *funks*, retirando videocliques da rede (NUNOMURA; SANCHES, 2014) geraram revoltas e indignações frente os jovens e outros cidadãos.

Os termos *apartheid* sociocultural, racismo, preconceito de classe social, a relação entre escalas de cores (referenciando tonalidades de cor de pele) com a sociabilidade e cidadania e a expressão “rolezinho na biblioteca ninguém promove” tomaram conta das redes sociais que movimentaram dezenas de manifestações favoráveis e contrárias à nova onda de entretenimento.

Os favoráveis defenderam o direito de reunião, de manifestação pública, de ir e vir, discordando da ideia de que os shoppings são propriedades privadas, pois têm direcionamento público; outros, contrários ao fenômeno defenderam o shopping como propriedade privada com finalidade única, frisaram o direito ao exercício do trabalho e atribuindo aos rolezinhos como atos de vandalismo.

Neitsch (2014) desenvolve uma reflexão quanto à legalidade dos rolezinhos. Destaca em seu artigo que não há amparo legal que prive jovens em promover reuniões em locais públicos. A discussão aponta sobre a concepção de público e privado em relação aos shoppings *centers*. Este em sua essência constitui-se em um espaço privado, porém de usufruto público, já que constitui local para consumo e entretenimento, sem restrição de público alvo, ou seja, todas as pessoas, sem qualquer exceção podem reunir-se nestes espaços para socializarem.

A leitura da referida autora esclarece que não existem formas de privar grupos específicos de adentrar em espaços comerciais e que qualquer circunstância contrária poderá acarretar em solicitação de indenização por discriminação. Fica nítido que o ordenamento jurídico deve legislar frente os atos de vandalismo, violência e criminalidade que possam surgir em movimentos desta natureza. O impedimento frente ao lazer dos jovens, como ocorreu nos discursos populares e liminares judiciais não podem ser alvos de represálias legais, pois não há ilegalidade em organizar eventos via redes sociais e realizá-los seja aonde for.

Esta dissertação localizou decisões judiciais favoráveis e contrárias frente a prática dos rolezinhos. A primeira, referendada pelo Juiz de Direito do Foro de

Itaquera, o Sr. Carlos Alexandre Bottcher, especifica a petição do Consórcio Shopping Metrô Itaquera que registra que um grupo de pessoas, sem personalidade jurídica, conclama em redes sociais várias pessoas para se manifestarem em locais privados e públicos e que este público é de **difícil identificação**.

O requerente da petição ainda se baseou em atos delitivos ocorridos aleatoriamente durante o primeiro rolezinho de dezembro de 2013. Estes atos não estavam previstos pelos organizadores do evento, havendo neste caso, um aproveitamento da situação, da aglomeração de pessoas, para os delitos.

Pois bem, a justificativa do referido M.M. Juiz apresenta a seguinte assertiva:

Ora, o direito constitucional de reunião não pode servir de subterfúgio para a prática de atos de vandalismo e algazarra em espaços públicos e privados, colocando em risco a incolumidade dos frequentadores do local e a propriedade privada. Ademais, a própria Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso XVI, prevê a natureza pacífica do direito de reunião e a exigência de prévio aviso à autoridade competente, o que não se vislumbra no presente caso. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2013, p. 1).

O referido magistrado pautou-se em atitudes aleatórias para analisar generalizadamente todo um grupo de jovens que se reuniram, até então de forma pacífica para o lazer. Conforme já destacado, observa-se que a organização geral do rolezinho não previu em nenhum momento atos de criminalidade.

A decisão judicial determinou uma medida liminar de ato proibitório, que não vetou a realização dos rolezinhos agendados após 07/12/2013, mas referendou orientações para a manutenção da urbanidade e civilidade no estabelecimento. Assim ficou claro que a medida veio determinar:

A expedição de mandado proibitório a fim de que os réus, seus representantes ou indivíduos a serem identificados no momento do cumprimento, se abstenham de praticar atos: a) que impliquem ameaça à segurança dos frequentadores e funcionários do Shopping Center, assim como de seu patrimônio, tais como tumultos, algazarras, correrias, arrastões, delitos, brigas, rixas, utilização de equipamentos de som em altos volumes, vandalismo, etc.; b) que interfiram no funcionamento regular do Shopping Center e que fujam dos parâmetros razoáveis de urbanidade e civilidade; c) manifestações, de qualquer ordem, dentro do shopping, ilegais ou ofensivas aos presentes no local, sob pena de multa diária no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), caso descumpram o preceito. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2013, p. 2).

Observa-se uma visão que criminaliza o exercício dos jovens das classes subalternas em praticar o lazer e promover seus eventos da forma que desejarem. Houve uma generalização dos atos ocorridos simultaneamente (criminalidade e diversão) e os demais jovens, não envolvidos em atos infracionais, também tiveram que receber as orientações. Percebe-se uma clara criminalização da pobreza, da juventude pobre, da cultura da periferia, pois conforme Neitsch (2014) exemplifica analogicamente, nunca foi enviado a jovens de classe média alta de Curitiba, qualquer liminar que restringisse ou privasse-os de realizar seus famosos *réveillons* fora de época.

Já o Juiz de Direito do Foro de Campinas, o Sr. Herivelto Araújo Godoy, cita na decisão que o Condomínio Civil do Shopping Center Iguatemi Campinas, situado no interior do estado de São Paulo, requerente na petição afirma o agendamento do Rolezinho para a realização de um aniversário e que este evento aglomeraria um grande número de jovens e afirma que as finalidades nem sempre são bem definidas.

Julga improcedente deferir tal solicitação, pois não são encontrados requisitos que provem a ilegalidade e criminalidade do evento organizado. A compreensão do juiz referente ao evento demonstra a compreensão que a realização do rolezinho no Shopping Iguatemi Campinas seria usado como pretexto para práticas delitivas. Afirma também que não é possível considerar apenas as infrações cometidas em outros eventos já realizados em outras cidades como base de sustentação para deferimento de interdição proibitiva, já que também há o lado satisfatório dos eventos, que em sua finalidade e realização, atingiram o seu objetivo, que era o lazer.

O referido juiz ainda contrargumenta:

O movimento, que vem se verificando com alguma frequência em outros empreendimentos comerciais não visa expropriação ou posse de nada. Busca, isso sim, a realização de encontro de jovens em grande número, o que vem assustando, nem sempre com razão, comerciantes e frequentadores habituais desses locais. Com efeito, se é correto afirmar que distúrbios se verificaram em eventos semelhantes em outras cidades, também é cediço que muitos deles transcorreram de forma pacífica, sem a ocorrência de crimes, nada justificando o cerceamento prévio dos jovens. (TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO, 2014, p. 2).

A decisão final foi o indeferimento da medida liminar, porém determinou-se a cautela na realização do evento, oficiando a Polícia Militar (PM) a enviar efetivo para resguardar a segurança de todos os consumidores do shopping incluindo aí, os jovens rolezeiros, deixando clara a importância da Polícia Militar (PM) firmar compromisso de proteção dos próprios jovens que poderiam participar do rolezinho.

Não foi perceptível a visão preconceituosa e criminalizadora na leitura da decisão judicial do Foro de Campinas. O juiz mostrou visão sensata da questão tão polêmica e frisou que não é possível generalizar atitudes e movimentos sociais, pois cada situação representa fatos peculiares que devem ser analisados com cautela, pautando-se sempre pelas legislações vigentes, com destaque na Constituição Federal e no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Segundo o levantamento de processos de petições de interdições proibitórias realizado por Rover e Scocuglia (2014) no início do corrente ano, não houve nenhuma proibição de realização de rolezinhos nas Comarcas pesquisadas, sendo as de São Paulo e Rio de Janeiro, porém houve algumas restrições conforme processo exemplificado e analisado nesta pesquisa. Deixam claro que a visão técnica e jurídica frente os rolezinhos foram divergentes devido aos olhares singulares de cada juiz.

É nessa análise caso a caso que os juízes divergem. Em São Paulo, todos os juízes levaram em consideração o histórico dos encontros para tomar sua decisão. A diferença é que, enquanto alguns poucos entenderam que os casos de abusos como furtos e violência são fatos isolados, a maioria entendeu que os casos registrados justificam a liminar. Na argumentação, lembram que embora seja comércio destinado ao público em geral, os shoppings são pessoas jurídicas de direito privado, portanto, particular. (ROVER; SCOCUGLIA, 2014).

Fica claro que o rolezinho compreende em um evento legítimo e legal, quando promovido com fins de entretenimento ou manifestação pacífica, conforme preconiza os direitos fundamentais da Carta Magna de 1988.

É evidente que os rolezinhos se tornaram palco de intervenção da política partidária (ROSENFELD, 2014) frente à exclusão social do jovem, à inconstitucionalidade das liminares dos shoppings, à descaracterização dos rolés para uma visão de movimentos sociais organizados, ao discurso do preconceito racial e de classe, ora, quem disse que os rolezinhos também não comportaram jovens pobres brancos? Fucs (2014) esclarece que se os rolezinhos fossem movimentos ante classe

média alta, ante capitalismo e ante discriminações (classe e raça) não seriam promovidos em primeiro momento em shopping popular, como o Metrô Itaquera (São Paulo). Os jovens, em suas entrevistas em diversas revistas, portais da internet e televisão deixaram clara a intenção da diversão e da ostentação.

A criminalização dos rolezinhos abarca sim questões étnicas e raciais, porém, ataca com expressivo preconceito e discriminação, o pertencimento da juventude em estratos sociais inferiores, invisíveis nos templos do consumo e julgados quando adentram a estes, buscando visibilidade e igualdade no direito de consumir e usufruir aquilo que adquiriram. A polêmica se fez presente e forte porque o Brasil ainda é uma nação que discrimina as classes mais pobres, criminalizando-as e banalizando-as, atribuindo valorização aos membros da elite brasileira que possuem ideais higienistas e segregacionistas.

4.3 Territórios da pobreza e a sociabilidade⁶⁴ juvenil através das Redes Sociais

O processo histórico do desenvolvimento do modo de produção capitalista reconfigurou as dinâmicas sociais nos espaços de sociabilidade. A modernização do trabalho acentuou ao longo do tempo o crescimento das cidades e sua constante urbanização. Todavia, a urbanização das cidades não se desenvolveu de modo a garantir igualdade e justiça no seu acesso.

Desta forma, os territórios da pobreza, aqui referenciados, caracterizam os espaços de sociabilidade em terrenos segregados dos grandes centros e bairros, onde a movimentação do capitalismo discorre com maior expressão. É este sistema, representado pela classe dominante que desempenhou grande papel na urbanização das cidades e na sua consequente segregação da classe trabalhadora e da classe que compõe o exército industrial de reserva. Em outras palavras, a urbanização segmentou ricos e pobres, distanciando uns dos outros, garantindo o direito à cidade à elite. Para Harvey (2014), a classe dominante, representando a ordem do capital, domina as configurações das cidades, controlam a máquina estatal conforme o seu

⁶⁴ É o conjunto de relacionamentos que o indivíduo reúne em sua trajetória. Amigos, vizinhos, parentes fazem parte da sociabilidade de um jovem. Remete a relacionamentos lúdicos, que não têm propósito ou interesse material definidos; dizem respeito a uma esfera de atividades do ser humano no seu tempo livre, caracterizada pelo prazer e pelo estímulo agradável de se estar em companhia dos outros. Nos dias atuais, as redes digitais produzem novas experiências de sociabilidade (ABRAMO, 2014, p. 81). É diferente de socialização, que representa o processo de integração de um sujeito em um determinado círculo social.

interesse e rege a vida das demais classes na sociedade, interferindo nas suas características sociais, culturais, políticas, econômicas, estilo de vida, limitando o acesso destes nas cidades.

A reprodução do capital passa por processos de urbanização de inúmeras maneiras. Contudo, a urbanização do capital pressupõe a capacidade de o poder de classe capitalista dominar o processo urbano. Isso implica a dominação da classe capitalista não apenas sobre os aparelhos de Estado (em particular, as instâncias de poder estatal que administram e governam as condições sociais e infraestruturais nas estruturas territoriais), como também sobre populações inteiras – seus estilos de vida, sua capacidade de trabalho, seus valores culturais e políticos, suas visões de mundo. [...] A cidade e o processo urbano que a produz são, portanto, importantes esferas de luta política, social e de classe. (HARVEY, 2014, p. 133).

A urbanização desempenhou um papel crucial na absorção de excedentes de capital, e que o tem feito em escala geográfica cada vez maior, mas o preço de processos florescentes de destruição criativa que implicam a desapropriação das massas urbanas de todo e qualquer direito à cidade (HARVEY, 2014, p. 59).

Neste bojo, a produção da vida material, cujo objetivo é a transformação da natureza em bens de consumo através da atividade humana, implica, no estabelecimento de relações que vão além da produção. Marx (1979) verbaliza que as pessoas, ao desenvolverem atividades em conjunto, estabelecem relações sociais que vão interferir nos processos de trabalho.

A base material quando se transforma e evolui, altera também a condução das relações entre as pessoas, as condições de vida, considerando sempre o tempo histórico no qual estas relações se estabeleceram e se transformaram.

As relações sociais são inteiramente interligadas às forças produtivas. Adquirindo novas forças produtivas, os homens modificam o seu modo de produção, a maneira de ganhar a vida, modificam todas as relações sociais. O moinho a braço vos dará a sociedade com o suserano; o moinho a vapor, a sociedade com o capitalismo industrial. (MARX, 1985b).

A passagem do tempo e as mudanças societárias dos últimos séculos trouxeram novas formas de vinculação entre as pessoas nos espaços de trabalho. Observamos as relações de poder nos espaços, as explorações, opressões, a modernização dos espaços de socialização e sociabilidade com a criação de novos ambientes para interações e a constante e cada vez mais agressiva acentuação das

desigualdades sociais e a segregação da classe trabalhadora em territórios marginalizados e alheios às cidades.

Mais do que apenas um espaço natural, cartograficamente analisado pela geografia física, o território compreende em um espaço complexo, de constantes mudanças estruturais, culturais e sociais, espaço de produção e reprodução de relações sociais historicamente constituídas, arena de disputas, de jogos políticos, interesses, de desenvolvimento e de dificuldades.

O território é por si uma área geograficamente extensa ou restrita, onde o capital e a lógica do mercado (KOGA; ALVES, 2010) produzem e reproduzem desigualdades, bem como a formação de espaços ricos, pobres e miseráveis, sendo os dois últimos excluídos da sociedade global.

O espaço é um verdadeiro campo de forças cuja formação é desigual. Eis a razão pela qual a evolução espacial não se apresenta de igual forma em todos os lugares (SANTOS, M., 1978, p.122).

Milton Santos afirma que o território quando utilizado pela população cria o espaço, dualmente subordinado/subordinante, que mesmo refém de leis maiores dispõe também de autonomia. Afirma ainda que o espaço é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, [...] o espaço evolui pelo movimento da sociedade total (SANTOS, M., 1978, p. 171).

Koga e Alves (2010) dizem que o território tem plena relação com a dinâmica cotidiana da população, pois o contexto e suas características permitem a construção de histórias que seguirão diversos caminhos, sendo impossível afirmar que existe sociedade “a-espacial”.

Dessa forma, o espaço deve ser considerado em sua totalidade, compreendendo as diversas formas de demarcar os territórios, sejam por bairros, distritos, municípios, microrregião, macrorregião, estado, país ou continente. O que se sabe é que as transformações, por mais globais que sejam afetam diretamente os demais espaços.

As vulnerabilidades decorrentes de situações de risco social e pessoal marcam o que conhecemos por expressões da questão social. O desenvolvimento urbano, inovações tecnológicas, precariedade na mão de obra do trabalhador, aumento da pobreza, criminalidade e segregação das chamadas massas populares redesenhou nos espaços urbanos regiões de moradia onde aparentemente existe a dificuldade do acesso a bens, serviços e direitos que propiciem o empoderamento de

famílias e indivíduos frente suas realidades. Diante desta caracterização, os territórios de pobreza, comumente formatados em bairros distantes dos centros das cidades ou pelas favelas, são popularmente conhecidos como *quebradas* ou *pedaços*.

Sobre o bairro e pedaço, Pereira (2010), afirma que: “[...] quem é do *pedaço* conhece as regras do local e sente-se protegido por uma ‘particular rede de relações que combina laços de parentesco, vizinhança, procedência’.” (MAGNANI, 1998: 115 apud PEREIRA, 2010, p. 55, grifo do autor).

Apresenta-se o bairro da periferia como um espaço de socialidade e de relações importantes e, ao mesmo tempo, como um lugar de hostilidades e perigos, principalmente para quem não pertence a ele ou não conhece suas regras (PEREIRA, 2010, p. 55).

Sobre a quebrada, o autor diz que:

A noção de *quebrada* tanto pode remeter a um conjunto de relações supostamente comunitárias e percebidas como positivas, como pode ser vista também a partir de certos marcos, inicialmente negativos, que se referem a um bairro pobre da periferia, com altos índices de violência e carências estruturais. Além disso, a *quebrada* configuraria um lugar marcado por certas normas de conduta a serem respeitadas, como não agir com arrogância ou de maneira desleal. (PEREIRA, 2010, p. 55, grifo do autor).

A acentuação da pobreza e as desigualdades sociais e territoriais apresentam um nivelamento histórico, pois, segundo Milton Santos (2001) cada período da história do Brasil retrata um desenvolvimento em cada realidade que se manifesta de acordo com o seu contexto.

Complementando a visão de Milton Santos (2001) e concordando com Yazbek (2009), a pobreza pode ser configurada pela banalização dos problemas sociais e a naturalização em que a pobreza, a miséria e a violência urbana são demonstradas por parcelas da sociedade, dificultando assim o enfrentamento da questão social.

“O fato de a presença dos “pobres” em nossa sociedade ser vista como natural e banal (FALCÃO, 1989) despolitiza o enfrentamento da questão e coloca os que vivem a experiência da pobreza num lugar social que se define pela exclusão.” (YAZBEK, 2009, p. 73).

Maria Carmelita Yazbek (2009, p. 73) aborda a pobreza, as condições de moradia e os sujeitos das classes pobres através da categoria gramsciana

subalternidade. A autora aprofunda seus estudos demonstrando que a pobreza vai além das condições de moradia, rentabilidade e emprego. A pobreza e suas características convertem-se em “experiências da desqualificação”, de crenças, hábitos, comportamentos e formas de expressão. São manifestações negativas de uma classe que é visualizada com preconceito, onde ser pobre é ser mal educado, primitivo, deselegante.

Marques (2010, p. 31-32) ainda afirma que:

A existência da nova pobreza urbana decorre não mais da ausência de desenvolvimento, mas justamente do dinamismo econômico do capitalismo contemporâneo em suas versões mais avançadas. Além disso, está associada a um novo fenômeno nas grandes cidades de todo o mundo – o hipergueto – que por sua vez está relacionado ao aumento das desigualdades e à dualização do mercado de trabalho, pela retração do estado de bem-estar, a crescente concentração da pobreza e a associação dos seus espaços a estigmas territoriais ligados à violência, enquadrada pelo Estado sob a lógica da penalização.

Expressões como a violência, a miséria, racismo, criminalização da pobreza, dentre tantas outras acentuam, segundo Marques (2010), o território de pobreza como espaço de isolamento completo ou, nos dizeres de Wacquant (2001) como o espaço de exílio social. Famílias e indivíduos se concentram nestes espaços, possuindo dificuldades de se socializarem além destes territórios, devido às precárias condições de mobilidade e pelo incômodo que a pobreza causa quando frequentam espaços elitizados. “Não é apenas a segregação que especifica o acesso desigual, mas também (e ao mesmo tempo) a desigualdade de acesso que especifica e reproduz a segregação.” (MARQUES, 2010, p. 35).

Cabe considerar o território como um espaço de múltiplas características socioeconômicas, socioculturais e socioambientais, sendo complexo em suas diversidades sejam elas sexuais, religiosas, étnicas, raciais, econômicas, etárias que trazem à tona a importância do debate frente às políticas sociais que atendam de fato e de forma digna, humana e política os interesses da diversidade populacional em todas as suas características, principalmente no tocante ao exercício pleno da cidadania.

A cidadania tem relação direta com a territorialidade, pois no espaço de vivência e convivência, a pessoa exercerá ativo papel de cidadão (KOGA, 2011) concordando ou confrontando com o sistema, que rege seu cotidiano compreendendo

que ser cidadão no mundo globalizado, requer viver sob a lógica global, sendo simultaneamente, um cidadão do país e do mundo (SANTOS, M., 2001). Esta cidadania global e local diversifica ainda mais o território que multiplica suas características.

Os territórios focados neste trabalho são aqueles demarcados pela desigualdade e exclusão social, repletos de vulnerabilidades de variadas naturezas. O problema central é que se fala atualmente em pobreza apenas pela baixa rentabilidade da população. Sabe-se e concordando com Inácio e Mandelbaum (2011) que a compreensão da pobreza não se restringe à falta de renda, e sim à falta de acesso a serviços, ao mercado de trabalho, violências, drogadição, infraestrutura arquitetônica das moradias e do espaço e saneamento básico.

A sociedade de classes vive cada vez mais segregada uma da outra. O respeito entre classes só existe enquanto um avança o território alheio. Quando a classe trabalhadora busca a garantia do seu acesso a outros espaços, a intolerância, a discriminação e o preconceito vêm com força destrutiva.

Esta força impacta a construção e consolidação das relações sociais entre os adolescentes, que, sem condições de usufruírem dos territórios, acabam se concentrando num único espaço, ainda precários, sem o mínimo de condições para entretenimento e sociabilidade, ou ainda, se submetem às relações virtuais que as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) cada vez mais modernas proporcionam para as gerações.

Distantes do direito à cidade, privados da visibilidade e pertencimento social via relações humanas no plano real, adolescentes da classe trabalhadora recorrem aos ciberespaços para formatarem relacionamentos interpessoais e conquistarem a visibilidade e o pertencimento nos territórios virtuais, configurando assim as relações digitais.

Abramo (2014, p. 79) afirma que há uma singularidade nas sociabilidades juvenis mediadas por tecnologias. Destaca que estas se

[...] conjugam como espaços geográficos e eletrônicos, convivências e televivências, realidade contígua e telerrealidade, o local e o global. Contudo, os debates atuais sobre as relações entre cultura e tecnologia chegam, na maioria das vezes, a conclusões polarizadas.

Ainda se reportando à autora, é possível verbalizar que as relações humanas nos territórios virtuais também podem ser alvo de segregações ou mesmo exclusões sociais, acentuando as desigualdades. Esta assertiva pode ser exemplificada pelas condições de acesso aos recursos tecnológicos, considerando a qualidade do serviço prestado para acesso à internet, custo para aquisição de computadores, notebooks, tablets ou similares, conhecimento para manuseio e domínio destas tecnologias e mínimo de conhecimento educacional para leitura, compreensão e escrita para conduzir as relações via ciberespaço.

A expansão das redes digitais se depara com realidades econômicas e sociais diferenciadas. Vários autores chamam a atenção para os fortes obstáculos para a posse e a utilização de computadores e internet, entre os quais se destacam: o nível de renda e a escolarização; o pouco contato com pessoas que utilizam essas tecnologias (MAIGRET, 2010); as assimetrias na disponibilidade de equipamentos para conexão (tais como computador, modem etc.) e na infraestrutura de conexão (SILVEIRA, 2008; SORJ, 2008). (ABRAMO, 2014, p. 83).

Por outro lado, a sociabilidade virtual configura novas identidades entre os jovens, ampliando o círculo de contatos para territórios além dos seus bairros, região, município, estado ou mesmo do país, possibilitando novas formas de relacionamento com outros jovens de outras localidades, hábitos e culturas até então desconhecidas.

O estabelecimento do vínculo se dá pelos interesses compartilhados nas suas Redes Sociais^{65 66}, podem ser fotos de alguma balada, preferências musicais, filmes, literatura, região de moradia, ambiente escolar, páginas em que o jovem curte algo que curte ou detesta, amigos em comum, comentários ou *likes*⁶⁷ chamaram a atenção, dentre outros aspectos.

⁶⁵ É uma estrutura social composta por pessoas ou organizações, conectadas por um ou vários tipos de relações, que partilham valores e objetivos comuns. Uma das características fundamentais na definição das redes é a sua abertura e porosidade, possibilitando relacionamentos horizontais e não hierárquicos entre os participantes. Redes não são, portanto, apenas uma outra forma de estrutura, mas quase uma não estrutura, no sentido de que parte de sua força está na habilidade de se fazer e desfazer rapidamente (ABRAMO, 2014, p. 84).

⁶⁶ Atualmente as Redes Sociais mais conhecidas são: *Facebook, Instagram, Youtube, Google+, WhatsApp, Tumblr, Twitter*, dentre outras. Além das Redes Sociais, atualmente, é possível realizar o *download* de aplicativos específicos para relacionamentos, com cobertura para jovens, adultos e pessoas idosas, independente da orientação sexual ou outra característica. Todos tem espaço garantido na web, todavia, este não se efetiva de forma igualitária por razões diversas.

⁶⁷ *Like* é o mesmo que curtida. Representa que você se interessou e gostou de alguma postagem publicada em alguma rede social. O *like* é utilizado no *facebook*, em outras redes, as curtidas recebem outras denominações.

A sociabilidade que não foi consolidada ou que se mostra fragilizada e restrita no plano real, se constitui e se fortalece no contexto virtual, onde cada jovem em contato com outras pessoas sejam da mesma faixa etária ou não, se representam de diversas formas, e, em muitos casos, sob uma identidade construída para uma socialização digital, abstraindo-se da realidade posta, vivendo uma segunda identidade em outra esfera.

Dados do Centro Regional de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação (CETIC.br), do Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br) de 2014 inferem sobre o aumento do número de adolescentes brasileiros no acesso que acessam a internet e se estabelecem em redes sociais para as relações digitais.

A pesquisa, intitulada *TIC Kids Online 2013* (CENTRO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO; NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR, 2013), apresenta vários indicadores, e, para o presente estudo, optamos por selecionar dados que mais se relacionam com a temática em tela, considerando os adolescentes divididos por classes sociais, conforme a plataforma de dados da pesquisa permitiu escolher. A pesquisa foi realizada em 2013, em todo território nacional. Foram entrevistados 2261 jovens de 09 à 17 anos de idade.

Para esta pesquisa, selecionamos alguns indicadores para somar às reflexões do tema proposto, sendo eles: tipos de equipamentos utilizados para acessar a internet, frequência de uso da internet para enviar mensagens, postagens de fotos ou vídeos, acesso às redes sociais, perfil em uma ou mais redes sociais, redes sociais mais acessadas, informações pessoais compartilhadas nas redes sociais e acesso às propagandas difundidas pelas redes sociais.

Dos 2.261 entrevistados, 77% usufruem da internet no Brasil a partir de algum equipamento. Destes, 49% fazem uso dos mesmos a partir dos telefones celulares. Sobre a distribuição geográfica dos jovens internautas entrevistados, 87% estão concentrados na região sul, 86% na região sudeste, 81% na região centro-oeste, 68% na região nordeste e 54% na região norte. Reparem que nas regiões de maiores índices de pobreza e de menor desenvolvimento, reduz o quantitativo de usuários da internet.

Sobre o acesso em Redes Sociais com perfil próprio (que revela a verdadeira identidade), a pesquisa analisada sinaliza que entre os jovens

entrevistados das classes AB, 86% possuem perfil próprio na Rede que mais utiliza. Estes dados alteram para a classe C, que apresenta 78% dos entrevistados com perfil próprio e 67% para os jovens das classes DE.

Em 2012, 43% dos jovens entrevistados utilizaram o *Facebook* como rede social principal e 27% usufruíam do *Orkut*. Em 2013 estes dados mudam, sendo que o uso da rede social *Facebook* eleva para 77%, enquanto o índice de acesso do *Orkut* cai para 1%. Cabe destacar que o *Orkut* foi extinto em setembro de 2014. Sobre os equipamentos mais utilizados pela faixa etária, é possível a tabela a seguir:

Tabela 12 – Tipos de Equipamentos utilizados para acessar a internet

		A1 - PROPORÇÃO DE CRIANÇAS/ADOLESCENTES, POR TIPOS DE EQUIPAMENTOS UTILIZADOS PARA ACESSAR A INTERNET					
		Percentual sobre o total de usuários de Internet de 9 a 17 anos					
		Um computador de mesa, PC, desktop	Um celular para navegar na Internet	Um laptop, notebook, netbook	Usa Tablets para navegar na Internet	Usa um videogame, como o PlayStation para navegar na Internet	Usa uma televisão para navegar na Internet
Total		71	53	41	16	11	03
Classe Social	AB	79	61	58	35	18	06
	C	65	49	38	08	07	02
	DE	76	47	11	04	04	00

Fonte: Centro de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação; Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2013, adaptado por Thiago Rodrigo da Silva (2015).

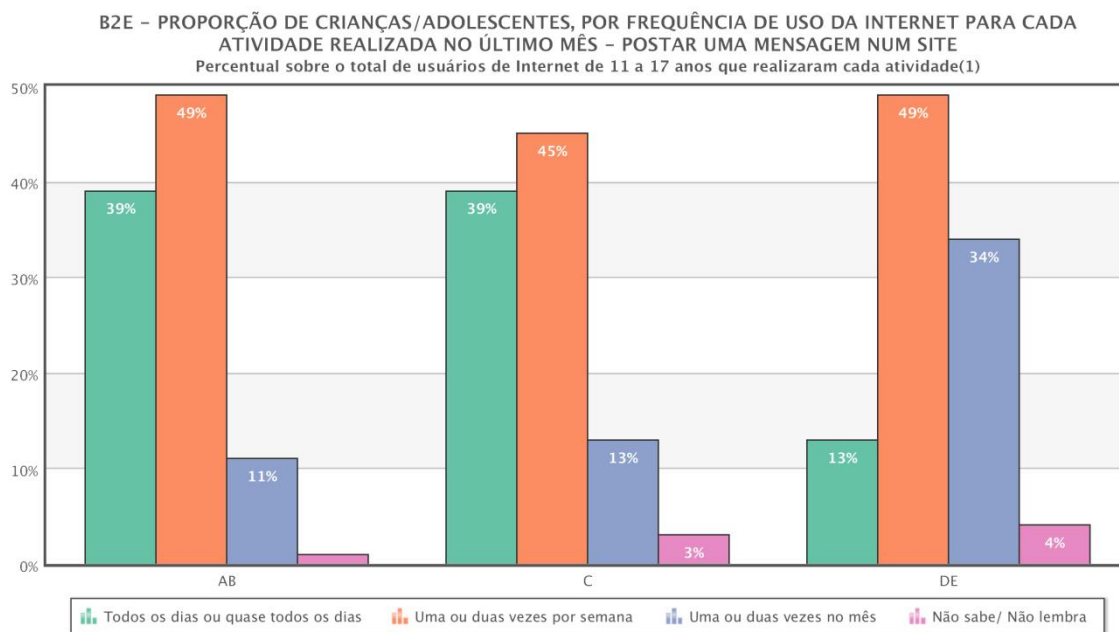
Os dados revelam que, a maioria dos entrevistados, independentemente da classe social pertencente apresente um equipamento para acesso à internet. Obviamente que possuir um equipamento não garante o acesso de qualidade.

A ampliação do acesso ao consumo, resultantes das estratégias do capitalismo para atrair a maior parcela possível da população aos bens de consumo (promoções, “saldões”, longos parcelamentos, descontos para pagamentos à vista, barateamento devido à ampliação da concorrência entre marcas) influenciaram neste percentual de crianças e adolescentes que possuem meios diversos de acesso à internet.

Atualmente, é possível afirmar que as crianças e adolescentes da classe trabalhadora possui amplo acesso às TIC's e estes espaços devem ser estimulados

para o desenvolvimento social, educacional e intelectual destes jovens, atentando-se sempre para os cuidados necessários ao verificar a utilidade da internet para este público, conforme observaremos nos gráficos a seguir.

Gráfico 12 – Uso da internet para postagem de mensagem num site



Percentual sobre o total de usuários de Internet de 11 a 17 anos que realizaram cada atividade
 (1) Base: 875 usuários de Internet de 11 a 17 anos que colocaram/postaram uma mensagem numa página na Internet.
 Fonte: Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br).

Fonte: Centro de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação; Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2013.

A sociabilidade de crianças e adolescentes nas Redes Sociais está cada vez mais proporcional entre as classes sociais, demonstrando não haver distinção ou desigualdade no acesso a elas. Todavia, este acesso não garante que a qualidade da conexão e a qualidade dos vínculos estabelecidos entre os membros das Redes Sociais estejam igualmente associadas.

Observa-se que, segundo os gráficos, diariamente ou quase todos os dias, parcela significativa das crianças e adolescentes das classes AB, C, DE acessam as Redes Sociais para compartilharem uma mensagem escrita. Pontos preocupantes podem ser destacados no conteúdo das mensagens postadas ou mesmo na qualidade da redação destes jovens internautas.

Comparando os dados da referida pesquisa com os sujeitos deste estudo, afirma-se que todos os entrevistados acessam regularmente as redes sociais, sendo o *facebook*, a rede mais utilizada. O sujeito **A1**, por exemplo, disse que, não via o

momento de sair da medida socioeducativa de internação para voltar a usufruir das ferramentas das redes sociais. Os demais adolescentes (**A2**, **A3**, **A4** e **A5**) disseram que gostam das redes, devido à popularidade que se conquista no ciberespaço (grifos nossos).

Para os sujeitos da presente dissertação, as relações sociais no plano real também são importantes. Durante as entrevistas eles afirmaram que mantém vínculos com outros jovens e adultos nos seus territórios, sendo que, alguns deles, acessam mais pontos da cidade do que os outros.

Baile funk, aqui em Batatais tem, lá na ProArte, várias fitas aí; na Princesa, na praça, lá não tem baile, mas tem gente; San Gennaro, daí a gente cola nesses lugar, tipo quermesse, a gente vai (A1).

Eu moro na Vila Lúcia. Só conheço o povo do meu bairro, não conheço a cidade direito. Nasci aqui, mas não andar muito pela cidade (A2).

Eu tenho amigos da minha idade, tenho mais contato com a minha família e conheço pessoas de outros bairros também. Tenho amigas também, mas não tenho paqueras (A3).

São poucas amigas que eu tenho, são apenas 03 amigas que eu tenho, fora a minha família. São pessoas mais velhas, da minha idade, algumas são do meu bairro ou de outro bairro (A4).

Ah, eu moro lá no Salim Jorge Mansur (Conjunto Habitacional), tipo, eu tenho mais amizade com os muleque mesmo, com os meus irmãos (A5).

O pertencimento de classe não pode ser pretexto para desqualificar uma criança ou adolescente que apresenta dificuldades de aprendizagem e ainda busca sociabilidade digital por meio da escrita. O que se observa navegando nas redes é uma grande dificuldade de escrita – gramática, ortografia, coesão, coerência, pontuação, dentre outros aspectos, por estes mesmos jovens, independente da classe social a qual pertencem.

Carmo (2000) questiona se as Redes Sociais podem ou não contribuir para o desenvolvimento intelectual dos jovens, considerando que as longas horas de navegação reduzem os hábitos de leitura pelos jovens, que dedicam estas horas em bate-papos ou compartilhamento de imagens, fotos pessoais ou vídeos nas Redes Sociais.

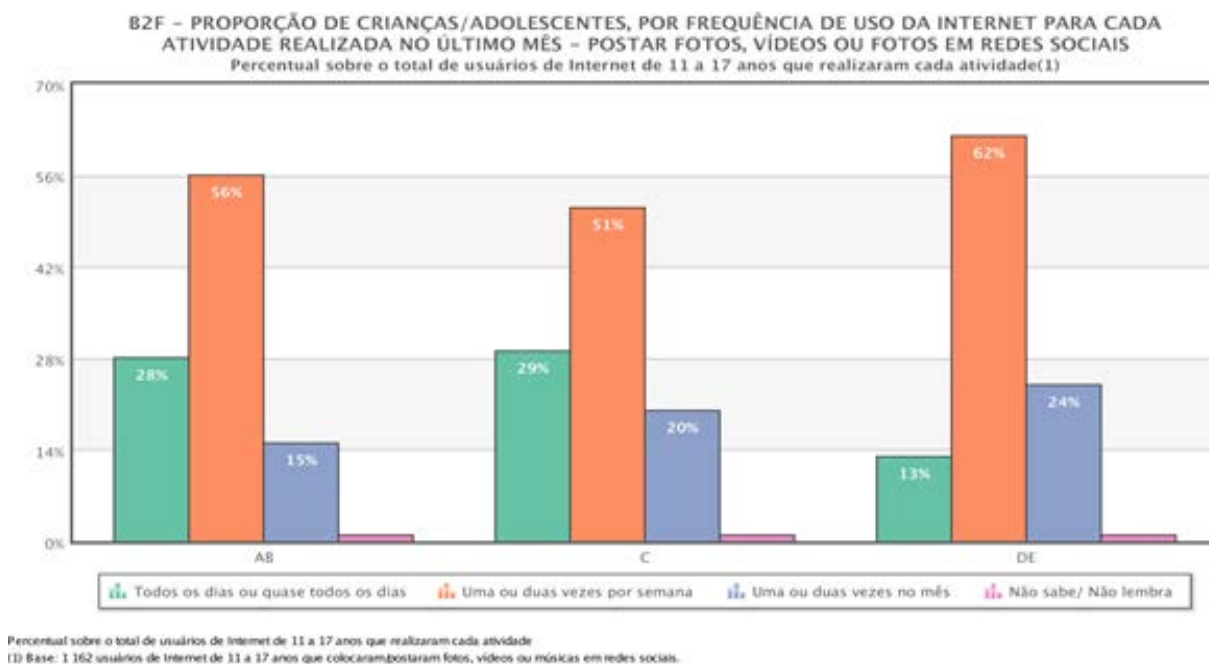
[...] na maioria das vezes, as redes sociais se resumem a conversas que reproduzem a fofoca comentada no colégio e pouco acrescentam no desenvolvimento intelectual de seus usuários. A motivação para escrever *blogs* é falar de si mesmos, bisbilhotar vidas alheias e se expor, como nunca antes ocorreu na história, à revelia de toda a informação disponível *on-line*. (CARMO, 2000, p. 268).

Mencionando as características ou situações que unem os jovens nos círculos sociovirtuais, os gráficos a seguir, apontam o tempo de navegação para o acesso a uma ou mais redes sociais para postagens de fotos, vídeos ou mesmo para participarem de bate-papos com outras pessoas, considerando que quanto maior for a popularidade destes jovens nas redes, maior poderá ser o tempo de navegação nas mesmas, visando manter o status em alta.

Fechados em seu casulo tecnológico, esses jovens só falam com pessoas da mesma idade, vivem uma eterna adolescência e alheios aos conhecimentos mais elementares, leem cada vez menos e passam longas horas diante das telas de tevê, videogames, computadores e celulares. (CARMO, 2000, p. 267).

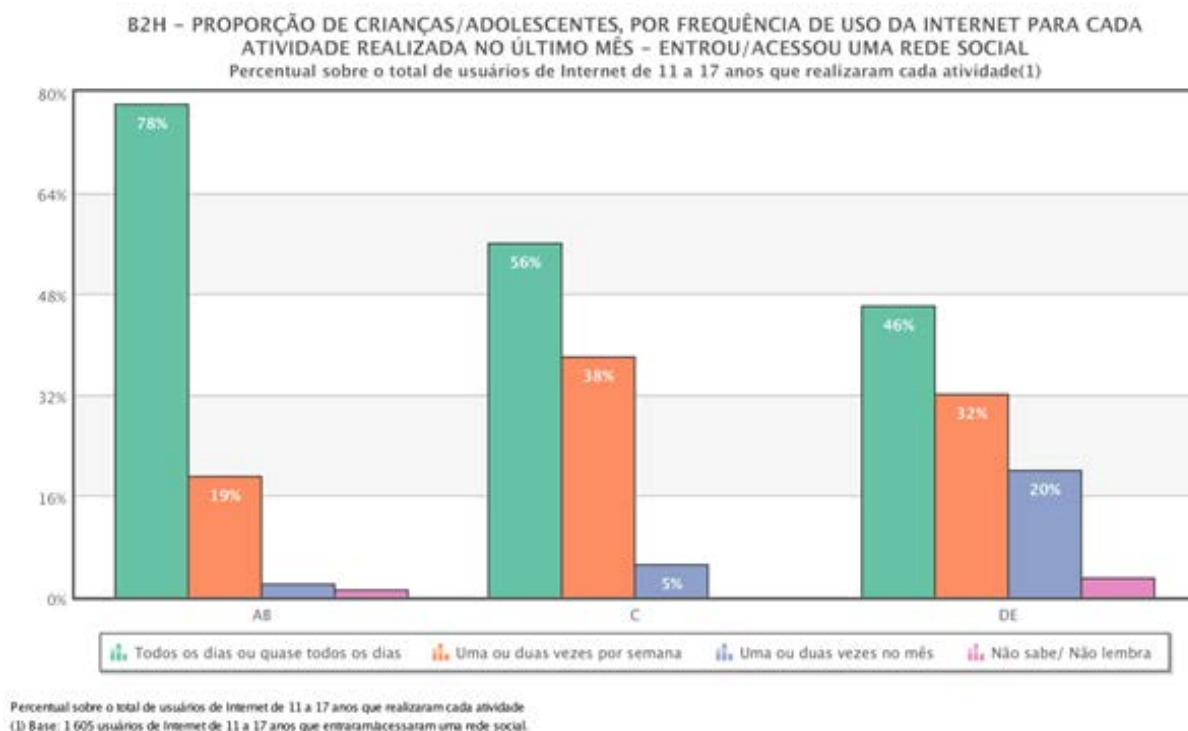
Sobre as exibições nas redes, os gráficos a seguir as ilustram.

Gráfico 13 – Uso da internet para postagem de fotos e/ou vídeos em Redes Sociais



Fonte: Centro de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação; Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2013.

Gráfico 14 – Uso da internet para acesso em Redes Sociais



Fonte: Centro de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação; Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2013.

Os dados dos acima apresentados confirmam argumentos já explanados neste tópico: o de que jovens da classe trabalhadora recorrem às redes sociais como formas de sociabilidade, apresentando na pesquisa maiores índices de acesso.

Para a postagem de fotos e vídeos, os jovens pesquisados da classe DE são maioria nos acessos entre uma ou duas vezes na semana (62%). As postagens diárias chegam a 13% e uma ou duas vezes ao mês, 24%. Para a classe C, os índices apontam para 51% dos jovens pesquisados que acessam constantemente, como uma ou duas vezes na semana e neste mesmo indicativo, a classe A apresenta 56% entre os entrevistados.

O índice de acessos ou novas aberturas de contas em redes sociais tem crescido entre crianças e adolescentes. Estes usufruem das falsas informações, alegando possuírem idade igual ou superior à maioridade civil para terem seus perfis *logados* nas redes de sociabilidade digital.

O número de pessoas no mundo conectadas nas redes sociais é surpreendente. A *Seekr Storm*, organização empresarial que atua na gerência e monitoria de mídias sociais apresenta em matéria de maio de 2015, dados expostos

por Mark Zuckerberg⁶⁸, onde revela que só no *Facebook*, atualmente são mais de 1,44 bilhão de pessoas, sendo que destes, 71% são jovens. É a rede social mais utilizada no mundo. Redes agregadas ao *Facebook*, como o *WhatsApp* e o *Instagram* apresentam, respectivamente, 800 milhões e 300 milhões de pessoas. A Rede Social Internet.org, “[...] é um projeto do Facebook que oferece acesso à internet as pessoas que estão em lugares remotos ou de baixo nível social. O projeto já possui **800 milhões** de usuários em todo o mundo.” (SEEKR STORM, 2015).

Os dados da pesquisa *TIC Kids Online* reforçam as informações já apresentadas – sendo que a maior parte dos entrevistados utilizam como rede social principal, o *Facebook* – Classes AB – 91%, Classe C – 83% e Classe DE – 70% (CENTRO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO; NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR, 2013).

O elevado número de pessoas, com destaque aos jovens, permite o estabelecimento de um vasto território virtual para as relações digitais. São formadas, a partir de similaridades de gostos e características, comunidades virtuais para as sociabilidades digitais, uma forma de fugir do mundo real e viver outras relações em outros planos sem sair de casa.

Assim sendo, o novo sentido do local não é incompatível com o uso das tecnologias comunicacionais e das redes informáticas. Hoje, como afirmou Martin-Barbero (2003), essas redes não são unicamente o espaço no qual circulam o capital e as finanças, mas também “um lugar de encontro” de multidões, de minorias e comunidades marginalizadas ou de coletividades de pesquisa e trabalho educativo ou artístico. (ABRAMO, 2014, p. 86).

Antes, o mundo virtual era ocupado mais para os negócios, para relações comerciais. Atualmente, se tornou campo de disputa por atenção e conquista de afeto para diversas formas de relacionamento, para amizade, popularidade, práticas sexuais, atividades culturais, educativas ou mesmo para ações ilícitas, sejam no plano virtual ou com vistas para a extensão no real.

Nos dias de hoje, o uso das redes eletrônicas tem permitido a criação de grupos que, virtuais em sua origem, acabam se territorializando, passando da conexão ao encontro e do encontro à ação. Assim como,

⁶⁸ É um programador e empresário norte-americano, de 31 anos que ficou conhecido mundialmente por ser um dos fundadores do *Facebook*, a maior rede social do mundo.

as redes tem favorecido a ampliação da articulação entre diferentes sujeitos já mobilizados em ações por causas locais, demandas de grupos ou identidades. (ABRAMO, 2014, p. 86).

É nestes espaços, ou melhor, ciberespaços, que os jovens reestabelecem a busca por relações com outras pessoas. Diferentemente das relações reais, o modo virtual e digital de se socializar implica uma reconstituição da identidade dos sujeitos. Para Martín-Barbero (2008), a mudança de identidade que é submetida ao iniciar o cotidiano virtual corresponde a uma estratégia de fuga de uma sociedade real que exige, cobra e não oferece condições para um desenvolvimento de qualidade, julgando cada um como se a culpa pelos problemas enfrentado fossem exclusivamente de quem passa por eles.

Na interação que o chat possibilita, diluem-se, em primeiro lugar, as linhas de demarcação entre oralidade e escrita; a comunicação não é inteiramente escrita, nem inteiramente oral, e sim um híbrido que leva o escrito à temporalidade e informalidade do oral. E, em segundo lugar, dos dois lados da interação, a pessoa pode estar inventando um personagem para se comunicar com pessoas do mundo virtual. Ou seja, alguém aproveita o *anonimato-do-chat* para escapar dos constrangimento sociais do peso da sua identidade individual através da invenção do *outro* eu, que lhe permitirá viver uma singular experiência de liberdade. (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 25, grifo do autor).

Dessa forma, o anonimato, ou seja, relacionar-se sem ser identificado através de um personagem ganha espaço como uma válvula de escape daqueles que sofrem com as repressões do mundo real. Daí, o índice de pertencimento de jovens em chats de bate-papos ou janelas de conversação das redes sociais. Os chats são como palcos virtuais, onde todos representam um personagem, alguns bem distantes da real personalidade outros com maior proximidade do seu eu verdadeiro.

O chat vai ao encontro da necessidade de anonimato produzida por uma sociedade onde as pessoas se sentem cada vez mais uniformes, vigiadas e teledirigidas. O chat seria o modo de comunicação que nos permite interagir sem sair do anonimato. [...] O anonimato do sujeito perdido no meio da multidão da grande cidade moderna transfere-se, hoje, ao espaço privado doméstico, que é onde a identidade é mais densa e pesada, onde todos sabem quem, o que e como sou. O chat me permite escapar justamente a esse fardo, a esse peso da minha identidade, liberando as potencialidades da minha subjetividade. (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 25-26).

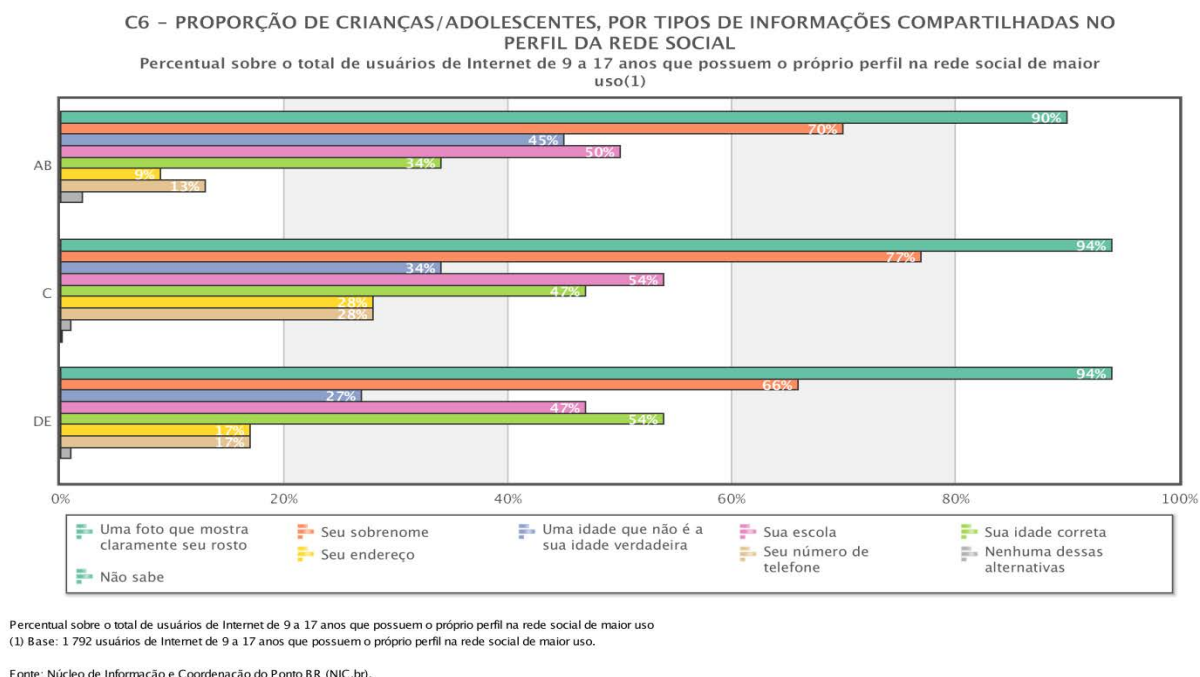
Quando estamos on-line, podemos recriar a nossa personalidade, alterar as formas de expressão, sejam escritas, por imagens ou símbolos, redefinimos a nossa forma de agir e pensar e passamos a agir como se fossemos outros sujeitos. As relações virtuais também tendem a manter as pessoas em situação de isolamento social, distantes do mundo real, do cotidiano concreto, abstraindo-se da realidade, vivendo apenas a fantasia estabelecida nas salas de bate-papo ou nas janelas de conversação e páginas de perfis de redes sociais.

É na trama das interações entre sujeitos onde, hoje, as mediações tecnológicas revelam seu potencial alternativo, por mais que, para os apocalípticos, as mediações tecnológicas signifiquem o contrário: a tendência dos adolescentes ao ensimesmamento, o computador tornando-os agorafóbicos, dominando-os como um vício que os isola e desvincula da realidade. (MARTÍN-BARBERO, 2008, p, 22).

Nem todos os jovens vivem no anonimato nas redes sociais. Existem aqueles que gostam de compartilhar, em fatos reais, toda a rotina cotidiana, expondo ainda informações da vida privada, como endereço, telefone, cidade em que nasceu, localização da moradia ou dos lugares que frequenta através dos aplicativos de geolocalização.

É uma forma de ostentar e exibir os badalados lugares frequentados com os amigos ou mesmo sozinhos. Dados da pesquisa *TIC Kids Online* (CENTRO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO; NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR, 2013) demonstram que a maior parte dos jovens entrevistados expõem informações pessoais nas redes sociais ou ainda fantasiam a idade com intuitos singulares. Os dados poderão contemplados no gráfico a seguir:

Gráfico 15 – Uso da internet para compartilhamento de informações pessoais



Fonte: Centro de Estudos para o Desenvolvimento da Sociedade da Informação; Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR, 2013.

E hoje, numa era de comunidades on-line radicalmente transparentes como Twitter e Facebook, o social se tornou o “ambiente padrão” da internet, transformando a tecnologia digital, de ferramenta de segunda via, em parcela cada vez mais nuclear da vida real. (KEEN, 2012, p. 30).

O Gráfico 15 e a citação de Keen (2012) revelam que a tecnologia adentrou à nossa rotina cotidiana e criou raízes fortes e indestrutíveis conduzindo e controlando todas as nossas ações. Vivemos subordinados à tecnologia, dependemos dela para nos comunicarmos, para visualizar mensagens, correio eletrônico, saque bancário, fazer compras, se entreter, deslocar entre um espaço e outro, dentre outras ações.

Como a própria rede, nosso confessionário público de massa é global. Pessoas de todo o mundo revelam seus pensamentos mais particulares numa rede transparente que qualquer um e todos podem acessar (KEEN, 2012, p. 33).

A sociabilidade via redes sociais também tem provocado uma reclusão maior das pessoas, principalmente de crianças e adolescentes nas suas casas, pois estes passam boa parte do dia conectados, exercendo algum tipo de atividade. Para alguns responsáveis, a tecnologia pode servir de babá ou de responsável para manter os jovens em casa, porém estar em casa não garante mais a segurança, pois a

conexão via internet e a forma como esta é utilizada pode expor cada sujeito a riscos graves de diversas naturezas.

Carmo (2000) afirma que os jovens estão cada vez mais distantes do mundo real, e, nesta perspectiva, acabam também se distanciando de assuntos e/ou movimentos que antes eram importantes para as mudanças do mundo. Para o autor, os atuais jovens estão menos preocupados em mudar o mundo, em se mobilizar, em assumir posturas politizadas. O objetivo principal é viver o momento, o dia de hoje, sem se preocupar com o futuro. O autor diz que “[...] os jovens de hoje, diante da incerteza do porvir, preferem viver no presente, no aqui e agora.” (CARMO, 2000, p. 264).

A busca incessante por popularidade e status é cada vez mais frequente entre as pessoas, principalmente no público mais jovem, que constantemente exibem nos seus perfis fotos dos corpos esculpidos nas academias, as correntes de prata, um boné de marca, a combinação perfeita de uma roupa, usufruto de bebidas alcoólicas ou sem teor alcoólico das mais variadas naturezas e preços, os carros e motos desejados ou adquiridos, os lugares considerados chiques, as melhores baladas, as melhores companhias. Ou, nas palavras de Keen (2012), vivemos “a epidemia de narcisismo” – uma loucura de promoção social alimentada por nossa necessidade de fabricar continuamente nossa própria fama para o mundo (KEEN, 2012, p. 32).

Enfim, a exibição de uma vida maravilhosa, perfeita e invejável objetiva promover o status e o pertencimento sociovirtual no ciberespaço, já que este mesmo pertencimento no plano concreto não se concretiza na sua totalidade devido às barreiras socioterritoriais, econômicas e culturais que diferem as classes sociais. Ou ainda busca camuflar as angustias e frustrações daqueles que, pelas precárias condições materiais e econômicas não conseguem avançar nos estabelecimento de relações que ultrapassem os territórios de sociabilidade.

Neste sentido, o direito à cidade, o direito a acessar os territórios não é contemplado pelos jovens e demais pessoas da classe trabalhadora, que vivem marginalizados do “esplendor” e “glamour” que o sistema capitalista oferece para as pessoas de classes mais abastadas. Assim, estes recorrem aos territórios virtuais para viverem da forma que gostariam no plano concreto. Para Keen (2012, p. 32), “A cultura de rede social medeia nossa ‘necessidade de autoestima’.”

Há divergências nas reflexões de Carmo, pois as redes sociais demonstram também um movimento politizado por jovens das diversas classes sociais. O grito de

manifestação que não é sempre ouvido das periferias para os grandes centros urbanos, ganha destaque nos perfis e páginas de interesses nas redes sociais, sendo alvo de elogios, críticas, opiniões e discurso de ódio, aceitação ou preconceito⁶⁹.

Olhando para o passado, cobramos da geração atual participação política e lamentamos que ela não tenha projeto, que não goste de ler, que só pense em si, só queira saber do momento presente. E deixamos de perceber que os nascidos na virada do século também têm suas qualidades (CARMO, 2000, p. 265).

É necessário reaprender a compreender a juventude, utilizar as tecnologias para descobrir e aprimorar as potencialidades singulares de cada criança e adolescente, acompanhar de perto as formas como elas utilizam e se relacionam nos territórios sociovirtuais, como agem no plano real a partir de uma organização digital de interesses comuns. Caso contrário, as tecnologias ao invés de contribuir para o desenvolvimento salutar, social, cultural, educacional e intelectual dos jovens, favorecerá negativamente o nivelamento das desigualdades, da violência, da segregação, da intolerância e da criminalidade.

Considera-se um compromisso ético e humano dos adultos, das Instituições e dos demais espaços de sociabilidades trabalhar a responsabilidade dos jovens nos ciberespaços, para que estes seja espaços de entretenimento e desenvolvimento crítico e não de alienação.

4.4 Os “limites” da ostentação, o preconceito social e os desafios da cultura na atual conjuntura capitalista

Este tópico objetiva realizar um breve fechamento acerca das discussões realizadas neste último capítulo da presente dissertação de mestrado.

Sobre os limites da ostentação: será que realmente existe um ponto limitador que restringe à ostentação das pessoas? Haverá limites enquanto as liberdades individuais e coletivas não forem respeitadas. Este é o primeiro ponto. Claro que há todo um cuidado no momento de provocar a visibilidade através da ostentação, seja ela por qual forma for. O cuidado aqui é no tocante à ilegalidade, a se ostentar pelos caminhos da ilegalidade.

⁶⁹ Estas questões serão abordadas na seção 4.4 deste capítulo.

Sob a legitimidade, muitas pessoas, de várias classes sociais vão julgar, repudiar, considerar desnecessário, todavia, é sabido que a falsa moral, bons costumes, há tempos antiquados ao tempo presente, ainda estão presentes e servem como regra de vida e de conduta social e moral para muitos.

A ostentação passa constantemente pelo crivo da sociedade e é compreendida de várias formas, dependendo sempre de quem vai se ostentar, de onde pertence, qual a sua cultura e para que se ostentar. Quando se trata do *funk* ostentação, esta é rejeitada pela sociedade, pois, historicamente este gênero musical e o que ele representa estão associados à violência e à criminalidade.

Agora, quando a ostentação parte de outros gêneros musicais, o crivo é menos rigoroso. Ostentar-se a partir da música sertaneja, do pagode, da música pop, eletrônica, dentre outras é aceitável, é bacana, popular e formidável. Convenhamos que o contexto destes outros gêneros musicais sejam os mesmos: apologia ao consumo de grifes, reificação e sexualização da mulher, apologia ao sexo extraconjugal, enaltecimento do machismo e da homofobia, dentre outros aspectos. O que muda é a melodia e os seguidores, pois o conteúdo é o mesmo.

Enaltecer a mercadoria, alienar e rebaixar o ser social à mesma condição consistem em atos cruéis do capitalismo que nivela a apropriação da riqueza via controle da população pelo consumo, expropriando os trabalhadores das suas condições de produtores da riqueza, como também das suas condições básicas de sobrevivências.

A expropriação e o acúmulo da riqueza não resultaram simplesmente em novas propriedades, nem levaram a uma nova forma de redistribuição da riqueza, mas realimentaram o processo para gerar mais expropriações, maior produtividade e mais apropriações (ARENDT, 2014, p. 416).

O referido processo que leva o homem, no decorrer da história a alienação, ou seja, ao estranhamento dele em face às suas produções, ao pertencimento de classe para si, é caracterizado por Arendt (2014) como a fase de maior crueldade do capitalismo frente ao trabalhador, levando-o a uma condição de maior pobreza material, miséria, acentuando as desigualdades e as injustiças sociais.

No tempo presente, o mercado – grande aliado do capital é o vilão principal que regula as relações sociais e econômicas através da oferta do consumo, na falsa ideia de que a mercadoria satisfará as necessidades humanas das pessoas, sendo que, as necessidades que vêm sendo supridas é a do próprio capital. Todavia, somos

manipulados cotidianamente a consumir visando atingir a plena felicidade e realização pessoal.

A sociedade moderna [...] precisa engajar seus membros pela condição de consumidores. A maneira como a sociedade atual molda os seus membros é ditada, primeiro, e acima de tudo, pelo dever de desempenhar o papel de consumidor. A norma que nossa sociedade coloca para os seus membros é a da capacidade e vontade de desempenhar esse papel. (BAUMAN, 1999, p. 88).

O foco central da lógica capitalista contemporânea é atrair as pessoas, transformando-as em meras mercadorias, desumanizando-as da condição de sujeitos históricos e sociais. O ser social, os direitos conquistados por meio das lutas travadas ao longo da história, o papel protetor do Estado e as políticas sociais se rebaixam e tornam-se subordinadas à economia e ao mercado global.

Enquanto triunfa o capitalismo globalizado, os trabalhadores, os sindicatos, o Estado – passaram para segundo plano, tendo sido suplantados pelo poderio dos mercados financeiros e dos mercados do consumo. A nova economia-mundo não se define unicamente pela soberania da lógica financeira: é também indissociável da expansão da “economia do comprador”. (LIPOVETSKY, 2007, p. 9).

O sujeito, agora objeto de dominação do capital pelo mercado, busca realizar os seus desejos através da mercadoria. A revisão de literatura e a pesquisa de campo confirmam que, enquanto as relações humanas estão frágeis, se diluindo devido à insegurança que configura o tempo líquido presente, o consumo se fortalece como alternativa de prazer e felicidade. A mercadoria substitui as relações afetivas entre as pessoas, individualiza-as e as condicionam para uma visibilidade também mercantilizada. Os vínculos se constituem a partir do que compramos e usamos; a visibilidade está posta em um exibicionismo que se faz necessário para garantir o sentimento de pertencimento social mesmo quando buscamos mais a vida individual do que a coletiva.

O atual sistema capitalista e a sociedade do consumo criam um modo de vida orientada para a competitividade e o individualismo. Os indivíduos passam a valer enquanto proprietários de mercadorias e por isso são considerados legalmente iguais e livres. Os objetos materiais se expressam como qualidades humanas que, ao serem consumidas, passam a dar sentido à existência, e o próprio indivíduo passa a identificar a sua condição humana à condição de proprietário e consumidor

(BARROCO, 2014, p. 469). A mercadorização das pessoas, o crescente individualismo, a liquidez do tempo e das relações humanas e a submissão destas para o mercado, provocam expressivos e severos impactos na adolescência e na juventude.

Nas últimas décadas, as juventudes vêm se transformando socialmente, ganhando certo status social, embasado por um forte apelo midiático. Cria-se programas de televisão, produtos e marcas específicas para o “público jovem”, ou seja, o mercado começa a ver e a investir no jovem como consumidor. O jovem, nas últimas décadas do século XX, deixou de ser a “criança grande”, desajeitada e inibida, para se transformar no modo de beleza, liberdade e sensualidade vendida pelo mercado para outras faixas etárias. Assim, o jovem começa a ser visto como um sujeito consumidor dentro da lógica do modo de produção capitalista, no qual o valor do indivíduo é proporcional ao seu poder de compra. O consumo é a palavra de ordem para a juventude. Cria-se uma cultura da moda, que aprisiona as juventudes em um cárcere capitalista, terreno fértil de frustrações. (SCHERER, 2013, p. 28).

Esta exposição inicial nos permite inferir que o tempo presente é o produto de uma história de lutas sociais e crescentes desigualdades que, hoje, considera o crescimento populacional, o enriquecimento de poucos e a miserabilidade de muitos, a modernização dos recursos tecnológicos, o aumento do desemprego, a corrupção política, a prática delitiva e a consequente facilidade de acesso a direitos, bens e serviços como forma de desenvolvimento de pessoas em situação de pobreza, principalmente os adolescentes que buscam reconhecimento e status em seus espaços (territórios) de sociabilidade, cuja formação social, cultural e econômica configurou-se de acordo com os interesses do sistema capitalista, segregando-os da cidadania global.

As desigualdades sociais e territoriais e a consequente criminalização da pobreza tem sua gênese “[...] a partir do advento do capitalismo neoliberal e da criação de teorias eugênicas e racistas europeias.” (ALVES; MENEZES; CATHARINO, 2008, p. 71), reforçando assim, a ideia de que vivemos historicamente os mesmos problemas sociais com a substituição de sua roupagem a partir das transformações que a sociedade passa.

Neste contexto de desigualdades, de perpetuação de estigmas e preconceitos, o ato infracional chega para somar à problematização social do adolescente, na maioria pobre em meio à sociedade. É sabido através dos estudos realizados para este trabalho que, a sociedade, historicamente criou um mito da

periculosidade, associando os jovens e suas condições financeiras e referências territoriais ao crime e à delinquência. Por outro lado, temos um Estado que falha na execução de suas próprias leis não garantindo a devida proteção à população.

Sobre os preconceitos, Heller (1992) afirma que estes são resultados da vida cotidiana. São traços cotidianos oriundos do caráter momentâneo dos efeitos, a natureza efêmera das motivações e, a fixação repetitiva do ritmo, a rigidez do modo de vida. É o pensamento cotidiano, um pensamento fixado na experiência, empírico e, ao mesmo tempo, ultrageneralizador. Para a pensadora, os preconceitos surgem a partir do momento em que assumimos espontaneamente ou por imposições de culturas e hábitos estabelecidos em um dado contexto, considerando seu período histórico, os estereótipos e estigmas já construídos e enraizados no tempo presente.

A reflexão de Heller (1992) se mostra provocativa, considerando o atual panorama que discute e pensa a adolescência da classe trabalhadora associadas sempre aos cenários de violência e criminalidade.

Os estereótipos formatados desde a era da minoridade mantêm-se fortalecidos, sendo desafiador dissociá-los da fase da adolescência, mesmo com todas as pesquisas e legislações que já seguem caminhos mais humanizadores e progressistas. Os estereótipos e as barreiras contidas nos caminhos que levam à consciência crítica bloqueiam as oportunidades de repensar as adolescências no tempo presente, principalmente no tocante aos impactos da perversidade do capital nas suas relações sociais e mesmo na criação dos seus sonhos.

A pesquisa de Angela Paiva (2013) com estudantes de escolas públicas e privadas sinaliza que os adolescentes enfrentam vários medos. Não há mais seguranças ou perspectivas futuras certas. São tempos incertos e instáveis mediados pela lógica capitalista que configura na sociedade global as desigualdades, as segregações, a violência, a criminalidade, a impotência e as frustrações.

Os principais medos apresentados pelos adolescentes na pesquisa de Angela Paiva (2013) compreendem a violência, cada vez mais intensa, desemprego – para alguns adolescentes, a inserção no mercado de trabalho é importante, mas não sabem se haverá boas oportunidades, que garantam uma vida com qualidade, sendo este outro medo – o de viver mal, com dificuldades, realidade já estabelecida na vida de muitos adolescentes da classe que vive do trabalho. Outro medo destacado é o de não conseguirem contribuir para o melhor desenvolvimento do País. O tempo presente transforma a motivação e a mobilização dos jovens em frustrações passíveis de

desistência e o conformismo ganha espaço, fragilizando as lutas e resistências cotidianas.

A juventude e a adolescência da classe trabalhadora são desprotegidas de seus próprios direitos, adentram a criminalidade por diversos motivos que não cabem neste trabalho analisar, porém é compromisso nosso apontar a crescente estigmatização do adolescente e a constituição da delinquência pela sociedade e pelo sistema socioeducativo que ao não acreditar e não legitimar os processos socioeducativos, exerce uma postura histórica reacionária, conservadora, com abuso de poder, exploração e violência em face dos jovens já vitimizados.

Sobre os direitos que deveriam ser legitimados através das políticas públicas, à luz de Foucault (2012) é possível inferir que os mesmos não estão a favor da soberania da população, servindo de instrumentos de dominação do poder do capital. É nítido o retrocesso dos direitos sociais pelo capitalismo atual, pois as instituições, o aparelho do Estado e as próprias leis e regulamentos, ao invés de protegerem a população, desfiguram as conquistas e precarizam a vida das pessoas, com destaque aos adolescentes e jovens.

Para Silva e Lehfeld (2015a), estes jovens são vítimas de si mesmos, da sociedade e do sistema político e econômico que rege a nossa vida em um cotidiano contraditório e controverso. O desafio imposto hoje aos profissionais inseridos no trabalho social com o referido público é a atuação despida de preconceitos, romper com as resistências em manter vivos os ranços ainda presentes no trabalho com adolescentes e a ruptura, mesmo que paulatina, de toda esta carga negativa que acentua a delinquência e rebaixa a proteção integral.

O atual discurso de redução da maioria penal, por exemplo, não contempla sequer, as atuais condições do sistema prisional brasileiro que encarcera desumanamente milhões de pessoas, que deixa de reeducá-los, criando a imagem e a vida na delinquência, devolvendo-os à sociedade. Com o sistema socioeducativo é o mesmo efeito. Adolescentes em cumprimento de medidas em meio aberto ou fechado deveriam perpassar por um processo de socioeducação consoante às suas particularidades, perfis e faixas etárias. Porém, ainda observamos um atendimento violento e julgador que acentua a permanência destes no ato infracional, e o consequente nivelamento da violência e da criminalidade na sociedade.

Diante das exposições e do atual cenário, as medidas socioeducativas são desafiadas a materializar a dimensão educativa no cotidiano de atendimento, visando

a transformação destes adolescentes. Os serviços que executam as medidas socioeducativas em meio aberto e fechado em conjunto com a rede de políticas públicas devem se autodesafiar a romper com os estereótipos e estigmas que mancham a imagem da juventude e da adolescência da classe trabalhadora, provocar embates no sentido de proporcionar à sociedade condições de construir uma nova consciência social, política e cultural, permitindo-se desconstruir tudo aquilo que liquida as relações afetivas entre os seres humanos.

Enquanto o compromisso ético e político dos trabalhadores das medidas não for base de atuação profissional, prosseguiremos neste tempo em que a ética e a humanidade, ambas em crise, são aniquiladas pela perspectiva da punição, da menoridade, da violência e da barbárie. A crise ética, ora instalada, estabelece relação direta com vários aspectos jurídicos, culturais e morais imbricados no tempo presente.

A figura do Estado é de um aparelho desprotetor, que se mostra ineficaz na aplicabilidade das normas que ele mesmo pensa, elabora e aprova; uma sociedade que discrimina as classes pobres, principalmente aqueles envolvidos na criminalidade julgando pelo senso comum ou negando a informação e o conhecimento acessados; recursos midiáticos que interpretam e transmitem a realidade conforme seus interesses, manipulando e alienando a população; a intensificação da barbárie através da concepção de que crimes de morte devem se pagar na mesma moeda.

Constitui-se assim, uma violência ética e moral que cria, manipula e ao mesmo tempo fere a liberdade e o respeito, vitimizando as classes mais pobres, banalizando e liquidando as relações sociais, transformando a concepção do direito à vida, a um direito descartável e elegível (SILVA; LEHFELD, 2015a).

A realização da pesquisa de campo, a participação na elaboração do Plano Decenal das Medidas e LA e PSC, as oficinas realizadas com adolescentes em projetos sociais do município de Batatais e na Fundação CASA, todas estas atividades realizadas no decorrer do ano de 2015 confirmam as reflexões teóricas construídas por pensadores clássicos e contemporâneos que compuseram o fio condutor teórico e ideológico desta pesquisa.

Os adolescentes, cada um na sua complexidade individual e coletiva, trouxeram angústias similares às da pesquisa de Angela Paiva (2013). O entendimento que se tem é o de que as desigualdades sociais são naturais, considerando o processo de desenvolvimento do mundo moderno. Os adolescentes

entrevistados apontam como o preconceito, velado ou não, atinge as suas vidas em sociedade. Sobre isso, a categoria construída sinaliza que:

Tabela 13 – Percepção dos adolescentes em face a sociedade

Questão Norteadora	Categoria 1	Categoria 2	Categoria 3
Como o adolescente/jovem se percebe na sociedade.	A autopercepção de pertencimento social é normal, considerada tranquila.	Por mais que não sofremos preconceito, sabemos que ele existe.	A sociedade julga e somos cobrados a mudar de vida.

Fonte: Elaborado por Thiago Rodrigo da Silva (2015).

Para alguns entrevistados, o sentimento de pertença na sociedade é tranquilo. Afirmam saber que existem os preconceitos de classe social e por terem se envolvido em práticas infracionais, contudo, dizem nunca terem sofrido ataques de intolerância por parte dos munícipes.

Alegam ainda que, mesmo não sofrendo diretamente o preconceito, a sociedade tece constantes julgamentos, exigindo mudanças nos seus projetos de vida. Cabe aqui uma reflexão: considerando o trabalho, como categoria fundante do ser social *versus* a visão conservadora e errônea de que o trabalho dignifica o homem, como estes adolescentes podem mudar suas vidas?

A mesma sociedade que julga e que exige as mudanças não oferta oportunidades para os mesmos. Quando surgem oportunidades, são aquelas que propiciam a gestão da pobreza, a manutenção do *status quo*. Observa-se a visão moral de que estes adolescentes devem buscar formas de se desenvolverem pelo próprio esforço, tornando-se cidadãos “de bem” e para que cresçam pela via da meritocracia, sendo esta, a visão mais nefasta que o capitalismo implementou nas mentalidades das pessoas.

O discurso dos adolescentes associados às reflexões de Tonet (2012) nos provoca a pensar a concepção de cidadania no tempo presente. A concepção liberal aponta a natureza humana como egoísta e competitiva. O homem precede ontologicamente a sociedade. Logo, a desigualdade seria natural, considerando a competitividade entre os homens, sendo que o melhor vence. Ao perdedor cabe o

amparo do Estado. A concepção da esquerda democrática sinaliza que a cidadania é sinônimo de sociabilidade e ela se dá a partir da condição humana estabelecida pela história. Por este viés, a cidadania pertence à dimensão política da vida em sociedade. Logo, nem todas as pessoas possuíam os direitos políticos garantidos, naturalizando as desigualdades sociais (TONET, 2012).

Tonet (2012) deixa claro que a cidadania, tal como está posta no tempo presente, atende à ordem societária capitalista. Fica evidente nesta assertiva quando observamos a dinâmica cotidiana em que as desigualdades imperam na sociedade global, sendo a meritocracia, a via de acesso para a ascensão social, política e econômica na sociedade. A igualdade social e a plena liberdade, segundo o pensador, não se concretizarão pela via da cidadania, mas sim pela emancipação humana.

É a visão de sociedade ideal, onde os sujeitos vivem plenamente livres, onde o respeito, a tolerância e os bons sentimentos imperam sobre o ser social. Não há capitalismo, não há Estado, cada sujeito individual assume uma posição enquanto sujeito coletivo. A produção da vida material garantirá as reais necessidades humanas. A riqueza é socialmente distribuída e o homem volta à sua condição de sujeito histórico-social. Como proceder a movimentos para esta finalidade na atual conjuntura?

Scherer (2013) afirma que a via da arte e da cultura proporciona este movimento de luta. Tonet (2012) diz que são as práticas pedagógicas emancipatórias, ou seja, uma educação alternativa, visando a libertação dos sujeitos das algemas do capitalismo, pois a educação tradicional também está a favor do grande capital.

Este trabalho apresentou considerações sobre a arte e a cultura que vem perdendo os seus sentidos de humanizar e retratar as vidas humanas nos contextos, transformando-se em mercadorias, sendo, em alguns casos, contribuintes para o processo de criminalização da pobreza. Em alguns casos, a arte e a cultura veem experiências de vida, em outros enxergam convites e incentivos à violência (CAMARGOS, 2015). Todavia, há movimentos de resistência que fazem da arte, espaço de construção da criticidade pelas pessoas, sendo a música, focada neste trabalho, uma delas. As tensões das relações sociais se encarnam na linguagem musical e

[...] projetam a produção cultural como uma memória seletiva de aspectos do trabalho, da política, dos costumes, dos símbolos, e valores do emaranhado que é a sociedade contemporânea. É possível pensar que essas músicas como portadoras de elementos constituintes das constantes mudanças sociais, como um espaço de luta em que as disputas de domínio e afirmação social se fazem presentes. São representações que reconstroem (ou constroem em articulação com) elementos/acontecimentos socialmente vividos. Em suma, um processo de reconfiguração da experiência que estreita os laços entre cultura e vida social. (CAMARGOS, 2015, p. 130).

A arte deve ser entendida como uma dimensão da vida humana, como uma parte inseparável do homem enquanto ser produto/ produtor da natureza; ela é transversal à vida humana e se manifesta em todas as suas atividades criadoras. A arte não é algo separado da vida humana (SCHERER, 2013, p. 77). A cultura, portanto, é o inimigo natural da alienação. Ela questiona constantemente a sabedoria, a serenidade e a autoridade que o real atribui a si mesmo (BAUMAN, 2012).

Segundo Scherer (2013), a arte possibilita ao homem compreender a realidade e, assim, ter poder político no contexto social; logo, a arte representa um importante instrumento de poder. É um elemento da vida humana que tem grandes possibilidades, no que diz respeito aos processos de desalienação, bem como as possibilidades emancipatórias.

Diante disto, esta pesquisa teceu considerações acerca da cultura de massa e de expressões artísticas e culturais, com ênfase na música, que, ao mesmo tempo em que parte se configura visando a produção de riqueza pela indústria cultural, outras, se formatam no sentido de resistir às perversidades do capitalismo, atribuindo em suas melodias, a visibilidade, a voz e a politização das classes marginalizadas e vitimizadas pela atual conjuntura.

A cultura de periferia, na sua expressão da realidade posta, exercendo militância no campo da difusão dos impactos que o sistema proporciona para as classes sociais, principalmente a trabalhadora, por questões destacadas durante todo o percurso da pesquisa, contribui para a formação da consciência crítica dos jovens. É um instrumento que empodera as juventudes à criticidade, estimulando-os a resistir de diversas maneiras.

Diante do exposto, registra-se uma provocação à luz de Gramsci, de 1916: sobre a cultura como conquista de consciência crítica e política, sobre a conhecer mais a nós mesmos para compreendermos os demais sujeitos, despindo-se dos moralismos e preconceitos que fomos absorvendo ao longo do tempo nos espaços de

socialização e sociabilidade através da reprodução e dos ensinamentos de gerações anteriores às nossas.

No decorrer das discussões também foi possível observar que a sociedade contemporânea ainda apresenta respingos morais de outros tempos, quando estabelecem julgamentos sem conhecer a realidade, nas suas linhas e entrelinhas, compreendendo-a como ela realmente é, e não como aparentemente se mostra.

A ideia que se tinha de um Brasil cordial, que respeita as diversidades socioculturais, étnicas/raciais, religiosas, sexuais, regionais, dentre outras caiu por terra. Finalmente a máscara da cordialidade e da tolerância caiu e a hipocrisia e o preconceito e discriminação ganharam rostos, classe social e cor de pele.

O Brasil do tempo presente apresenta uma classe social abastada, branca, heterossexual, defensora da moral, da família, da paz, dos bons costumes, que se diz erudita que possui, no seu interior, membros que seguem religiosamente a cartilha da hipocrisia.

Aceitam a diversidade de classe desde que cada um fique “no seu quadrado”, aceitam a diversidade étnica, desde que negros e pardos não frequentem espaços da elite branca, aceitam a ostentação, desde que os sujeitos das favelas e periferias não reproduzam o mesmo, dizem lutar contra a violência, mas mudam de ideia quando algum ato de criminalidade acontece no seio dos seus confortos, culpam um partido político e uma específica gestão de propagar o ódio e a intolerância, sendo que, na realidade, são eles, os nobres que estão se incomodando cada vez mais com a visibilidade do povo negro, pardo, branco das comunidades pobres, estão se incomodando com as melhorias, ainda ínfimas, das condições de vida e do maior acesso dos mesmos em espaços anteriormente elitizados, se incomodam pelo desenvolvimento da consciência de classe e o concomitante nivelamento da capacidade crítica e reflexiva que vem se desenvolvendo para questionar os fenômenos cotidianos.

O grande incômodo saturou a paciência da classe dominante a ponto de organizarem movimentos para protestar para os seus próprios umbigos, transferindo todo o histórico de ódio, intolerância e visão de segregação a uma gestão governamental, que mesmo mal das pernas e subalternizada ao grande capital, ainda pensa na classe trabalhadora.

Em referência a este capítulo, observamos que, a partir da queda da máscara e o aparecimento da mais pura hipocrisia social – a pobreza e, principalmente

os jovens da classe dominada, enfrentam constantes e brutais criminalizações – é crime ser pobre, ser negro, pardo, é crime viver nas periferias, é crime buscar viver igualmente às outras classes.

Obviamente que, legalmente não é crime ser ou viver os apontamentos descritos no parágrafo anterior, contudo, considerando a atual conjuntura e as reações da elite perante as mudanças, observamos uma criminalização ideológica que se materializa nas ações cotidianas, recrudescendo cada vez mais o individualismo, a intolerância, os julgamentos, os falsos moralismos, o ódio e a violência.

O individualismo compromete o desenvolvimento da consciência crítica da realidade, não permite que as pessoas compreendam a si mesmas para compreenderem as demais sem pré-julgamentos. Vivemos em tempos de dissolução das relações humanas e compreender a si é quase impossível e compreender os demais está fora de questão.

A propagação do preconceito, do ódio e da intolerância se intensifica com as novas Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs), que favorecem a postagem anônima ou de autoria reconhecida de discursos que intensificam a diluição das relações humanas e do respeito à liberdade dos sujeitos.

Se não sabemos aonde nos conduz a tecnologia, temos conhecimento, ao menos, do que dela podemos esperar: que, por si só, não vá solucionar os problemas sociais, renovar a democracia, nem nos imortalizar. Não há potência na tecnologia que não seja moldada, mediada, pelas tendências sociais mais profundas, tanto as que se voltam à emancipação quanto as que se destinam à dominação e à exclusão. É uma sociedade estruturalmente excludente a que neutraliza as possibilidades de conexão e inclusão que a tecnologia digital implica, fazendo dela um meio de *agravamento* da *desigualdade social*. (MARTÍN-BARBERO, 2008, p. 23-24, grifo do autor).

Conforme já destacado, a tecnologia pode contribuir para a politização e educação dos sujeitos, porém, pode ser também um grande espaço para a disseminação do ódio e da violência de diversas naturezas.

Por um lado, a internet pode potencializar preconceitos de orientação sexual, de raça e etnia, práticas de bullying, de pedofilia, exacerbação de consumo e individualismo, entre outras. Por outro, do ponto de vista da participação cidadã juvenil, as TICs contribuem para gerar coletivos virtuais, quebrando isolamentos, ampliando as possibilidades de ação e disseminação de causas sociais e modificando as relações entre elas. Como nunca aconteceu antes, diferentes grupos e ideias se expõem uns aos outros. (ABRAMO, 2014 p. 84).

Gramsci (2004) chama a atenção para esta reflexão, o qual é importante o fortalecimento das relações humanas, estabelecimento de vínculos afetivos, empatia e respeito pelas liberdades nos espaços coletivos para assim, favorecer a luta pela transformação da sociedade e pela emancipação humana. “Sem uma perfeita combinação de nós mesmos, não poderemos compreender verdadeiramente os outros.” (GRAMSCI, 2004, p. 56).

A cultura é uma coisa bem diversa. É organização, disciplina do próprio eu interior, é tomada de posse da própria personalidade, é conquista de consciência superior pela qual se consegue compreender o próprio valor histórico, a própria função na vida, os próprios direitos e os próprios deveres. Mas tudo isto não pode acontecer por evolução espontânea, por ações e reações independentes da própria vontade, como acontece na natureza vegetal e animal, em que cada coisa seleciona e especifica inconscientemente os próprios órgãos, por lei fatal das coisas. O homem é sobretudo espírito, isto é, criação histórica e não natureza. Não se explicaria de outro modo a razão por que, tendo sempre existido explorados e exploradores, criadores de riqueza e seus consumidores egoístas, não se tenha ainda realizado o socialismo. É que só grau a grau, estrato a estrato, a humanidade adquiriu consciência do seu próprio valor e conquistou o direito de viver independentemente dos esquemas e dos direitos de minorias afirmadas num tempo precedente. E esta consciência formou-se não sob o ferrão brutal das necessidades fisiológicas, mas pela reflexão inteligente, primeiro por alguns e depois por toda a classe, sobre a razão de certos fatos e sobre os meios considerados melhores para os converter de ocasião de vassalagem em insígnia de rebelião e de reconstrução social. (GRAMSCI, 2004, p. 58).

Eis o desafio da luta pela emancipação humana, pela liberdade plena dos sujeitos, que, cada qual com as suas singularidades, deveriam viver harmonicamente e em pé de igualdade nos espaços coletivos. O capitalismo contemporâneo está cada vez mais destrutivo, pois, reificou os seres humanos, fragilizou as relações sociais, mercadorizou o ser social, isolou pessoas, segregou grupos e agora dá forças para a classe dominante destilar ainda mais ódio e preconceito, oprimindo ainda mais, grupos historicamente vitimizados e violentados pelo atual sistema e pelos seus mais poderosos antagonistas – diga-se, a burguesia.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Sonha e serás livre de espírito... luta e serás livre na vida” (Che Guevara).

Chegamos ao fim de uma longa jornada. Foram mais de dois anos de intenso trabalho que valeram a pena. Sem dúvida uma rica caminhada e uma fase de amadurecimento. O presente trabalho, quando ainda se encontrava em fase de planejamento ponderou a seguinte hipótese: O processo sócio-histórico, político e cultural brasileiro, com enfoque a partir da década de 1970, quando a cultura de periferia norte-americana chegou até o Brasil e assim, formatou uma nova cultura dos guetos cariocas, que foram se estendendo ao longo das décadas seguintes, contribuiu para a visibilidade do cotidiano das classes pobres, sendo que, a partir da música, da arte, da atenção da mídia, seja pela nova cultura ou pela acentuação da violência, cultivou o que hoje chamamos de criminalização da adolescência e da juventude. O preconceito classista que as populações pobres vêm sofrendo, acentua a assertiva de que o consumo se tornou sinônimo de cidadania. Concomitante a este fenômeno, observa-se que as relações sociais vêm se diluindo e o consumo ganha grande importância. Neste tocante, a prática do ato infracional tem sido um recurso ou o único possível no contexto vivencial utilizado pelos adolescentes para acompanharem o fenômeno da “compra da cidadania”.

É inegável que a influência da cultura norte-americana sobre a brasileira tem como base o contexto do capitalismo mundializado, cuja história do processo de acumulação capitalista, produção da mais-valia e expropriação dos sentidos humanos do trabalhador acentua-se a cada tempo, afetando de formas antagônicas as classes sociais.

A destarte do exposto e das questões que problematizaram a presente pesquisa é possível sintetizá-las afirmando que ao longo deste trabalho foi possível identificar as variadas transformações ocorridas na sociedade mediante os avanços do capitalismo contemporâneo. O processo de acumulação capitalista sem precedentes e a interdependência entre os países nas relações mundializadas reconfiguraram a dinâmica do ser social nos seus processos de trabalho e nas suas formas de socialidade. A análise de literatura e a pesquisa de campo puderam

demonstrar que a vida em sociedade ganha um novo formato a partir da necessidade do consumo ostensivo.

A mercadoria, fetichizada pelo mercado, pela publicidade e pelos consumidores regem o estabelecimento de relações nos contextos sociais. A marca se tornou sinônimo de visibilidade e o consumo se associa à cidadania.

O cenário político e econômico, regidos pela ordem societária capitalista influem neste processo de formação da sociedade de consumidores, pois a ordem do dia é a acumulação de riquezas e a expropriação de consumidores não potenciais da sociedade. A crise estrutural do capital também afeta de maneira devastadora o pertencimento social, a consciência de classe e as estratégias de sobrevivência na contemporânea sociedade desigual.

Este processo alimenta a segregação entre as classes sociais e a visão estereotipada e preconceituosa de que a classe trabalhadora deve limitar o consumo apenas para a sua subsistência e não para garantir de fato os direitos fundamentais, sociais e humanos preconizadas nas legislações atualmente vigentes.

As transformações aqui apontadas remontam a construção social da adolescência que, com a sua visão de mundo em formação, buscam na mercadoria um alento, um reconhecimento, o respeito e a visibilidade. Condicionar a mercadoria como espaço ou objeto de felicidade apresenta-se como uma das múltiplas perversidades que o capital impera ao ser social no cotidiano. Neste contexto, os adolescentes da classe trabalhadora sofrem com maior intensidade, pois as condições materiais e econômicas não os permitem ou os limitam a buscar conforto e atenção na mercadoria.

Quando estes adolescentes conseguem acessar a mercadoria, seja pela via da legalidade ou da ilegalidade, são atacados com preconceitos, intolerância e ódio, nutrindo os estigmas e estereótipos da minoridade e da irregularidade construídas ao longo da história e que permanecem vivas neste tempo presente. Esta reflexão se intensificou durante a realização das entrevistas na pesquisa de campo e, posteriormente, quando realizamos a discussão dos dados com base em análise de literatura, considerando o fio condutor marxiano selecionado para esta dissertação que ora se encerra.

Os entrevistados se originam da classe que vive do trabalho, possuem familiares que se encontram no exército industrial de reserva, ou seja, são trabalhadores, mas não se reconhecem como tais por estarem na condição de

desemprego. As políticas sociais que deveriam protegê-los das situações de risco e vulnerabilidades decorrentes da atual condição de pobreza apenas alivia a situação, devido às ações imediatistas e não emancipatórias.

Não há espaços acessíveis no município de Batatais para a sociabilidade destes jovens. Os espaços que existem, são caros e óbvio, excludentes. Os eventos celebrados todos os anos estão cada vez mais caros. Batatais é uma cidade turística, e, neste bojo, vem se configurando num processo de elitização do território, proporcionando eventos de alto custo, estabelecimentos de entretenimentos que também se apresentam a preços inacessíveis dependendo da faixa de renda, moradias que ofereceriam melhores condições de vida estão encarecendo mediante a especulação imobiliária, enfim, restam aos adolescentes que vivem em condição de pobreza as praças que oferecem nada mais do que bancos para se sentar e árvores, as ruas, *trailers* de lanches e sorvetes, ou mesmo, os espaços das próprias *quebradas*. Não é corriqueiro, mas, ocasionalmente, o município sedia eventos que contemplam as identidades destes jovens (shows de *rap*, *funk* ou *hip hop*), contudo, estes, quando realizados, ficam sob a mira opressiva do policiamento. O direito à cidade é uma garantia não garantida, não contemplada para a totalidade dos cidadãos do município pesquisado.

Desta forma, estes adolescentes criam seus mecanismos de sociabilidade e de pertença. Utilizam as ruas e as praças para viverem socialmente, usufruindo o pouco que estes espaços podem oferecer e buscam complementar os mesmos com os seus celulares e aparelhos de som que tocam incessantemente as músicas que mais os representam, ocasionando a ira e o preconceito de munícipes que criminalizam a pobreza com as suas visões de mundo conservadoras e segregadoras.

Nestas relações estabelecidas em espaços públicos, precarizados e ausentes de diversão e entretenimentos, apresentam-se adolescentes e jovens, envolvidos ou não em atos infracionais. Todavia, traçar o perfil destes adolescentes, não configura o direito de tecer julgamentos e criminalizá-los, ao invés disto, seria importante que os mesmos provocassem as políticas públicas a proteger com dignidade e qualidade todos os adolescentes, principalmente aqueles que vivem nos caminhos da infração.

Sobre estes, a pesquisa permitiu revelar que, mesmo com as mudanças teóricas, técnicas e metodológicas estabelecidas no sistema socioeducativo, os índices de ato infracional vem se intensificando. A cada divulgação de dados oficiais

sobre a prática do ato infracional no Brasil, é perceptível o nivelamento das práticas de roubo, furto e tráfico de drogas, atos mais praticados. Ao mesmo tempo, observamos a mídia, a favor dos interesses do Estado, comitê gestor da classe dominante, acentuando a visão de que os atos de homicídios praticados por adolescentes estão exorbitantes, necessitando rever a idade penal. Sabe-se, mediante os dados oficiais, que o homicídio e o latrocínio são atos praticados por adolescentes em menor intensidade.

No tocante à prática do ato infracional e à aplicação das medidas socioeducativas, o exercício profissional na medida de internação, o percurso da pesquisa e a participação na elaboração do Plano Decenal das Medidas em Meio Aberto (COMISSÃO DE GESTÃO INTEGRADA, 2015), registramos que faltam parâmetros no momento do judiciário sentenciar a medida. Existem seis possíveis medidas socioeducativas, preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente: advertência, obrigação de reparar o dano, liberdade assistida, prestação de serviços à comunidade, semiliberdade e internação.

Entende-se que, cada medida, corresponde a um nível de gravidade para o ato cometido, entretanto, o que foi observado, é a constante aplicação de uma mesma medida para atos distintos, de gravidades distintas. Existem as diversas medidas, mas não existe um parâmetro que mensure o tipo de ato para cada nível de ato cometido. Desta forma, concluímos que cada juiz, segundo a sua mentalidade e formação jurídica, age à sua maneira. Concluimos também que, esta lacuna entre atos graves ou leves e a aplicação de medida, banaliza o sistema socioeducativo que há poucos anos busca romper com a visão da irregularidade e da menoridade.

Outras duas questões importantes para esta finalização é a observação realizada sobre a aplicação simultânea de duas medidas para um único ato infracional cometido e a progressão de uma medida para outra. Sobre a primeira questão, o campo de pesquisa apresentou um contingente de 36 adolescentes cumprindo duas medidas socioeducativas por um único ato infracional cometido. As alegações estão voltadas para a necessidade de o adolescente ser mais responsável e para que a rede de atendimento seja mais ativa com ele. É sabido que a rede de políticas públicas está precarizada e sucateada, considerando a crise do capital, o ajuste fiscal e outras ações que desmontam as políticas para a manutenção da ordem burguesa capitalista.

O que este trabalho repudia é responsabilizar duas vezes um adolescente por um ato cometido. Este adolescente está sendo responsabilizado pela

precariedade das políticas públicas que o desprotege e o vitimiza. A responsabilização é importante sim, porém, as políticas públicas também possuem o seu compromisso, no entanto, a ineficácia e o descompromisso por motivos já explícitos, transferem a responsabilidade para aqueles que deveriam possuir os seus direitos garantidos pelas mesmas políticas.

A segunda questão refere-se sobre a progressão de medida. O que isto significa? Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa de semiliberdade ou internação, ao invés de ter a medida encerrada no tempo em que for avaliada conveniente esta decisão, tem a sua medida progredida para outra em meio aberto, de forma a manter o acompanhamento do mesmo e de sua família. Ora, mas não há uma Rede de Proteção Social que tem por excelência este compromisso? A crítica recai da mesma forma que a questão anterior. Novamente, os adolescentes assumem a responsabilidade pelas falhas das políticas públicas, cumprem mais de uma medida pela ineficácia da rede e pelo desmonte dos direitos sociais. Ao mesmo tempo que o sistema socioeducativo falha, culpabilizando os adolescentes pela inoperância das políticas públicas, a segurança pública também apresenta as suas lacunas e defasagens, que acentuam a violência e a barbárie.

A política de segurança pública possui responsabilidades enquanto partícipe do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) ao adolescente. Não adianta pensar em ações combativas pela redução da prática do ato infracional, se a segurança falha no combate pelo fim da criminalidade. Mesmo com as ações hoje postas, a criminalidade se acentua e o sistema prisional encarcera, mas não reeduca. A frustração pela inoperância da política de segurança pública configura entre os trabalhadores desta, ações de opressão e truculência pela não resolução do problema da violência e da criminalidade. A segurança extermina as pessoas envolvidas na criminalidade e demais civis (pobres e negros, em sua maioria), acreditando piamente que a violência se resolverá desta forma. Ledo engano!

Destarte, vivemos em um cenário na qual as políticas públicas estão sucateadas e em processo de desmonte, a segurança agindo pela truculência e não pelo diálogo e responsabilização, uma mídia que oferece um desserviço para a população, mantendo-a alienada no seu cotidiano e dificultando os processos de formação de consciência crítica, o Estado na sua atual gestão, militando às avessas por ações de intensificação do conservadorismo a favor do capital, nivelando a

barbárie para a acumulação de riqueza e manutenção de um poder absoluto que fere a democracia e a liberdade dos sujeitos.

Durante a construção desta pesquisa, o presente autor desenvolveu uma atividade na Fundação CASA de Batatais com vistas a discutir com os adolescentes, questões referentes à temática da redução da maioridade penal. Observou-se que, dentre todos os adolescentes que participaram da atividade, uma tímida parte demonstrava maior criticidade e condições de pensar a conjuntura que os cercam e a relação desta com a sua atual condição. Dentre as reflexões realizadas de forma crítica, o que mais chamou a atenção foi o questionamento de um adolescente – se o capitalismo provoca tantos males à sociedade, por que ele ainda existe? Não existe uma forma de acabar com este sistema?

Claro que os adolescentes não ficaram sem respostas. Procurou-se, didaticamente trazer esclarecimentos acerca do questionamento do adolescente. Porém, ouvir tal pergunta, fortalece a chama da esperança e as energias para prosseguirmos na luta diária pelo fim de todas as formas de injustiças, intolerâncias, ódios, opressões, preconceitos, discriminações, dentre outras pautas.

Cada jovem, cada adolescente se movimenta e se mobiliza de uma forma. As contradições e as perversidades do capitalismo impactam diferentemente cada sujeito. O que se observa em face aos adolescentes que cumpriam medida socioeducativa no período de exercício profissional do presente autor, os que cumprem medida atualmente e os sujeitos da presente pesquisa, que cumpriam medida em meio aberto, buscaram no ato infracional, além de “melhores” condições de vida, de pertencimento e sociabilidade nos territórios e visibilidade via posse de mercadorias ostensivas, formas radicais de se posicionarem contra este sistema que os domina, os controla, os oprime e os segrega. Os adolescentes se rebelaram não pela consciência de classe, mas pela infração, o único caminho que permitiu maior visibilidade, sendo esta analisada sob o julgo do conservadorismo e da barbárie.

É preciso que a juventude sonhe, lute, ame e resista, mesmo diante de todas as dificuldades e entraves postos no tempo presente pelo capitalismo e por seus representantes, para que o movimento pela plena liberdade cresça, ganhando novos simpatizantes e idealizadores, deixando as melhores sementes para as futuras lutas das próximas gerações.

Para concluir, o percurso da presente pesquisa proporcionou o alcance dos objetivos propostos, sendo que, em cada capítulo e subcapítulo, contemplamos os

objetivos estabelecidos na fase de planejamento. Os resultados esperados foram alcançados, considerando toda a discussão realizada ao longo dos quatro capítulos. Esta pesquisa encerra o seu percurso, sem esgotar as discussões. É preciso que novos estudos, em outros territórios, com outros recortes sejam realizados de modo a contribuir com o pensamento crítico-social da adolescência, numa perspectiva de totalidade na contemporaneidade, visando romper gradativamente com os estereótipos e estigmas enraizados e nutridos pela sociedade conservadora e criminalizadora. Neste sentido, a ciência tem um grande e desafiador compromisso, que é o de construir conhecimento a favor do fortalecimento dos laços humanos, da criticidade da população, do respeito, da tolerância pelas diversidades, da justiça, da dignidade, da liberdade plena e da emancipação humana. É a ciência a serviço do resgate da humanidade e da sensibilidade do ser social.

REFERÊNCIAS

- ABRAMO, Helena (Coord.). *Estação juventude: conceitos fundamentais – pontos de partida para uma reflexão sobre políticas públicas*. Brasília DF: Secretaria Nacional da Juventude, 2014.
- ABREU, Marina Maciel. *Serviço Social e a organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2011.
- ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos*. Tradução de Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.
- _____. *Indústria cultural e sociedade*. Tradução de Augustin Wernet e Jorge Mattos Brito de Almeida. 5. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
- _____. *Introdução à sociologia da música*. Tradução de Fernando R. de Moraes Barros. São Paulo: Ed. Unesp, 2011.
- ALMEIDA, Renato Souza. A participação juvenil a partir do debate sobre políticas públicas de juventude. In: PAPA, Fernanda de Carvalho; FREITAS, Maria Virgínia (Org.). *Juventude em pauta: políticas públicas no Brasil*. São Paulo: Peirópolis, 2011.
- ALMEIDA NETO, Mateus Antonio de. *Juventudes e estilos de vida: o uso dos lugares de lazer e sociabilidades*. Jundiaí: Paco, 2013.
- ALVES, Camila Aloisio; MENEZES, Nathália dos Santos; CATHARINO, Tania Ribeiro. Jovens em situação de rua: buscando explicações e ampliando o olhar. In: CATHARINO, Tania Ribeiro; GONÇALVES, Maria Alice Rezende (Org.). *Adolescências e juventudes: entre o espaço público e as políticas de cuidados*. Rio de Janeiro: Quartet, 2008.
- ALVES, Giovanni. *Trabalho e neodesenvolvimentismo: choque de capitalismo e nova degradação do trabalho no Brasil*. Bauru: Canal 6, 2014.
- ANDRADE, Maria Margarida de. *Como preparar trabalhos para cursos de pós-graduação: noções práticas*. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- ARENDT, Hannah. *Sobre a violência*. Tradução de André Duarte. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.
- _____. *A condição humana*. Tradução de Roberto Raposo. 12. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.
- ARIÈS, Philippe. *História social da criança e da família*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- ARROYO, Margarete. Escola, juventude e música: tensões, possibilidades e paradoxos. *Em Pauta*, Porto Alegre, v. 18, n. 30, p. 5-39, jan./jun. 2007. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/EmPauta/article/view/7465/4651>>. Acesso em: 28 fev. 2013.

AZEVEDO, Maria Amélia; GUERRA, Viviane Nogueira de Azevedo. *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. 2. ed. São Paulo: Iglu, 1989.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. 5. ed. rev. e atual. Lisboa: Ed. 70, 2008.

BARREIROS, Renato; DANTAS, Konrad. *Documentário funk ostentação*. Produzido por Konzilla, 3K Produtora e Funk na Caixa. 2012. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=loK1K75fj2E>>. Acesso em: 19 ago. 2015.

BARROCO, Maria Lúcia. *Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

_____. Reflexões sobre liberdade e (in)tolerância. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 119, p. 468-481, jul./set. 2014.

BARROS, Aidil Jesus da Silveira; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. *Fundamentos de metodologia científica*. 3. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

BAUER, Martin W. Análise de conteúdo clássica: uma revisão. In: GASKELL, George; BAUER, Martin W. *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som*. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 6. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2007.

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as consequências humanas*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro: Zahar, 1999.

_____. *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

_____. *Identidade*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

_____. *Tempos líquidos*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

_____. *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

_____. *Ensaio sobre o conceito de cultura*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

_____. *Sobre educação e juventude*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013a.

_____. *A cultura no mundo líquido moderno*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013b.

_____. *Danos colaterais: desigualdades sociais numa era global*. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Zahar, 2013c.

_____. *A riqueza de poucos beneficia a todos nós?* Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

BERETTA, Regina Célia de Souza. *Um dos desafios da questão social: adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa em Araraquara-SP*. 2010. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2010.

BERNARDO, Gustavo. Qual é a diferença entre ética e moral? *Revista Eletrônica do Vestibular*, Rio de Janeiro, ano 4, n. 12, 2011. Disponível em: <http://www.revista.vestibular.uerj.br/coluna/coluna-pdf.php?seq_coluna=68>. Acesso em: 26 maio 2015.

BOURDIEU, Pierre. *Questões de sociologia*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BRABO, Paulo. *A família pré-industrial*. 1 fev. 2006. Disponível em: <<http://www.baciadasalmas.com/a-conturbada-historia-da-familia/>>. Acesso em: 5 set. 2015.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*: versão atualizada até a emenda n. 90/2015. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 16 set. 2015. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 10 mar. 2015.

_____. Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro de 1927. Consolida as leis de assistência e proteção a menores. *Coleção de Leis do Brasil*, Poder Executivo, Rio de Janeiro, 31 dez. 1927. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1910-1929/D17943A.htm>. Acesso em: 20 jun. 2014.

_____. Decreto nº 1.056, de 11 de fevereiro de 1994. Regulamenta a Lei nº 8.642, de 31 de março de 1993, e estabelece a forma de atuação dos órgãos do Poder Executivo para execução do Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente, e dá outras providências. Poder Legislativo, Brasília, DF, 11 de fevereiro de 1994. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d1056.htm>. Acesso em: 20 jun. 2014.

_____. Decreto nº 7.492, de 2 de junho de 2011. Institui o Plano Brasil Sem Miséria. Poder Legislativo, Brasília, DF, 2 de junho de 2011. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/Decreto/D7492.htm>. Acesso em: 20 jun. 2014.

_____. Decreto nº 99.710, de 21 de novembro de 1990. Promulga a Convenção dos Direitos da Criança. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 21 nov. 1990b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/D99710.htm>. Acesso em: 6 set. 2014.

BRASIL. Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979. Institui o Código de Menores. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 10 out. 1979. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/L6697.htm>. Acesso em: 9 jun. 2014.

_____. Lei nº 8.069 de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. 1990a. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 13 jul. 1990a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm>. Acesso em: 10 mar. 2014.

_____. Lei nº 8.642, de 31 de março de março de 1993a. Dispõe sobre a instituição do Programa Nacional de Atenção Integral à Criança e ao Adolescente - Pronaica e dá outras providências. Poder Legislativo, Brasília, DF, 31 de março de 1993. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1989_1994/L8642.htm>. Acesso em: 10 jun. 2014.

_____. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Poder Legislativo, Brasília, DF, 20 de dezembro de 1996. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>. Acesso em: 10 jun. 2014.

_____. Lei nº 12.061, de 27 de outubro de 2009. Altera o inciso II do art. 4º e o inciso VI do art. 10 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, para assegurar o acesso de todos os interessados ao ensino médio público. Poder Legislativo, Brasília, DF, 27 de outubro de 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12061.htm>. Acesso em: 10 jun. 2014.

_____. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Poder Legislativo, Brasília, DF, 19 de setembro de 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8080.htm>. Acesso em: 10 jun. 2014.

_____. Lei nº 10.216, de 6 de abril de 2001. Dispõe sobre a proteção e os direitos das pessoas portadoras de transtornos mentais e redireciona o modelo assistencial em saúde mental. Poder Legislativo, Brasília, DF, 6 de abril de 2001. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10216.htm>. Acesso em: 10 jun. 2014.

_____. Lei nº 8.742 de 7 de dezembro, 1993. Lei Orgânica da Assistência Social. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 8 dez. 1993b. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8742.htm>. Acesso em: 4 set. 2014.

_____. Lei nº 12.010/2009, de 3 de agosto de 2009. Dispõe sobre o Direito à Convivência Familiar e Comunitária. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 3 ago. 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l12010.htm>. Acesso em: 7 set. 2014.

BRASIL. Lei nº 12.594, de 18 de janeiro de 2012. Institui o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE). *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 19 jan. 2012. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12594.htm>. Acesso em: 20 jun. 2014.

_____. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. *Diário Oficial da União*, Poder Legislativo, Brasília, DF, 6 ago. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 3 mar. 2014.

_____. Secretaria Geral. *Mapa do encarceramento: os jovens do Brasil*. Brasília, DF, 2015b. (Juventude viva).

BUCCI, Eugênio. Do rolezinho ao rolezaço. *Época*, São Paulo, ed. 816, p. 2, jan. 2014.

BURKE, Peter. *O que é história cultural?* Tradução de Sérgio Goes de Paula. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CABRINI, Marcela Cezillo; SILVA, Thiago Rodrigo. Os percursos da Assistência Social no Brasil: Uma política pública centrada na territorialidade. In: CONGRESSO LATINOAMERICANO DE SOCIOLOGIA, 29., 2013, Santiago. *Acta científica*. Santiago: ALAS, 2013. p. 1-11.

CALHEIROS, Vera; SOARES, Carla. A naturalização do ato infracional de adolescentes em conflito com a lei. In: PAIVA, Vanilda; SENTO-SÉ, João Trajano (Org.). *Juventude em conflito com a lei*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

CAMARGOS, Roberto. *Rap e política: percepções da vida social brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2015.

CARMO, Paulo Sérgio do. *Culturas da rebeldia: a juventude em questão*. 3. ed. São Paulo: Senac, 2000.

CARVAJAL, Guillermo. *Tornar-se adolescente: a aventura de uma metamorfose – uma visão psicanalítica da adolescência*. Tradução de Claudia Berliner. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

CATANI, Afrânio Mendes; GILIOLI, Renato de Sousa Porto. *Culturas juvenis: múltiplos olhares*. São Paulo: Ed. UNESP, 2008. (Paradidáticos).

CAVALCANTI, Martina. 16 marcas exaltadas pelo funk ostentação. *Exame*, São Paulo, 31 jul. 2013. Disponível em: <<http://exame.abril.com.br/marketing/noticias/as-marcas-do-funk-ostentacao-2>>. Acesso em: 15 set. 2015

CENTRO DE ESTUDOS PARA O DESENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO; NÚCLEO DE INFORMAÇÃO E COORDENAÇÃO DO PONTO BR. *Pesquisa TIC Kids Online*. São Paulo, 2013.

CHAPLIN, Charles Spencer. *O garoto (The kid)*. Direção: Charles Chaplin. EUA: United Artists, 1921. 120 minutos, mudo, preto e branco. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2012a. (Folha Charles Chaplin).

_____. *O Grande Ditador*. Direção: Charles Chaplin. EUA: First Nacional, 1940. 68 minutos, som, preto e branco. São Paulo: Folha de S. Paulo, 2012b. (Folha Charles Chaplin).

CHARLES CHAPLIN. In: E-BIOGRAFIAS. 2015. Disponível em: <http://www.e-biografias.net/charles_chaplin/>. Acesso em: 6 set. 2015.

CHARLES Dickens. In: E-BIOGRAFIAS. 2015. Disponível em: <http://www.e-biografias.net/charles_dickens/>. Acesso em: 6 set. 2015.

COGGIOLA, Osvaldo. O comércio de drogas hoje. *Olho na História*, Salvador, n. 4, 1997. Disponível em: <<http://www.olhodahistoria.ufba.br/04coggio.html>>. Acesso em: 28 ago. 2015.

COMISSÃO DE GESTÃO INTEGRADA. *Plano Decenal das Medidas Socioeducativas de Liberdade Assistida e de Prestação de Serviços à Comunidade*. Batatais: SMAS ; CREAS, 2015.

CONSELHO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Resolução Conjunta, n. 01, de 18 de junho de 2009. Aprova o documento Orientações Técnicas: Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 2 jul. 2009. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/cnas/noticias/cnas-2009-001-18-1-06-2009.pdf/download>>. Acesso em: 12 set. 2014.

CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006. Dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 20 abr. 2006. Seção 1. p. 3-5.

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. *Panorama nacional: execução das medidas socioeducativas de internação*. Programa Justiça ao Jovem. Brasília DF: ST, 2012.

CORTELLA, Mario Sérgio. O espaço da ética na relação indivíduo e sociedade. In: BONETTI, Dilsea Adeodata et al. (Org.). *Serviço Social e ética: convite a uma nova práxis*. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

CORTELLA, Mario Sérgio; BARROS FILHO, Clóvis de. Ética no cotidiano. *Café Filosófico*. Gravado nos estúdios da CPFL Cultura em Campinas. Programa da TV Cultura. 29 maio 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=eE9J4oHop0E>>. Acesso em: 26 maio 2015.

CUNHA, Lucas de Lima e. Os clássicos da “literatura” sociológica infantil: as crianças e a infância de acordo com Marx, Weber, Durkheim e Mauss. *Plural: Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP*, São Paulo, v. 20, n.1, p. 83–98, 2013.

DALL’IGNA, Marta Beatriz dos Santos. *Traje das crianças*. Pato Branco, 19 ago. 2012. Disponível em: <<http://estudodainfancia.blogspot.com.br/2012/08/o-traje-das-criancas.html>>. Acesso em: 5 set. 2015.

DANTAS, Guilherme Aparecido (MC Guimê). Tá patrão. *Funk ostentação*. Composição e Intérprete: MC Guimê. São Paulo: Máximo Produtora, 2012. Download digital.

DANTAS, Tiago. *Funk*. [20--]. Disponível em: <<http://www.brasile scola.com/artes/funk.htm>>. Acesso em: 26 set. 2015.

DICKENS, Charles. *Oliver Twist*. Tradução de Sandra Pina. São Paulo: Melhoramentos, 2012.

DUTRA, Juliana Noronha. *Rap e identidade cultural*. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM MÚSICA, 16., 2006, Brasília. *Anais de pesquisa*. Brasília, DF: ANPPOM, 2006. Disponível em: <[http://www.unirio.br/mpb/textos/AnaisANPPOM/Anppom%202006/060830_1122%20\(D\)/CDROM/COM/02_Com_Etno/sessao02/02COM_Etno_0202-092.pdf](http://www.unirio.br/mpb/textos/AnaisANPPOM/Anppom%202006/060830_1122%20(D)/CDROM/COM/02_Com_Etno/sessao02/02COM_Etno_0202-092.pdf)>. Acesso em: 25 fev. 2013.

FERNANDES, Florestan. *Sociedade de classes e subdesenvolvimento*. 5. ed. São Paulo: Global, 2008.

FILIPOUSKI, Ana Mariza; NUNES, Maria Denise Crespo. *Juventudes: diálogos e práticas*. Erechim: Edelbra, 2012.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: história da violência nas prisões*. Tradução de Raquel Ramalheite. 39. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. *Microfísica do poder*. Tradução de Roberto Machado. 25. ed. São Paulo: Graal, 2012.

FRANÇA, Wellington (MC Boy do Charmes). Megane. *Funk ostentação*. Composição e Intérprete: MC Boy do Charmes. São Paulo: Gravadora Independente, 2011. Download digital.

FREITAS, Tais Pereira de. Serviço Social e medidas socioeducativas: o trabalho na perspectiva da garantia de direitos. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 105, p. 30-49, jan./mar. 2011.

FUCS, José. Os rolezinhos e o festival de besteiras que assola o país. Blog do Fucs. *Época*, São Paulo, ed. 816, jan. 2014. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/colunas-e-blogs/blog-do-fucs/noticia/2014/01/os-rolezinhos-e-o-festival-de-besteiras-que-assola-o-pais.html>>. Acesso em: 15 fev. 2014.

GIDDENS, Anthony. *A estrutura de classes das sociedades avançadas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

GOOGLE MAPS. *Dados cartográficos sobre o município de Batatais*. Disponível em: <<https://www.google.com.br/maps>>. Acesso em: 30 mar. 2015.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Tradução, organização e edição de Carlos Nelson Coutinho e outros. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. v. 6.

_____. *Escritos políticos*. 1910-1920. Edição de Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004. v. 1.

HARVEY, David. *Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana*. Tradução de Jeferson Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2014.

HELLER, Agnes. *O cotidiano e a história*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 8. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

IAMAMOTO, Marilda Villela. *O Serviço Social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional*. 15. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

_____. *Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social*. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

INÁCIO, Márcio Dionísio; MANDELBAUM, Belinda Piltcher Haber. *Território e famílias pobres: o espaço como lugar de subjetividade e como orientador de Políticas Públicas*. São Paulo: Ed. USP, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Demográfico 2010*. Brasília, DF, 2010.

_____. *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2012*. Brasília, DF, 2013.

_____. *Canais: cidades@*. São Paulo: Batatais. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=350590&search=sao-paulo|batatais|infograficos:-informacoes-completas>>. Acesso em: 10 mar. 2015.

_____.; FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS. *Economia brasileira em perspectiva*. Brasília, DF: Ministério da Fazenda, 2014.

JULIÃO, André. Juventude encarcerada. *Unesp Ciência*, São Paulo, ano 5, n. 50, p. 18-25, mar. 2014.

JUNG, Carl Gustav. Chegando ao inconsciente. In: _____. et al. *O homem e seus símbolos*. Tradução de Maria Lúcia Pinho. 2. ed. esp. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

JUNQUEIRA, Maíz Ramos; JACOBY, Márcia O olhar dos adolescentes em conflito com a lei sobre o contexto social. *Textos e Contextos*, Porto Alegre, v. 5, n. 6, p. 1-18, 2006.

KEEN, Andrew. *Vertigem digital*: por que as redes sociais estão nos dividindo, diminuindo e desorientando. Tradução de Alexandre Martins. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

KOGA, Dirce; ALVES, Vanice Aparecida. A interlocução do Território na agenda das Políticas Sociais. *Serviço Social & Saúde*, Campinas, v. 9, n. 9, p. 69-81, jul. 2010.

_____. *O CRAS e os serviços referenciados no território: o trabalho com famílias na ótica dos direitos*. In: CONFERÊNCIA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, 8. 2011. Brasília, DF: CNAS, 2011. Slides.

LEITE, Miriam L. Moreira. A infância no século XIX segundo memórias e livros de viagem. In: FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). *História social da infância no Brasil*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

LESSA, Sérgio. *Mundo dos homens: trabalho e ser social*. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

LIBERATI, Wilson Donizeti. *Adolescente e ato infracional: medida socioeducativa é pena?* 2. ed. São Paulo: Malheiros, 2012.

LIPOVETSKY, Gilles. *A felicidade paradoxal: ensaio sobre a sociedade de hiperconsumo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Souza. Reestruturação produtiva, trabalho informal e a invisibilidade social do trabalho de crianças e adolescentes. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, ano 34, n. 118, p. 294-317, abr./jun. 2014.

LÖWY, Michael; DUMÉNIL, Gérard; RENAULT, Emmanuel. *100 palavras do marxismo*. Tradução de Juliana Caetano da Cunha. São Paulo: Cortez, 2015.

LUIZ, Danuta E. Cantoia. *Emancipação e Serviço Social: a potencialidade da prática profissional*. 2. ed. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2013.

LUKÁCS, György. *Estética: la peculiaridad de lo estético – 1: cuestiones preliminares y de principio*. Tradução para o castelhano de Manuel Sacristán. Barcelona: Grijalbo, 1966.

_____. *Para uma ontologia do ser social I*. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *Para uma ontologia do ser social II*. Tradução de Nélío Schneider. São Paulo: Boitempo, 2013.

MACHADO, Mônica. *Consumo e politização: discursos publicitários e novos engajamentos juvenis*. Rio de Janeiro: Mauad X : Faperj, 2011.

MITO, José H. *María Bashkirtseff: un homenaje*. Buenos Aires, [20--?]. Disponível em: <http://www.bashkirtseff.com.ar/marie_bashkirtseff_1_espanol.htm>. Acesso em: 5 set. 2015.

MARQUES, Eduardo. *Redes sociais, segregação e pobreza*. São Paulo: Ed. Unesp, 2010.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. A mudança na percepção da juventude: sociabilidades, tecnicidades e subjetividades entre os jovens. In: BORELLI, Silvia H. S.; FILHO, João Freire (Org.). *Culturas juvenis no século XXI*. São Paulo: EDUC, 2008.

MARTINS, Vera Lúcia. A política de descriminalização de drogas em Portugal. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 114, p. 332-346, abr./jun. 2013.

MARX, Karl. Os fundamentos da história. In: IANNI, Octavio. (Org.). *Sociologia*. São Paulo: Ática, 1979.

_____. *O capital: crítica da economia política*. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985a. Livro 1.

MARX, Karl. *A miséria da filosofia*. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Global, 1985b.

_____. *Manuscritos econômico-filosóficos*. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2010.

_____. *Crítica do programa de gotha*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. *O capital: crítica da economia política: o processo de produção do capital*. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013. L. 1.

_____.; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. Tradução de Rubens Enderle, Nélío Schneider e Luciano Cavini. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____.; _____. *O manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Boitempo, 2010a.

_____.; _____. *Cultura, arte e literatura: textos escolhidos*. 2. ed. Edição de José Paulo Netto e Miguel Makoto Cavalcanti Yoshida. São Paulo: Expressão Popular, 2010b.

MESSYNESSY CHIC. *Be sociable, have a Pepsi*: 30 vintage ads. 2012. Disponível em: <<http://www.messynessychic.com/2012/09/11/be-sociable-have-a-pepsi-30-vintage-ads/>>. Acesso em: 10 set. 2015.

MÉSZÁROS, István. *A teoria da alienação em Marx*. Tradução de Isa Tavares. São Paulo: Boitempo, 2006.

_____. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. Tradução de Ana Cotrim e Vera Cotrim. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *A educação para além do capital*. Tradução de Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MÉSZÁROS, István. *A crise estrutural do capital*. Tradução de vários autores. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio da pesquisa social. In: _____. (Org.). *Pesquisa social: teoria, método e criatividade*. 27. ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Conselho Nacional de Assistência Social. *Política Nacional de Assistência Social*. Brasília, DF, 2004.

_____. Conselho Nacional de Assistência Social. *Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do Sistema Único de Assistência Social – NOB-RH/SUAS*. Brasília, DF, 2007.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME. Conselho Nacional de Assistência Social. Resolução 109, de 11 de novembro de 2009. Aprova a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 25 nov. 2009a. Disponível em: <<http://www.MDS.gov.br/assistenciasocial/protecaobasica/servicos/protecaoe-atendimento-integral-a-familia-paif/arquivos/tipificacao-nacional.pdf/download>>. Acesso em: 25 out. 2014.

_____. *Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social – NOB/SUAS*. Brasília, DF, 2012a.

_____. *Censo do Sistema Único de Assistência Social*. Brasília, DF, 2012b.

_____. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. *Identificação de localidades e famílias em situação de pobreza: vulnerabilidade social para ações voltadas para a juventude*. Brasília, DF, [2012]. Disponível em: <<http://aplicacoes.mds.gov.br/sagirms/idv/>>. Acesso em: 25 ago. 2015.

_____. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. *Diagnóstico Socioterritorial do município de Batatais/SP*. Sistema de Avaliação e Gestão da Informação. Brasília, DF, 2014a.

_____. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. *O SUAS no seu município: Batatais/SP*. Sistema de Avaliação e Gestão da Informação. Brasília, DF, 2014b.

_____. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. *Relatório de Informações Sociais: Programa Bolsa Família*. Sistema de Avaliação e Gestão da Informação. Brasília, DF, 2014c.

_____. Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação. *Data Social – Indicadores Sociais: população por faixa etária – Censo Demográfico de 2010*. Brasília, DF, 2015.

MORGADO, Maycon. *Martha Watts*. nov. 2012. Disponível em: <<http://exemplosdahistoria.blogspot.com.br/2012/11/martha-watts.html>>. Acesso em: 5 set. 2015.

MOVIMENTO 18 RAZÕES. *Governo e advogados criticam endurecimento de punição a adolescente em infração*. nov. 2013. Disponível em: <<http://www.18razoes.org.br/>>. Acesso em: 20 jun. 2014.

MUSTAFA, Patricia Soraya. A crise do capital, o desastre social e a orientação teórico-metodológica das políticas sociais. *Temporalis*, Brasília, DF, ano 15, n. 29, p. 89-107, jan./jun. 2015.

NEITSCH, Joana. A legalidade do Rolezinho. *Gazeta do Povo*, Curitiba, jan. 2014. Disponível em: <<http://www.gazetadopovo.com.br/vidapublica/justicadireito/conteudo.phtml?id=1441716>>. Acesso em: 3 mar. 2014.

NUNOMURA, Eduardo; SANCHES, Pedro Alexandre. *Rolezinhos de A a Z*. Blog *Carta Capital*, São Paulo, 28 jan. 2014. Farofafa. Disponível em: <<http://farofafa.cartacapital.com.br/2014/01/28/rolezinho-de-a-a-z/>>. Acesso em: 3 mar. 2014.

OLIVEIRA, Cirlene Aparecida Hilário Silva de; ELIAS, Wiataiana de Freitas. A dimensão socioeducativa do Serviço Social: Elementos para análise. *Serviço Social & Realidade*, Franca, v. 14, n. 1, p. 41-62, 2005.

OSTENTAÇÃO. In: DICIONÁRIO online de português. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/ostentacao/>>. Acesso em: 28 out. 2013.

OSTENTAÇÃO JÓIAS. *Pingente cifrão médio banhado a ouro*. Disponível em: <<http://www.ostentacaojoias.com.br/pingentes/pingente-cifrao-medio-banhado-a-ouro-18k/>>. Acesso em: 15 set. 2015.

PAIÚCA, Juliana Martinatti. *A experiência do trabalho do Serviço Social junto aos carcereiros da cadeia feminina de Franca/SP*. 2014. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Faculdade de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Franca, 2014.

PAIVA, Angela Randolpho. Juventudes: desigualdades e simetrias. In: _____. (Org.). *Juventude: cultura cívica e cidadania*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013.

PAIVA, Joseane Nadir da Mata. *Reconstruindo histórias: vivências de adolescentes em Liberdade Assistida na Comarca de Muriaé-MG*. 2008. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008. Disponível em: <http://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/11514/11514_1.PDF>. Acesso em: 15 ago. 2012.

PAIXÃO, Sara. *Rei do funk ostentação, MC Guime já tem seguidores: MC Gui e Nego do Borel*. maio 2014. Disponível em: <<http://extra.globo.com/tv-e-lazer/musica/rei-do-funk-ostentacao-mc-guime-ja-tem-seguidores-mc-gui-nego-do-borel-12585425.html>>. Acesso em: 19 ago. 2015.

PAULO NETTO, José *Capitalismo monopolista e Serviço Social*. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PAULO NETTO, José (Org.). *O leitor de Marx*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012a.

_____. Crise do capital e consequências societárias. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 112, p. 413-429, jul./set. 2012b.

_____. Impactos da crise do capital nas políticas sociais e no trabalho do/a assistente social. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ASSISTENTES SOCIAIS, 14., Águas de Lindóia. Águas de Lindóia: CFESS: CRESS: ABEPSS: ENESSO, 2013. Vídeo da Conferência de abertura. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=Y6j8L80jEn4>>. Acesso em: 10 mar. 2014.

_____.; BRAZ, Marcelo. *Economia política: uma introdução crítica*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEREIRA, Alexandre Barbosa. “A maior zoeira”: experiências juvenis na periferia de São Paulo. 2010. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

PORTAL BRASIL. *Brasil é o país que mais reduziu o trabalho infantil*. 2015. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2015/06/brasil-e-o-pais-que-mais-reduziu-o-trabalho-infantil>>. Acesso em: 20 ago. 2015.

PRADO, Eleutério. *Avesso do discurso econômico*. 20 nov. 2014. Disponível em: <<https://eleuterioprado.wordpress.com/page/3/>>. Acesso em: 12 set. 2015.

PRATTA, Márcia Aparecida Bertolucci. *Adolescentes e jovens... em ação: aspectos psíquicos e sociais na educação do adolescente hoje*. São Paulo: Ed. Unesp, 2008.

PREFEITURA DE BATATAIS. Secretaria Municipal de Assistência Social. Centros de Referência de Assistência Social. *Dados Quantitativos sobre os atendimentos de Acolhida – Plantão Social*. Batatais, 2014.

_____. Secretaria Municipal de Assistência Social. Centro de Referência Especializado de Assistência Social. *Dados sobre o atendimento e equipe de trabalho das medidas em meio aberto*. Batatais, 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. *Atlas do Desenvolvimento Humano do Brasil*. Brasília, DF, 2013. Disponível em: <<http://www.atlasbrasil.org.br/2013/>>. Acesso em: 28 jun. 2013.

PRUDÊNCIO, Juliana Desiderio Lobo. O adolescente e a mídia: uma crítica à *Malhação*. In: SALES, Mione Apolinário; RUIZ, Jefferson Lee de Souza (Org.). *Mídia, questão social e Serviço Social*. São Paulo: Cortez, 2009.

RÁDIO DA JUVENTUDE. *Funk Ostentação incomoda muita gente*. São Vicente, 2014. Disponível em: <<https://radiodajuventude.milharal.org/2014/01/30/funk-ostentacao-incomoda-muita-gente/>>. Acesso em: 19 ago. 2015.

REDE LFG. *Estrutura do ECA – Lei nº. 8069/90*. 2010. Disponível em: <http://direitocoletivojusto.files.wordpress.com/2010/06/rf_eca_2010_1.pdf>. Acesso em: 1 set. 2014.

RESENDE, Thiago. *122º aniversário Chaplin: O garoto de Charlot*. 11 abr. 2011. Disponível em: <<http://www.cinema7arte.com/site/?p=513>>. Acesso em: 5 set. 2015.

RIBEIRO, Aline et al. Como começou a onda do rolezinho. *Época*, São Paulo, ed. 816. jan. 2014. Disponível em: <<http://epoca.globo.com/vida/noticia/2014/01/como-comecou-onda-bdo-rolezinhob.html>>. Acesso em: 1 mar. 2014.

RIFF, Alice. A criminalização do funk pode resolver tudo, menos o problema. *Diário do Centro do Mundo*, [S.l.], 31 maio 2013. Disponível em: <<http://www.diariodocentrodomundo.com.br/a-criminalizacao-do-funk-pode-resolver-tudo-menos-o-problema/>>. Acesso em: 15 set. 2015.

RIZZINI, Irene. *O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para infância no Brasil*. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2011.

RONZANI, Telmo. Quem lucra com a guerra às drogas. *A3*, Juiz de Fora, set. 2014/ fev. 2015. Disponível em: <http://www.ufjf.br/revistaa3/files/2014/08/REVISTA7CS6_DAL_VERSION_web_52_54.pdf>. Acesso em: 15 maio 2015.

ROSA, Pablo Ornelas. *Juventude criminalizada*. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013.

ROSENFELD, Denis Lerrer. Decifrando os rolezinhos. *O Globo*, Rio de Janeiro, 27 jan. 2014. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/opiniao/decifrando-os-rolezinhos-11401425>>. Acesso em: 3 mar. 2014.

ROVER, Tadeu; SCOCUGLIA, Livia. Juízes de SP e RJ têm posições antagônicas sobre “rolezinhos”. *Consultor Jurídico*, São Paulo, 20 jan. 2014. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2014-jan-20/juizes-sp-rj-posicoes-antagonicas-casos-rolezinhos>>. Acesso em: 16 mar. 2014.

RUIZ, João Alvaro. *Metodologia científica: guia para eficiência nos estudos*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2009.

SAGRADO REDE DE EDUCAÇÃO. *História do Sagrado Coração de São Paulo*. São Paulo, 2015. Disponível em: <<http://redesagrado.com/sagrado-coracao-sao-paulo/pagina.php?id=8>>. Acesso em: 5 set. 2015.

SALES, Mione Apolinário. *(In)visibilidade perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência*. São Paulo: Cortez, 2007.

SÁNCHEZ VÁZQUEZ, Adolfo. *Ética*. 4 ed. Barcelona: Editorial Crítica, 1984.

_____. *Filosofia da práxis*. Tradução de Maria Encarnación Moya. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011. (Pensamento social latino-americano).

SANTANA, Ana Lúcia. *Rap*. [20--]. Disponível em: <<http://www.infoescola.com/musica/rap/>>. Acesso em: 26 set. 2015.

SANTOS, Karina dos. *O que é ser um Vida Loka?* 2009. Disponível em: <http://www.capao.com.br/abre_artigo.asp?id_artigo=395>. Acesso em: 1 out. 2012.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova*. São Paulo: Hucitec & Edusp, 1978.

_____. *Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal*. 6. ed. Rio de Janeiro: Records, 2001.

SÃO PAULO (Estado); FUNDAÇÃO CASA. *Plano de Atendimento Socioeducativo do Estado de São Paulo*. São Paulo, 2014.

_____.; _____. *A Lei do SINASE x o SINASE do CONANDA x aplicação no Estado de São Paulo*. São Paulo, 2012. Slides.

_____.; _____.; CASA BATATAIS. *Plano Político Pedagógico*. Batatais, 2012.

SARTÓRIO, Alexsandra Tomazelli; ROSA, Edinete Maria. Novos paradigmas e velhos discursos: analisando processos de adolescentes em conflito com a lei. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 103, p. 554-575, jul./set. 2010.

SAVAGE, Jon. *A criação da juventude: como o conceito de teenage revolucionou o século XX*. Tradução de Talita M. Rodrigues. Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

SCHERER, Giovani Antonio. *Serviço Social e arte: juventudes e direitos humanos em cena*. São Paulo: Cortez, 2013.

SEEKR STORM. *Mark Zuckerberg revela a quantidade total de usuários em suas redes sociais*. 4 maio 2015. Disponível em: <<https://seekr.com.br/blog/mark-zuckerberg-revela-a-quantidade-total-de-usuarios-em-suas-redes-sociais/>>. Acesso em: 18 ago. 2015.

SEVERINO, Antônio Joaquim. *Metodologia do trabalho científico*. 23. ed. rev. e atual. São Paulo: Cortez, 2007.

SHEPHERD, John; WICKE, Peter. *Music and cultural theory*. Malden: Blackwell Publishers, 1997.

SIGNIFICADOS. *O que é hip hop*. 2015a. Disponível em: <<https://www.significadosbr.com.br/hip-hop>>. Acesso em: 26 set. 2015.

SIGNIFICADOS. *O que é facebook*. 2015b. Disponível em: <<http://www.significados.com.br/facebook/>>. Acesso em: 26 set. 2015.

SILVA, Enid Rocha Andrade da; OLIVEIRA, Raissa Menezes de. *O adolescente em conflito com a lei e o debate sobre a redução da maioridade penal*: esclarecimentos necessários. Brasília DF: IPEA, 2015. (Nota técnica, n. 20).

SILVA, Thiago Rodrigo; LEHFELD, Neide Aparecida de Souza. Famílias e Instituições de Acolhimento para crianças e adolescentes: desafios na superação de conflitos e na humanização do atendimento nas medidas de proteção. In: SIMPÓSIO GÊNERO E POLÍTICAS PÚBLICAS, 3., 2014, Londrina. *Anais de Pesquisa*. Londrina: Ed. Universidade Estadual de Londrina, 2014. p. 1-12.

_____.; _____. Os olhares sociais acerca da prática do ato infracional: reflexões éticas para o tempo presente. *Textos & Contextos*, Porto Alegre, v. 14, n. 1, p. 74-86, jan./jun. 2015a.

_____.; _____. O SUAS em movimento: Desafios postos ao reordenamento da Rede de Serviços de Acolhimento Institucional para Crianças, Adolescentes e Jovens. In: BARBOSA, Agnaldo de Sousa et al. *Políticas públicas e desenvolvimento social*: horizontes e experiências. Curitiba: CRV, 2015b.

_____.; COSTA, Guilherme Moraes. *Proposta de planejamento para construção e execução do processo de reordenamento e expansão qualificada da rede de Serviços de Acolhimento Institucional para crianças, adolescentes e jovens*. Batatais: CMDCA : SMAS : SAI, 2014.

_____. Musicalidade e territórios da pobreza: juventude, periferia e manifestação popular através dos Raps de MV Bill. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE GESTÃO DE POLÍTICAS SOCIAIS E TERRITÓRIO, 1., 2013, Londrina: *Anais...* Londrina: Ed. Universidade Estadual de Londrina, 2013.

SILVEIRA, Rita de Cássia Caldas. *Adolescência e ato infracional*. Curitiba: UniBrasil, 2009. Disponível em: <<http://www.unibrasil.com.br/arquivos/direito/20092/rita-de-cassia-caldas-da-silveira.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2012.

SINGER, Paul. A juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Org.). *Retratos da juventude brasileira*: análises de uma pesquisa nacional. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Instituto Cidadania, 2011.

SIQUEIRA, Luana. *Pobreza e Serviço Social*: diferentes concepções e compromissos políticos. São Paulo: Cortez, 2013.

SONY PICTURES. *Oliver Twist*. 2014. Disponível em: <<http://www.sonypictures.com/movies/olivertwist/>>. Acesso em: 5 set. 2015.

SOUZA, Adilson Fernandes. *Integração SUAS/SINASE*: o sistema socioeducativo e a Lei 12.594/2012. São Paulo: Veras, 2012. (Temas, n. 9).

STOPPINO, Mario. Poder. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. Brasília, DF: Ed. UnB, 1986.

TECENDO IDEIAS. *A indústria cultural*. 2013. Disponível em: <http://tcendoumaideia.blogspot.com.br/2013_07_01_archive.html>. Acesso em: 10 set. 2015.

TONET, Ivo. *Educação contra o capital*. 2. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2012.

_____. *Método científico: uma abordagem ontológica*. 2. ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

TRASSI, Maria de Lourdes. *Adolescência-violência: desperdício de vidas*. São Paulo: Cortez, 2006.

_____.; MALVASI, Paulo Artur. *Violentamente pacíficos: desconstruindo a associação juventude e violência*. São Paulo: Cortez, 2010. (Construindo o compromisso social da psicologia).

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO. *Decisão/Mandado – Interdito Proibitório: Rolezinho no Shopping e outros*. Foro Regional de Itaquera. São Paulo, 2013. Disponível em: <<http://s.conjur.com.br/dl/rolezinho-metro-itaquera-dezembro.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2014. (Processo judicial).

_____. *Decisão – Interdito Proibitório: Rolezinho no Shopping Iguatemi e outros*. Foro de Campinas. Campinas, 2014. Disponível em: <<http://s.conjur.com.br/dl/rolezinho-iguatemi-campinas.pdf>>. Acesso em: 16 mar. 2014. (Processo Judicial).

VAL, Marina. *Conheça outros 8 assassinos mais jovens do mundo*. [S.l.], 27 nov. 2014. Disponível em: <<http://www.megacurioso.com.br/comportamento/54512-conheca-outros-8-assassinos-mais-jovens-do-mundo.htm>>. Acesso em: 5 set. 2015.

VIANA, Lucina Reitenbach. O *funk* no Brasil: Música desintermediada na cibercultura. *Sonora Unicamp*, Campinas, v. 3, n. 5, p. 1-21, 2010.

VIANNA JÚNIOR, Hermano Paes. *O Baile Funk Carioca: festas e estilos de vida metropolitanos*. 1987. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

VIOMUNDO. *Como chegamos a Danilo Gentili e funk ostentação*. nov. 2013. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/wp-content/uploads/2013/11/funk.jpg>>. Acesso em: 15 set. 2015.

VOLPI, Mario (Org.). *O adolescente e o ato infracional*. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

WACQUANT, Loïc. *Os condenados da cidade*. Tradução de José Roberto Martins Filho. 2. ed. Rio de Janeiro: Renan : FASE, 2001.

YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. *Sistema de proteção social brasileiro: modelo, dilemas e desafios*. Brasília, DF: MDS, 2011.

ZIEGLER, Jean. *Destruição em massa: geopolítica da fome*. Tradução de José Paulo Netto. São Paulo: Cortez, 2013.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Roteiro de entrevista diretiva**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL****Questões norteadoras para Pesquisa de Campo**

“Pratas, ‘Lacoste’, Grana e Novinhas”: Um estudo sobre a (des) construção social da adolescência através do ato infracional

Mestrando: Thiago Rodrigo da Silva

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Neide Aparecida de Souza Lehfeld

Nome fictício (vulgo ou codinome):

Idade:

Etnia:

Escolaridade:

Tempo de cumprimento de medida:

Cumpriu outras medidas? Se sim, quais e por que?

Bloco I – Cometimento do Ato Infracional

1. Comentários acerca do cometimento do ato infracional: qual foi, por qual motivo, quantas vezes, quais medidas já cumpriu, por quais motivos; como é cumprir medida em meio aberto em Batatais.
2. Por que a vida no meio infracional desperta a atenção dos adolescentes/jovens.
3. Como o adolescente/jovem observa a sociedade em relação ao ato infracional.
4. Se o adolescente/jovem possui sonhos/projeto de vida.

Bloco II – Cultura, consumo, visibilidade e sociedade

1. Sobre a ostentação: motivos, no que influencia nas relações sociais, sua importância, se o entrevistado se ostenta e de que forma.
2. Relação do consumo com a visibilidade social.
3. As relações do adolescente/jovem na sociedade: com quem se relacionam e em quais espaços.
4. Como o adolescente/jovem percebe a cultura da ostentação pela sociedade.
5. Como o adolescente/jovem se percebe na sociedade.

APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO (TCLE)

NOME DO PARTICIPANTE: _____

DATA DE NASCIMENTO: ____/____/____. IDADE: _____

DOCUMENTO DE IDENTIDADE: TIPO: ____ Nº _____ SEXO: M () F ()

ENDEREÇO: _____

BAIRRO: _____ CIDADE: _____ ESTADO: _____

CEP: _____ FONE: _____.

Eu, _____,
declaro, para os devidos fins ter sido informado verbalmente e por escrito, de forma suficiente a respeito da pesquisa: **“Pratas, ‘Lacoste’, Grana e Novinhas”: Um estudo sobre a (des) construção social da adolescência através do ato infracional.** O projeto de pesquisa será conduzido por **Thiago Rodrigo da Silva**, do Programa de Pós-Graduação em **Serviço Social**, orientado pela **Profª. Drª. Neide Aparecida de Souza Lehfeld**, pertencente ao quadro docente da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” – Faculdade de Ciências Humanas e Sociais/UNESP/C.Franca. Estou ciente de que este material será utilizado para apresentação de: Dissertação de Mestrado, observando os princípios éticos da pesquisa científica e seguindo procedimentos de sigilo e discrição. A proposta de pesquisa tematiza as relações sociais de adolescentes autores de ato infracional associadas à indústria cultural, com ênfase na ostentação pelo consumo. Fui esclarecido sobre os propósitos da pesquisa, os procedimentos que serão utilizados e riscos e a garantia do anonimato e de esclarecimentos constantes, além de ter o meu direito assegurado de interromper a minha participação no momento que achar necessário.

Franca, de de 2015.

Assinatura do participante

(assinatura)

Pesquisador Responsável

Nome: Thiago Rodrigo da Silva

Endereço: Rua Paraná, 41 – Riachuelo – Batatais/SP – Cep: 14.300-000

Tel: 16 3761 7751/ 16 9 9105 8585

E-mail: asocial.thiago@gmail.com

(assinatura)

Orientador

Profª. Drª. Neide Aparecida de Souza Lehfeld

Endereço: Rua José Zorzenon, 180 – Ribeirão Preto/SP – Cep: 14.096-330

Tel: 16 9 9761 2002

E-mail: nlehfeld@unaerp.br

ANEXOS

ANEXO A – Autorização para pesquisa de campo – CREAS/Batatais

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
"JÚLIO DE MESQUITA FILHO"
Campus de Franca

Ofício N. 12/2014 - PPGSS

Franca, 22 de outubro de 2014

Venho por meio deste solicitar autorização para que mestrando, **Thiago Rodrigo da Silva**, aluno regularmente matriculado no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Curso de Mestrado, da Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", portador do RG 43.507.876-8, realize pesquisa de campo neste Centro de Referência Especializado em Serviço Social (CREAS), do município de Batatais/SP.

O tema de pesquisa do orientando refere-se à sociabilidade de adolescentes autores de ato infracional e sua relação com a indústria cultural e ostentação via consumo.

No mais, agradeço a atenção recebida e aguardo devolutiva quanto à esta solicitação.

Respeitosamente,

Prof.ª. Dr.ª. Neide Aparecida de Souza Lehfeld
Professora Orientadora
PPGSS – UNESP/Franca

À Senhora
Renata Krebsky Darini
Coordenadora do CREAS
Batatais/SP

Faculdade de Ciências Humanas e Sociais
Avenida Eufrásia Monteiro Petrágia 900 CEP 14409-160 Franca - São Paulo - Brasil
tel 16 3706-8700

Handwritten notes:
Thiago
me
06-11-14
[initials]

ANEXO B – Parecer do Comitê de Ética e Pesquisa**PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP****DADOS DO PROJETO DE PESQUISA**

Título da Pesquisa: PRATAS, LACOSTE, GRANA E NOVINHAS: UM ESTUDO SOBRE A (DES) CONSTRUÇÃO SOCIAL DA ADOLESCÊNCIA ATRAVÉS DO ATO INFRACIONAL

Pesquisador: Thiago Rodrigo da Silva

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 40052114.0.0000.5408

Instituição Proponente: Faculdade de Ciências Humanas e Sociais- Unesp - Campus de Franca

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 940.177

Data da Relatoria: 27/01/2015

Apresentação do Projeto:

Trata-se de uma pesquisa com menores que cumprem medida socioeducativa, a qual aborda a relação entre a valorização atual do consumo, as especificidades da adolescência, a pobreza e o ato infracional.

Objetivo da Pesquisa:

Buscar a compreensão do ato infracional a partir da relação entre a valorização do consumo, as necessidades de construção de identidade na adolescência e a situação de pobreza.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Não há riscos. Quanto aos benefícios, uma melhor compreensão dos fatores envolvidos na prática de atos infracionais pode contribuir para o enfrentamento efetivo desta questão.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de uma pesquisa bastante importante, uma vez que a atenção aos pressupostos sociais dos atos infracionais é um elemento central para se compreender esta questão, e estes pressupostos tem sido frequentemente ignorados ou negligenciados nos últimos anos em função da predominância das concepções e políticas neoliberais.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Estão de acordo com a resolução 196/96.

Endereço: Av. Eufrásia Monteiro Petraglia, 900
Bairro: Jd. Antonio Petraglia CEP 14.409-160
Franca/SP E-mail: comiteetica@franca.unesp.br
Telefone: 16 3706 8723 Fax: 16 36 8724

Continuação do Parecer: 940.177

Recomendações:

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Não há pendências ou inadequações

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

Considerações Finais a critério do CEP:

O COLEGIADO ACATA O PARECER DO RELATOR.

FRANCA, 28 de Janeiro de 2015

Assinado por:
Helen Barbosa Raiz Engler
(Coordenador)

ANEXO C – Resposta do CREAS Batatais sobre pedido de autorização

**PREFEITURA MUNICIPAL DA
ESTÂNCIA TURÍSTICA DE BATATAIS**
ESTADO DE SÃO PAULO
Praça Dr. Fernando Costa s/n Castelo- 14300-000 – (16) 3662-2778
Secretaria Municipal de Assistência Social
Centro de Referência Especializado de Assistência Social
CREAS
creasbatatais@hotmail.com

**D E C L A R A Ç Ã O**

Declaro, para os devidos fins, que o pesquisador Thiago **Rodrigo da Silva**, portador do RG nº. 43.507.876-8, está autorizado (a) a realizar pesquisa neste Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social – Prefeitura Municipal da Estância Turística de Batatais/SP, CNPJ nº. 45.299.104/0001-87.

Batatais, 06 de novembro de 2014.

Renata Krebsky Darini
Coordenadora do CREAS
CRESS 25.985/ 9ª Região/ RG 21.698.955-03